



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
(REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA)

Em 23 de Abril de 2019
(Terça-Feira)

Às 14 horas e 30 minutos

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião. Eu gostaria de alertar a todos os Deputados membros da Comissão sobre alguns pontos que vou elencar para o bom andamento dos trabalhos na tarde de hoje.

A primeira questão: o tempo regimental das falas. Serei bastante duro com relação ao tempo regimental. Peço a todos os Deputados que utilizarão a palavra que se atenham ao tempo e que fiquem atentos ao cronômetro no painel, para que possamos ter um bom andamento dos trabalhos. Muitos Deputados reclamam que se concede um pouco mais de tempo para um do que para outro, e não é esse o nosso objetivo. Então, serei bastante estrito no tempo regimental, repito.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem, Presidente. É só um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Só 1 minuto, Deputada, por favor. Eu estou elencando alguns pontos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Eu queria um esclarecimento sobre um ponto que V.Exa. está falando. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Qual é o artigo, Deputada?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Na verdade, eu queria um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Então é pela ordem.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - É pela ordem.

V.Exa. vai seguir também o tempo regimental de 3 minutos para as questões de ordem ou vai ficar a seu bel-prazer?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Quanto às questões de ordem, utilizarei estritamente o que prevê o art. 95 do Regimento Interno: o Parlamentar não pode fugir da questão elencada; tem que citar o artigo, o dispositivo; não pode reclamar da minha decisão, tem que recorrer ao Plenário, caso não haja concordância.

Então, vou seguir estritamente o que prevê o art. 95.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - No tempo de 3 minutos...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Quanto aos assessores, eu peço que se mantenham atrás da mesa apenas os assessores da Presidência. Todos os assessores dos partidos, das Lideranças que precisarem despachar algum requerimento, comentar alguma questão, poderão vir, mas venham tranquilos. E peço que não fiquem atrás da mesa após a resolutividade da questão que estão propondo.

Quanto às questões de ordem, já anunciamos que seguirei estritamente o art. 95 do Regimento Interno.

Quanto à última questão, de vir à mesa durante algum debate mais acalorado, esclareço que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania é uma Comissão respeitadíssima no cenário político brasileiro, ainda mais aqui no Congresso Nacional. O nível dos nossos membros sempre foi muito alto, com juristas, e o debate, de nível jurídico e técnico também muito alto.

Portanto, peço mais uma vez que, durante os debates acalorados, não subam até a mesa, não tumultuem os trabalhos, porque nós temos que tocar da melhor maneira. Ganha quem tem mais voto. Não adianta subir aqui ou fazer estardalhaço. Ganha quem tem mais voto. Também eu não acho que é bom para a imagem da nossa Comissão e do Congresso Nacional o tumulto que foi criado em algumas outras reuniões.

Requerimentos.

Encontra-se...

O SR. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Para uma questão de ordem, Deputada Talíria Petrone.

O SR. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Questão de ordem com base no art. 112 do nosso Regimento Interno, também seguindo o art. 37 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Art. 37?

O SR. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Art. 37.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está bem.

O SR. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, o art. 112 deixa bastante explícito que todos os projetos que são apresentados à Casa precisam necessariamente demonstrar todos os números, os dados. Como ele afirma isso?

Art. 112. Os projetos que forem apresentados sem observância dos preceitos fixados no artigo anterior e seus parágrafos, bem como os que, explícita ou implicitamente, contenham referências a lei, artigo de lei, decreto ou regulamento (...)

Enfim, segue o artigo e é isto que me interessa:

(...) ou por qualquer modo, se demonstrem incompletos e sem esclarecimentos, só serão enviados às Comissões, cientes os Autores do retardamento, depois de completada sua instrução.

Seguindo, Sr. Presidente, também o art. 37 da Constituição Federal trata de preceitos fundamentais para esta Comissão, pois trata dos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência e, por fim, o que nos interessa agora, da publicidade.

Ocorre, Sr. Presidente, que a tal proposta de emenda que estamos aqui discutindo — e hoje deveríamos votar — infelizmente foi enviada a esta Comissão de Constituição e Justiça. Ela deveria ter sido enviada devidamente instruída, mas foi enviada para cá com dados, estudos, pareceres técnicos incompletos, ferindo explicitamente o art. 112.

Seguindo aqui, para dar um exemplo apenas, Sr. Presidente, o Governo afirma que haverá uma economia de 1 trilhão de reais, economia de recursos essa que vem dos 83%, que o Governo mesmo afirma, do RGPS, rural, BPC, ou seja, não são dos privilegiados. Mas o Governo inviabiliza a nossa apreciação, porque não apresenta estimativa de como se chegar a essa economia de recursos.

Nós não temos, portanto, como analisar essa matéria e, por isso, que seja retirada de pauta, devido a não estarem completos os dados para que possamos analisar a constitucionalidade ou não da proposta.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O primeiro caso é uma liberalidade.

O SR. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - É o mesmo assunto, Deputada Gleisi Hoffmann?

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - O próprio STF já indeferiu.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - É o mesmo assunto?

O SR. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Não, outro assunto.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Então, vou responder primeiramente à Deputada Talíria Petrone. Depois, a sua questão de ordem.

Primeiramente, é uma liberalidade do Ministro da Economia Paulo Guedes a questão dos dados e números. Houve um acordo noticiado hoje por parte dos Líderes, do Presidente da Câmara e do Governo, para que sejam encaminhadas essas informações, provavelmente até quinta-feira.

Sobre o art. 112...

O SR. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, desculpe...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Só 1 minuto, não há contradição.

O art. 112 do Regimento Interno é bastante claro no seu final: "(...) serão enviados às Comissões, cientes os Autores do retardamento, depois de completada sua instrução".

Essa instrução é feita pela Presidência da Câmara, não é feita pela Presidência da CCJC. Então, se já foi instruído e mandado o projeto às Comissões é porque essa questão já foi superada pela Casa, que tem a competência devida para isso. Quanto à proposta jurídica desse assunto, foi proposta uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal, e o Ministro Gilmar Mendes indeferiu a questão proposta.

Portanto, questão de ordem negada.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, eu falei que seria bastante estrito com o tempo. Então, já estava alertado.

Com a palavra a Deputada Gleisi Hoffmann, para uma questão de ordem.

O SR. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Presidente, desculpe. Rapidamente...

(O microfone é desligado.)

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, eu sei disso, mas não cabe reclamação da minha decisão na mesma reunião.

A Deputada Gleisi Hoffmann tem a palavra.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Estamos votando sem número, ferindo o...

O SR. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Obrigada, Sr. Presidente.

Minha questão de ordem é com base no art. 137 do Regimento Interno, § 1º, combinado com o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O art. 137 é claro ao dizer que esta Comissão devolverá ao autor qualquer proposição "*b*) evidentemente inconstitucional".

O art. 113 do ADCT diz que:

Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Essa redação é dada pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, aprovada por muitos dos senhores desta Casa.

Portanto, eu formulo para que se devolva a matéria ao Executivo, porque não cumpre esse requisito.

Nós temos agora mais do que a falta de dados, que não vieram com as propostas, como, por exemplo, o custo fiscal da transação do regime de capitalização, que eu fiz a inquirição inclusive para o Ministro da Economia, e ele não respondeu.

Ainda temos agora formalmente, oficialmente informado à sociedade que os dados que deram por base a reforma da Previdência enviada aqui são sigilosos, ou seja, não estão à disposição da sociedade nem desta Comissão. Isso é uma barbaridade, até porque estamos tratando de matéria pública.

Esta Comissão é um espaço público, o Parlamento é público. Como é que os dados que sustentam uma proposta dessa magnitude, com o impacto que tem para a sociedade brasileira, são sigilosos? Ademais, há contradições inclusive em relação aos dados informados pela instituição fiscal independente do Senado Federal.

É muito grave o que nós temos aqui, Sr. Presidente. Se esta Comissão não tiver acesso aos dados corretos que embasaram a proposta, não há como nós votarmos, porque fere frontalmente a Constituição da República.

A minha avó tinha um dizer que era muito esclarecedor dessa situação: "*Minha filha, aquilo que não pode ser dito ou feito à luz do dia é prejudicial, imoral ou ilegal*". Não há outro conceito para esta proposta da reforma da Previdência. Ela é prejudicial, é imoral ou é ilegal, porque não se justifica uma matéria dessa magnitude ser votada com pressa e sob caráter de sigilo dos dados, que dão por base uma reforma dessa feita.

Por isso, eu requeiro, Sr. Presidente, que V.Exa. devolva esta matéria ao Executivo, com base no que dispõe o art. 137, § 1º, do nosso Regimento Interno. Não há como a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania votá-la. Aliás, se fizermos isso, vamos fazê-lo contra o preceito constitucional, contra o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Respondendo à questão de ordem da Deputada Gleisi Hoffmann, o art. 113 do ADCT — Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é bastante claro no sentido de que:

Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

É a Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

A análise que se faz aqui do ponto de vista do processo legislativo e do histórico, não só aqui da Casa, mas de toda a consolidação do Direito brasileiro, em termos de Direito Legislativo, é que, se há realmente dúvida quanto à questão do envio do impacto financeiro, isso pode ser analisado durante a tramitação do projeto e que, na Comissão de Mérito respectiva, tem que chegar por parte do Governo ou do proponente essa questão.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Não, isso não é aceitável.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Então, é o histórico aqui da Casa. Qualquer emenda constitucional apresentada já foi nesse sentido. Como não há a questão da Comissão de Finanças e Tributação — CFT enquadrada na tramitação do projeto, essa matéria fica a encargo da Comissão de Mérito, que é a Comissão Especial que será formalizada nos próximos dias e pronta daqui a 2 semanas.

Então, questão de ordem...

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Esse artigo, Presidente, foi pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Portanto, é recente...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sem número, não é possível apreciar a constitucionalidade, Sr. Presidente.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Presidente Felipe, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não há contradita, Deputado. Há os exemplos mais diversos nesse sentido.

Ficarei feliz... Depois de nossa reunião, eu elenco todas as questões e as envio a todos os Deputados. É uma questão bastante tranquila, já decidida. É uma prática legislativa brasileira.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, eu, com certeza, encontraria muitos projetos enviados pelo ex-Presidente Lula e pela ex-Presidente Dilma no mesmo sentido. Então, não vou politizar essa questão. Mas isso é uma questão consolidada no entendimento histórico.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Há alguma questão de ordem diferente? *(Pausa.)*

O Deputado tem a palavra.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Sr. Presidente, foi acrescentado pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016. É recente, portanto. V.Exas. aqui, a maioria votou a favor dessa emenda. Agora, nós não...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Sra. Deputada, o Supremo Tribunal Federal já não deu guarida ao pedido de V.Exa.

Passo a palavra, para uma questão de ordem, ao Deputado...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, eu peço a palavra para uma questão de ordem também.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Pela ordem.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Presidente, essa decisão que V.Exa. acaba de tomar, não há a menor possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, Deputado. Não é questão de ordem? Não há questão de reclamação a minha decisão.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Eu vou formular. Eu vou formular a questão de ordem.

Não há a menor possibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Qual é o artigo?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - V.Exa...

O artigo também é o 137.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, o art. 95 é bastante claro de que a minha decisão não cabe reclamação na mesma reunião. É bastante claro nos seus parágrafos. Não é questão de ordem. Tanto que eu perguntei o artigo e V.Exa. disse que era o mesmo da outra questão de ordem. Então, peço que venha com algo novo, senão, em 10 segundos, vou cortar a palavra. (*Palmas.*)

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Aguarde a formulação. Aguarde a formulação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Presidente, questão de ordem.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Pela ordem, Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Art. 95, Presidente.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Aguarde a formulação.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Pela ordem, Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Pela ordem, Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Presidente, art. 95.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Pela ordem, Presidente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, eu estou tendo bastante tranquilidade. Mesmo não tendo nenhum fundamento as questões de ordem, eu tenho tentado ouvir todo mundo para ver se há alguma questão diferente. Só que, se todo mundo ficar gritando, eu continuarei tocando a reunião, sem ouvir ninguém.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Então, eu passo a palavra ao Sr. Deputado, para que possa apresentar uma questão de ordem diversa da que foi decidida.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Inscreva na questão de ordem...

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - V.Exa. parte de uma afirmação que não é verdadeira. Aqui foi questionado o próprio Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, mas qual é o artigo, Deputado, da questão de ordem?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Eu já lhe citei, é o artigo 137.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, mas é a mesma questão de ordem.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Ele pode ser... Não, V.Exa. tem que esperar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Não, a mesma questão de ordem não pode...

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - O artigo é o mesmo. O artigo é o mesmo. A questão de ordem é diferente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, o art. 95 prevê que V.Exas. podem se inscrever na próxima reunião ordinária da nossa Comissão para fazer a contradição da minha decisão ou recorrer, com base no inciso XXI, do art. 57, do Regimento Interno. Por favor, exerça o seu direito de recorrer.

Deputado Aliel Machado, para uma questão de ordem.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - É pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pela ordem, Deputado. É a única concessão que farei nesta reunião.

Concedo 1 minuto.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Presidente, eu pedi pela ordem apenas para esclarecer, visto que V.Exa. citou um mandado de segurança, que é de minha autoria, no Supremo Tribunal Federal.

Que fique claro aos membros da Comissão que não houve decisão de mérito sobre o pedido. O Ministro Gilmar Mendes, inclusive na sua decisão, cita que o não-cumprimento da constitucionalidade prevista nos artigos requeridos ao Supremo Tribunal Federal pode inclusive cancelar a referida sessão. Isso está na decisão de ontem do mandado de segurança que nós impetramos junto ao Supremo Tribunal Federal.

Para que os Deputados entendam, nós não queremos atrapalhar — pelo menos de minha parte, Sr. Presidente, que sempre fui muito respeitoso — o trâmite. O que nós observamos é que artigos específicos da Constituição, reforçados pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que é uma emenda nova e, portanto, não valia em questões previdenciárias anteriores, é que o dispositivo não está sendo cumprido.

Então, que fique claro que a negativa não foi através do mérito na decisão do Supremo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O.k., Deputado.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada Maria do Rosário, é uma questão de ordem diferente da que foi decidida? *(Pausa.)*

É outro artigo?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Perfeito. Qual é o artigo?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, eu me baseio no art. 32 e no art. 201, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pois não.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Art. 32, sobre as atribuições da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu peço a V.Exa. que esteja atento a uma questão que diz respeito ao mérito, porque V.Exa. está embasando a não necessidade dos dados atuariais, que não foram apresentados pelo Ministro Paulo Guedes, e sobre eles há um decreto de sigilo totalmente ilegal. Os Parlamentares aqui não têm, nem a sociedade.

Veja V.Exa., a nossa questão aqui, em matéria de emenda constitucional, é uma matéria de mérito. Por que eu sustento esse argumento — e peço aos colegas que reflitam —? Porque somente esta Comissão, e nenhuma outra, debate e tem

atribuição de decidir sobre o mérito de uma emenda constitucional no que ela atenda aos princípios da constitucionalidade e no que ela venha a ferir cláusulas pétreas.

Ora, Sr. Presidente, na medida em que não temos os números, na medida em que não estão apresentados, nós não estamos tratando aqui do parágrafo, da alínea, de qualquer questão interna ao projeto ou ao parecer do Relator. Nós estamos tratando da tramitação de uma emenda constitucional e da decisão de mérito sobre constitucionalidade da CCJ.

Nós temos sustentado que a matéria é inconstitucional por uma série de artigos. E por isso eu me apoio aqui no art. 201, que diz que matéria que trata de direitos e garantias individuais não deve tramitar.

Mas, se V.Exa. quer descartar esse artigo, coisa que eu não faria, mas se o quer descartar na resposta, eu ainda apelaria pela atribuição da Comissão de Constituição e Justiça. Como se pode dizer que nesta Comissão não há mérito na questão que estamos debatendo, se o mérito desta Comissão é, por excelência, a constitucionalidade? Qual é o outro mérito desta Comissão? As questões, certamente, penais, as questões legislativas, há várias. Mas o mais importante mérito para a Comissão de Constituição e Justiça, senhoras e senhores, é a constitucionalidade.

Então, V.Exa., com base no art. 32, inciso IV, precisa considerar: na alínea "a", que os aspectos constitucionais, legais e jurídicos estão sob responsabilidade desta Comissão; na alínea "b", a admissibilidade da proposta de emenda constitucional; na alínea "c", o assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara; e, ainda, na alínea "d", assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais, para a organização do Estado e...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, já passaram os 3 minutos.

É a última vez que decido essa mesma questão de ordem.

Primeiramente, é uma liberalidade do Ministério da Economia o envio dos números. O que eu digo, na minha decisão da questão de ordem, é que não compete a mim, como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a análise desse dispositivo, tanto do ADCT quanto do Regimento Interno.

O art. 112 do Regimento Interno é bastante claro, no final do seu *caput*, que houve o despacho e a instrução por parte do Presidente da Câmara. Eu fiquei sabendo que há o acordo do envio desses dados e números até quinta-feira, antes da Comissão Especial. E quem analisa mérito, quem analisa números, é a Comissão Especial, não é a CCJ.

Então, é uma questão bastante pacífica, e eu apenas elenco assim...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, eu vou respeitar um pouco a questão que V.Exas. estão elencando. No entanto, não confere. Se há motivação jurídica, e haverá, perante o Supremo Tribunal Federal ou perante os órgãos aqui da Casa, de recursos das minhas decisões, com embasamento jurídico, vocês ganharão e anularão essa decisão. Estão à disposição de V.Exas. a lei brasileira e a Constituição.

Requerimentos.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Sr. Presidente...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, eu preciso da sua resposta.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, é a mesma questão de ordem? É sobre o mesmo assunto?

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Presidente, questão de ordem, art. 115.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - É a mesma questão de ordem?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - É sobre o mesmo assunto?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Não. Eu preciso da sua resposta.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Presidente, questão de ordem, art. 115.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, eu vou cortar, porque isso é estratégia. Quando eu abro o microfone para um, todo mundo começa a gritar. Eu não vou aceitar que fiquem gritando! Isso aqui não é feira! *(Palmas.)*

Isso é estratégia de V.Exas. Se V.Exas. tivessem embasamento jurídico, falaria um por vez. Mas, quando eu abro o microfone, todo mundo fica gritando. Então, não abrirei mais o microfone.

Requerimentos.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de não realização da reunião.

Prejudicado o requerimento da Deputada Talíria Petrone, por entendimento da Casa.

O SR. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Qual o requerimento, Sr. Presidente? Qual o requerimento que foi prejudicado, Presidente?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Se V.Exas. pararem de gritar e de urrar, poderão ouvir o que eu estou dizendo.

O requerimento que foi prejudicado é o requerimento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está prejudicado, e pronto. Está bom.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de votação nominal do requerimento de alteração da ordem dos trabalhos, consistindo em Ordem do Dia, Ata e Expediente, de autoria da Deputada Erika Kokay.

Há também o requerimento...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Presidente, questão de ordem, art. 41.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Questão de ordem precede.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Questão de ordem, art. 115.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Se V.Exa. não dá questão de ordem, a sessão é ilegal.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Questão de ordem, art. 112.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - A sessão é ilegal!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, quem tem razão não berra, faz a questão de ordem. Se V.Exas. se controlarem, passarei a palavra ao Deputado. Se houver um grito, eu corto a palavra.

Deputado Renildo Calheiros com a palavra, rapidamente.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Presidente, V.Exa. é muito inteligente, mas não pode tentar adivinhar, V.Exa. não pode se antecipar a uma questão de ordem que ainda será formulada, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pois não, Deputado. Faça a questão de ordem.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - O art. 41, inciso XX, diz exatamente:

Art. 41. Ao Presidente da Comissão compete (...)

XX - requerer ao Presidente da Câmara, quando julgar necessário, a distribuição de matéria (...)

E segue.

V.Exa. disse que não era sua atribuição, e é. Pelo inciso XX do art. 41, V.Exa. tem essa atribuição, e eu diria até: tem essa responsabilidade. Não estamos analisando nem vamos votar uma matéria qualquer. É sabido por todos, porque a imprensa tem divulgado, que o Governo decretou o sigilo das informações. O próprio Presidente da Casa disse, em algum veículo de imprensa, que na quinta-feira esses dados serão entregues aos Líderes.

Ora, Sr. Presidente, nós estamos diante de um grande absurdo! São negadas informações à Comissão de Constituição e Justiça e, na quarta, quinta-feira, elas serão tornadas do conhecimento de todo mundo. É um desprestígio, um desrespeito, um vexame, um absurdo, que a Comissão se antecipe em 1 ou 2 dias e vote sem o conhecimento dos dados que servem para embasar a PEC!

Ainda disse um porta-voz do Governo — se não me falha a memória, o Secretário-Executivo — que, se esses dados chegarem ao conhecimento do Congresso, vão horrorizar, preocupar o mercado e, talvez, dificultem a tramitação da matéria. Isso é ainda mais grave! Se o conhecimento dos Parlamentares sobre o conteúdo dessas informações pode dificultar a tramitação da matéria, então há muita coisa grave nessas informações, de que esses Deputados precisam saber; precisam votar com conhecimento.

É um absurdo, Sr. Presidente, que V.Exa. aceite uma situação dessas! Dê aí dois murros na mesa e diga ao Presidente, diga o Ministro, a quem for, que os dados precisam ser enviados à Câmara. E se ele chegarem ainda hoje, nós votaremos hoje. (*Palmas.*)

Se eles chegarem amanhã, nós votaremos amanhã. Mas não podemos aceitar um vexame desses. E V.Exa., como Presidente talentoso que é, não pode submeter esta Comissão a esse vexame!

É a questão de ordem que tinha a formular a V.Exa.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Para contraditar...

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Art. 115, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Primeiro vou responder à questão de ordem.

O inciso XX do art. 41 não compete a essa questão, primeiramente porque a proposta de emenda à Constituição, segundo o nosso Regimento Interno nos seus arts. 201, 202 e seguintes, tem um regramento especial de tramitação. Então já não cabe.

Da leitura do inciso XX do art. 41, já se extrai a resposta da questão de ordem. O que enuncia o inciso XX?

Art. 41.....

XX - requerer ao Presidente da Câmara, quando julgar necessário, a distribuição de matéria a outras Comissões, observado o disposto no art. 34, II.

Primeiro, para PEC não cabe esse assunto, pois tem regramento especial; segundo, é "quando julgar necessário". Eu não julgo necessário, então continuamos a sessão.

Art. 115, Deputada Clarissa Garotinho.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Presidente, art. 115, questão de ordem.

Os arts. 115 e 116 tratam dos requerimentos de informação. Na audiência em que o Ministro Paulo Guedes deveria ter feito uma apresentação dos números para todos nós nesta Comissão, mas não o fez, eu fiz aqui uma lista de sete perguntas que não foram respondidas pelo Ministro inicialmente. Entreguei a ele todas as perguntas por escrito. Todo mundo viu a cena em que depois ele me entregava uma pasta. E quando eu abri, as perguntas estavam respondidas pela metade, e uma das minhas perguntas inclusive foi reescrita e modificada. Eu relatei isso tudo aqui na CCJ.

O assessor do Ministro sentou ao meu lado e me disse que encaminharia todas as respostas por *e-mail*. Isso não aconteceu. Eu formulei um requerimento oficial de informações ao Ministério da Economia, encaminhei ao Ministro Paulo Guedes desde o dia 10. Mas esse requerimento ainda não saiu da Câmara dos Deputados, ele se encontra ainda nas mãos do 1º Vice-Presidente para dar o seu relatório, e então ser despachado ao Ministro da Economia.

O Ministro garantiu nessa sessão que eu teria as respostas das perguntas que foram formuladas. Essas respostas não vieram por *e-mail*, e o nosso requerimento sequer saiu da Câmara.

Então, Presidente, nós não podemos dar um cheque em branco a Governo nenhum. Perguntar não ofende ninguém. Isso já estava sendo tratado aqui dentro, na CCJ, a falta de informações sobre o projeto, sobre os seus impactos, e agora toda a imprensa tem noticiado a questão das informações sigilosas. Não podemos, Sr. Presidente, passar cheque em branco.

Eu gostaria que fosse agilizado o meu requerimento de informações aqui dentro da Câmara, para que ele pudesse chegar à mão do Ministro, já que ele não me respondeu na audiência, e que a Comissão de Constituição e Justiça tivesse o direito de avaliar. Nós não podemos simplesmente passar a bola. O que nós estamos fazendo aqui é passar a bola. A constitucionalidade é o que nós estamos debatendo, mas esta aqui é uma Comissão que tem responsabilidade sobre a matéria. E nós temos o direito, como Parlamentares que somos, de ter acesso aos números.

E mais do que nós, o povo brasileiro tem o direito de ter acesso a essas informações, que não podem ser sigilosas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada Clarissa Garotinho, vosso requerimento foi apresentado no plenário da Câmara. Então, não compete a mim...

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Isso é uma questão administrativa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - ...como Presidente da Comissão a análise do despacho aos órgãos competentes do Governo do seu pedido de informação. No entanto, reitero...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Cabe a V.Exa., Presidente, garantir que o objetivo pelo qual o Ministro veio a esta Comissão seja efetivamente cumprido. O Ministro não veio aqui para ficar calado nem para fazer discurso político, porque o Ministro mesmo disse que ele não é quadro político, que ele é quadro técnico. Como técnico, cabe a ele responder às perguntas.

A partir do momento em que ele vem aqui convidado, porque abrimos mão da convocação, para responder a perguntas dos Parlamentares... Eu não fiz discurso político; eu fiz uma lista de sete perguntas, e me sinto lesada no meu direito, porque o Ministro foi convidado a esta Comissão para que tivéssemos acesso às respostas. Ele veio aqui para isso, e não respondeu. Portanto, entendo que o convite feito a ele não foi suficiente para esta Comissão. E cabe a V.Exa., Sr. Presidente, assegurar os convites, as convocações e os direitos dos Parlamentares que fazem parte desta Comissão.

O SR. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Tem que argumentar, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Sr. Presidente, eu pedi a palavra aqui. Presidente, eu pedi a palavra. Faz meia hora que eu peço a palavra aqui.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra o Deputado Arthur Oliveira Maia para contraditar a questão de ordem.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Sr. Presidente, veja bem, nós chegamos a um ponto aqui neste debate em que já foi exaurido todo o tempo que a Oposição tinha para fazer a sua obstrução. Estão dizendo aqui que não foi debatido o mérito. Como não foi debatido o mérito? Cada Deputado aqui usou 10 minutos. Só não o fez quem não quis. E esses 10 minutos foram usados para quê? Para debater o mérito da constitucionalidade.

É verdade que houve Deputados que preferiram fazer um discurso eminentemente político, mas o tempo foi dado a todos os Parlamentares, com absoluta tolerância e boa vontade de V.Exa., inclusive dos Deputados do Governo que também poderiam ter encerrado a discussão após a fala de 10 oradores, mas, de acordo com o que foi pactuado, aceitamos que todos tivessem direito à sua fala. Agora, depois que se exauriu todo esse tempo, temos que ir à votação.

Os Deputados da Oposição têm todo o direito de votar contra e vão votar contra de qualquer jeito. Pode vir a informação que vier do Ministro Paulo Guedes, do Ministro da Justiça, porque eles vão votar contra. É direito deles; é direito deles. Ninguém pode evitar. Ninguém aqui vai convencer quem não quer ser convencido.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Não é essa a questão. Nós temos que ter direito à informação, Deputado Arthur.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Agora, nós não podemos... Para V.Exa. ver como são as coisas, Presidente. Nós ouvimos democraticamente, mas, na hora em que vamos falar, não conseguimos ter a nossa fala garantida. É triste um negócio desses! É triste!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Estou apelando para o seu bom senso.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - É triste a intolerância dessas pessoas.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, só 1 minuto. Não cabe contradita da contradita.

Deputada, eu tenho aqui algo interessante que a minha equipe me trouxe, que até responde à primeira questão de ordem formulada pelo PSOL.

Questão de Ordem nº 411, de 2018. O autor da questão de ordem é o Deputado Ivan Valente, do PSOL. O que pedia o Deputado Ivan Valente na Questão de Ordem nº 411, de 2018? Que fosse revisto o procedimento anunciado pelo Presidente desta Casa, no dia 6 de dezembro de 2018, que restabelecia a competência dos Colegiados desta Casa para a apreciação dos critérios do art. 113 do ADCT — foi a questão de ordem da Deputada Gleisi Hoffmann —, da Constituição Federal.

A decisão da Presidência da Casa foi no sentido que determinou a distribuição das proposições que haviam sido devolvidas aos seus autores, com base no mesmo fundamento. Publique-se. Arquive-se.

Ou seja, a Presidência da Câmara com essa questão de ordem decidiu e reiterou o seu posicionamento de projetos que não continham esses preceitos constitucionais, principalmente do art. 113, devolvendo-os aos seus autores, por falta dos pressupostos. No entanto, o próprio Deputado Ivan Valente fez a questão de ordem no sentido contrário do que agora pregam.

O que eu prego é que não haja dois pesos e duas medidas, Deputado Ivan Valente. V.Exa., na Questão de Ordem nº 411, de 2018, alegou que não gostaria que o Presidente da Casa exercesse a sua prerrogativa com base no art. 113 do ADCT. A minha visão é que isso compete ao Presidente da Casa. Já foi decidido. Então, não cabe mais questão de ordem sobre esse assunto. Temos que ter coerência nos nossos posicionamentos.

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay, para formular questão de ordem.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra o Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Presidente, eu quero concluir minha porque fui interrompido aqui.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Art. 95, Sr. Presidente, § 7º...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Eu fui citado nominalmente, preliminar. Eu fui citado nominalmente. É regimental. Eu tenho direito.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Eu quero dizer a V.Exa., Presidente, que não existe nenhum artigo...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Eu fui citado nominalmente pelo Presidente da CCJ.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - ...do Regimento Interno que possa proporcionar uma nova discussão aqui neste momento. Nós temos que votar os requerimentos, votar o parecer, e ponto final. O mérito vai ser discutido. Sobre essas informações que estão alegando que não chegaram e que se sentem inseguros, votem contra. Quem se sente seguro vote a favor.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - O mérito será tratado na Comissão Especial, mas não existe nenhum dispositivo que possa permitir essa continuidade abusiva da discussão dessa matéria.

Peço que V.Exa. encerre essa discussão e bote os requerimentos para votação e, em seguida, a matéria.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Se V.Exas. ficarem gritando, vou parar e vou cortar tudo. Isso aqui é estratégia. Eu quero ouvir a questão de ordem para ver se há embasamento jurídico, porque o que me interessa é o embasamento jurídico da questão de ordem, o que até o momento não houve. Então, respeitem seus próprios pares da Oposição quando estiverem com a palavra.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem. Eu gostaria de fazer uma questão de ordem embasada no art. 163, combinado com o art. 137. Gostaria inclusive de ter feito essa questão de ordem na sessão anterior. Mas o que diz o art. 163? Ele diz que se consideram prejudicados, e elenca uma série de hipóteses que levam à prejudicialidade das proposições aqui feitas. Em nenhuma delas se enquadra o requerimento que foi elaborado pela Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, para que os Deputados possam acompanhar, é o art. 163, não o art. 173?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O art. 163, combinado com o art. 137. O art. 163 fala da prejudicialidade e elenca uma série de possibilidades — oito possibilidades. Nenhuma dessas possibilidades se inclui no requerimento elaborado

pela Deputada Talíria Petrone, que foi considerado prejudicado. Também não se enquadram aqui requerimentos que foram considerados prejudicados na reunião anterior desta Comissão.

O art. 137 diz — e aqui se enquadraria e nos possibilitaria inclusive o direito ao recurso — que, quando se considera prejudicada uma proposição, arranca-se ela do processo de tramitação nesta Casa. Ela morre, na medida em que é considerada prejudicada. Aqui estão elencados os motivos que levam a essa prejudicialidade, como disse, no art. 163.

O art. 137 diz que a Presidência devolverá ao autor qualquer proposição que seja alheia à competência da Câmara; evidentemente inconstitucional e antirregimental.

Se V.Exa. negou os nossos requerimentos em função de uma percepção, a meu ver, equivocada, que deveria me dar o direito de recorrer que V.Exa. me tirou ao prejudicar a proposição, V.Exa. deveria devolver ao autor ou à autora, e não prejudicar, porque, no parágrafo seguinte desse art. 137, é dito que "*na hipótese do parágrafo anterior*", ou seja, devolver, nessas três possibilidades — alheia à competência, inconstitucional, antirregimental — "*o autor da proposição poderá recorrer ao Plenário*". Ou seja, V.Exa. cassa-nos o direito de recurso e, ao mesmo tempo, considera prejudicado o que não está elencado na prejudicialidade prevista no art. 163. Prejudicada deveria estar a proposição, esta porque não tem os dados e é anticonstitucional, mas não os nossos requerimentos.

Essa é a questão de ordem que formulo a V.Exa., para que nós possamos enfim...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não cabe recurso para requerimentos procedimentais.

Quero apenas esclarecer que o pedido do primeiro requerimento é um pedido impossível: um pedido para a não realização da reunião. A reunião já começou, já está acontecendo. Como se vai fazer a não realização, se já está acontecendo? Por isso que esse pedido é para as próximas reuniões.

O Deputado Ivan Valente foi citado.

V.Exa. tem 1 minuto para que possa exercer a sua palavra.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Presidente, art. 95, § 7º. Estou há tempo pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Primeiramente passarei ao Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, pelo art. 74, eu tenho o direito de falar, porque V.Exa. me citou.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Por isso estou dando a palavra a V.Exa., Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Acho até deseducado isso. V.Exa. usou do meu argumento para tentar justificar uma questão de ordem. E eu quero dizer a V.Exa. que qualquer argumento que qualquer Deputado coloque não supera a Constituição. V.Exa. tem que cumprir a Constituição, e não o argumento que eu fiz. Isso, inclusive, é uma questão de procedibilidade. Nós estamos aqui fazendo uma disputa política — em qualquer lugar, porque tem projetos e propostas diferentes. Mas o que eu quero dizer a V.Exa. exatamente é que não foram mandados os dados, os elementos, e isso faz parte do art. 114 das Disposições Transitórias da Constituição, que precisam ser respeitadas. Nós não temos que esperar até quinta-feira, nós temos que suspender esta sessão já.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, acabou seu 1 minuto, e eu disse que seria bastante rigoroso no horário.

Eu não estou passando por cima da Constituição. A minha análise é conforme a Constituição. Eu elenquei a questão de ordem que V.Exa. protagonizou no ano de 2018 em virtude de que peço coerência. Não pode, num momento, pedir algo, e num outro momento, pedir inversamente o que foi pedido anteriormente.

Tem a palavra para uma questão de ordem o Deputado Alencar Santana Braga, a última questão de ordem que eu concedo. Após, falará o Deputado Lafayette.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - O art. 95, § 7º...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - V.Exa. dá nova resposta, e não me deixa completar a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Era 1 minuto. Eu fui bastante claro que seria rigoroso, Deputado. Tem que seguir as regras.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Garanta-me a palavra, Presidente!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Depende da situação!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu coloquei as regras, todo mundo aceitou. Todo mundo aceitou. O tempo está correndo.

Deputado Alencar Santana Braga.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - O art. 95, § 7º, é expresso:

Art.

95

§ 7º O Deputado que quiser comentar, criticar a decisão do Presidente ou contra ela protestar poderá fazê-lo na sessão seguinte, tendo preferência para uso da palavra, durante 10 minutos, à hora do expediente.

V.Exa. acabou de ler resposta a uma questão de ordem feita pelo Deputado Ivan Valente em sessão anterior. Quero fazer um comentário sobre essa decisão, durante os 10 minutos, conforme apregoa o Regimento. Isso pode ser feito para qualquer questão de ordem sobre a qual V.Exa. tenha tomado decisão na sessão anterior. Isso é um direito.

Como V.Exa. disse no início dos trabalhos, esta é uma Comissão importantíssima, que todo mundo acompanha — não só esta Casa, mas também o mundo externo, a opinião pública, juristas. Então, que V.Exa. também se atenha ao Regimento e garanta aquilo que é regimental, para que os Deputados possam se manifestar. As questões de ordem não interessam só a V.Exa., como Presidente, elas dizem respeito a toda esta Comissão. V.Exa. pode tomar uma decisão, mas, a partir de um comentário, de uma crítica de qualquer Deputado, conforme o Regimento diz, V.Exa. pode mudar de opinião. Tenho certeza de que V.Exa. não tem o pensamento fixo. Deve ter a mente aberta, para escutar contradições, comentários e, eventualmente, mudar de ideia.

Então, esperamos que garanta esse direito a nós. E, se qualquer outro Deputado assim quiser, em relação a qualquer outra questão de ordem, que o mesmo seja feito, conforme diz o § 7º do art. 95.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Exatamente, Deputado. Conheço muito bem o § 7º do art. 95.

Três questões envolvem a decisão que tomarei quanto ao seu pedido: primeira, não é na sessão anterior, é na Legislatura anterior — foi em 2018; segunda, a decisão foi proferida pelo Presidente da Casa, pelo Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, não foi pelo Presidente da CCJ; terceira, na leitura que V.Exa. fez do § 7º do art. 95, fica claro que esse direito, caso coubesse, caso fosse conveniente, seria exercido durante o expediente, e nós não entramos no expediente ainda. Então, não cabe a questão de ordem.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Presidente, art. 219. Questão de ordem...

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Aliel Machado...

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Questão de ordem, arts. 219 e 221.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Questão de ordem, art. 114.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vou passar a palavra para o Deputado Aliel Machado primeiro. Deputados, vamos fazer um combinado. Eu vou dar mais 15 minutos para questões de ordem, porque estou vendo que eu estou decidindo a mesma coisa aqui — em respeito a todos os Deputados. Há Deputados da base que também querem fazer questões de ordem. Eu vou dar 15 minutos.

O Deputado Aliel Machado tem a palavra. (*Palmas.*)

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Obrigado, Sr. Presidente.

Art. 192, § 6º; art. 189, § 4º; e art. 117, *caput*.

Levando em consideração que, na resposta de V.Exa. à questão de ordem proferida pelo Deputado Afonso Motta, na sessão de 9 de abril, restou decidido que os destaques supressivos não poderiam ser aceitos por esta Presidência e considerando que a referida decisão considerou que a etapa de prévia análise, de admissibilidade, realizada no âmbito deste colegiado, conforme previsto no art. 32, inciso IV, alínea "b", não deve sofrer nenhum tipo de supressão por meio de destaque parlamentar, sob o risco de entrar extemporaneamente na avaliação do mérito e prejudicar a possível e posterior avaliação do mérito do dispositivo, venho trazer uma nova questão à análise de V.Exa. — para não prejudicar o texto como um

todo do Relator; há possibilidade de a Comissão reparar algum dano, erro, inconstitucionalidade, sem prejudicar o texto como um todo.

O art. 202, § 3º, conforme muito bem colocado na resposta de V.Exa., é categórico ao afirmar que *"somente perante a Comissão Especial poderão ser apresentadas emendas"*. Essa previsão regimental possui uma intencionalidade muito cristalina no sentido de não permitir que o mérito, cujo juízo cabe apenas à Comissão Especial, seja avaliado e até mesmo alterado em colegiado que não aquele ao qual a matéria foi designada. De forma alguma o dispositivo mencionado obstaculiza a utilização do recurso regimental previsto no art. 161, inciso I, qual seja, o destaque para votação em separado. O artigo 202, da forma como está escrito, não possui o intuito de vedar alterações, pois ainda que, em uma interpretação abrangente, como a realizada por essa Presidência, o dispositivo proibisse a apresentação de emendas, seria completamente descabido por analogia estender essa proibição a todo e qualquer tipo de destaque."

Não tenho tempo para ler toda a questão de ordem. Então, concluo:

"Por último, questiono V.Exa. acerca da possibilidade de apreciação de requerimento para votação por partes da proposição, previsto no art. 192, § 6º, c/c o art. 189, § 4º, visto que, uma vez impossibilitada a apresentação de destaques, como meio alternativo de insurgência com relação à proposta do Relator."

Ou seja, se V.Exa. negou requerimento de apresentação de destaques, pode ser que textos pontuais, específicos do Relator, tenham que ser corrigidos, o que é a função desta Comissão. Não havendo votação de destaques, se V.Exa. permitir a votação por partes específicas, dos questionamentos que nós temos, poderíamos corrigir possíveis distorções, equívocos constitucionais constantes no relatório.

Então peço a V.Exa., com muita educação, que aprecie esse pedido, por gentileza.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Aliel, recolho a vossa questão de ordem e decidirei oportunamente. No entanto, é bastante interessante o que foi formulado.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Pela ordem.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Presidente, questão de ordem.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Presidente, eu também pedi questão de ordem.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Presidente, pela ordem. Art. 114.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Presidente, art. 219, combinado com o art. 221, que trata do comparecimento de Ministro de Estado.

Aqui diz claramente, Sr. Presidente, que, quando convocado — e neste caso havia uma convocação, que foi transformada em convite, em deferimento a V.Exa. —, o Ministro deve apresentar sumário e deve responder aos questionamentos formulados na matéria da convocação. Ele foi convocado para responder às perguntas sobre a reforma da Previdência.

Sr. Presidente, eu não fiz aqui um discurso subjetivo, eu fiz perguntas objetivas ao Ministro, perguntas que objetivamente não foram respondidas.

Não é verdade, como disse o Deputado, que a Oposição vota contra, independentemente de qualquer informação. Pode até ser, mas eu me considero uma Deputada independente. Eu não me considero uma Deputada nem de oposição nem governista.

Aliás, essa discussão entre Governo e Oposição está fazendo muito mal ao Brasil. O Brasil é muito maior que Lula e Bolsonaro, o Brasil é muito maior que PT e PSL. O Brasil são todos os seus brasileiros interessados no seu desenvolvimento.

Eu gostaria que o nosso Regimento fosse cumprido. Eu não obtive respostas do Ministro nem na audiência nem posteriormente, por *e-mail*. O meu requerimento de informações nem saiu da Câmara.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Sr. Presidente...

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - E agora foi decretado o sigilo das informações. Nós não podemos admitir isso.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vou responder.

Realmente, o requerimento de convocação do Ministro transformou-se em convite. A partir desse momento, a natureza jurídica de convocação se perdeu no caminho. Então, a questão que V.Exa. elenca, não obstante ter alguma razão do ponto de vista da instrumentalização do debate, não tem razão do ponto de vista regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Lafayette de Andrada.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG) - Art. 116, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, de maneira objetiva: o art. 32, inciso IV, que trata da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, é muito claro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Deputado, não pode fazer questão de ordem da mesa.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG) - Eu não sou membro da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Isso sou eu que decido.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Mas não pode, Sr. Presidente.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG) - Já conferi e já soube que não sou membro da Mesa.

Diz a alínea "b" do art. 32:

b) admissibilidade de proposta de emenda à Constituição.

Nós estamos aqui a tratar da admissibilidade. Não é nossa competência nos debruçarmos sobre planilhas, estatísticas e dados numéricos. Temos que tratar da constitucionalidade.

O art. 116, de maneira muito objetiva, fala que o Ministro, ao ser questionado, tem 30 dias para responder a questionamentos. Não é o caso aqui da nossa Comissão tratar de planilhas. De qualquer forma, em relação a qualquer requerimento de informações destinado ao Ministro Paulo Guedes, que esteve aqui há 1 semana, ele terá 30 dias, de acordo com o nosso Regimento, para formular as respostas.

Portanto, Sr. Presidente, cabe a nós continuar a reunião.

E chega de chororô!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra a Deputada Gleisi Hoffmann. Depois falará o Deputado Marcelo Ramos, e encerraremos as questões de ordem.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Pela ordem, Sr. Presidente, depois dos Parlamentares já inscritos, se V.Exa. me permitir, quero falar por 1 minuto, pela ordem. Depois das questões de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Primeiro vamos ouvir a questão de ordem da Deputada Gleisi Hoffmann.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sim, é claro. Depois eu gostaria de falar pela ordem.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Obrigada, Sr. Presidente.

A minha questão de ordem tem por base no art. 114, XII, sobre requisição de documentos.

Foi publicado, no final de semana, um estudo da Instituição Fiscal Independente do Senado Federal, composta inclusive para acompanhar dados fiscais. O estudo, que foi amplamente divulgado pela IFI, mas não em detalhes, apenas na imprensa, diz que os dados primários mandados pelo Governo, os dados parcos que acompanharam a proposta de reforma da Previdência, mostram que a estimativa de economia do Governo com o Regime Geral de Previdência Social é de 671 bilhões, e não de 715 bilhões.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR) - De novo o mesmo assunto.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Há uma diferença, portanto, de 50 bilhões de reais em relação a isso.

A outra informação relevante que não consta do projeto de lei enviado nem das informações do Ministro, quando veio a esta Casa, é a de que o aumento das contribuições para o Regime Próprio da Previdência Social terá efeitos sobre o recolhimento do Imposto de Renda. As contribuições previdenciárias, Sr. Presidente, são deduzidas da renda tributável para fins de cálculo do Imposto de Renda. Haverá queda na receita desse imposto.

Então, haverá ganho, por um lado, entre aspas, com a reforma da Previdência, e haverá queda de receita por outro lado, porque se tira da base de incidência do Imposto de Renda. Essa queda é de mais de 7 bilhões. Então, só aqui temos uma diferença de 67 bilhões.

E não estão computados ainda os impactos da reforma da Previdência proposta para os militares, que não faz parte da discussão deste projeto, mas que terá impacto no conjunto da previdência pública.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR) - Presidente, art. 95, § 2º.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. garantisse a minha palavra.

Portanto, nós vemos contradições profundas entre os dados preliminares colocados pelo Poder Executivo e os da Instituição Fiscal Independente do Senado da República.

Eu gostaria de solicitar a V.Exa. que requeresse o estudo da Instituição Fiscal, para que pudéssemos analisar em detalhe essa proposta, e só depois de esses dados serem batidos, equiparados com os dados preliminares mandados pelo Governo Federal.

E quero lamentar a decisão de V.Exa. de não requerer as informações.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR) - Repetindo: art. 95, § 2º.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Isso apequena esta Comissão, Sr. Presidente. Nós somos guardiões da Constituição. Manda o Regimento Interno e manda a Constituição que, quando um projeto fere a constitucionalidade, ele deve ser devolvido ao autor.

Eu lamento que esta Casa esteja patrocinando esse tipo de debate, esse tipo de discussão, sobre uma matéria que, repito, é uma das mais importantes que o Parlamento brasileiro está votando. Ela mexe com a vida de milhões de pessoas, mexe com o salário, mexe com a sobrevivência, mexe com a dignidade. Nós tínhamos que ter, no mínimo, a responsabilidade de analisar os dados antes de votar qualquer coisa aqui.

O SR. MARCELO RAMOS (PR - AM) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Marcelo Ramos está com a palavra.

O SR. MARCELO RAMOS (PR - AM) - A minha questão de ordem...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - É para contraditar, Deputado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Para contraditar, concedo a palavra ao Delegado Éder Mauro.

O SR. MARCELO RAMOS (PR - AM) - Sr. Presidente, pela ordem. Acho que a palavra...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Peço a palavra para uma contradita à questão de ordem do Deputado Lafayette. Quero contraditar o Deputado Lafayette depois.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Já passou. A contradita é logo em seguida.

Tem a palavra o Delegado Éder Mauro.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de fazer uma contradita, não só à Deputada Gleisi, mas também a todos os que estão falando aqui. O § 1º e o § 4º do art. 95 falam exatamente que a questão de ordem deve tratar da matéria que está sendo discutida no momento, mas aqui todas as questões de ordem que estão sendo levantadas não condizem exatamente com a matéria em discussão.

Há Deputada da Esquerda que fala que há excesso nos números colocados pelo Ministro; outra Deputada diz que não há número nenhum, que estão escondidos os números; outra Deputada diz que não conseguiu resposta do Ministro, que é coisa administrativa, de ofício, com todo o respeito à Deputada Clarissa.

Não podemos entrar pela noite ouvindo questões de ordem, umas em cima das outras, sobre o mesmo assunto, quando nós já poderíamos entrar com os requerimentos. O § 1º e o § 4º dizem que as questões de ordem têm que ser exatamente sobre a matéria tratada neste momento: a admissibilidade e a constitucionalidade desta matéria. Nada mais. Questões de números e questões de ofício, questões administrativas não devem ser tratadas nesta Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Em virtude disso, o último a quem concederei a palavra para uma questão de ordem será o Deputado Marcelo Ramos.

O SR. MARCELO RAMOS (PR - AM) - Sr. Presidente, eu quero ser ponderado aqui, mesmo sabendo que o ambiente é naturalmente conflituoso. Quero fundamentar a minha questão de ordem no art. 95, § 2º, parte final, que veda a possibilidade de se tratar da mesma matéria em reiteradas questões de ordem, e também no § 7º, que estabelece um mecanismo para comentário ou protesto contra a decisão de V.Exa. O que está acontecendo aqui? A questão de ordem

não é o instrumento regimental adequado para se voltar contra a decisão de V.Exa. e está sendo utilizada como tal. Então, gostaria de fazer essa ponderação.

Ademais, Sr. Presidente, veja só: nós estamos discutindo aqui a admissibilidade constitucional de uma proposta de emenda à Constituição. Só existe uma possibilidade de uma proposta de emenda à Constituição ser inconstitucional: se ela contrariar uma cláusula pétrea. Essa possibilidade, Sr. Presidente, é a única prevista pelo nosso sistema jurídico em que pode haver controle prévio de constitucionalidade, que é essencialmente uma atividade legislativa, pelo Poder Judiciário, porque a nossa jurisprudência consolidou o entendimento de que Deputado pode ajuizar mandado de segurança para arguir o seu direito líquido e certo de não votar proposta de emenda à Constituição que contrarie cláusula pétrea.

Portanto, eu tenho uma série de restrições a esse projeto. Já me manifestei aqui. Vou ser ainda mais contundente na Comissão Especial. Mas há de se convir que se houvesse tanta convicção da inconstitucionalidade dessa matéria, alguém já teria ajuizado um mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Presidente... Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO RAMOS (PR - AM) - E, se tivessem ajuizado, já teria sido deferida uma liminar. Se não foi ajuizado, pena que não foi; se foi e não foi deferida a liminar, não há comprovação por parte do órgão superior, o único responsável por dar a palavra final sobre a constitucionalidade dessa matéria de forma prévia, porque o Supremo Tribunal Federal não decidiu trancando a tramitação da matéria.

Eu quero fazer essa ponderação para que se esgotem os mecanismos de obstrução, que são naturais e democráticos, para que se esgote o debate, que é natural e democrático. Mas temos a responsabilidade de respeitar a democracia. E respeitar a democracia é permitir o voto.

Era essa...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Peço a palavra para contraditar.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Peço a palavra para contraditar.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Peço a palavra para contraditar, Sr. Presidente. Deputado José Guimarães para contraditar, Sr. Presidente.

O art. 95, §...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Apenas uma contradita. Quem falará? O Deputado José Guimarães ou o Deputado Paulo Teixeira?

O Deputado Paulo Teixeira vai fazer a contradita, e eu vou encerrar e passar ao requerimento.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Os 15 minutos, Presidente. Honre a palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vamos respeitar a contradita, rapidamente, e depois passamos para elas.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Sr. Presidente, um Deputado disse aqui que o debate tem que ser conclusivo e traz para apoiar o seu argumento o Regimento Interno.

O que nós estamos trazendo aqui? Nós estamos dizendo que esta matéria, para tramitar, conforme o art. 113 do Ato das Disposições Transitórias Constitucionais, precisa dos impactos financeiros — para tramitar! Portanto, não se pode suprir essa inconstitucionalidade *a posteriori*.

Esta é a Comissão de Constituição e Justiça. Para tramitar esta matéria na Comissão de Constituição e Justiça há que se atender o art. 113 que diz:

Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Ora, se esta é a Comissão de Constituição e Justiça e se aqui se faz o controle preventivo da constitucionalidade, esse controle preventivo da constitucionalidade indica que, já que esses dados estão sob sigilo, a tramitação desta matéria não pode acontecer, porque, sem eles, não se pode saber o impacto financeiro da proposta. Ora, se o Presidente disse que vai, em negociação com o Governo, liberar os dados na quinta-feira, esta matéria só pode tramitar, do ponto de vista constitucional, no dia em que os dados forem liberados.

Por isso, Sr. Presidente, esta questão é uma questão constitucional.

O que hoje se tentou no Supremo Tribunal Federal não está exaurido. O fato de não ter tido uma liminar não quer dizer que se esta Comissão violar a Constituição ela não poderá ter que retornar.

Portanto, se é tão flagrante a inconstitucionalidade, nós temos que obter os dados, que nunca deveriam estar sob sigilo, porque não são dados que dizem respeito à segurança do Estado, e, ao obter os dados, aí, sim, esta matéria poderá ser votada na Comissão de Constituição e Justiça.

Por isso, Presidente, nós não estamos aqui a discutir um tema regimental; nós estamos discutindo um tema constitucional, por ferir o art. 113 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Portanto, nós queremos pedir a paralisação deste debate.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay, por 1 minuto.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente, eu estou com as notas taquigráficas da última reunião, em que se diz, em determinado momento, as palavras do Relator da matéria: *"este Relator solicita ao Presidente e aos nobres colegas desta Casa mais uma sessão, para que possamos analisar cuidadosamente cada um desses temas e possamos apresentar uma complementação de voto que o Deputado disse que iria apresentar nesta terça-feira"*.

Quando o Deputado solicita mais uma sessão, e V.Exa. defere a solicitação de S.Exa., nós estamos trabalhando com sessões do plenário, que não ocorreram.

Portanto, esta sessão, a meu ver, lendo as notas taquigráficas — por isso, utilizo a palavra pela ordem —, não poderia estar acontecendo neste momento, porque não se passou uma sessão. O prazo solicitado pelo Parlamentar Relator não se exauriu.

Portanto, solicito que esta reunião seja transferida para depois da realização...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Requerimentos.

Requerimento de votação nominal...

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Sr. Presidente, V.Exa. não respondeu a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu já respondi, Deputada Gleisi. Deputada Gleisi, só 1 minuto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada Gleisi, só 1 minuto.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Presidente, os 15 minutos já se passaram...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) - Já se passaram os 15 minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Já se passaram.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) - Já se passaram quase 20 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu não vou conceder mais a palavra para questão de ordem neste momento, porque eu já anunciei isso.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Vamos votar o requerimento, Presidente.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Já venceu o tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu já respondi.

O SR. PEDRO LUPION (DEM - PR) - Segue, Presidente.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Vamos votar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Gostaria apenas de encerrar esta questão.

V.Exas. ficam a toda hora pedindo a palavra e lamentando as minhas decisões. Não fiquem só lamentando. Recorram! Utilizem o Regimento e recorram! Parem de lamentar! O choro é livre, mas recorram! *(Palmas.)*

Requerimento de votação nominal do requerimento de alteração da ordem dos trabalhos para Ordem do Dia, ata e Expediente, de autoria da Deputada Erika Kokay.

Concedo, de ofício, o pedido de votação nominal.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de alteração da ordem dos trabalhos, consistindo em Ordem do Dia, Ata e Expediente.

Requerimento nº 1, da Deputada Erika Kokay.

Requerimento nº 2, do Deputado Darcísio Perondi.

Para encaminhar favoravelmente ao requerimento, pelo prazo de 5 minutos, tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Na verdade, nós estamos pedindo a inversão da ordem dos trabalhos, para que nós possamos apreciar o Expediente.

Antes de começar, eu gostaria de saber exatamente do que trata o requerimento; qual é o requerimento a que V.Exa. está se referindo.

Eu gostaria que V.Exa. repetisse qual é o requerimento que está em apreciação, porque há vários requerimentos à frente desse.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O que trata da ordem dos trabalhos: Ordem do Dia, ata e Expediente.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Então, o Deputado Paulo Teixeira irá defendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - É o único válido. O tempo já está correndo.

O Deputado Paulo Teixeira está com a palavra.

O tempo já está correndo.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Sr. Presidente, nós viemos aqui discutir um tema que diz respeito a todos os brasileiros, principalmente os mais pobres, os idosos, aqueles que trabalham na zona rural desde 9 anos, 10 anos de idade: o Benefício de Prestação Continuada.

Estamos aqui a discutir aqueles que trabalham pesado na vida cotidiana deste País. Nós estamos aqui discutindo o fim de uma aposentadoria prevista na Constituição, o fim do regime de solidariedade, do regime de repartição.

Ora, para discuti-lo, nós não podemos contrariar a Lei Maior do Brasil. Nós estamos contrariando a Constituição Federal, que exige, para um debate desta natureza, desta grandeza, que a sociedade brasileira conheça os números. E, para conhecê-los, eles têm que ser oferecidos.

E o que fez este Governo? Este Governo colocou os números sob sigilo, o que quer dizer que a argumentação dessa emenda constitucional não corresponde à realidade da Previdência, porque, se correspondesse, os números não estariam sob sigilo. Eles não disseram o custo de transição do sistema de repartição para o sistema de capitalização, em que só contribuirá o empregado — o empregador não contribuirá, nem o Governo. Os números não estão colocados. O chamado déficit da Previdência não está comprovado.

Eu pergunto como os Deputados votarão, sendo que, nesta Comissão, a Constituição exige, no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a apresentação de tais números.

Portanto, há uma inconstitucionalidade flagrante, e esta Comissão tem o dever de fazer o controle de constitucionalidade preventivo. Para fazê-lo, não poderia haver uma violação tão explícita. Foi matéria do jornal *Folha de S.Paulo*, manchete da *Folha de S.Paulo*, este final de semana, dizendo que esses dados estão sob sigilo. Nenhum dos Deputados que solicitou os dados os conseguiu; o jornal *Folha de S.Paulo* não os conseguiu igualmente; e nós estamos aqui a fazer um voo no escuro, um voo cego, porque os dados não estão disponibilizados para esta Comissão.

Por esta razão, Sr. Presidente, só podemos prosseguir debatendo esta matéria depois que for retirado o sigilo dos dados e eles puderem ser confrontados pela sociedade brasileira, porque esta matéria pune os mais pobres, os mais fracos, os idosos e favorece o sistema econômico representado pelo (*inaudível*) da Fazenda.

Por esta razão, eu retiro este requerimento, para continuidade deste debate, tendo em vista a flagrante inconstitucionalidade da discussão desta matéria sem atender ao art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Estou retirando o requerimento.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Portanto, eu retiro, junto com a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - E o Deputado Rubens Otoni também.

O SR. RUBENS OTONI (PT - GO) - Retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Deputada Erika Kokay retira o requerimento. Então, fica o requerimento do Deputado Darcísio Perondi.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Há outro requerimento de minha autoria.

Deputado, V.Exa. me permite, com toda boa vontade, sem nenhum tipo de subterfúgio? Eu apresentei uma série de requerimentos aqui, que V.Exa. simplesmente ignorou. V.Exa. nem disse que estavam prejudicados. Ignorou. E pulou para um requerimento que, se não me falha a memória, era o sétimo na ordem estabelecida. V.Exa. não respeitou a ordem. Após esse requerimento, existe outro requerimento de minha autoria, que também precede...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Muito bem, Deputada. Eu vou declarar a prejudicialidade no momento correto, que é após esse requerimento.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Não. Eu estou falando que há outro requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu já respondi, Deputada. Eu vou declarar a prejudicialidade na etapa correta de tramitação.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Mas não no requerimento. Eu tenho um segundo requerimento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Para encaminhar contrariamente ao requerimento do Deputado Darcísio Perondi, tem a palavra a Deputada Maria do Rosário, por 5 minutos. *(Pausa.)*

O requerimento do Deputado Darcísio Perondi é no mesmo sentido de alteração da ordem dos trabalhos, ordem do dia, ata e expediente. Então, continua o requerimento do Deputado Darcísio.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário, por 5 minutos.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós estamos aqui numa tarefa de resistência pela Previdência Social pública e pelo sentido de seguridade social.

Nós acreditamos que é direito fundamental o tema da Previdência Social no Brasil. Vimos idas e vindas do Governo, e agora um ato autoritário, um ato lamentável, incoerente com a Constituição Federal e com a Lei de Acesso à Informação impede que qualquer cidadão brasileiro, quem quer que seja, tenha acesso aos dados da Previdência.

Sr. Presidente, eu me dirijo à V.Exa. Eu pedi que o tempo fosse...

Sr. Presidente... Sr. Presidente, o autor do requerimento está...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está correndo o tempo, Deputada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - E eu estou tentando, Presidente, e me dirigindo a V.Exa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, observem que não se trata de uma reforma, mas da liquidação da Previdência pública.

Trata-se da liquidação da sua aposentadoria, trabalhador da construção civil, policial, professor e professora. Trata-se da liquidação da sua aposentadoria, trabalhador do campo e trabalhadora da cidade — a primeira que acorda e a última a que vai dormir, depois da lida com a casa, com a roupa, com a roça, depois de tomar o ônibus, de levar os filhos.

Senhoras e senhores, a Comissão de Constituição e Justiça está se submetendo a uma lógica, ao inverter esta votação e colocar em votação esta emenda constitucional, que não está à altura da Constituição e das tarefas desta Comissão. Isso porque, se nós devemos ser zelosos com a Constituição, é possível apontar que ela está sendo rompida, rasgada, destruída, desde o seu art. 1º, sobre os objetivos, os fundamentos, os princípios da República, até mesmo aquilo que trata dos direitos individuais, das garantias individuais, da dignidade da pessoa humana. Essas são garantias que não podem ser retiradas por um Parlamentar que se encontra aqui num papel que não é o do Constituinte originário.

Por isso, Sr. Presidente, nós acreditamos que esta Câmara dos Deputados deve mostrar altivez, deve mostrar a defesa da população. Muitas vezes eu tenho dito isto aqui: quando tudo falta e os autoritários tentam tomar o poder, que nos sobre a Constituição, que nos sobre o Parlamento, porque um Parlamento escravo e submisso ao Poder Executivo é um Parlamento que não cumpre as suas atribuições.

Várias das questões de ordem aqui apresentadas, a maioria delas, senão todas, trabalham com temas importantes, e as respostas não são fáceis. Elas não são de fácil formulação. Espanta-me como é fácil para alguns vir a esta Comissão ou à Câmara dos Deputados para revogar direitos que pessoas lutaram a vida inteira para manter.

Lembro-me, Deputada Gleisi, de cada grito da terra, de cada mulher dos chapéus de palha. Lembro-me da Marcha das Margaridas, em homenagem à Margarida Maria Alves. Lembro-me dos movimentos sindicais de trabalhadores e trabalhadoras. Lembro-me das lutas no CEPERS, como professora, e da CNTE, que no próximo dia 24 estará aqui. E incomoda-me tremendamente que esta Esplanada esteja fechada para as populações indígenas, para os trabalhadores e trabalhadoras.

Se isso não é um instrumento de exceção, o que é? Se isso não é um estado de sítio ou de defesa pré-declarado, o que é? O que teme este Governo? O que teme o Ministro Moro, alçado à condição de Ministro depois de injustiças promovidas contra o Presidente Lula? O que teme o Ministro Moro e o Presidente, aquele que se senta naquela cadeira, Bolsonaro, ao fechar a Esplanada e ao decretar o sigilo das informações públicas?

A Presidenta Dilma criou a Lei de Acesso à Informação. Eu tenho a honra de ter sido uma das Ministras, à época, que participou, junto com Gleisi Hoffmann, dessa organização. O que eu vejo agora — o que eu vejo agora — é a sonegação de informações. E isto, senhores e senhoras, é o prenúncio de uma ditadura, ditadura que Ulysses denunciou nesta Casa. Pois eu sou mais Ulysses do que os algozes...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Orientação de bancada.

Como vota o PSL? *(Pausa.)*

Como vota o PT?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O PT é contra este requerimento. O PT não quer que esta Casa continue sendo aviltada, e o povo brasileiro também.

Para além de ser uma proposição que prejudica sobremaneira a população pobre deste País, para além de ser uma proposição que está sendo tecida com os fios do obscurantismo ou os fios da escuridão, porque é uma proposição cujos dados não conhecemos, ferindo a Constituição, ferindo o Regimento, nós não podemos aqui estar decretando o final ou o fim da aposentadoria. Aqui nós não podemos estar decretando jogar idosos na vala da ausência de dignidade humana — mais de 80% de idosos neste País têm proteção social. E eles não a terão mais com esta proposição. Nós não podemos estar rasgando a dignidade, assegurada na Constituição, que é seu princípio fundante, de mulheres, de professores, da população de baixa renda, arrancando...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Bloco PP/MDB/PTB? *(Pausa.)*

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Sr. Presidente, o PSL vota "sim", favoravelmente ao encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota...

(Não identificado) - O PP vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PR vota "sim"? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSD?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - O PSD vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSD vota "sim".

Como vota o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - Sr. Presidente, é impressionante que uma matéria tão delicada e importante para o País, como a proposta de reforma da Previdência, que tem impacto na vida brasileira de mais de 1 trilhão de reais... Ouvir aqui Parlamentares, integrantes da Comissão de Constituição e Justiça, portanto, guardiões da constitucionalidade das propostas legislativas que chegam a esta Casa, imaginar que o que diz a própria Constituição, que devam ser acompanhados projetos de emenda constitucional... Ressalva-se inclusive de medida provisória, mas exige que os impactos sejam suficientemente demonstrados.

Eu fiz aqui, pela Liderança do PSB, um pedido de informações que vence amanhã. O art. 50 da Constituição diz que, se o Ministro da Economia não responder, isso é crime de responsabilidade. Por isso, nós vamos discutir aqui intensivamente que a omissão grave das informações nos leva à orientação "não"...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSB vota "não".

Como vota o PRB?

O SR. JOÃO ROMA (PRB - BA) - Urgente é a necessidade do povo brasileiro para que as reformas aconteçam. Urgente é a necessidade daqueles que mais precisam de providências do Estado brasileiro. E é por essa responsabilidade que não teremos a covardia de nos omitir perante o povo brasileiro.

O PRB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PRB vota "sim".

Como vota o PSDB?

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - O PSDB vota "sim", Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Sr. Presidente, para registrar...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSDB vota "sim".

Como vota o Democratas?

O SR. SERGIO TOLEDO (PR - AL) - O PR, Sr. Presidente.

(Não identificado) - O Democratas vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Democratas vota "sim".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - O PSL vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. SERGIO TOLEDO (PR - AL) - O PR, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Solidariedade?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) - É só para botar no painel a orientação do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PSL, Deputado Eduardo Bolsonaro?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) - Sr. Presidente...

O SR. SERGIO TOLEDO (PR - AL) - O PR, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Por favor, peço que aumentem o volume. Já pedi várias vezes.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) - É só para botar a orientação "sim" lá.

O SR. SERGIO TOLEDO (PR - AL) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Orientação "sim" do PSL.

O SR. SERGIO TOLEDO (PR - AL) - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Solidariedade?

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SOLIDARIEDADE - SP) - Sr. Presidente, eu queria solicitar o tempo da Liderança do Solidariedade, para acrescentar. *(Pausa.)*

Primeiro, quero dizer que nós do Solidariedade consideramos que conseguimos, numa ampla negociação aqui no Congresso, pela primeira vez na história, fazer modificação aqui na Comissão de Constituição de Justiça. É uma coisa inédita. Esses quatro itens que foram negociados, o Solidariedade considera uma vitória. Primeiro, havia uma pegadinha na questão do Fundo de Garantia. A ideia que o Governo tinha era a de baratear o custo do aposentado para, mais para a frente, inventar a carteira verde e amarela. Aí, sim, obrigar as pessoas a serem contratadas sem nenhum direito. Por isso, retirar hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, a questão do Fundo de Garantia e manter o Fundo de Garantia dos aposentados e daqueles que vão se aposentar, nós consideramos isso uma vitória na Comissão de Constituição e Justiça.

Segundo, temos que discutir, seriamente, os demais itens na Comissão Especial. Por exemplo, não vamos abrir mão de retirar dessa reforma o BPC; não vamos abrir mão de retirar os trabalhadores rurais. Não é possível que alguém imagine que um trabalhador rural possa se aposentar aos 60 anos. Só alguém que nunca passou em uma zona rural pode acreditar nisso. Nós também não concordamos, de jeito nenhum, que professoras e professores tenham que ter a mesma idade, de 60 anos, para se aposentar. Precisamos mexer nisso. Em todas as regras, o Governo propõe uma diferença de 5 anos. Não sei por que para professoras e professores manteve os 60 anos.

Queremos também retirar dessa reforma a questão do abono. Vinte e três milhões de pessoas pobres recebem o abono todos os anos, e, para nós, retirar o abono desses trabalhadores é uma injustiça.

Não aceitamos, de jeito nenhum, fazer reforma para Governadores e Prefeitos. Nós não vamos aceitar, de jeito nenhum, fazer essa reforma aqui em Brasília. Há Prefeitos e Governadores fazendo campanha contra a reforma da Previdência. E por que eu e os meus pares vamos nos sacrificar, ou nos penalizar, ou nos desgastar perante a opinião pública, enquanto o Governador fica em seu Estado, numa boa, falando mal da reforma? O Governador que faça a reforma dele lá na Assembleia Legislativa. Nós não aceitaremos fazer reforma aqui para os Estados e Municípios.

Aliás, eu até tive a oportunidade de dizer isso ao Presidente Bolsonaro na semana retrasada. Ele me disse que também é a favor de devolver para os Governadores essa questão, que nós achamos que não é possível fazê-la. Há Governador fazendo campanha contra. O meu Governador, de São Paulo, por exemplo, está fazendo campanha para Presidente da República. Enquanto eu vou votar a Previdência, em Brasília, contra o funcionário público, contra o Poder Judiciário, contra a polícia, contra os professores de São Paulo, o Governador fica numa boa. Então, os Deputados Estaduais que façam a reforma em seus Estados.

Portanto, nós não aceitaremos fazer a reforma previdenciária dos Estados aqui nesta proposta de reforma da Previdência. Estamos fazendo emenda para isso. Exigimos que a reforma da Previdência para Estados e Municípios seja devolvida para os Estados e Municípios e que os Governadores e Prefeitos façam a sua reforma. Nós temos de cuidar da reforma para o Brasil.

Além disso, nós não aceitaremos essa transição maluca que o Ministro Paulo Guedes inventou. Eu até desafio, aqui nesta Comissão, peço que me expliquem como é que funcionam essas quatro regras de transição. Vejam que nós Deputados temos dificuldades de explicar essa transição, então imaginem a dificuldade de um trabalhador normal. A transição tem que ter uma regra clara, pois as pessoas têm que saber quanto tempo têm de trabalhar a mais para se aposentar. Por isso, nós também vamos apresentar emenda nesse sentido.

Por isso, o Solidariedade vota "sim" hoje, considerando uma vitória aqui na Comissão a retirada do Fundo de Garantia. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Solidariedade vota "sim".

Como vota o Democratas?

Quem vai votar pelo Democratas? *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Geninho Zuliani.

O SR. GENINHO ZULIANI (DEM - SP) - Sr. Presidente, devido à urgência de que o País está precisando em relação a todo esse debate, desde o início o Democratas tem o seu posicionamento favorável à reforma urgente da Previdência.

Discordo do Parlamentar Paulinho da Força. Devemos, sim, votar a reforma da Previdência em relação aos Estados e aos Municípios. Não há como mais de 5 mil Câmaras Municipais votarem as suas reformas da Previdência. Isso criaria um desconforto muito grande no País. O que precisamos, sim, é fazer com que os Governadores que dizem lá na base que são contra a reforma da Previdência digam isso também ao Presidente da República, não tenham discurso dúbio e parem de enganar o povo.

O Democratas vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Democratas vota "sim".

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, o PSOL vota "não", porque o que V.Exas. querem é um cheque em branco para aprovar uma medida antipovo, ferindo aquilo que deveríamos aqui proteger, o art. 37 da Constituição Federal, e negando informação não só a nós, mas também, porque somos representantes do povo, ao povo.

O PSOL vota "não", Sr. Presidente. Inclusive, apresentamos um requerimento de informação solicitando que esta Casa convoque mais uma vez o Ministro Paulo Guedes e que esta Casa peça as informações que este Governo quer negar, para que possamos avaliar se esta reforma antipovo é constitucional ou não.

O PSOL vota "não", porque não entende trabalhadores rurais como privilegiados, Sr. Presidente. O PSOL não entende professoras como privilegiadas. O PSOL não entende trabalhadores informais como privilegiados. O PSOL não entende pescadores artesanais como privilegiados.

O PSOL tem lado e, sem dúvida, não é o lado de alguns de V.Exas., nem é o lado do Sr. Paulo Guedes e do Sr. Bolsonaro, que é o lado dos bancos. O nosso lado é o lado da maioria do povo, que V.Exas. querem atacar, acabando com a possibilidade de esse povo se aposentar.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSOL vota "não".

Como vota o PROS?

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, do valor de 1 trilhão de reais que o Ministro Paulo Guedes pretende economizar, 869 bilhões de reais saem do Regime Geral de Previdência Social e saem da Seguridade Social, ou seja, o mais prejudicado são os mais pobres.

É preciso, Sr. Presidente, cobrar coerência de quem diz que esta é uma reforma para combater privilégio. O Presidente Jair Bolsonaro, aos 33 anos, foi para a ativa do Exército e recebe 10 mil reais como uma espécie de aposentadoria. O Presidente Jair Bolsonaro teve, no início deste ano, um tempo averbado pela Câmara dos Deputados. É verdade que ele não requereu a sua aposentadoria especial, equivalente a 27 mil reais, mas a Câmara já fez a averbação, o que possibilita que o Presidente a requeira a qualquer momento.

Eu pergunto: por que ele aderiu à aposentadoria especial e não ao Regime Geral, como todo trabalhador?

É preciso coerência, Sr. Presidente.

O PROS vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PROS vota "não".

Como vota o PCdoB?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Sr. Presidente, esta reforma da Previdência não combate privilégios. É uma reforma contra o povo, contra os trabalhadores, contra os mais pobres.

Nós temos dado nome aos bois, Sr. Presidente. Nós temos dito onde ela fere o direito dos mais pobres. Mas aqueles que afirmam que ela combate privilégios não citam onde esses privilégios estão. Esta reforma prejudica enormemente os trabalhadores que, ao completarem 65 anos de idade, não têm 15 anos de contribuição, o que mostra a vida difícil que essas pessoas levaram.

Esta PEC eleva a idade para 70 anos e, enquanto ele não completar os 70 anos, receberá apenas 400 reais. Isso é um absurdo, prejudica os mais pobres!

Quanto ao abono salarial, o corte entre um e dois salários mínimos prejudica 26 milhões de trabalhadores. Trata-se de um dinheiro retirado da população de baixa renda.

A reforma é contra o povo, é contra os mais pobres.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PCdoB?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Por isso, Sr. Presidente, o PCdoB encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PCdoB encaminha "não".

Como vota o PDT?

O SR. SERGIO TOLEDO (PR - AL) - O PR, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - Sr. Presidente, a complementação de voto que recebemos do eminente Relator demonstra cabalmente a importância e o significado do debate, o acolhimento dos votos em separado e os argumentos que aqui foram oferecidos. Mas passa pelo lado, tangencia a questão fundamental da desconstitucionalização, dar uma carta em branco. Essa é a nossa maior inconformidade.

Por isso o PDT vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PDT vota "não".

Como vota o PR?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Presidente, o Podemos?

O SR. SERGIO TOLEDO (PR - AL) - O PR vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PR vota "sim".

Como vota o Podemos?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Presidente, o Podemos vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Podemos vota "sim".

Como vota o Cidadania?

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - Sr. Presidente, vamos voltar um pouco no tempo.

No início do século passado, a expectativa de vida era de 33 anos. Agora chegamos a mais de 75 anos. É necessário e crucial fazermos a reforma da Previdência para que tenhamos recursos para a educação, para a saúde e para a segurança pública. Por isso o Cidadania vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Cidadania vota "sim".

Como vota o Partido Novo?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - O Partido Novo quer primeiro esclarecer e identificar onde estão os privilégios.

Média da aposentadoria do Poder Executivo: 8 mil reais; média da aposentadoria do Poder Judiciário: 18 mil reais; média da aposentadoria dos políticos, 26 mil reais.

Quem paga essas aposentadorias são os pobres.

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - Isso não é verdade.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Dos 720 bilhões gastos com Previdência, 200 bilhões vão para 1 milhão de pessoas. São só 40 milhões de aposentados.

Já são 3 semanas discutindo Previdência. Três semanas! O NOVO gostaria que se votasse mais, que se trabalhasse mais, que se repetisse menos e que se falasse menos.

Nós votamos "sim" para adiantar esta votação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Partido Novo vota "sim".

Como vota o Patriotas?

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Sr. Presidente, pelo bem do Brasil e contra a hipocrisia, o Patriotas vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Patriotas vota "sim".

Como vota o PV?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP) - Sr. Presidente, o PV vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PV vota "sim".

Como vota a Liderança do Governo?

O SR. PAULO EDUARDO MARTINS (PSC - PR) - O Governo vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Governo vota "sim".

Como vota o PSC?

O SR. PAULO EDUARDO MARTINS (PSC - PR) - Sr. Presidente, o PSC entende que a reforma é urgente, necessária...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Só 1 minuto, Deputado Paulo Martins. Só 1 minuto.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, por favor. Respeitem a fala dos oradores.

Deputado Paulo Eduardo Martins, V.Exa. tem a palavra pelo PSC. *(Pausa.)*

Deputados, por favor. Deputada Clarissa, Deputado Gilson, Deputado Stephanes, Deputado Paulinho, vamos acalmar. Se quiserem bater boca, lá fora está à disposição. Vamos respeitar o Deputado Paulo Eduardo Martins, que está com a palavra.

O SR. PAULO EDUARDO MARTINS (PSC - PR) - Obrigado, Presidente.

Nós entendemos a urgência da reforma, a necessidade e a seriedade da proposta. Achemos que essa reforma é de todos, inclusive dos Governadores. Alguns deles, sobretudo os da Região Nordeste, chegam a Brasília, encontram-se com os Parlamentares, manifestam a sua preocupação com a necessidade da aprovação da reforma, mas depois procuram a imprensa, em seus Estados, e se manifestam contrariamente, fazendo o populismo barato e jogando toda a responsabilidade para esta Casa. Isso não pode acontecer. A responsabilidade é de todos. Não adianta ser "tigrão" em Brasília e "tchutchuca" nos Estados. Essa reforma é de todos.

Por isso, o PSC vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSC vota "sim".

Como vota a REDE?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Sr. Presidente, a reforma da Previdência é bastante séria para todos no Brasil. Nós não podemos empurrar essa reforma, pois a população não entende o que vai ser alterado, principalmente as pessoas que têm uma vida pela frente e merecem uma aposentadoria decente.

Não há um entendimento da nossa população brasileira sobre essa reforma, que afeta os mais pobres, mas protege uma classe que se favorece dos que trabalham arduamente. Principalmente os trabalhadores rurais, as mulheres e os professores é que vão ser os mais prejudicados. Mesmo assim, não têm sido divulgados os impactos dessa reforma. O Brasil merece, sim, uma reforma da Previdência, mas não esta que está aí.

A REDE vota "não", justamente porque entende que nada foi alterado na nova apresentação desse relatório, pela admissibilidade...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A REDE vota "não".

Como vota a Liderança da Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Liderança da Minoria, Deputada Jandira Feghali?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidente, o Governo age de forma covarde e mente. O pior é que alguns Parlamentares repetem as mentiras. Se o Governo tivesse a coragem de falar a verdade, não agiria da forma grave como está agindo.

É gravíssimo esta Comissão seguir a votação com o Governo tendo decretado sigilo dos dados. Isso amesquinha esta Comissão, amesquinha o Parlamento brasileiro, amesquinha o nosso debate. O Governo não tem coragem de dizer de onde ele tira o dinheiro, porque, se dissesse claramente, eu tenho certeza de que esta Comissão não teria coragem de votar.

Desse 1 trilhão que ele diz que está economizando — que sequer comprova —, 915 bilhões, pelos grossos números, são tirados exatamente de quem não tem recurso nenhum, dos pobres deste País.

Então, é uma vergonha o que está acontecendo nesta Comissão e com essa proposta de reforma.

A Minoria vota "não" à inversão.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Minoria vota "não".

Como vota a Liderança da Oposição, Deputado Alessandro Molon?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, com toda sinceridade, eu peço licença para discordar de uma manifestação que V.Exa. fez quando disse que a divulgação dos dados pelo Ministro Paulo Guedes era uma liberalidade dele. Não é, Presidente. Numa República, a transparência é regra; o sigilo é exceção. E o Governo insiste em manter sob sigilo dados que esta Comissão tem o direito de conhecer. Se esta Comissão não se der ao respeito, não será respeitada pelo Governo.

O Governo mandar a Comissão votar, dizendo que apenas após a votação divulgará os dados, é uma falta de respeito com os membros desta Comissão, que é certamente a mais importante da Casa.

Por isso, faço um apelo aos colegas para que não votemos essa proposta sem conhecer os dados em que ela se apoia. Em qualquer país do mundo isso é o mínimo. Não se discute uma proposta que mexe com a vida das pessoas sem que os dados sejam tornados públicos. Não é razoável isso, não é sério, não é republicano, não é democrático.

Por isso, a Oposição orienta "não" para esse requerimento de inversão dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Oposição vota "não".

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Ainda não é mérito, é bom dizer; é um requerimento de inversão.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SOLIDARIEDADE - SP) - Sr. Presidente, eu queria fazer um esclarecimento, porque se fala muito de aposentadoria de político. Mas acho que o meu colega aqui atrás fez uma injustiça conosco.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Paulinho, se V.Exa. permitir, eu vou abrir o processo de votação. Daí V.Exa. terá o tempo que quiser para fazer essa declaração.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SOLIDARIEDADE - SP) - Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O PT muda para obstrução.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - O PDT muda para obstrução.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - O PCdoB modifica para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A votação está aberta. Tem a palavra o Deputado Paulinho da Força.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - O PSOL está em obstrução.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - O PSB muda para obstrução, Presidente.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - O PROS está em obstrução.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SOLIDARIEDADE - SP) - Posso garantir a minha palavra, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra o Deputado Paulinho.

O SR. PAULO PEREIRA DA SILVA (SOLIDARIEDADE - SP) - Sr. Presidente, eu sou metalúrgico, trabalhei por 42 anos, contribuí por 42 anos, e não faço parte da previdência da Casa. Estou há 12 anos como Deputado Federal. Quando eu cheguei aqui, já não havia mais a previdência dos Deputados — teria que se pagar pelo passado. Eu não sei quantos Deputados há na previdência daqui e quanto eles pagam, mas sei que pagam caro. Disseram-me agora que pagam 22% do salário. Eu sou aposentado e me aposentei com 4.166 reais. Então, é injusto dizer que as aposentadorias dos políticos são de 15 mil reais, são 20 mil reais, porque não é assim.

Hoje, para poder se aposentar por aqui, o Deputado tem que pagar uma grana razoável em relação ao passado. Ele teria que ter aderido ao plano lá atrás, e o plano acabou. Então, os Deputados novos que quiserem entrar na previdência da Casa têm que pagar mais de 1 milhão de reais. Quando cheguei aqui, há 12 anos, eu teria que pagar 600 mil reais. Como eu não tinha esse dinheiro, não entrei. Por isso, eu me aposentei com 4 mil e pouco.

Então, Deputado, acho injusto V.Exa. falar que os políticos se aposentam com 20 mil reais. Eu não me aposentei. Então, quero a minha parte.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - Sr. Presidente, gostaria de acrescentar algo na linha do que disse o Deputado Paulinho.

Precisamos esclarecer a opinião pública, que espera de nós aqui da Casa a transparência necessária para terem compreensão. Via de regra, as pessoas dizem assim: "*Está bem, estão tratando da aposentadoria do INSS, mas estão lá apertando o agricultor, a agricultora, o idoso pobre, a viúva e os professores*" — e realmente estão, e estou aqui contra isso — "*e os políticos?*"

Então, é importante dizer, Presidente, que ninguém aqui, em sã consciência, vai votar nada, nada — e eu quero dar aqui a minha posição — que possa garantir uma aposentadoria de alguém aqui do Parlamento acima de 5.800 reais, que é o

teto da Previdência. Ou seja, o teto da Previdência tem que ser o limite das aposentadorias públicas no País, e isso tem que valer para Deputado, Senador, Governador, Presidente, Ministro, desembargador, juiz, enfim, seja quem for. Nós precisamos deixar isso bem claro, para que a opinião pública tenha a compreensão do papel. Esta Casa aqui tem que dar o exemplo. Esse exemplo tem que ser dado. E isso tem que ser dito com muitas palavras, porque não seria justo se não fosse feito isso e, ao mesmo tempo, se tirasse do INSS. Deixar como estão deixando, lamentavelmente...

E hoje a imprensa divulga para todo o País que 87 mil mulheres filhas de militares recebem 480 milhões por mês, ou seja, 5.400 reais de aposentadoria, e esses não são tocados pela reforma da Previdência. Aí está um privilégio, que tem que ser enfrentado e tem que ser tocado, em vez de se tirar daqueles do INSS, que recebem 1.370 reais. Essa é uma injustiça. Essa reforma...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon, pela ordem de inscrição.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Muito obrigado, Presidente.

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES (PSB - SP) - Olhe a listinha aí, Presidente. Há uma listinha aí.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Eu quero me manifestar aqui, Presidente, sobre essa questão, que é gravíssima, da imposição do sigilo. E eu peço a atenção de V.Exa., Presidente Felipe Francischini, porque essa notícia da imposição do sigilo é da maior gravidade. Não é razoável que se peça à Comissão de Constituição e Justiça que vote às escuras uma PEC que mexe com o País inteiro, com a aposentadoria das pessoas, sem que o Governo mostre os números em que se fundamenta para fazer essa proposta. Isso não é razoável. O que é que o Governo insiste em esconder? Por que é que o Secretário Rogério Marinho se nega a abrir esses dados?

Ele disse, Presidente, que na quinta-feira vai abrir uma parte dos dados. Eu gostaria de saber por que os colegas aqui da CCJ não merecem o mesmo respeito que os colegas que vão compor a Comissão Especial. Por que o membro da CCJ tem que votar essa proposta no escuro, enquanto o membro da Comissão Especial pode votar sabendo dos números? São menos importantes os Deputados da CCJ? Será que os dados em que o Governo se baseou não devem ser conhecidos pela população? Eles não são propriedade do Sr. Rogério Marinho, não são propriedade do Governo.

Tudo bem, o Governo Bolsonaro, desde o seu primeiro dia, queria aumentar o sigilo. Nós da Oposição, aprovando um projeto de decreto legislativo do PSB, conseguimos derrotar o decreto que aumentava o sigilo. Agora o Governo insiste no sigilo sobre dados da Previdência. Não são dados individuais, mas dados gerais, números, estimativas, cálculos. O Governo diz que não divulga porque não terminou os cálculos. Então, como é que mandou essa proposta para cá?

Isso é uma irresponsabilidade, Presidente, e falta de respeito com a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vou encerrar a votação.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Pode encerrar, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu vou encerrar. Por favor, votem, Deputados.

O Deputado José Guimarães está com a palavra, conforme a ordem dos pedidos.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sr. Presidente, é o momento da votação, e é claro que nós estamos aqui em uma resistência que vem há semanas. É importante dizer que o fato de o Governo se negar a oferecer dados sobre a reforma a esta Comissão e de dizer que vai na quinta-feira reunir os Líderes na casa do Presidente para divulgar os dados evidentemente faz pressupor que algum acordo foi feito. É evidente que isso é um desrespeito à nossa Comissão de Constituição e Justiça. Nós nunca vimos isto, Sr. Presidente: a CCJ votar sem ter os dados que sustentam a votação da admissibilidade desta PEC.

Aliás, com relação à admissibilidade da PEC, nós vamos inquirir em seguida ao Relator o é que mudou nos pontos que foram anunciados pelo Governo se o relatório anterior era pela constitucionalidade. Isso significa que o Relator está reconhecendo que no relatório anterior a admissibilidade não era necessária, que o relatório tinha vícios de inconstitucionalidade e, portanto, não podia ser aprovado na CCJ? É o questionamento que nós fazemos.

Vejam que nós estamos conseguindo uma ação unificada do conjunto dos partidos de oposição. Os partidos de oposição estão votando unidos, até porque, qualquer que seja o resultado do mérito, o Governo já está derrotado nessa reforma da Previdência. Nós vamos ter 40 reuniões na Comissão Especial, vamos ter o debate da sociedade. A população percebe o tamanho...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Vamos encerrar a votação.

Com a palavra o Deputado Aliel Machado. *(Pausa.)*

Para que conclua, tem a palavra o Deputado José Guimarães por 30 segundos.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Portanto, não se trata, como alguns estão dizendo, de luta entre Bolsonaro e Lula, minha querida Deputada Clarissa, do Rio de Janeiro. Aqui se trata de projeto, aqui se trata de um Governo que não quis discutir nada durante a eleição e que, agora, quer, numa canetada só, retirar da nossa Constituição aqueles direitos que são cláusulas pétreas. É disso que se trata. São opiniões e, portanto...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Concedo a palavra ao Deputado Aliel Machado e, depois, ao Deputado Tadeu Alencar, pelo prazo regimental de 2 minutos cada um.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Agradeço, Sra. Presidente, e peço que restabeleça o meu tempo.

Eu tenho uma informação muito importante a todos os membros da Comissão e faço um apelo pela preservação do Parlamento e da responsabilidade desta Comissão.

O art. 114, que trata do envio de documentos para esta Casa para a devida análise, é justamente para que não incorramos na irresponsabilidade de aprovar uma matéria que trata da vida dos brasileiros sem termos os devidos dados.

Pois bem, em uma matéria publicada hoje às 16h30min pelo jornal *Folha de S.Paulo*, o Secretário-Executivo da Previdência declara o seguinte: "*O Governo ainda precisa fazer cálculos para divulgar impactos da reforma da Previdência*".

Prestem atenção, independentemente de posições partidárias, independentemente do mérito da matéria: o Secretário responsável pelo envio dessa proposta acaba de declarar à imprensa que o Governo ainda precisa fazer cálculos. É essa a matéria que nós queremos aprovar neste momento, uma matéria cujos dados nem o Governo, autor da proposta, tem? É uma irresponsabilidade sem tamanho aprovar uma alteração constitucional numa Comissão da importância da nossa, a Comissão mais importante da Casa, sendo que o Governo esnoba a sua própria base, aqueles que estão aqui sangrando porque têm que justificar ao povo a retirada de direitos, e diz que ainda não tem os cálculos.

É um absurdo isso!

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Sra. Presidente, qual é o próximo inscrito?

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Tem a palavra por 2 minutos o Deputado Tadeu Alencar. Depois falará a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Eu estou inscrita, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Está inscrita, Deputada. V.Exa. falará mais adiante.

Com a palavra o Deputado Tadeu Alencar.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - Obrigado, Presidente.

Eu quero aqui chamar atenção, mais uma vez, para a gravidade de esta Comissão de Constituição e Justiça dispor sobre uma proposta de emenda constitucional que altera, de forma radical, o sistema de proteção social que há no Brasil, que é a Seguridade Social.

É uma proposta sobre a qual o Ministro Paulo Guedes apresentou um quadro, na sua exposição de motivos, em que fica evidente, embora de forma genérica, que 83% dos impactos dessa reforma atingem os mais pobres, o trabalhador rural, os beneficiários de prestação continuada — idosos e portadores de deficiência —, os que recebem uma remuneração de até dois salários mínimos e fazem jus ao abono salarial, que também é atingido por essa proposta.

É uma proposta cuja necessidade o Governo teria que ter todo o interesse em provar não só ao Congresso Nacional, mas também à sociedade brasileira, a quem ele diz de que a reforma vai combater privilégios. Causa espanto, causa espécie, causa vergonha ao povo brasileiro e ao Parlamento brasileiro que ele agora insista em não apresentar à Comissão mais importante desta Casa os dados que provavelmente dariam aos Parlamentares dessa Comissão segurança para se posicionarem sobre a constitucionalidade da proposta, quando a própria Carta Magna exige, nos arts. 113 e 114, que os impactos orçamentários e financeiros estejam sempre acompanhando as proposições legislativas desta Casa. Isso é uma vergonha e causa espanto, porque agora me parece que o Governo nem sequer tem esses dados para apresentar.

Amanhã está vencendo o prazo do nosso pedido de informação. A Constituição diz que é crime de responsabilidade. Por isso, é um absurdo...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Com a palavra agora a Deputada Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - É fato, Sra. Presidente, que nós não temos mais as aposentadorias dos Deputados, mas também é fato que nós somos privilegiados perante o povo brasileiro: o salário que nós ganhamos está entre os dos 5% da população que ganha acima de cinco salários mínimos, enquanto 95% da população ganha entre um e cinco salários mínimos. É um absurdo o que nós vivemos neste País em se tratando de povo brasileiro e renda domiciliar e renda familiar. Metade da população ganha até dois salários mínimos.

A reforma vai ser feita contra essas pessoas, mas somos nós, que ganhamos bons salários, que vamos fazer esta reforma. Não só nós, mas também o Executivo. Bolsonaro, que hoje é Presidente da República, ganha salário de Presidente, salário de Deputado e foi aposentado aos 33 anos. Paulo Guedes, o ventríloquo do mercado, também ganha muito bem. São pessoas que não sabem o que é passar fome, não sabem o que é sacolejar num ônibus na periferia, não sabem o que é procurar emprego de barriga vazia, não vivem as contradições do povo.

Mesmo assim, nós vamos aqui discutir esta reforma, e a maioria, pelo que estou vendo, vai votar pela aprovação dela. Essa é uma reforma da Previdência que tira direito daqueles que mais precisam, que corta do Regime Geral de Previdência Social, até porque o que vai ser feito de economia com o regime público, com os chamados privilégios do setor público, equivale a 25 bilhões de reais, e a retirada do BPC — Benefício de Prestação Continuada equivale a 28 bilhões de reais aproximadamente.

O que nós temos aqui é um Robin Hood às avessas. Esta Casa deveria se dignar de não votar contra o povo brasileiro. Não é de reforma da Previdência que nós precisamos agora. Nós precisamos de geração de emprego, de investimento público, de medidas contracíclicas na economia. A economia vai crescer, sob Bolsonaro, menos de 1%.

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O tempo está sendo encerrado neste momento. Encerramos o tempo. Encerramos as falas. Vamos dar continuidade. Vamos encerrar a votação. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação: "sim", 45; "não", 2.

Está aprovado o requerimento de alteração da ordem dos trabalhos.

Ficam prejudicados todos os demais requerimentos e seus assessórios quanto à questão da alteração da ordem dos trabalhos. *(Palmas.)*

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSL, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pela Liderança do PSL, com a palavra a Deputada Joice Hasselmann.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero fazer um apelo aqui. Presidente Felipe Francischini, Vice-Presidente Bia Kicis, todos que fazem parte do partido do Governo, aqueles que se dizem e que estão no centro e mesmo os de oposição: já deu esta discussão! Não é possível que nós fiquemos usando — nós não, a Oposição — de todos os meios procrastinatórios simplesmente para empurrar um pouco mais esta discussão com a barriga! Agora, fala-se da questão dos dados, do sigilo nos dados da Previdência. Não há sigilo nos dados da Previdência! *(Manifestação no plenário.)*

Esta aqui é a CCJ, a Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Foi o Governo que falou que é secreto!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Aqui se discute a constitucionalidade. Eu acho que eu não tenho que dar aula para ninguém aqui. Aqui se discute a constitucionalidade do processo. O Rogério Marinho deixou absolutamente claro que todos os dados serão entregues a partir de quinta-feira, assim que for instalada a Comissão Especial.

Presidente, eu faço uma pergunta não só à Oposição, mas a todos que estão aqui: se nós entregássemos dados, todos eles, neste momento, tím-tim por tím-tim, a Oposição votaria pela Previdência? Votaria pelo relatório? Não votaria, o que prova, em absoluto, que isso é procrastinatório!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Não, não. Nós íamos estudar. Nós íamos contestar os dados.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Senhores, está ficando feio!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Nós íamos contestar os dados.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Senhores, está ficando feio! Senhores, está ficando feio!

(Tumulto no plenário.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Senhores, está ficando feio para a Oposição, está ficando feio para a CCJ.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Presidente, vamos garantir a palavra da Deputada.

O SR. JOÃO ROMA (PRB - BA) - Nós temos que examinar os dados. Nós temos que examinar primeiro os dados, para ver a veracidade.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Está ficando feio para esta Casa. Chega! Se V.Exas. olharem e tiverem um pouquinho de sensibilidade aos anseios da população, vão entender que a população quer que esta Comissão trabalhe e não fique simplesmente procrastinando.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Mas não contra ela!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Alguém acha bonito um papel como esse, de procrastinação o tempo todo? Nós temos aqui a maioria, que quer votar. Vamos discutir no voto. A Oposição tem todo o direito de votar contra. Que vote contra, tudo bem, mas vamos discutir isso no voto, e não numa série de conversas fiadas que não se sustentam, não têm base. Essa mesma Oposição, que foi Governo agora, em um passado recente, não trouxe dado nenhum sobre os números da Previdência.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - É um *live* isso aí?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Então, agora se fazem de paladinos, sabe-se lá do quê, da calculadora previdenciária, para virem até aqui e empurrarem esse trabalho com a barriga, Sr. Presidente. Não é possível! Nós temos uma maioria que quer votar. Está aqui, está aqui a votação de inversão da pauta. Isso aqui significa que nós queremos antecipar essa discussão. Antecipar, não, porque está atrasada demais. Nós queremos votar. Nós queremos dizer à população brasileira o que cada um aqui pensa. E como é que se diz isso? No voto. É no voto que se diz. Então, se a Oposição quer votar contra, muito bem, vote contra.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) - Mas o Governo está atrapalhando.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Mas deixe aqueles que querem trabalhar pelo Brasil trabalharem, votarem, anteciparem, fazerem o texto andar aqui nesta Comissão.

(Não identificado) - Se têm pressa, deem os dados.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Não é possível. Na semana que vem, tem mais um feriado aqui. Na semana que vem, tem mais um feriado. E aí? Nós vamos empurrar isso para a frente mais 15 dias?

(Não identificado) - Vamos! Vamos, sim!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - O Brasil não aguenta. Por que vamos?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - O mercado está nervoso?

(Não identificado) - É claro que vamos.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Por que vamos? Vamos porque a Oposição não está preocupada com a riqueza do País, com gerar riqueza, com gerar emprego. A Oposição não está preocupada em olhar nos olhos desse povo que está nas ruas, na rua da miséria, na rua do desemprego, aliás, tudo que foi criado por essa Oposição quando foi Governo. Não há essa preocupação. A preocupação é em fazer esse tipo de discurso aqui, que mais parece jardim de infância, contra a população brasileira. Está na hora de levar o Brasil a sério!

(Não identificado) - Comece pelo Presidente da República!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - É a cara do Governo Bolsonaro!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Nós queremos votar. O PSL quer votar. O DEM já falou que quer votar, o PSDB já falou que quer votar, o PSC já falou que quer votar, o MDB já falou que quer votar. E aí? Nós vamos ficar aqui?! (*Manifestação no plenário.*)

Nós vamos ficar aqui. Por quê? Porque há um grupo que sabe apenas fazer barulho.

Vamos discutir questões de mérito na Comissão Especial. É o rito desta Casa. É o rito desta Casa discutir na Comissão Especial. Olhem, não adianta...

(*Tumulto no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, só um minuto. A palavra está assegurada à Deputada Joice Hasselmann, pela Liderança.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Se não querem ter responsabilidade, pelo menos ouçam.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Vamos chamar a Deputada Joice para a Liderança da Oposição.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Se os senhores não querem ter responsabilidade com o País, pelo menos ouçam.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Eu apoio a sua obstrução.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Nós estamos num momento em que o Brasil precisa de responsabilidade. E o que eu estou vendo aqui, Sr. Presidente, é um *show* de irresponsabilidade da Oposição.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Reponha o tempo da Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - E não é irresponsabilidade com o Governo, não. É irresponsabilidade com o povo. O Governo não precisa de irresponsabilidade da Oposição, não.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, pode dar mais tempo para a Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Mas o povo precisa de responsabilidade de todos esses senhores que estão aqui, seja do Governo, seja da Oposição, seja dos partidos de centro. Então, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, eu faço aqui um apelo.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Pode dar mais tempo. Mais tempo!

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Presidente, não conseguimos ouvir a Líder. Peça silêncio, por favor.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - São ótimos para falar e péssimos para ouvir.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Presidente, peça silêncio por favor.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - São ótimos para falar e péssimos para ouvir, não é?

(*Intervenções simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, mantenham silêncio. A Deputada Joice está com a palavra. Temos todos de respeitar a palavra de cada Deputado, não importa a bandeira partidária. Vamos respeitar a Deputada Joice.

Com a palavra a Deputada Joice.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Olha, Presidente, para encerrar...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Reponha o tempo dela, Presidente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) - Eu volto a dizer: é preciso ter responsabilidade com o Brasil. Esta é sim a Previdência, a nova Previdência, a reforma que cuida dos mais pobres e retira privilégios dos mais ricos. E me perguntam aqui: "*Mas, meu Deus do céu, quem são os mais ricos?*" Eu ouvi uma Parlamentar dizendo: "*Olha, esta Previdência não ataca os mais ricos*". Ataca sim: cobra dos devedores, devedores que ficaram de herança do Governo passado, os grandes frigoríficos, os bancos e outros tantos, devedores de um Governo que fez benesses para os marajás e prejudicou os pobres, Sr. Presidente.

Então, sensibilidade, canja de galinha não faz mal a ninguém. (*Palmas.*)

(**Não identificado**) - ...agradecer a Deputada Joice por ter...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, não cabem encaminhamentos neste momento, apenas se alguém for utilizar o tempo dos partidos políticos, se não for, passo ao restante da pauta.

Há sobre a mesa requerimento...

Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Em nome da Liderança do DEM, os Deputados todos aqui me procuraram para dizer que não vão tolerar o Governo fazer obstrução, enquanto nós que não somos da base estamos aqui empenhados em votar. *(Palmas.)*

Mais uma fala dessa e os Deputados do DEM vão se retirar da votação.

É só isso, Sr. Presidente. *(Apupos.)*

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Há sobre a mesa requerimento de inclusão na Ordem do Dia do Requerimento nº 37, de 2019.

Eu defiro o Requerimento, que será incluído oportunamente na pauta.

Há outro requerimento sobre a mesa de votação nominal para todas as votações da PEC 6/19, de autoria da Deputada Talíria Petrone.

Concedo de ofício também o pedido de votação nominal em todas as etapas.

Fica prejudicada, em razão disso, a votação nominal do requerimento de retirada de pauta das Deputadas Erika Kokay e Talíria Petrone e dos Deputados Aliel Machado, Luiz Flávio Gomes e Gervásio Maia.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Presidente, questão de ordem, art. 114.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Questão de ordem, Presidente, art. 24

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, quero apenas falar uma coisa: V.Exas. não vão me tirar do sério hoje. Não adianta.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, art. 114...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - É uma questão de ordem, Deputada Talíria? *(Pausa.)*

Pois bem, se seus amigos ficarem quietos, eu passo a palavra a V.Exa.

Com a palavra a Deputada Talíria Petrone.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria antes — V.Exa. reclamou dos gritos — de dizer que só há gritos quando se cerceia a palavra. Gritos por aqui ocorrem quando há o impedimento da fala, ferindo artigos regimentais que nos permitem falar.

Eu queria uma explicação acerca do art. 114. V.Exa. acaba de indeferir o nosso requerimento de inclusão de pauta.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pelo contrário, eu deferi o pedido.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Foi deferido o pedido, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Foi deferido.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Assim não dá, Sr. Presidente!

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Sr. Presidente, art. 24

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Alencar Santana Braga, com a palavra.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Presidente, o art. 24, § 1º, diz que compete à Comissão, compete ao Sr. Presidente despachar as questões de maneira análoga àquilo que diz respeito ao Plenário. Aliás, o que diz respeito ao Plenário cabe ao Presidente da Câmara despachar. Ao Presidente da Câmara cabe despachar, conforme o art. 114 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, se tivermos um quinto dos Deputados assinando requerimento para suspensão do andamento, para suspensão de tramitação de proposta em que não estejam presentes os dados — no caso, a PEC 6/19.

Esta Comissão, Presidente, como V.Exa. disse, tem um poder em relação às outras muito maior.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - A esta Comissão, Presidente — V.Exa. abriu os trabalhos hoje dizendo que é a mais importante desta Casa —, que tem que definir com base no Regimento, com base na Constituição, compete analisar também a admissibilidade das propostas.

Nesse caso, Presidente, de maneira análoga, assinaram este requerimento um quinto dos membros da CCJ. Então, compete a V.Exa. também despachá-lo aqui e suspender a tramitação, nesta Comissão, desta proposta. Esse poder, esse requerimento apresentado não precisa de despacho da Comissão, precisa de despacho de V.Exa.. É um despacho direto do Presidente. V.Exa. acatou para que ele seja deliberado na reunião posterior, mas o que nós queremos é um despacho expresso de V.Exa., da mesma maneira que compete ao Presidente da Casa despachar quando um quinto dos membros da Casa assim requererem. Nós requeremos, e assinamos um quinto dos membros desta Comissão.

Portanto, Presidente, requeremos a suspensão dos trabalhos até que venham os dados que o Governo...

Aliás, isto foi bem colocado...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Gostaria de concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - V.Exa. tem 10 segundos para concluir, Deputado.

(Não identificado) - Já é matéria vencida a questão dos dados. Esta é a terceira vez que...

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - O Governo não tem os estudos, não tem embasamento para apresentar esta proposta.

Por isso, queremos a suspensão do andamento da tramitação da PEC 6/19.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Alencar Santana Braga, o art. 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias prevê que:

Art. 114. A tramitação de proposição elencada no caput do art. 59 da Constituição Federal, ressalvada a referida no seu inciso V, quando acarretar aumento de despesa ou renúncia de receita, será suspensa por até vinte dias, a requerimento de um quinto dos membros da Casa, nos termos regimentais, para análise de sua compatibilidade com o Novo Regime Fiscal.

Essa é a redação trazida pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que é bastante recente. No entanto, o próprio dispositivo elenca que é necessário um quinto dos membros da Casa — da Casa, e não da Comissão.

Então, não cabe...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sr. Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Estou respondendo à questão de ordem. Por favor, tenha respeito a minha palavra, Deputado.

Um quinto dos membros da Casa... Então não cabe. À questão da Comissão não se aplica a analogia neste momento, neste procedimento, até em virtude disso. Há uma questão já analisada aqui na Casa. O Requerimento nº 5.929, de 2017, já tratou dessa questão. E vale lembrar também que a emenda à Constituição tem o condão de alterar até mesmo o artigo supracitado pelo Deputado.

Em votação o requerimento de retirada de pauta da Deputada Erika Kokay.

Quem vai encaminhá-lo aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta, de autoria da Deputada Erika Kokay, Requerimentos nºs 2 e 3, de autoria dos Deputados Talíria Petrone, Luiz Flávio Gomes, Gervásio Maia e Aliel Machado, e Requerimento nº 4, de autoria do Deputado Afonso Motta.

Para encaminhar favoravelmente ao requerimento de retirada de pauta, pelo prazo de 5 minutos, tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente, nós estamos pedindo a retirada de pauta, porque esta Comissão não pode urdir um golpe tão grande contra a população brasileira — um golpe tão grande — e não pode estar marchando de cabeça baixa ao ritmo emanado do Palácio do Planalto, como se aqui nós não tivéssemos a capacidade de analisar as proposições que vão ser objeto da nossa discussão e da nossa deliberação.

Nós estamos aqui com um Governo que acabou de dizer que não tem cálculo algum. E nós temos aqui, apresentada pela Deputada Gleisi Hoffmann, uma série de estudos que apontam que há fragilidade nos dados que já foram apresentados.

Aqui nós não estamos lidando com qualquer coisa, a não ser as prerrogativas desta Casa Legislativa. Esta Casa Legislativa tem o direito de ver na inteireza uma matéria para se posicionar sobre ela.

Nós estamos falando de uma proposta que vai impactar a vida de cerca de 100 milhões de brasileiros e brasileiras. Nós estamos falando da desconstrução de uma proteção social que atinge 82% da população idosa do Brasil. E o Governo vem e diz que é uma proposta boa para o povo pobre, porque diminui a alíquota de quem ganha menos de 8% para 7,5%, mas não diz que aumentará o tempo de contribuição dessa mesma população em 5 anos. No frigar dos ovos, essa população irá contribuir mais para a Previdência.

O Governo não deixa claro que vai penalizar professores e professoras, impondo uma idade de 60 anos e um tempo de contribuição que hoje não corresponde à realidade fática de uma categoria que é absolutamente fundamental para a soberania, para a libertação deste País de todas as trevas da ignorância em que o Governo quer imergir de novo este País.

Por isso, eu diria que não há como aprovarmos esta medida, não há como apreciarmos esta proposição. É uma proposição que penaliza, que penaliza os trabalhadores rurais, é uma proposição que penaliza viúvas e viúvos — viúvas e viúvos! —, que não terão direito à integralidade de suas pensões. Eu pergunto: qual é o raciocínio do Governo ao estabelecer que as pessoas que são aposentadas por invalidez não têm direito à globalidade de sua aposentadoria ou dos seus proventos? O Governo estabelece uma proposição que, em grande medida, vai penalizar quem mais trabalha, porque tira a média de 80% dos salários, como é hoje, descarta os 20% de salários menores e estabelece 100%. Houve recentemente uma matéria publicada no jornal *Correio Braziliense* que mostra que, em vários casos, quem mais trabalha terá uma aposentadoria menor.

Aí, eu penso: se nós temos 53% da população brasileira, ou seja, dos Municípios brasileiros, que têm uma expectativa de vida média menor do que 65 anos... Nós estamos com essa proposição com o voto dos Parlamentares, que não vão ter coragem de olhar no olho do povo brasileiro. Eu quero saber qual é o Parlamentar que vai votar nessa proposição e vai olhar no olho da população que não tem uma expectativa de vida de 65 anos ou que vai olhar no olho de viúvos e viúvas... E as pessoas com deficiência? As pessoas com deficiência, que não vão poder ter acesso aos benefícios acumulados — as pessoas com deficiência! — vão ser penalizadas.

Nós estamos vivenciando um horror sendo construído. E aqui os representantes do Governo baixam a cabeça e dizem: *"Não! Mas vão saber os dados? Querem os dados e vão votar a favor?"* Ora, os dados devem ser divulgados para a população brasileira, para o Parlamento. Quando o Governo decreta sigilo sobre esses dados, ele se revela um réu confesso, ele se revela como aquele que está escondendo as questões do conjunto da população brasileira.

Por isso, este Parlamento, em nome das suas prerrogativas, em nome da dignidade do povo brasileiro, não pode votar esta proposição, que é nitidamente inconstitucional, que nitidamente fere a dignidade humana. E o povo brasileiro já disse que é contra ela.

Portanto...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Para encaminhar contrariamente ao requerimento... *(Pausa.)*

Em votação o requerimento dos Deputados...

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco PP/MDB/PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PT?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Eu vou orientar pelo PT, Presidenta Gleisi.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PT, Deputado José Guimarães?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Presidente, o que a...

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - O painel, Presidente...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - O requerimento que a Deputada Erika Kokay está encaminhando é no sentido apenas de possibilitar que esta Comissão tenha os dados que o Ministro da Fazenda... Veio aqui, e não atendeu sequer ao requerimento do nobre Líder do PSB e se recusa a fornecer esses dados. Ainda dizem agora nos jornais — a imprensa está dando notícia agora — que o Governo nem tem esses dados, nem tem aquilo apresentar a esta Casa, que foi anunciado, para quinta-feira.

Na verdade, a Comissão, Presidente, está dando um cheque em branco ao Governo. A Comissão, ao votar esta matéria, ao entrar nesta votação, está dizendo o seguinte: *"Não precisamos mais nada. O Governo faz o que quer, não tem mais obrigação constitucional nenhuma. Portanto, faça o que quiser com a Previdência..."*

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PT vota "não"...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, o PT vota "sim". Desculpe, Deputado. O PT vota "sim". Como vota o PSL?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) - O PSL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSL vota "não".

Como vota o Bloco PDT/AVANTE?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - Sr. Presidente, todos sabem aqui no Parlamento que, sem um entendimento, sem um acordo, a reforma da Previdência não será aprovada. E, claro, toda a movimentação que tivemos nos últimos dias, na última semana, foi no sentido de termos lá na Comissão Especial um substitutivo que possa contemplar as aspirações principalmente dos partidos que apoiam o Governo, que, têm as suas restrições, mas estão no centro da relação política aqui no Parlamento.

Por isso, nós entendemos a importância do debate e o valorizamos.

Vamos votar "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PDT vota "sim".

Como vota o PR?

O SR. GIOVANI CHERINI (PR - RS) - Sr. Presidente, o PR vota "não", principalmente pelas...

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB - MG) - PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Por que está caindo o som do Deputado?

O SR. GIOVANI CHERINI (PR - RS) - ...principalmente pelas modificações que o Relator processou.

É claro que nós queremos discutir melhor esta proposta na Comissão de mérito, até porque aqui se faz muita confusão entre as questões de mérito e da admissibilidade de proposta.

Penso que, em relação à admissibilidade, nós não temos muita coisa a fazer. Agora, na Comissão Especial, com certeza, o PR vai estar muito atento para que esta seja uma proposta que não seja boa para o Governo ou que seja boa para esta Casa, mas que seja boa para o País.

Então, a nossa preocupação é muito grande no sentido de construirmos uma harmonia. Como disse o Deputado Afonso Motta, nós temos que ter um grande acordo aqui. E esse acordo é possível. Se tivermos boa vontade e caminharmos mais pelo centro, é possível nós construirmos...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PR vota "não".

Como vota o PSD, Deputado Delegado Éder Mauro?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Sr. Presidente, eu tenho visto a Esquerda falar aqui na questão da reforma da Previdência, uma Esquerda que, como todos nós sabemos, destruiu este País, roubou este País, deixou entrar no colapso em que hoje se encontra a Previdência.

O povo brasileiro deu a resposta nas urnas, virando a página e colocando um governante que veio agora para realmente mudar, para garantir sim a aposentadoria daqueles que vão entrar no mercado de trabalho, que estão no mercado de trabalho e que ainda hoje recebem as suas pensões e suas aposentadorias.

Portanto, o PSD vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSD vota "não".

Como vota o PSB?

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE) - Sr. Presidente, o PSB acredita que a pauta da reforma da Previdência é de interesse do povo e que não podemos permitir que seja feito um debate rasteiro, um debate sem informação. Quem não deve não teme. Não há por que o povo brasileiro não ter acesso a esse direito de conhecer os dados. Vamos esquecer qualquer paixão política, qualquer romantismo. Vamos olhar as evidências. Não é razoável uma Comissão do tamanho da CCJ votar numa matéria sem conhecer os números, sem conhecer o embasamento com que ela foi construída.

Por isso, aqui nós estamos fazendo este apelo a esta Comissão. Não é razoável. Vamos aguardar os dados para podermos aprofundar este debate, para podermos fazer uma discussão que de fato ajude o povo brasileiro. V.Exas. vão ver, Srs. Deputados, quando os dados aparecerem, que o discurso de cortar privilégios vai por água abaixo.

Essa reforma, quem vai pagar por ela é o povo sofrido. Não podemos permitir isso...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSB vota "sim".

Como vota o PRB?

O SR. JOÃO CAMPOS (PRB - GO) - Sr. Presidente, o Brasil tem pressa, os brasileiros têm pressa, os desempregados têm pressa. A persistir o quadro atual, amanhã nós teremos mais desempregados e aqueles que hoje recebem benefícios deixarão de recebê-los.

Portanto, o PRB orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PRB orienta o voto "não".

Como vota o PSDB?

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB - MG) - O PSDB, Sr. Presidente... Nós estamos tratando da admissibilidade e da constitucionalidade da matéria. Maiores discussões a respeito da temática serão tratadas na Comissão Especial.

Por essa razão, vamos votar "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSDB vota "não".

Como vota o Democratas?

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Sr. Presidente, retirar de pauta é não enfrentar a matéria. A matéria tem que ser enfrentada: quem quiser votar a favor vota a favor; quem é contra fica contra. Mas não há por que nós retirarmos de pauta. Temos que instalar a Comissão Especial e debater o mérito do problema.

O DEM vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Democratas vota "não".

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Sr. Presidente, estamos talvez num dos momentos mais importantes desta Comissão, e eu estou vendo um grande apelo por parte de alguns partidos aqui sobre a questão de dados.

Mas há um especificamente aqui que eu creio ser um *expert* na questão de dados, até porque pegava uma rabeirinha desse negócio da Previdência. Então, já sabe os dados, sabe completinho. Não precisava nem estar com esse barulho todo.

Mas, dito isso, o Podemos vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Podemos vota "não".

Como vota o PSOL?

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, é um escândalo, é um completo escândalo decretar sigilo sobre os números da Previdência. A questão central é: qual é a razão? Até agora quem argumentou que isso não deveria

alterar o debate da constitucionalidade, e sim do mérito... Sinceramente, qual é a razão? E desafio alguém da base, a começar pela Líder do Governo. Qual é a razão do sigilo? Diga uma razão do sigilo. Por que não pode ter?

Desde quando a constitucionalidade não precisa de transparência? É só o mérito? O mérito também, mas a constitucionalidade também. Os argumentos que levam à constitucionalidade estão escondidos, e por uma razão simples: é porque vai ser desnudada a ideia de combate a privilégio e vai beneficiar banco, vai aumentar a desigualdade social. É por isso que não podem mostrar o número.

Sendo assim...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Peço que conclua, Deputado. V.Exa. tem 10 segundos.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) - Sendo assim, Sr. Presidente, o PSOL vota "sim", por uma razão simples: a constitucionalidade dessa medida também depende de transparência e democracia. Sem isso, não dá.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSOL vota "não".

Como vota o PROS? (Pausa.)

O PSOL vota "sim". Perdoem-me.

Como vota o PROS?

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, em relação ao regime próprio, o RPPS da União, a previsão de economia é de, no máximo, 200 bilhões de reais. Oitenta por cento da economia prevista estão no regime geral, e a média dos mais pobres do regime geral é mil reais, e a média dos que são considerados mais ricos do regime geral é 2.300 reais, ou seja, a economia é em cima dos mais pobres.

O que me deixa triste é ver uma parte da juventude brasileira, de classe média, que não está preocupada porque não está pensando na aposentadoria hoje, ou que já aderiu a aposentadorias complementares, não se indignar diante de propostas como esta, que fere de morte o povo trabalhador e a seguridade social no Brasil.

Quando temos um país cuja juventude perdeu a capacidade de se indignar com as injustiças, realmente nós estamos indo de mal a pior.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PCdoB?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Sr. Presidente, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que instituiu o Novo Regime Fiscal, deu ao art. 113 a seguinte redação:

Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Isso está na Constituição.

E diz o art. 137 do Regimento Interno que a Presidência devolverá ao autor qualquer proposição que:

Art.

137

§

1º

I - não estiver devidamente formalizada e em termos;

Parece-me óbvio, Sr. Presidente, que, se essa matéria continuar tramitando sem que cheguem a esta Casa os dados que são exigidos pelo art. 113...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PCdoB?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - ...da Constituição Federal, é um absurdo!

Então, o PCdoB, para retirar a matéria de pauta, encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PSC?

O SR. PAULO EDUARDO MARTINS (PSC - PR) - O PSC não vê sentido na retirada de pauta da proposta. Nós temos que analisar a admissibilidade dela e cumprir o papel desta Comissão.

O PSC vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Bloco PP/MDB/PTB, Deputado Darcísio Perondi?

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Sr. Presidente, discute-se a constitucionalidade. Os números serão discutidos na Comissão Especial.

Aliás, quem quer conhecer os números da Previdência é só procurar a Consultoria da Câmara, que tem brilhantes trabalhos, tem livros escritos. Todo mundo sabe, mas os números quinta-feira aparecerão.

Eu até recomendo a alguns Deputados jovens que procurem a Consultoria, porque eles não têm a obrigação de conhecer os consultores que sabem, que são apartidários. Eles vão saber que a reforma da Previdência é para beneficiar os mais pobres. Haverá mais recursos para políticas públicas.

O Bloco encaminha "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Bloco encaminha "não".

Como vota o Cidadania?

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - Sr. Presidente, o encaminhamento é pelo voto "não", até porque na discussão aqui, ora é o Governo atrapalhando, aqui na bancada, neste momento, ora é o Governo atrapalhando lá, escondendo dados e números, ora é discurso da antipolítica aqui no plenário.

Olha, eu fico abismado com tudo que está acontecendo de forma atrapalhada!

Mas nós vamos votar a Previdência. Vamos aprovar, pelo Brasil.

Votamos "não". (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Partido Novo?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - O Partido Novo vota "não", até porque nós conhecemos a Consultoria da Casa, tivemos acesso aos números, lemos os números, lemos a lei e os livros, e temos certeza de que os dados estão de acordo com aquilo de que o Brasil precisa.

Nós votamos "não".

Queremos votar isso hoje ainda.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Patriota? (*Pausa.*)

Como vota o PV?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP) - Sr. Presidente, o PV vai encaminhar o voto "não", porque se aventou a hipótese de ferir o art. 103 da ADCT, mas o artigo, se nós lermos com cuidado, diz que a proposta legislativa vai ser acompanhada de uma estimativa do impacto financeiro e orçamentário. Na justificativa da PEC enviada existe essa estimativa.

O sigilo pode ser inconveniente, pode ser irracional, pode ser ilógico, pode ser tudo o que quisermos — concordo com o Deputado Rubens Bueno —, mas inconstitucional não é, não fere o art. 113 do ADCT.

Por isso, encaminhamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PV vota "não".

Como vota a Liderança do Governo?

O SR. MAJOR VITOR HUGO (PSL - GO) - Sr. Presidente, o Governo vota "não" à retirada de pauta.

Queremos reafirmar aqui a importância da aprovação desta reforma, que é para todos: para os servidores, para os membros da iniciativa privada, para os políticos, para os militares.

Temos certeza da importância da aprovação.

Quero aproveitar e parabenizar a condução dos trabalhos por V.Exa. e também a complementação de voto feita pela nosso Relator.

É por isso que é "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Governo vota "não".

Como vota a Liderança da Maioria? (*Pausa.*)

Como vota a Liderança da Minoria, Deputada Jandira?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidente, vejo que muita gente aqui diz que leu tudo, só não leu a Constituição e o orçamento da Casa. Parece-me que muita gente aqui anda aprendendo em livro errado.

Esta Comissão, ao compreender que o sigilo é constitucional, parece-me que se ajoelhou diante de um Governo que tem desrespeitado o Parlamento e tratado bem mal muitos Deputados desta Casa, tratado inclusive com muito desrespeito — publicamente, inclusive.

Eu acho fundamental dizer aqui, como Líder da Minoria, que é Liderança da Oposição, que não há nenhum acordo com a Oposição sobre dar os dados na quinta-feira ou instalar Comissão Especial, de mérito, na quinta-feira. Não há esse acordo conosco, e nós não o reconhecemos.

A Liderança da Minoria indica o voto "sim" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota a Liderança da Oposição?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Presidente, falo aqui pela Oposição e digo duas coisas numa fala de 1 minuto. Primeira: é absolutamente inexplicável e escandaloso que o Parlamento vote uma proposta desta magnitude, que vai impactar a vida de milhões de brasileiros, sem os dados reais do impacto que isso vai gerar. É como se os técnicos do Governo e o Presidente da República assinassem uma proposta sem ler. Alguns dizem: "*Não, já se conhecem os dados da Previdência*". Não. Não se conhecem os dados atuais, porque eles não foram enviados para cá. Segunda: nós queremos retirar de pauta, porque há, sim, inconstitucionalidade quando se diz que trabalhadores terão que financiar sozinhos a sua previdência, que empresas não vão mais contribuir, que a seguridade não vai mais contribuir. Isso, sim, quebra a Previdência.

O nosso voto é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Oposição vota "sim".

Como vota a REDE?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Sr. Presidente, a REDE encaminha "sim", porque, primeiro, nós temos o direito à informação. Se existem dados que podem passar aos Parlamentares, para que se convençam, para que eles sejam esclarecidos, por que não apresentar esses dados? Por que não atuarmos nas preliminares? A questão não é discutir somente na fase do mérito, é preciso ser esclarecida preliminarmente.

Nesse sentido, nós deixamos nossa posição: para evitar erros, para ter dados contundentes, esclarecidos, nós precisamos saber qual será o impacto desta reforma da Previdência.

Por esse motivo, a REDE encaminha "sim" à retirada de pauta, para que a população brasileira compreenda o processo que está vivendo.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - O PT está em obstrução, Sr. Presidente.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O PT muda para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PT está em obstrução.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - O PDT, obstrução.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - O PSB, obstrução. Peço à nossa bancada que acompanhe a orientação do Líder.

O SR. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - O PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSB em obstrução.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - PROS em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - PDT, PSB, PT, PSOL, PROS, também, em obstrução.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - O PCdoB muda para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PCdoB, em obstrução.

O SR. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - A REDE, também, em obstrução.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - A Minoria também.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pois não, Deputados. A Minoria está em obstrução; A Oposição está em obstrução.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, enquanto os colegas votam, eu peço a V.Exa. a palavra apenas para dizer que estranhamente a informação que consta do *site* do Ministério da Economia diz que os números não foram revelados basicamente por três razões.

Primeiro, para evitar qualquer interpretação equivocada da reforma. Ora, se o Governo quer evitar qualquer interpretação equivocada da reforma, deveria divulgar os números, porque os números não mostram, segundo o Governo, que a reforma é inevitável, que é irrefutável a necessidade da reforma? Os números não comprovam que a reforma é inadiável? Ora, se tudo isso é verdade, Presidente, por que é que o Governo insiste em esconder os dados?

Segundo ponto, o Governo diz que não pode divulgar os dados para não afetar o mercado.

Presidente, como é possível que o Governo diga que não divulgará os dados da reforma da Previdência para não afetar o mercado? Será que se trata, Presidente, de uma iniciativa do Governo de esconder que está prevendo uma economia maior do que a necessária? Será que no fundo o que o Governo quer é esconder do País que está manipulando os números? Será que o Governo está agindo de má-fé para enganar este Parlamento? Por que é que o Governo diz isso? Por que é que o Governo diz que não pode divulgar os números porque senão isso pode afetar a tramitação? Presidente, por que é que isso afeta a tramitação? Porque o Governo está mentindo. Só pode ser! Como é possível que números afetem a tramitação da matéria? A não ser que os números desmintam o próprio Governo.

Portanto, Presidente, veja como é grave essa alegação do Ministério da Economia. E pior do que isso é o Secretário de reforma da Previdência dizer que não há sigilo. Como não há sigilo? É óbvio que há sigilo! A Lei de Acesso à Informação foi desrespeitada não apenas para um jornal, o jornal *Folha de S.Paulo*, mas para vários cidadãos que pediram acesso, e o Governo nega.

Portanto, não é razoável, não é aceitável que essa votação se dê com os números escondidos pelo Governo. É muito estranho que o Governo esconda números, se ele diz que os números comprovam a sua tese.

Por tudo isso, Presidente, nós da Oposição somos contra essa votação dessa forma.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Com a palavra o Deputado Marcelo Freixo, por 2 minutos.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) - Presidente, é importante rebater aqui o que foi dito pela Líder do Governo, porque não é favor divulgar o número — não é favor. Muito pelo contrário, é obrigação. Esses números não só não poderiam estar em sigilo, como deveriam ter vindo para cá junto com a PEC, deveriam acompanhar o documento, acompanhar a PEC. Mas como não?

Esse texto da reforma da Previdência está longe — e esta Casa é uma prova disso, independentemente das opiniões, do olhar mais à direita ou à esquerda —, esse texto está longe de ser um texto tranquilo, de ser um texto sem polêmica. Olhem o que está propondo para os professores e professoras, principalmente. Olhem o que está propondo em relação aos trabalhadores rurais, àqueles que recebem o BPC.

São 400 reais sem remuneração, Deputada Jandira! Só aos 70 anos é que recebem 1 salário mínimo. Atingem o abono só para 1 salário. Pensão por morte jogam para 60%. Há elementos de crueldade! Então, é um texto que não tem qualquer possibilidade de ser entendido como algo que não é polêmico.

E o pior: a justificativa é de uma economia que nenhum número sustenta, que nenhum estudo sustenta. De onde vem a ideia de que combate privilégios? Esse número, hoje sob sigilo, poderia provar isso. Eles estão escondidos porque provam o contrário, porque é sobre o trabalhador a maior exploração que se tem. Por isso, não dá para votar essa reforma.

Somos contrários ao conteúdo, mas, independentemente disso, acho estranho o NOVO, que fala tanto em transparência, votar a favor disso. E outros.

Não é uma questão só de Governo...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Vamos encerrar agora as falas e a votação.

Todo mundo já votou? *(Pausa.)*

Vamos prorrogar um pouco o tempo aqui para, daqui a pouco, encerrarmos a votação.

Então, por favor, quem não votou, por gentileza, providencie a votação.

Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidenta, na verdade, seria importante que os Deputados prestassem bastante atenção à Constituição na formatação do que é o Regime Geral de Previdência. O Regime Próprio dos servidores civis já teve três reformas. O Regime Geral não teve reforma, nem no Governo Lula, nem no Governo Dilma. O que se fez no Governo Dilma foi reduzir o grande prejuízo que foi dado no Governo Fernando Henrique sobre o fator previdenciário, quando se constituiu a fórmula 85/95.

Na verdade, a Constituição brasileira era referência no mundo, no capítulo da Seguridade Social. Vou repetir aqui: nós somos um sistema no mundo que taxa o capital. E, com esta reforma, nós estamos exatamente tirando a tributação do capital e colocando sobre as costas do trabalhador brasileiro a responsabilidade sobre a sua aposentadoria. Isso, sim, é facilitar o privilégio do capital e de quem tem dinheiro. Esta reforma está fazendo exatamente isto: facilitando para quem tem dinheiro não contribuir mais para a Previdência Social brasileira. E o que se está discutindo aqui de fato não são vários méritos, é um mérito central, que é o modelo de previdência brasileira. Estamos permitindo passar no texto a privatização da Previdência, que é o regime de capitalização, que muda o modelo — passa de um modelo público para um modelo privado. Estamos deixando passar isso como se fosse constitucional, facilitando aos bancos e fazendo um imenso sacrifício à população pobre brasileira.

E aqui, o art. 113, sem os dados que foram proibidos, sob a mentira deste Governo, que deixou tramitar uma proposta sob a insígnia do esconderijo da negação dos dados para esta Comissão...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Repito, Presidente: é uma vergonha para esta Comissão — o que eu não gostaria de ver, sob o seu comando — ajoelhar-se e perder a independência diante desse Governo.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está encerrada a votação.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Presidente, espere aí. Eu não consegui votar.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu vou conceder mais tempo para falas no próximo processo de votação.

Está encerrada a votação.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG) - Presidente, eu acho que tem gente votando ainda.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, segue a lista dos inscritos.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG) - Tem gente que não conseguiu votar ainda, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Resultado da votação: 38 votos "não"; nenhum voto favorável. Está rejeitado o requerimento de retirada de pauta. *(Palmas.)*

Ordem do Dia.

Item 1. Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, do Poder Executivo, que modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.

Passo a palavra ao Relator do projeto, o Deputado Delegado Marcelo Freitas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) - Sr. Presidente...

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - Presidente, os adiamentos ficam para depois?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - E os requerimentos de adiamento?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu analisarei os adiamentos após a fala do Deputado Marcelo.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - Perfeito.

Obrigado, Presidente.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, após as discussões que foram feitas neste Parlamento e de diversas conversas que tivemos, especialmente com os Líderes partidários, nós tivemos o cuidado de fazer uma complementação de voto, que aqui leio para V.Exas.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Presidente, há muita conversa aqui atrás.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Peço a todos que estão acompanhando a nossa reunião que se mantenham em silêncio. Se tiverem que conversar, que o façam lá fora.

A palavra está assegurada ao Deputado Delegado Marcelo Freitas.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - Vamos à leitura.

"A complementação de voto é um expediente previsto no art. 57, XI, do Regimento Interno, segundo o qual *"se ao voto do Relator forem sugeridas alterações com as quais ele concorde, ser-lhe-á concedido prazo até a reunião seguinte para a redação do novo texto"*.

Cabe assinalar que a complementação de voto, como a própria expressão está a indicar, não constitui um novo parecer do Relator, senão um texto superveniente que modifica o parecer anteriormente oferecido, no qual poderão ser acolhidos argumentos ou sugestões oferecidas pelos pares, quando da discussão da matéria pela Comissão.

A complementação de voto de modo algum reabre a discussão da PEC no âmbito da Comissão, uma vez que essa fase da tramitação foi formalmente encerrada na reunião do dia 16 de abril de 2019, com o exaurimento de todos os oradores inscritos. Assim, como ordem natural do processo legislativo, a complementação de voto se integra ao parecer anteriormente oferecido, de ordem a modificá-lo nos termos expressamente indicados pelo Relator, mas sem reabrir ou iniciar uma nova discussão.

Em sessão desta Comissão realizada no dia 9 de abril, oferecemos o nosso parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, que tem por objeto a modificação do sistema de previdência social e o estabelecimento de regras de transição e disposições transitórias, ao lado de diversas outras providências. Na parte conclusiva do referido parecer, manifestamos pela admissibilidade da proposição em todo o seu escopo, incluídos os dispositivos que tratam das seguintes matérias:

1. extinção do foro do Distrito Federal para a propositura de ações contra a União;
2. fim do pagamento da indenização compensatória e do depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a partir da concessão da aposentaria;
3. iniciativa privativa do Poder Executivo Federal para dispor sobre matéria previdenciária; e
4. alteração do art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal, para retirar do texto constitucional a definição da idade para a aposentadoria compulsória do servidor público, transferindo a disciplina da matéria para lei complementar.

Diante do parecer apresentado, integrantes desta Comissão aduziram fundamentos que defendem a inadmissibilidade de várias matérias constantes da PEC 6/19. Podemos destacar, entre outros, aqueles trazidos em seus respectivos votos em separado — e foram 13, ao todo — "pelos eminentes Deputados Pompeo de Mattos, Afonso Motta, Talfria Petrone, Gil Cutrim, Eduardo Bismarck, Wilson Santiago, Luiz Flávio Gomes, José Guimarães, Joenia Wapichana, Marcelo Ramos, Renildo Calheiros, Márcio Biolchi e Expedito Netto, bem assim aqueles argumentos levantados por diversos outros Deputados que debateram a matéria.

Tais argumentos, como é próprio das instituições e dos ambientes democráticos, cumprem o louvável papel de qualificar o debate e aperfeiçoar a proposição examinada. Cabe-nos registrar que os pronunciamentos dos nossos ilustres pares apontam questões relevantes e que servem de contraponto em relação à matéria ora debatida. Afinal, é justamente pela divergência de ideias que podemos confrontar diferentes pontos de vista e chegar à solução mais acertada, obtida pelo exercício argumentativo dialético.

Pessoalmente, somos contrários aos argumentos que defendem a inadmissibilidade da PEC, por não vislumbrarmos as inconstitucionalidades levantadas e por entendermos que as matérias questionadas poderão ser debatidas e até modificadas quando do exame de mérito. A propósito, os argumentos contrários, em larga medida, discutem a conveniência e a oportunidade das alterações propostas, debate este que, por sua natureza, não compete a esta Comissão, mas à Comissão Especial que examinará o mérito.

Importa-nos, lado outro, valorizar o consenso e o entendimento majoritário nesta Comissão e dar prosseguimento à tramitação da proposta, com a urgência que o tema requer" — e o Brasil exige. "Por essas razões fundamentais, reformulamos a conclusão do nosso parecer, unicamente no que se refere aos dispositivos que tratam das matérias acima enumeradas.

Nesse contexto, mantendo a essência e a lógica do texto inicialmente apresentado ao Colegiado, votamos pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, ressalvada a inadmissibilidade, exclusiva e tão somente, quanto aos seguintes dispositivos:

a) art. 1º, na parte em que modifica o § 2º do art. 109 da Constituição, concernente à extinção do foro do Distrito Federal para a propositura de ações contra a União;

b) art. 2º, na parte em que acrescenta o § 4º ao art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre o fim do pagamento da indenização compensatória e do depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a partir da concessão da aposentaria;

c) a expressão "*de iniciativa do Poder Executivo Federal*", constante no art. 1º da PEC, na parte em que altera o art. 40, § 1º; art. 201, §§ 1º e 10; e 201-A, todos da Constituição Federal; bem como no art. 3º, § 3º, e no art. 5º, § 1º, do Capítulo III da PEC; e no art. 18, § 5º, do Capítulo V da PEC; e a expressão "*de iniciativa do Poder Executivo*", constante no art. 1º da PEC, na parte em que altera o art. 42, § 2º, da Constituição Federal;

d) art. 1º, na parte em que altera o art. 40, § 2º, III, para retirar do texto constitucional a definição da idade para a aposentadoria compulsória do servidor público, transferindo a disciplina da matéria para lei complementar.

Cabe ressaltar, em relação ao item "d" supracitado, que o art. 1º da PEC 6/19, na parte em que modifica o § 2º do art. 40 da Constituição Federal, não possui correspondência temática com o atualmente disposto no § 2º do art. 40 da CF. Dessa forma, no relatório inicial, foi determinada a seguinte alteração de técnica legislativa:

2) transposição do texto do § 2º do art. 40 da PEC para o § 1º deste mesmo artigo, a fim de que haja correspondência com o assunto tratado pelo atual art. 40, § 1º, da Constituição Federal.

Assim, implementadas as alterações de técnica legislativa determinadas no relatório inicial, a disciplina do assunto passará a ser feita por dispositivos de temáticas correspondentes, seguindo a boa técnica legislativa, mantendo a atual redação do art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal, o qual deverá tramitar na Comissão Especial em substituição à redação atribuída pela PEC ao inciso III do § 2º do art. 40 da Constituição Federal, quando forem promovidas naquele colegiado as adequações de técnica legislativa determinadas por esta Comissão."

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, buscando sempre o entendimento, essas eram as considerações que gostaríamos de apresentar a V.Exas. em complementação ao nosso voto anteriormente apresentado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Pompeo de Mattos tem uma questão de ordem?

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Sr. Presidente, peço para questionar o Relator.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - Quero apresentar a questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - Presidente, eu quero apresentar uma questão de ordem na forma de reclamação, com base no art. 96, § 1º, no art. 32, inciso IV, letra "b", e no *caput* do art. 202, do Regimento Interno.

Veja bem, a complementação de voto apresentada pelo Relator modifica o texto original da PEC 6/09, e modifica vários itens, mas um de forma muito específica. Considerando-se que o último deles é referente ao art. 1º, na parte em que altera o art. 40, § 2º, da Constituição Federal, o Relator propõe a seguinte alteração de técnica legislativa, aliás, como declarado por ele mesmo.

Diz lá:

Transposição do texto do § 2º do art. 40 da PEC para o § 1º deste mesmo artigo, a fim de que haja correspondência com o assunto tratado pelo atual art. 40, § 1º, da CF/88.

Sr. Presidente, houve uma decisão de V.Exa., tomada aqui em plenário, referente a questão de ordem apresentada pelo Deputado Afonso Motta — e nós também, em outro momento, apresentamos uma no mesmo sentido —, que coloca em termos claros que cabe à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania somente o exame de admissibilidade de propostas de emenda à Constituição e que não cabe a apresentação de emendas e destaques. Isso dito por V.Exa., não fomos nós que dissemos. Nós queríamos os destaques, nós queríamos as emendas, e V.Exa. tomou uma decisão diferente. Sendo assim, a alteração do texto quanto à técnica legislativa caracteriza-se como emenda, o que não é permitido, conforme decisão, de novo, de V.Exa. Eu sempre estou evocando a decisão que V.Exa. tomou.

Nesse sentido, para que não haja contradição nesta Comissão, nós requeremos, Presidente, que o que foi concedido ao Relator seja concedido a todos nós. Nós somos Deputados, não somos simples mortais. Não estamos aqui na segunda categoria nem rebaixados à segunda divisão. O Relator é destacado dentre nós para, num patamar específico, examinar a matéria e dar o seu parecer. Mas nós estamos aqui em igualdade de condições. Se S.Exa. pode, podemos nós.

Se V.Exa. não permitiu que nós pudéssemos emendar, que nós pudéssemos fazer emenda supressiva, por exemplo, o Relator também não pode. Emenda aditiva, emenda corretiva, emenda de texto, emenda de técnica legislativa, se nós não podemos, o Relator também não pode. E se S.Exa. pode, como apresentou, e, pelo que eu vejo...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, conclua a questão de ordem.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - Se prospera para S.Exa., Presidente, nós esperamos a complacência, a generosidade e o equilíbrio de V.Exa. para conceder aos demais pares idêntica prerrogativa, para que nós possamos também emendar tal e qual fez o Relator.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Pompeo de Mattos, a questão de ordem de V.Exa. está embasada, segundo V.Exa., no art. 96, § 1º, e no art. 32, inciso IV. Foi uma questão de ordem já decidida por esta Presidência em reuniões passadas da Comissão. Cumpre ressaltar um dos parágrafos da minha decisão sobre a questão de ordem, que deixei à disposição de todos os Deputados para que a analisassem e a apreciassem: "*Deve-se ressaltar, na linha decisória desta Presidência de Comissão, que o parecer do Relator poderá conter parte em que se proponha a supressão de textos que sejam considerados inadmissíveis*".

Cumpre ressaltar também que o art. 202, § 1º, trata da inadmissão de proposta. Quem pode mais pode menos. Se o Relator pode inadmitir a proposta através do voto, claro, convalidando de V.Exa., ele pode inadmitir por partes.

A questão de ordem que decidi semana retrasada já contém todas essas questões. O Relator pode suprimir textos do projeto. No entanto, o que não cabe é destaque, o que não cabe é emenda supressiva, porque o Regimento Interno, toda a lógica regimental, não confere essa prerrogativa aos Parlamentares.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, de maneira muito elegante, eu respondi ao Deputado Pompeo de Mattos. No entanto, essa é uma questão de ordem que já foi decidida. Questão de ordem que já foi decidida só pode ser alvo de recurso — art. 57, inciso XXI.

Então, não cabe nem mesmo a questão de ordem que foi feita, porque eu já respondi e não foi apresentado recurso, muito menos cabe contradita... Contradita, não, o que não cabe, neste momento, são outras questões de ordem que envolvam o mesmo assunto, até mesmo porque, se eu entendesse que a questão de ordem decidida por algum Presidente de Comissão ou pelo Presidente da Câmara estivesse errada, eu recorreria, eu utilizaria a minha prerrogativa regimental.

Então, se V.Exas. não concordam com a minha decisão, recorram; não reclamem, recorram.

Há sobre a mesa três requerimentos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - É sobre o mesmo assunto, Deputada Talíria? Qual o artigo?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Art. 57.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Art. 57? Se for a mesma questão de ordem, eu corto a palavra de V.Exa.

Tem a palavra a Deputada Talíria Petrone.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sr. Presidente, quero fazer uma pergunta ao Relator. Posso fazê-la em seguida?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, art. 57, inciso VI. Há uma divergência de entendimento em relação ao que foi lido neste momento. Nós da bancada do PSOL, da Oposição, entendemos que há uma modificação significativa do parecer.

Portanto, conforme...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - É a mesma coisa.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Não se trata da mesma coisa. Não estou falando sobre os destaques. Estou tratando aqui, Sr. Presidente, do art. 57, que lei para que compreendam, caso tenham dificuldade, pelo que eu estou percebendo...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, sobre o art. 57, VI, já foi resolvido; só se for uma questão nova de interpretação. Sobre o art. 57, VI, eu já respondi três questões de ordem.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, vou seguir aqui.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, nós entendemos que há necessidade de discussão após a leitura do parecer. Há vários problemas aqui já levantados desde o início.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, em complementação de voto, não cabe nem discussão, muito menos pedido de vista.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, o senhor está cerceando a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não estou cerceando. É uma questão de ordem que já foi decidida, Deputada.

Há três requerimentos sobre a mesa a respeito do desmembramento da proposta de emenda à Constituição. Foram encaminhados requerimentos de desmembramento das seguintes matérias: regime de capitalização...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, é outra questão, com base em outro artigo, com base em outra interpretação?

Então, rapidamente, para encerrar a questão.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) - Sr. Presidente, no início já foram dados 15 minutos, pelo amor de Deus.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, posso lhe conceder a palavra para a questão de ordem após a análise dos desmembramentos?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Não, Sr. Presidente. Eu tenho uma questão de ordem anterior.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está bem, Deputada.

Então, eu vou prosseguir, porque todo mundo fica gritando.

Foram encaminhados requerimentos de desmembramento das seguintes matérias: primeiro, regime de capitalização; segundo, PIS-PASEP; terceiro, FGTS; quarto, salário-família; quinto, Benefício de Prestação Continuada, que é o BPC; sexto, disposições administrativas para polícias militares e corpos de bombeiros militares; sétimo, disposições sobre financiamento e questões orçamentárias dos regimes de previdência social.

Todos os assuntos são interdependentes e atinentes à matéria previdenciária, uma vez que não podem ser analisados em separado.

Há também a questão do art. 57, inciso III, que enuncia: Art. 57.....

III - quando diferentes matérias se encontrarem num mesmo projeto, poderão as Comissões dividi-las para constituírem proposições separadas, remetendo-as à Mesa para efeito de renumeração e distribuição;

Na minha visão, são matérias interdependentes.

Há um amplo estudo da Consultoria Legislativa da Casa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, só um minuto. Deputada...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada Maria do Rosário, eu vou continuar. Só peço que não grite. Peço que não grite. Eu vou concluir o desmembramento.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Então, eu concluo por dar por prejudicados todos os requerimentos de desmembramento da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019. *(Palmas.)*

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - É assim que tem que funcionar, Sr. Presidente!

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Questão de ordem, Sr. Presidente. Art. 53.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem da Deputada Maria do Rosário. E eu tenho também...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pois bem, Deputada. Rapidamente, apenas a Deputada Maria do Rosário. Se não for trazido nada de novo, eu cancelarei a palavra.

Rapidamente.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Eu quero fazer uma questão de ordem também. Eu quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está bom, está bom.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Só não faça isso como se fosse desdém e benevolência.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputadas, o que não pode... Se V.Exas. vierem até aqui, conversaremos pacificamente, e eu tentarei resolver a questão de ordem previamente. Se ela for realmente objeto de uma interpretação nova do Regimento ou de uma interpretação errônea desta Presidência, terei a responsabilidade de retroagir no meu entendimento.

No entanto, passo a palavra à Deputada Maria do Rosário, para formular a questão de ordem rapidamente. Se não houver questão conexa, eu cancelarei a palavra.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente, eu quero fazer uma questão de ordem também.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - O artigo, Sr. Presidente!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Eu me dirijo ao Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu me baseio no art...

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - O artigo, Sr. Presidente!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, V.Exa. pode pedir a esse Deputado que pare de gritar?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, V.Exa. está com a palavra. Apenas enuncie o artigo, por favor.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Às vezes é difícil trabalhar, preparar as lições, porque tem gente que não trabalha. *(Manifestação no plenário.)*

Art. 202, art. 126, art. 55, art. 130. Leiam e estudem.

Sr. Presidente, eu vou fazer a minha questão de ordem com base no relatório.

Relator, V.Exa. fez alterações no relatório, e há um aspecto na página 50 que, talvez por uma desatenção momentânea de V.Exa. ou por uma opinião diferente — eu não sei —, trata de algo que não existe no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça. Está aqui na página 50. Se V.Exa. puder acompanhar...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Mas isso não é questão de ordem.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, isso é uma alteração...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - V.Exa. está adentrando o mérito do relatório.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Não, Sr. Presidente! Observe! Leia!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Então, fale rapidamente, Deputada.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Não, Sr. Presidente! Não, Sr. Presidente! Essa é uma alteração necessária no relatório, porque, senão, V.Exa. vai ter que devolver o relatório. Veja o Regimento. Observe o art. 202, observe o art. 126, observe o art. 130.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - É uma sopa de letrinhas que V.Exa. utilizou, não é questão de ordem.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - V.Exa. pode escutar a minha questão de ordem ou tem que intervir o tempo todo?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Adentre rapidamente, porque é uma questão regimental, não é uma questão de relatório a questão de ordem.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, V.Exa. está tirando o meu tempo para discutir com uma simples Deputada?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está correndo o tempo. *(Manifestação no plenário.)*

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - V.Exa. só quis atrapalhar a minha fala. Não é, Presidente?

Mas, Relator, V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, a questão de ordem é dirigida sempre ao Presidente da Comissão, não ao Relator ou a nenhum membro. Então, não cabe questão de ordem dirigida ao Relator ou a membro da Comissão, apenas ao Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, não cabe. Não vou deixar tumultuarem os trabalhos. Não vou deixar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem! Questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Encontra-se sobre a mesa requerimento de adiamento de votação.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não começarão a vir aqui à frente. Não permitirei isso. Não permitirei!

Vocês falam de liberdade de expressão e processam Danilo Gentili. Então, serve para os outros, e não para vocês?

(Tumulto no plenário.)

(Não identificado) - Não deixa não, Sr. Presidente! O senhor é autoridade aqui.

O SR. CABO JUNIO AMARAL (PSL - MG) - Sr. Presidente, questão de ordem!

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Sr. Presidente, não se intimide!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Chamem um médico para a Maria do Rosário!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não permitirei.

A questão de ordem é a mim, e não ao Relator.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vão sentar-se.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A questão de ordem é dirigida ao Presidente.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Peço à Mesa que acione um médico, porque a Maria do Rosário está abalada.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Não se intimide, Sr. Presidente!

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Por favor, vamos sentar!

O SR. CABO JUNIO AMARAL (PSL - MG) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não aponte o dedo para mim, porque não sou moleque!

(Manifestação no plenário: Senta! Senta! Senta!)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Sentem-se, por favor! Sentem-se e controlem-se!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. JOÃO CAMPOS (PRB - GO) - Liberem a frente aí!

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Reaja com o Regimento, Sr. Presidente!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Vamos chamar um médico para a Maria do Rosário!

(Não identificado) - Sr. Presidente, por gentileza, dê sequência à reunião.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Reaja com o Regimento, Sr. Presidente!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Isso é respeito? A Esquerda não tem respeito por ninguém.

(Não identificado) - Façam o favor, Deputadas. Estão obstruindo a mesa, Deputadas!

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Olha a ordem! Vamos sentar!

(Não identificado) - Façam o favor! Vocês estão apelando!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Chame um médico, Sr. Presidente!

Isso está ensaiado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputadas, vocês não conseguirão me tirar do sério.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Isso está ensaiado! Vamos sentar, vamos sentar!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Vamos trabalhar!

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Vamos sentar!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, peço então novamente a palavra.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Reaja com o Regimento, Sr. Presidente!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Retomo o pedido de questão de ordem, conforme acordado com o Presidente.

O SR. GENERAL PETERNELLI (PSL - SP) - Isso é caso para a Comissão de Ética! Olha o comportamento!

(Não identificado) - Ninguém quer essa bagunça na Casa. Isso não dignifica o Parlamento.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem baseada no art. 53.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada Maria do Rosário, pode falar rapidamente. A questão de ordem é dirigida a mim, como Presidente. Adentre rapidamente no dispositivo regimental.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, primeiro eu esclareço que, ao me dirigir ao Relator, jamais pretendi qualquer desrespeito a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, não é desrespeito, é regimental, Deputada. É regimental.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Mas agora V.Exa. me escute, pelo menos pelo tempo que tenho.

Quero que V.Exa. observe o art. 130, que diz: "*O Presidente da Câmara*" — e isto vale para o Presidente da Comissão — "*devolverá à Comissão o parecer que contrarie as disposições regimentais (...)*".

Peço, então, a V.Exa. que encaminhe ao Relator, que, na página 50, refere-se inadequadamente a "exame de constitucionalidade". Isso não existe no ordenamento jurídico da Câmara. O exame que estamos fazendo aqui é da admissibilidade.

Portanto, Sr. Presidente, esse erro não é apenas material, é um erro efetivamente. Acredito que, nesse erro, talvez não resida a vontade do Relator, mas considero necessária a correção.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente, questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra o Deputado Renildo Calheiros.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Eu quero fazer uma questão de ordem também, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Após o Deputado Renildo.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Ótimo.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - V.Exa. vai responder depois à minha questão de ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Respondo.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - A questão de ordem, Sr. Presidente, é agasalhada no art. 53 e é dirigida ao ilustre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não pode ser dirigida ao ilustre Relator.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Então a V.Exa. Eu estava só querendo a atenção dele.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Perfeito, mas rapidamente. Não adentre no mérito do relatório.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Está bom. Eu só estava querendo a atenção dele.

Sei que não é fácil preparar um relatório sobre matéria tão complexa e com tão pouco tempo e sem ter acesso aos dados, mas, ao ler o relatório, vi que ele fere brutalmente o que poderíamos chamar de boa técnica legislativa. O art. 53 trata disso no seu inciso III, quando fala da apreciação das matérias:

Art.

53.....

III - pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para o exame dos aspectos de constitucionalidade, legalidade, juridicidade, regimentalidade e de técnica legislativa (...).

No próprio relatório, diz o Relator ao final: "*Assim, implementadas as alterações de técnica legislativa (...) dispositivos de temáticas correspondentes, segundo a boa técnica legislativa*". Ele próprio coloca isso no relatório.

Se não corrigirmos o que o nobre Relator escreveu, nós vamos parar nos cursinhos e nas faculdades como exemplos dados por professores de gramática de como não se deve escrever e muito menos elaborar uma lei. Há um decreto na Casa que trata exclusivamente desse assunto, que fixa normas e diretrizes para a técnica legislativa.

Tenho aqui uns 40 exemplos, mas vou citar um, o do art. 12. A lei é escrita em ordem direta. Ao final da lei, trata-se a exceção. Isso é o que manda a boa técnica legislativa. O Relator começa o art. 12 pela exceção, não segue a boa técnica legislativa. Só de memória, cito que o Relator escreve errado a expressão "salário mínimo" no texto. "Salário-mínimo" com hífen é usado quando se refere a salário-mínimo, a uma coisa menor. Quando tem relação com valor — e é o caso aqui —, não se usa hífen. Então, o termo está escrito errado.

Está escrito de maneira errada em várias partes do relatório de V.Exa. Eu sei que foi a pressa, mas isso precisa ser corrigido.

Nós temos aqui: "*Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências*". A expressão "*e dá outras providências*" não cabe. Não cabe por quê? Porque a norma proposta já engloba todo o conteúdo. Não cabe a expressão "*e outras providências*". Tecnicamente, está errado.

Com essas sugestões, eu estou fazendo questão...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, não cabe questão de ordem quanto ao conteúdo do parecer. Se não concorda com o parecer, se acredita que há algum erro nele, vote contrariamente. Isso o Regimento prevê. Vou passar rapidamente a palavra ao Relator, o Deputado Marcelo Freitas, apenas para fazer uma retificação, se entender que deva ser feita.

Tem a palavra o Relator Marcelo Freitas.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Nós podemos deixar todas essas sugestões à disposição do Relator.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - Sr. Deputado Renildo, Deputada Maria do Rosário, eu recebo com absoluta humildade cada uma das retificações que são feitas por V.Exas. e assumo o compromisso de analisá-las com todo o cuidado. O nosso objetivo aqui é fazer com que a coisa ande. E, se realmente houver algum erro material, eu faço questão de corrigi-lo com toda a humildade. Retificação de erro, sem nenhuma alteração do conteúdo. É apenas uma expressão.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Sr. Relator, eu queria fazer só uma indagação a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, não. Não cabe indagação ao Relator neste momento. O Relator não precisa dar explicação neste momento.

Vou passar à análise de requerimento. Antes, concedo a palavra para uma questão de ordem à Deputada Erika Kokay e, em seguida, ao Deputado Reginaldo Lopes.

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay, rapidamente, para uma questão de ordem.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente, eu me baseio na questão de ordem já respondida pela Presidência da Casa em pelo menos três oportunidades e me baseio nas competências da Presidência de uma Comissão, que estão previstas no art. 41. Nenhum dos itens desse artigo dá à Presidência de qualquer Comissão a possibilidade de reformar uma decisão da Presidência da Casa.

Aqui tenho a Questão de Ordem 171, de 2012, a Questão de Ordem 356, de 2013, a Questão de Ordem 10.462, de 1991. Aqui se trata especificamente da possibilidade que as Comissões detêm — e falo "as Comissões", inclusive a CCJ — de desmembrar propostas de emenda à Constituição.

Eu me refiro ao fato de que V.Exa. não pode responder monocraticamente a qualquer solicitação de desmembramento, Sr. Presidente. V.Exa. sabe que, *"quando diferentes matérias se encontrarem num mesmo projeto,"* — é o art. 57; e V.Exa. decidiu, equivocadamente a meu ver, de forma monocrática; por isso a minha questão de ordem — *"poderão as Comissões"* — e aqui não está dito que é a Presidência da Comissão — *"dividi-las para constituírem proposições separadas, remetendo-as à Mesa para efeito de renumeração e distribuição"*.

O que cabe ao Presidente da Comissão? Analisar os pré-requisitos. Eu vou ler os pré-requisitos que estão previstos no Regimento: *"O requerimento é regimental? O autor do requerimento é membro da Comissão? O requerimento esgota todos os dispositivos relativos às matérias que se quer desmembrar?"*.

Portanto, cumpridos esses pré-requisitos, cabe ao Presidente submeter o requerimento à apreciação do colegiado. Ou seja, o colegiado não foi instado a decidir se deveria haver desmembramento ou não. Agora, acreditar que as matérias são correlatas... Qual é a relação que tem o abono salarial, que é um direito adquirido das pessoas que ganham entre um e dois salários mínimos, com a discussão sobre previdência? Que relação carrega o fato de o Poder Judiciário — ou seja, organizando-se o Poder Judiciário, ferindo-se cláusula pétrea — dever apresentar como serão sustentadas financeiramente as suas decisões judiciais, o que prejudica sobremaneira a própria população?

Portanto, solicito a V.Exa. que, para o bom andamento dos trabalhos, pelo respeito ao Regimento desta Casa, que não pode ser rasgado, pelo respeito a esta Comissão, submeta o desmembramento ao conjunto deste colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Primeiramente, penso que posso responder, porque acredito que as outras questões de ordem são no mesmo sentido. E eu não vou conferir a questão de ordem.

Primeiramente, há amplo precedente aqui na Casa, há amplo precedente aqui na CCJ sobre a questão do indeferimento de desmembramentos através de requerimentos, quando não se entende que a matéria não é conexa. O precedente que V.Exa. pode analisar é o da PEC 282, que é um dos mais recentes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - PEC 282.

Não. As questões de ordem acabaram no mesmo sentido, e eu já decidi essa questão. A questão do desmembramento não cabe. Já indeferi os requerimentos.

É outro assunto, Deputado?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Nós vamos recorrer.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Questão de ordem. Artigo...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pode recorrer, Deputada. Eu estou esperando V.Exas. recorrerem das minhas questões de ordem desde o começo. Faz 1 mês que espero V.Exas. recorrerem das minhas questões de ordem.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - A algumas o senhor tem que responder ainda.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu respondo a todas. Então recorra. Recorra.

Tem a palavra a Deputada Clarissa Garotinho.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Questão de ordem. Art. 32, inciso IV, alínea "a" combinada com a alínea "b".

Sr. Presidente, quando o Ministro Paulo Guedes esteve aqui, fiz algumas perguntas a ele, e ele reconheceu inclusive um erro de português no projeto. Eu solicitei que fosse corrigido pelo Relator. Infelizmente, o Relator se preocupou em tirar os "jabutis", mas não corrigiu o erro reconhecido pelo próprio Ministro Paulo Guedes.

Nesse caso, Sr. Presidente, o erro reconhecido pelo Ministro inclusive altera o sentido do texto. Ele está no § 3º do art. 24. A frase que está escrita é: "*Quando o aumento na expectativa*"...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, permita-me. Isso não é questão de ordem. Não há questão regimental envolvida. É uma sugestão, que V.Exa. pode oferecer ao Relator. No entanto, se acredita que o relatório está errado, vote contra. É um direito que V.Exa. tem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não estou cassando sua palavra, Deputada. Não estou cassando. V.Exa. começou enumerando o art. 32, inciso IV, alínea "a" e alínea "b" combinadas. Não tem nada a ver com a questão elencada na questão de ordem, até porque as alíneas "a" e "b" do inciso IV do art. 32 se referem às competências da nossa Comissão de Constituição e Justiça.

Não adianta V.Exas. citarem um monte de artigos, porque conhecemos de cabeça alguns e estamos analisando outros. Não tem nada a ver.

Deputado Reginaldo Lopes, espero que seja algo novo.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - O próprio Ministro reconhece um erro, e o Relator não se dá ao trabalho...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, não cabe. Deputada, não cabe. Não cabe na questão de ordem.

Deputado Reginaldo Lopes, se V.Exa. não começar a utilizar a palavra, eu vou cortar.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Presidente, o próprio Relator...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada Clarissa, a palavra está com o Deputado Reginaldo Lopes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - V.Exa. pode recorrer, V.Exa. pode recorrer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tudo bem, Deputada. Tudo bem, tudo bem, tudo bem.

Tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - A minha posição, em que a técnica legislativa...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, por favor. O Deputado Reginaldo Lopes está com a palavra. Vamos conversar. Venha até a mesa para conversarmos tranquilamente e decidirmos essa questão.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Não, a hora da votação é agora. O texto que está sendo votado está errado. O texto que está sendo votado está errado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, então venha até aqui, nós conversamos com o Relator e decidimos essa questão.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Quem disse que está errado não fui eu, foi o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu sei, Deputada. Então, venha até a mesa. Nós conversamos aqui.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Custa ao Relator corrigir o erro?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Venha até aqui que conversamos pessoalmente.

Tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Vamos andar, Sr. Presidente! Vamos andar!

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Relator, custa a V.Exa. corrigir o erro...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não tem mais questão de ordem. Tudo bem!

Encontram-se sobre a mesa requerimento de adiamento de votação por 5 sessões, de autoria da Deputada Maria do Rosário; e Requerimento nº 2, de autoria do Deputado João H. Campos.

Para encaminhar a favor do requerimento de adiamento da votação por 5 sessões, tem a palavra o Deputado Gervásio Maia, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Sr. Presidente, questão de ordem.

Eu estou respeitando a oradora.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tudo bem! Agora eu concedo a palavra ao Deputado, porque se acalmou.

V.Exa. pode falar.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Presidente, a questão de ordem é sobre a análise da redação e a técnica legislativa.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Qual é o artigo, Presidente?

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Quem quiser acompanhar, isso está na página 50. Arts. 202, 55, 126 e 130. Os companheiros que quiserem...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Arts. 126 e 130?

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - São os arts. 130, 55 e 202. Então, vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, só um minuto. Esses artigos são os mesmos que a Deputada Maria do Rosário anunciou. Se V.Exa. não adentrar numa questão regimental rapidamente e de maneira clara, eu vou dar por improcedente a questão de ordem.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Na página 50 do parecer...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, não. Não cabe. Se quiser comentar relatório, venha até aqui. Se não concordar, vote contra. Ganha quem tem mais votos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Para encaminhar favoravelmente ao requerimento, pelo prazo de 5 minutos, tem a palavra o Deputado Gervásio Maia.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, V.Exa. está dando o encaminhamento errado nesta reunião.

O Relator acabou de apresentar um novo relatório. Se ele acabou de apresentar um novo relatório...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Trata-se de complementação de voto, e não de um novo relatório. Complementação de voto tem várias questões atinentes e regimentais. Nós estamos respeitando cada uma, até porque — sempre digo isso e reitero — eu acredito que já respondi mais de 80 questões de ordem e nenhuma foi alvo de recurso, porque V.Exas. sabem que não há nenhuma previsão regimental e não há razão para recorrer. Então, recorram se não concordam.

O Deputado Gervásio Maia está com a palavra.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Sr. Presidente, ele não pode modificar o texto.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, o que V.Exa. está dizendo não é verdade. O próprio...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Gervásio Maia, vou conceder a palavra a V.Exa. Eu respeito V.Exa. Realmente V.Exa. é um Deputado muito respeitoso. No entanto, eu digo que não vou segurar o tempo. Peço que os seus companheiros tenham também um pouco de respeito a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Gervásio Maia.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Sr. Presidente, eu peço que o meu tempo seja restabelecido, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Ele já foi restabelecido. V.Exa. tem 5 minutos, Deputado.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Sr. Presidente, eu confesso que vamos sair desta votação na Comissão de Constituição e Justiça entristecidos. Aliás, não tem sido diferente desde o dia 1º de janeiro.

Na campanha, Jair Bolsonaro se escondeu, quando fugiu dos debates. Agora ele foge, na condição de Presidente da República, do debate na Comissão mais importante da Câmara Federal, que é a Comissão de Constituição e Justiça. É inaceitável e também incompreensível que um Presidente encaminhe uma matéria de tamanha relevância sem informar aos 513 Deputados da Câmara Federal o detalhamento, os números. Nós vamos votar, como bem falou aqui o nosso Líder Alessandro Molon, no escuro, Sr. Presidente. Nós vamos votar sem saber qual é o impacto da reforma da Previdência.

Os dados que temos nos trazem preocupação, porque o Presidente falou numa economia de 1 trilhão de reais. Economizar 1 trilhão de reais em 10 anos, Sr. Presidente, significa tirar 25% daquilo que chega aos Municípios. O repasse do FPM nos Municípios da Paraíba é infinitamente menor, bem como ocorre no Nordeste e em muitos Estados do Brasil, em relação ao que é depositado nas contas dos contribuintes através dos benefícios da Previdência. Eu citava o segundo maior Município do Estado, Campina Grande, serão 90 milhões de reais contra 6,5 milhões que são depositados todo mês através do repasse do FPM, Sr. Presidente.

Eu não consigo compreender a razão pela qual o Presidente da nossa Casa, o Deputado Rodrigo Maia, deu aquela declaração ontem dizendo que o material só chegará à Comissão Especial. É muito agachamento, Sr. Presidente, é muito agachamento!

Nós estamos tristes, estamos decepcionados. Estamos decepcionados e tristes porque sabemos que quem não deve não teme, Sr. Presidente. Se fosse verdade, eles já teriam mostrado os números à Comissão de Constituição e Justiça. Eles não querem mostrar porque estão temendo o debate. Eles sabem que o povo brasileiro, que é maioria, vai se levantar contra a reforma, Sr. Presidente, porque o povo vai descobrir a verdade já, já. Não adianta tentar votar aqui, como disse o Deputado Molon, às escuras, porque já, já a verdade vai prevalecer.

De uma coisa nós já sabemos: essa conta, essa tal economia será jogada nas costas dos que menos ganham na Previdência. E tem sido assim com o congelamento do salário mínimo, com a extinção dos conselhos, Sr. Presidente, uma das ferramentas mais importantes de interação da sociedade com poder constituído.

Esse Governo não gosta dos pobres do Brasil. Esse Governo está aí para servir aos ricos, Sr. Presidente. E quer resolver os problemas da economia brasileira jogando a conta naqueles que não merecem, a classe trabalhadora, os professores, os agricultores, aqueles que trabalham como marceneiros, como pedreiros. Sr. Presidente, são esses que carregam o Brasil nas costas.

Nós, que integramos a bancada da Oposição, que integramos a bancada do PSB, não teremos como votar, neste momento, às escuras. O Governo está fugindo do debate novamente, repetindo a história. Há um velho ditado que diz: "*A história se repete*". Pois a história está se repetindo.

Nós vamos chegar aos nossos 100 dias de mandato como Deputados Federais sem ter absolutamente nada a comemorar, porque esse Governo representa um novo tempo, o tempo que se estabelece na construção da desigualdade social.

Na minha infância, Sr. Presidente, eu conheci um Brasil que era muito desigual. Quando você chegava aos Municípios pobres, faltava de tudo. Bolsonaro está querendo construir esse tempo no Brasil. Mas, Sr. Presidente, com o nosso voto não. Nós vamos votar com o povo brasileiro.

Eu quero muito, quando essa matéria chegar ao Plenário Ulysses Guimarães, que cada cidadão brasileiro saiba da verdade. Sei que o rolo compressor está funcionando. É bem possível, Deputado Tadeu Alencar, que essa matéria seja aprovada aqui na Câmara Federal, mas não será com o nosso voto e com a certeza de que o povo brasileiro não será enganado. Pode passar, mas sem que o povo seja enganado, Sr. Presidente.

Nós votamos "sim", pelo adiamento.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Para encaminhar contrariamente ao requerimento, concedo a palavra ao Deputado Coronel Tadeu, pelo prazo de 5 minutos. (*Pausa.*)

Não está presente.

Encaminhamento de bancada.

Como vota o Bloco PP/MDB/PTB? (*Pausa.*)

Como vota o Bloco do PT?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, o PT apresentou esse requerimento e vota "sim" porque acredita que o que está acontecendo aqui é um crime contra o Brasil, um crime contra os trabalhadores e as trabalhadoras, um crime contra os idosos. É fundamental que as pessoas estejam atentas. Nenhum brasileiro ou brasileira estará livre dos efeitos de uma medida como esta, se aprovada pela Câmara dos Deputados.

Essa emenda constitucional — que é inconstitucional — não é uma reforma, é a destruição da previdência pública, é a destruição de um Estado que tem na sua Constituição a dimensão de ser um Estado Democrático de Direito e que vê agora o sigilo decretado em informações públicas. Vivemos uma nova era antipolítica. E a antipolítica sempre descamba, da pior forma, para as ditaduras. Mas há resistência. E nós somos aqui a resistência, como o povo é lá fora e como será no 1º de Maio. Podem esperar!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PT vota "sim".

Como vota o PSL?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) - Sr. Presidente, por vezes, nós ficamos aqui nos contendo para não dar respostas, tamanhas são as mentiras que a Oposição fala, mas vamos irritá-los da melhor maneira possível, que é dando celeridade à reunião.

O PSL vota "não".

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSL vota "não".

Como vota o Bloco PDT/Avante?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - Sr. Presidente, o debate tem se mostrado positivo, apesar da inconformidade do Governo, que sabe que não tem votos suficientes para aprovar essa reforma da Previdência. Sem diálogo, sem tolerância, sem entendimento, a reforma da Previdência vai ser derrotada. Lá na Comissão Especial, isso vai ficar provado. Por isso, o PDT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PDT vota "sim".

Como vota o PR? (*Pausa.*)

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - O PP orienta o voto "não", Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidente, tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PR?

O Deputado Marcelo Ramos tem a palavra.

O SR. MARCELO RAMOS (PR - AM) - Sr. Presidente, o PR, desde o início, tem se esforçado na busca de um consenso maior em torno dessa proposta, de forma que esta Câmara possa assumir a sua responsabilidade com o País de ajudar na promoção de um ajuste fiscal tão necessário para o País voltar a crescer, sem com isso atingir duramente as pessoas mais humildes.

Desde o início, nós estamos lutando por esse equilíbrio. Não estamos aqui nem para provocar ninguém, nem para agradar ninguém. Estamos aqui para construir o que é melhor para o nosso País e para as pessoas que estão lá do lado de fora, para empresários, que querem um ambiente de negócios mais sadio, para trabalhadores, que querem a garantia dos seus direitos e de um sistema solidário, mas que possa haver equilíbrio do ponto de vista atuarial.

Portanto, entendermos que, com os ajustes feitos, chegou a hora de votar essa matéria. Por isso, o PR encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PR vota "não".

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidente, peço o tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Com a palavra a Deputada Jandira Feghali, pela Liderança da Minoria. *(Pausa.)*

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, o PP orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PP orienta o voto "não".

A Deputada Jandira Feghali está com a palavra.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, peço tempo de Líder e a atenção da Casa porque agora eu quero apresentar um fato novo à Comissão. Peço a atenção do Presidente também.

Tenho aqui em mãos, Presidente, o Requerimento nº 1.292, de 2019, que nós acabamos de protocolar na Casa. É bom que chegou aqui o Presidente da Câmara, o Deputado Rodrigo Maia, porque nós acabamos de protocolar na Mesa da Casa o Requerimento nº 1.292, de 2019, cumprindo o art. 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Trata-se de um instrumento constitucional que exige a adesão de um quinto do colegiado da Casa, ou seja, 103 Deputados, para que se suste a tramitação de matéria que não cumpra o art. 113 do mesmo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ou seja: *"proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro"* — segundo a Emenda Constitucional nº 95.

E o referido art. 114 diz claramente: *"A tramitação da proposição elencada no caput do art. 59 — ou seja, inclui emenda constitucional —, quando acarretar aumento de despesa ou renúncia, será suspensa por até 20 dias, a requerimento de um quinto dos membros da Casa (...)".*

Nós anunciamos isso mais cedo e conquistamos a adesão de mais de um quinto da Casa, com a assinatura deste requerimento. *(Palmas.)*

Esse requerimento não precisa de votação. Ele é um instrumento regimental que susta a tramitação com um quinto da Casa. Aliás...

(Não identificado) - O Plenário é soberano.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Não, não tem Plenário soberano. Isso é um instrumento... A Constituição...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, a palavra está assegurada à Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Eu estou no meu tempo de Líder...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - V.Exa. tem 5 minutos, Líder Jandira. Vai longe, vai longe...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Esse instrumento é assegurado pela Constituição, foi protocolado na Casa e nos dá o direito de sustar a tramitação da matéria por 20 dias. Ele está na Mesa da Câmara.

Objetivamente, é bom lembrar que o Deputado Alencar, do PT, levantou essa questão aqui na Comissão, e V.Exa. acabou de responder a ele que tinha que ser um quinto do Colegiado da Casa. Então, foi exatamente isso o que fizemos: um quinto do Colegiado da Casa.

O requerimento está na Mesa da Casa. Está satisfeito o requisito constitucional, por uma exigência do art. 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição brasileira.

É bom dizer, Presidente, que nós aqui estamos fazendo exatamente um requerimento baseado não apenas no fato conjuntural de o Governo ter declarado o sigilo. Nós estamos tentando obter os dados há mais de 40 dias. O prazo do requerimento do PSB, inclusive, termina amanhã — um prazo de 30 dias.

O Deputado Tadeu Alencar, Líder do PSB, já disse aqui que há 30 dias requereu do Governo, e até agora, com prazo que se vence amanhã, os dados não chegaram, que são os dados econômicos que embasam a reforma da Previdência. Já há mandados de segurança impetrados em primeira instância, em segunda instância e, inclusive, perante o Supremo Tribunal Federal.

Nós, da Liderança da Minoria, que somos regimentalmente Liderança da Oposição, como também é o Deputado Alessandro Molon, já fizemos um requerimento de informação e impetramos mandados de segurança também.

Nós estamos tentando obter esses dados há quase 2 meses, mas esses dados não vêm. O Governo continua dizendo que não tem os cálculos e fica prometendo reiteradamente que mandará os dados e que fez acordo sei lá com quem, porque conosco não há acordo nenhum de encaminhamento de dados.

Então, nós usamos um instrumento regimental, que é constitucional, porque temos o art. 114 do ADCT, que foi criado, inclusive, pela Emenda Constitucional nº 95, que esta Casa votou com quórum constitucional. A Emenda Constitucional nº 95 foi encaminhada pelo Governo Michel Temer, não por nós e nem pelos nossos governos. O teto constitucional criado pela Emenda nº 95 estabeleceu esses parâmetros, tanto no art. 113 quanto no art. 114.

Nós estamos usando os instrumentos dados pela Emenda nº 95. Então, esse requerimento foi protocolado com a adesão de mais de um quinto do colegiado da Casa.

Então, a questão que levantamos aqui é exatamente o que foi estabelecido pela Emenda nº 95 — aliás, ela sequer teve o voto da Oposição. Portanto, foi um instrumento trazido pelo Novo Regime Fiscal do Governo Michel Temer.

Esse instrumento está na Casa. Ele não precisa ser votado nem no Plenário da Casa e nem no Plenário da Comissão. Trata-se de um instrumento que produz efeito imediato, efeito suspensivo de tramitação por 20 dias, para dar prazo ao Governo, para que ele encaminhe os dados, para que esta Comissão não se amesquinde e exerça o seu papel e para que a Casa possa exercer seu papel de fiscal, fazendo a análise concreta dos dados concretos sobre o impacto orçamentário.

É bom dizer que esse impacto não é só sobre o orçamento fiscal, mas um impacto sobre a vida de 200 milhões de brasileiros, em especial os aposentados atuais. E digo isso porque, se tivermos, de fato, o deslocamento dos atuais contribuintes para a capitalização, quem vai deixar de receber aposentadoria e pensão são os atuais aposentados e pensionistas. O custo dessa transição aqui ninguém sabe, nem o Governo sabe. O custo para bancar o sistema atual também ninguém disse, ninguém sabe. Todo mundo que passar para o sistema de capitalização vai ter que bancar sozinho a sua aposentadoria.

Nós estamos arrebatando e levando à indignação a grande maioria do povo brasileiro. É a pobreza dos mais pobres, dos idosos, das mulheres que já têm trabalho precarizado. E refiro-me não só aos trabalhadores rurais, mas aos trabalhadores urbanos, às mulheres principalmente. Refiro-me também à população negra, que está dentro da população mais pobre. Esses são os privilegiados que o Governo diz todo dia que está combatendo?!

Nós precisamos dos cálculos atuariais, das projeções, dos microdados. Como votar uma matéria como essa?

Portanto, Sr. Presidente, a Casa precisa imediatamente dar conhecimento a V.Exa., pois se trata de uma obrigação ética e regimental. E nós temos que sustar o trâmite da matéria por 20 dias, segundo a Constituição.

Essa é uma demanda constitucional que estamos trazendo. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o MDB, Deputado Darcísio Perondi? (*Manifestação no plenário.*)

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Presidente, peço que V.Exa. inclua o meu tempo de Líder.

Sr. Presidente, eu fui o Relator da Emenda nº 95...

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Sr. Presidente, uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Sr. Deputado, quanto à questão de ordem, a palavra está assegurada à Liderança do MDB.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Eu cumprimento a Líder do PCdoB por ter lembrado da Emenda nº 95...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Líder da Minoria.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - ...porque não a reconhecia na época. Claro, quando se retira dinheiro, quando se faz despesa, deve-se ter o equivalente em receita — renúncia, etc. E a Emenda nº 95 faz isso. E hoje, com ela apresentando, a Oposição está, em primeiro lugar, reconhecendo a importância da Emenda nº 95.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Então, suspenda a tramitação.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Agora, vamos ao coração. Os dados que os conferencistas trouxeram e os que o próprio Ministro da Economia trouxe aqui mostram com clareza que, em 10 anos, vai-se diminuir a receita, vai-se possibilitar ao Governo sair do grave buraco fiscal em que vive, como o próprio Governo da Dilma sentiu — e caiu por causa disso!

Esse 1 trilhão e 200 bilhões virão de uma reforma que vai fazer com que todos trabalhem mais, especialmente os ricos — e isso a Oposição omite. Claro que os pobres vão ter que trabalhar e vão ter que cooperar também. Esta proposta apresentada pelo Governo faz exatamente o contrário do que ela faz, o contrário do que ela está levantando: vai possibilitar a recuperação do déficit fiscal, menos inflação, juro mais baixo, mais investimento, mais emprego, mais arrecadação, mais dinheiro para política pública.

E a Emenda nº 95 também quer retirar subsídios. E eu convido a Oposição a nos acompanhar, quando vencerem os subsídios, para votarmos contra a renovação.

Então, não tem fundamento esse encaminhamento, Sr. Presidente.

O MDB vota contra esse requerimento — Deus me livre!

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Peço a palavra para uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Qual é a questão de ordem, Deputado?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - É uma questão de ordem com fundamento no art. 95, combinado com o art. 114, da Constituição Federal. V.Exa. não respondeu...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, é o mesmo assunto. Eu já respondi.

Como vota o PR?

(Não identificado) - O PR vota "não", Presidente...

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Questão de ordem, Presidente.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Peço um esclarecimento: está-se votando o quê? Está-se votando o quê?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, o que é...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - PSD, como vota?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O que está se votando?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Presidente, o que há em votação?

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Presidente, nós estamos ouvindo uma questão de ordem aqui...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O senhor tem que suspender os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A questão de ordem, com base no art. 95, combinado com o art. 114, já foi elencada várias vezes.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Mas V.Exa. não respondeu à Deputada Jandira Feghali. Ela apresentou um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, não. Ela apresentou um requerimento ao Plenário. Então, cumpre ao Plenário decidir. Cumpre à Mesa da Casa, não a mim.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Eu vou recorrer da decisão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Recorra.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Trad, pelo PSD.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Sr. Presidente...

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Art. 41, inciso XVII, Sr. Presidente...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Suspende! Suspende!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não. Suspende nada! Não venha com essa! Não venha com essa! Não adianta citar um monte de artigo para falar a mesma coisa. Já foi decidido.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O senhor falou isso. Suspenda, Presidente!

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Art. 41, inciso XVII, Presidente...

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Sr. Presidente, a Oposição insistentemente alega que a Previdência...

(Não identificado) - Presidente, art. 89...

O SR. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Suspenda, Presidente. V.Exa. tem que suspender. Suspende, que é a melhor coisa.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - A Oposição, insistentemente — a oposição à reforma, porque há Deputados da Oposição que votam a favor da reforma —, essa Oposição que vota contra a reforma, não fala, não diz ao Brasil por que os Governos anteriores mexeram na Previdência.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Se o voo estivesse tranquilo, sereno, se voo não fosse turbulento, por que o Fernando Henrique mexeu? Por quê Dilma mexeu? Por quê Temer mexeu?

Portanto, o Governo Bolsonaro, que assumiu há pouco, 4 meses, herdou esses números devastadores. Então, é uma questão de responsabilidade cívica e de coragem... *(Palmas.)*

É uma questão de coragem de homens públicos que precisam assumir neste momento, Sr. Presidente, o desafio contramajoritários, apesar de que muitos.....

O SR. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Coragem?! Só se for coragem para tirar de pobres.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PSD, Deputado?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - ...estão mal-informados a respeito da Previdência, porque, se soubessem o que se avizinha, em termos de caos econômico e social, estariam com os corajosos.

Portanto, "não" à covardia e a favor do Brasil.

O PSD vota "não". *(Palmas.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PSB?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Sr. Presidente, questão de ordem com base no art. 66.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Srs. Deputados, não adianta citar um monte de artigos que, quando analisados, não têm nada a ver. A questão de ordem já foi decidida.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não cabe.

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu vou conceder a palavra ao Deputado para a questão de ordem. Eu quero que traga algo novo, senão, infelizmente, terei de cortar a palavra.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - A Deputada Jandira Feghali utilizou o tempo de Liderança. Então, V.Exa. não tem questão de ordem a responder. Eu estou apresentando uma questão de ordem.

O art. 114, Sr. Presidente, da Constituição Federal é muito claro, e V.Exa., inclusive, fez referência a ele hoje quando indeferiu a questão de ordem que levantava, por analogia, a assinatura de 20% dos membros da Comissão de Constituição e Justiça. V.Exa. leu literalmente o art. 114, que eu passo a ler também, para fundamentar a questão de ordem. Lerei os arts. 113 e 114:

Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Isso é o que foi estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95. E o art. 114 diz — e foi lido por V.Exa. hoje:

Art. 114. A tramitação de proposição elencada no caput do art. 59 da Constituição Federal, ressalvada a referida no seu inciso V, quando acarretar aumento de despesa ou renúncia de receita, será suspensa por até vinte dias, a requerimento de um quinto dos membros da Casa, nos termos regimentais (...).

São exatamente esses termos regimentais que nós acabamos de atender, inclusive ultrapassa bastante um quinto da Casa. Isso está protocolado na Casa. V.Exa. não pode desconhecer. Não é uma matéria para ser votada, porque a Constituição estabelece, em ordem direta e, é claro, não precisa esperar os 20 dias. Podemos até retornar ao assunto amanhã ou depois, desde que o Governo atenda o que a Constituição estabelece na sua Emenda nº 95 e forneça ao Congresso Nacional e à Câmara dos Deputados os dados que estão sendo solicitados há muito tempo. Inclusive, o PSB tem um requerimento que vencerá amanhã. É até falta de bom senso não respeitar esse requerimento que vence amanhã. Haverá crime de responsabilidade se não for respondido até amanhã.

Por que submeter a Comissão de Constituição e Justiça a esse vexame de ter que votar sem ter acesso aos dados, sem conhecer os dados, se eles terão que ser entregues amanhã?

A questão de ordem que apresento a V.Exa. é que, cumprindo o art. 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, suspensão por até 20 dias, até que o Governo encaminhe a esta Casa as informações solicitadas e necessárias.

(Não identificado) - Já foi indeferida duas vezes.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, agora eu encerro as questões de ordem. (*Palmas.*)

Os Deputados estão repetindo a mesma fundamentação.

Primeiro, há que se falar que se aplicar analogia, se aplica a questão de ordem de 2018, de autoria do Deputado Ivan Valente, do PSOL, respondida de maneira muito efetiva pelo nosso Presidente da Casa, Deputado Rodrigo Maia. Segundo, a proposta de emenda à Constituição pode até mesmo alterar essa questão do teto. E, terceiro, essa discussão compete à etapa da Comissão Especial, que é a etapa que analisa o mérito, e não à Comissão de Constituição e Justiça.

Eu já havia decidido essa questão. Em respeito ao orador, escutei até o final, mas já foi decidido.

Como vota o PSB?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Fui citado novamente, Presidente. Peço a palavra, por 1 minuto.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, só um minuto.

Deputado Aliel, vai encaminhar pelo PSB?

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Sr. Presidente, eu quero, primeiramente, falar da importância da presença do nosso Presidente desta Casa. O Presidente Rodrigo Maia é conhecido pelo diálogo e pelo respeito à Oposição. Não é culpa do Presidente Rodrigo Maia a ineficiência e a irresponsabilidade do Governo.

Nós não estamos discutindo o mérito, Sr. Presidente. Quando nós falamos que queremos os dados que a Constituição nos garante, nós estamos discutindo matéria de constitucionalidade. Então, é nesta Comissão que se discute. E esta Casa, acima dos interesses partidários, acima dos interesses de mérito da matéria, tem que respeitar os procedimentos legislativos e tem que respeitar os preceitos da Oposição, que são os únicos caminhos para que seja feita a defesa dentro da legalidade. Negar o recurso previsto de maneira categórica na Constituição brasileira é ferir o direito da democracia. O Presidente Rodrigo Maia não pode fazer isto, nem V.Exa.

O PSB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PRB, Deputado Luizão? (*Pausa.*)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, o art. 74...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Respeite o orador.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Foi citado novamente o meu nome.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - V.Exa. não foi citado. Apenas elenquei que V.Exa. foi autor de uma questão de ordem decidida no ano passado, apenas isso. Se pronunciar o nome de Deputado for motivo para pedido de resposta, pelo amor de Deus, não tocaremos mais nada aqui na Casa!

Como vota o PRB, Deputado Luizão?

O SR. LUIZÃO GOULART (PRB - PR) - Sr. Presidente, o PRB encaminha "não", porque o assunto mais comentado no Brasil hoje é a reforma da Previdência e até agora ainda não discutimos os itens da reforma da Previdência. Nós estamos todo esse período aqui adiando a discussão e o PRB está querendo discutir o mérito da questão. Nós acreditamos que sim. Eu já levantei, no primeiro dia, que nós deveríamos ter mais informações sobre números, sobre o impacto a respeito da proposta da reforma da Previdência. Mas nós não consideramos que isso obsta o trâmite desta matéria, que ela pode ser complementada, sim, e que nós possamos discutir, na hora da Comissão Especial, no mérito, todas as questões que nós levantamos aqui. Mas daí para poder votar, para poder modificar, para poder suprimir e para poder alterar.

O PRB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PRB vota "não".

Apenas quero anunciar mais uma vez a presença do nosso Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia. A Mesa está à disposição de V.Exa., Presidente. Engrandece realmente o debate desta Comissão a sua presença. *(Palmas.)*

Como vota o PSDB?

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - O PSDB vota "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSDB vota "não".

Como vota o Democratas?

O SR. GENINHO ZULIANI (DEM - SP) - O Democratas vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Democratas vota "não".

Como vota o Solidariedade?

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) - Presidente, nós orientamos o voto "não".

Entendemos que é uma matéria... A previdência social precisa ser discutida. A economia brasileira está passando por um momento de muita dificuldade. Entendemos que é fundamental que enfrentemos essa questão. Precisamos discuti-la, fazer mudanças no texto que veio. Mas é importante que esta Casa, no dia de hoje, vote a constitucionalidade e admissibilidade da matéria.

Por isso, orientamos o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Solidariedade vota "não".

Como vota o Podemos?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Sr. Presidente, em nome dos 14 milhões de desempregados deixados pelo Governo do PT, o Podemos vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Podemos vota "não".

Como vota o PSOL?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, não cabe agora.

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sr. Presidente, aproveito a presença do Presidente da Casa aqui neste momento para fazer com que ele cumpra a Constituição — art. 114, Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 1988, acrescentada.

O Presidente precisa suspender, porque lá é explícito que, sem se fornecerem os elementos, os dados, que estão sendo negados... Inclusive o Presidente mesmo disse que foi um erro do Governo e prometeu para quinta-feira. Só que nós não vamos votar no escuro.

E para o Deputado que diz que os dados são devastadores, digo que devastadores são os 500 bilhões de reais de juros, os 600 bilhões de reais de sonegação fiscal. São os 500 bilhões de reais que não se cobram dessa gente.

Por isso, peço a V.Exa. que suspenda esta sessão imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - E como vota o PSOL?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSOL vota "sim".

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Presidente, eu solicitaria...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, não cabe agora.

Como vota o PROS?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Pela Liderança, Presidente. Assim não dá!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tudo bem, Deputado.

Pela Liderança do PT, tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu resolvi fazer a fala agora para partilhá-la com o Presidente da Casa, que acompanha esta sessão.

Marque o tempo, Presidente.

É justo aqueles que defendem, como o Presidente Rodrigo Maia, a reforma da Previdência nos termos em que ela foi encaminhada pelo Governo, como os demais membros da base do Governo, quererem aprová-la aqui na CCJ. E nós sabemos qual é a opinião do Presidente desta Casa, Deputado Rodrigo Maia, a opinião dele sobre economia e sobre a necessidade da reforma. E sempre nós debatemos isso. E não há crise sobre isso. Temos opiniões políticas e programáticas diferentes.

O que o Presidente da CCJ, V.Exa., Deputado Francischini, e o Presidente Rodrigo Maia, a quem me dirijo, não podem fazer é quererem aprovar a reforma sem obedecer àquilo que prevê a nossa Constituição, a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, e o Regimento desta Casa. V.Exas. têm todo o direito de aprovar a reforma, mas não podem atropelar, até porque V.Exas. já foram Oposição aqui nesta Casa. Já foram Oposição aqui nesta Casa. Já foram oposição dura ao nosso Governo. Muitas vezes nós recuávamos para atender aquilo que é garantido aos membros da Oposição nesta Casa, Presidente Rodrigo Maia.

Não pode — e eu me dirijo a V.Exa. — V.Exa. assistir ao Presidente da CCJC indeferir uma questão da magnitude da que foi levantada pela Líder Jandira Feghali, na hora da Liderança, e achar que isso é normal, porque isso vai ser judicializado. O melhor caminho, Presidente Rodrigo Maia, é nós dialogarmos, e o respeito às regras é condição basilar para o funcionamento democrático desta Casa. V.Exa. foi eleito Presidente desta Casa e é Presidente de todos nós. Não é Presidente só de uma banda da Casa, da Liderança do Governo, nem da base do Governo. Eu sei da opinião de V.Exa. sobre a questão da reforma da Previdência.

O apelo que faço a V.Exa. neste momento, especialmente ao Presidente desta Casa... É um direito nosso. Não adianta ficar fazendo drama aqui a base do Governo, que aliás muitas vezes obstrui mais do que nós aqui. É só trazer, Presidente, os dados.

Eu ouvi na mídia, lemos na mídia que o Ministro vai apresentar a V.Exa. quinta-feira. É legítima essa posição do Governo? Eu já fui Líder de Governo aqui. Eu me dirijo à base do PSL aqui, àqueles Deputados que dizem que têm compromisso com o País. Vão apresentar para eles... Onde é que fica a CCJC, Presidente Felipe Francischini? E o respeito a esta Comissão? Em uma hora dessas não é mais Oposição e Governo, mas são regras, são regramentos, são posições de respeito. Hoje V.Exas. são Governo, mas amanhã podem não ser, como nós já fomos Governo.

Portanto, para o Parlamento funcionar de forma republicana, tem que se respeitar as regras, porque elas sustentam o diálogo, a democracia e o contraditório aqui dentro. Qualquer coisa para além disso é ao arrepio do Regimento e da nossa Constituição.

Não pode uma questão de ordem levantada... Eu conversei com alguns Deputados e todos diziam: "*Ah, não há um quinto dos membros da Casa*". Portanto, nós esperamos, nós conseguimos. E o esforço que foi feito? Por que os Deputados... Aliás, V.Exa., na preliminar daquele outro requerimento do Deputado Alencar Santana Braga, disse que só poderia suspender se fosse um requerimento assinado por 115, ou um quinto da Casa.

Meu Deus! Nós interpretamos assim, Deputado Felipe Francischini. Aliás, V.Exa. foi tão violentamente denunciado pela imprensa. Dizem até que foi gente de Governo. Portanto, aja não como Presidente do Governo, mas como Presidente da maior das Comissões, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que é a mãe de todas as Comissões aqui dentro.

Eu peço, Presidente Rodrigo Maia, que V.Exa. intervenha para que esta Comissão não cometa o desatino jurídico de não respeitar... Dirijo-me aos Líderes desta Casa. Aqui não há só o problema de Oposição, não. É regra, é tudo.

E, portanto, eu queria fazer um apelo. E fiz isso, Sr. Presidente, pelo respeito e pela convivência que temos, muitas vezes nas divergências, nos enfrentamentos aqui dentro, mas sempre olhamos para V.Exa. e achamos que V.Exa. pode respeitar o Regimento Interno como sempre respeitou.

E esta questão não é uma questão menor — diz respeito ao Parlamento. Não são 13 Deputados da Comissão — são cento e tantos Deputados cujas assinaturas colhemos. Ah, vão dizer... É direito, sim! Eu sofri tanto como Líder do Governo da Dilma com a oposição que fizeram aqui dentro, mas nunca deixava de olhar, tendo o diálogo como sustentação maior do funcionamento do Parlamento brasileiro.

O que está sendo feito aqui com a Oposição, Deputada Jandira, nós não podemos aceitar. Sabe por quê? Porque hoje fazem contra nós; amanhã podem fazer contra qualquer um. Aqui tem que ter regra! Não adianta cara feia, não adianta nada. Nós temos que cumprir isso.

Portanto, Presidente, o apelo que fazemos é para que V.Exa. suspenda a reunião para dialogarmos. Com os dados que chegam amanhã, vamos nos sentar e discuti-los. É claro que nós temos divergências sobre a matéria, mas vejamos...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Deputados da base do Governo, nós respeitamos muito V.Exas. Aliás, governo nenhum se sustenta só no "zap zap", fazendo vídeos contra nós. Um governo se sustenta... Aliás, já fizeram muitos contra o Presidente Rodrigo Maia e contra o Presidente Felipe Francischini.

Um governo se sustenta no diálogo com a Oposição.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Não faça intriga!

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Não tem governo que dê certo, Sr. Presidente, se não for dialogando com a Oposição.

A Oposição aqui na Casa precisa ser respeitada. E ela se finca naquilo que é a âncora da nossa existência aqui dentro, que é o Regimento, a Constituição e sobretudo o respeito às regras regimentais.

V.Exa. tem nas suas mãos o diálogo.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG) - Peço a palavra como Líder do PRB, Presidente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Eu estou concluindo. Ainda tenho 22 segundos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Peço a palavra pelo NOVO, Presidente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Eu pondero a V.Exa., Presidente Felipe Francischini, para que suspenda a reunião. Com os dados que chegarão amanhã, nós nos sentaremos e discutiremos à luz daquilo que o Ministro... *(Manifestação no plenário.)*

Não pode! Já não basta não fornecer dado nenhum, impacto nenhum? Agora querem atropelar tudo.

Portanto, faço um apelo para V.Exa. deferir a questão de ordem levantada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Antes de passar a palavra ao Deputado Marcel, pela Liderança do NOVO... *(Manifestação no plenário.)*

Deputados, pelo amor de Deus! Na semana passada, ficou feio esse negócio da escolinha. Por favor! Não precisa bater na mesa.

Passo a palavra ao Deputado Marcel Van Hattem, pela Liderança do NOVO.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, chega a ser irônico, um deboche com o povo brasileiro, ver alguém aqui que representa o partido que mais está causando atraso e debochando, de fato, do Regimento Interno dizer que temos que respeitá-lo, Sr. Presidente. *(Apupos.) (Palmas.)*

Aliás, o Regimento Interno que é aqui avocado pelo Líder do PT diz, no § 2º do art. 95, que nenhum Deputado poderá exceder o prazo de 3 minutos para formular questão de ordem, nem falar sobre a mesma questão de ordem mais de uma vez. E V.Exa., Presidente, tem sido extremamente sensato, mas poderia, pelo art. 41, cortar a palavra dos Deputados. O Regimento lhe permite isso. V.Exa. deveria passar a fazê-lo, porque aqui, a tarde inteira, e agora, noite adentro, estão utilizando questões de ordem repetidas para atrasar o trabalho no Brasil.

Digo mais, Sr. Presidente — e falo aqui também na presença do Presidente Rodrigo Maia, que é Presidente deste Parlamento e tem um compromisso com o Brasil: quem fala é um Parlamentar do Partido Novo, que, aliás, teve candidato na eleição para a Presidência desta Casa. Portanto, falo ainda com a tranquilidade de quem se colocou como independente na eleição.

O Presidente Rodrigo Maia suspendeu a Ordem do Dia na semana passada, para que pudéssemos discutir, conforme o acordo, todos que quiséssemos, a reforma da Previdência, falar de dados, daquilo tudo que estão falando aqui que hoje não existe. Dizem que não há dados, mas, na verdade, dizem que quem se prejudica são os mais pobres.

Mas como dizem isso se não há dados, Deputado Darcísio Perondi? De onde tiraram isso?

Na verdade, não conhecem os dados, não os estudaram. Na semana passada, demonstrei, bastante didaticamente, como a Previdência atual privilegia os mais ricos. Se pegarmos os 20% mais ricos da população, para eles vão 41% dos benefícios da Previdência; e para os 20% mais pobres, apenas 3%.

Fica aqui, portanto, um desabafo, Sr. Presidente, um desabafo de quem está lutando pelo Brasil, contra a irresponsabilidade de quem não fez no passado remoto, mas que, há poucos meses ainda, fazia parte de um acerto institucional e político para roubar o Brasil e que entregou a Nação nessa situação.

Estamos aqui com a responsabilidade de votar a reforma da Previdência e precisamos, portanto, hoje concluir esta sessão com a votação, demonstrando, Deputado Delegado Marcelo Freitas, nosso Relator, responsabilidade com o Brasil. Como disse o Deputado Fábio Trad, coragem para aqueles que têm convicção não é coragem, é simplesmente um ato correto e honesto.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Sr. Presidente, para orientar...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pela Liderança do PRB, tem a palavra o Deputado Lafayette de Andrada. *(Pausa.)*

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Para encaminhar pelo PROS.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Se formos entrar nessa obstrução, nós não vamos votar nada aqui.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Patriota, Sr. Presidente.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG) - Sr. Presidente, nós estamos aqui assistindo...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Só 1 minuto Deputado.

Peço que aumentem o volume do microfone do orador e peço respeito aos Deputados.

Deputado Paulo Teixeira, Deputado Stephanes, vamos manter a tranquilidade.

Deputados, por favor, sentem-se. Não vamos levar os nervos para cima.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG) - Peço para retornar o meu tempo no cronômetro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Retornem o cronômetro para o Deputado Lafayette de Andrada.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG) - Sr. Presidente, nós estamos aqui assistindo pacientemente à Oposição no seu papel tentando obstruir os trabalhos da Comissão.

Ora dizem que não se apresentaram planilhas, ora dizem que não se apresentaram cálculos, ora dizem que não conhecem as estatísticas. Estão cansados de conhecer. Foram governo por 13 anos. Conhecem muito bem os números da Previdência, tanto assim que tentaram, no Governo Dilma, no Governo Lula, e fizeram a reforma da Previdência, porque conhecem a realidade do buraco fiscal que existe ali.

Nós sabemos que há um prejuízo de 20 bilhões por mês, 200 bilhões por ano. Se a Previdência ruir, se a Previdência falir, se a Previdência quebrar, os mais prejudicados serão os mais pobres, serão as empregadas domésticas, serão os operários, serão os trabalhadores rurais. É disso que estamos a tratar aqui.

A Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente — e o nosso estatuto, o nosso Regimento é claríssimo —, trata da admissibilidade. Planilhas, cálculos e estatísticas serão vistos e revistos na Comissão Especial.

Sr. Presidente, foi levantado aqui pela eminente Líder da Minoria um requerimento que foi feito baseado no art. 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição. O art. 114 é muito claro, vou ler a literalidade dele: "*A tramitação de proposição elencada no caput do art. 59 da Constituição Federal, ressalvada a referida no seu inciso V, quando acarretar aumento de despesa ou renúncia de receita (...)*".

Nós estamos falando de uma reforma da Previdência que procura economizar 1 trilhão de reais em 10 anos. Estamos falando aqui de uma reforma da Previdência que quer sanear os cofres públicos.

Portanto, Sr. Presidente, não há que se falar aqui em renúncia fiscal, muito menos em aumento de despesa. Então, não cabe o requerimento apresentado com a assinatura de um quinto dos Srs. Deputados à Presidência da Câmara.

Eu quero aqui enaltecer, sim, a conduta do Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia, e a conduta do Presidente da CCJ, o Deputado Felipe Francischini.

Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça tem que ter o necessário equilíbrio, a necessária sensatez e a necessária coragem de tocar o dedo na ferida previdenciária. E essa ferida previdenciária não foi causada por nenhum de nós, é um desequilíbrio que vem da década de 1930.

O nosso regime previdenciário se iniciou na Constituição de 1934, como eu já falei aqui uma vez, baseado no conceito de Bismarck do século anterior, de 1880. É óbvio e ululante que se causaram distorções ao longo do tempo. Não é justo — eu já falei aqui uma vez — uma empregada doméstica, como no regime atual, ter que trabalhar 10 anos a mais que a sua própria patroa; não é justo um operário, para poder se aposentar, ter que trabalhar 10 anos mais, como no regime atual, que o próprio empreiteiro que o contratou. São essas as distorções que temos que corrigir.

Sr. Presidente, já vou aqui encerrar.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Encerra não.

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG) - Muitas vezes, o remédio parece amargo, mas é esse remédio que salva o indivíduo. É disso que estamos tratando aqui agora.

Sr. Presidente, vamos com coragem, vamos com patriotismo, vamos aprovar a reforma da Previdência. Viva a nova Previdência! (*Palmas.*)

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Patriota, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - Pela Liderança do PDT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pela Liderança do PDT, concedo a palavra ao Deputado Afonso Motta. (*Pausa.*)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Depois, peço a palavra pela Liderança do PSOL, Sr. Presidente.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Presidente Rodrigo Maia, nós não nos consideramos vencedores, mas muito menos perdedores neste momento em que há a iminência de votação no voto complementar e o relatório apresentado pelo Deputado Delegado Marcelo Freitas.

Cumprimos o nosso papel, levantamos questões pertinentes desta Comissão, que não tiveram acolhimento, é verdade, na sua grande maioria, mas que ficam registradas, sobre a constitucionalidade, sobre a legalidade, sobre a técnica jurídica. Passamos por questões de mérito que, nós sabemos, estão no sentimento da maioria dos Parlamentares integrantes desta Comissão, que pretendem, sim, modificar a proposta vinda do Governo, mas que, por questões de natureza processual, não vão declarar essa inconformidade aqui nesta Comissão pelo estreitamento e pela decisão de V.Exa. de não admitir os destaques supressivos.

Admitidos os destaques supressivos, precedentes desta Casa, nós poderíamos talvez, além dos pontos que contém a complementação de voto, examinar a desconstitucionalização e dar uma nova redação também para essa proposta aqui na Comissão, cumprindo assim a finalidade precípua da justiça, que é o objetivo maior desta Comissão. Mas não vamos nos esquecer de que aqui é apenas uma etapa, e não é uma etapa formal de uma Comissão que vai ser substituída por outra Comissão, é uma etapa do debate. Tudo o que foi colocado aqui não só interpares, mas o conjunto das mobilizações... Quem desconhece que um conjunto importante de bancadas que não são nem do Governo, nem da Oposição se mobilizaram

para chegar até este momento? Será que essas bancadas desistiram das alterações que pretendem introduzir na proposta do Governo? Evidentemente que não.

Então, logo ali, e todos nós vamos estar lá, mesmo aqueles que hoje são membros desta Comissão e amanhã não estarão designados para participar da Comissão Especial. Verdade é que todos nós, com o nosso trabalho, com o nosso empenho, no caso da Oposição, com a nossa resistência... Eu acho que o registro fundamental que a Oposição faz neste momento é dizer: nós estamos aí para resistir contra essa proposta de mudança da Previdência Social, porque ela é contra a ordem social, porque ela tem a natureza econômica, porque ela é só fiscalista e porque nós não temos os elementos suficientes para fazer um julgamento de mérito sequer da parte fiscalista, sequer da parte econômica.

Não vai ser só a questão da reforma da Previdência que vai nos colocar no ponto e no contraponto. Serão necessárias as outras reformas. A reforma da Previdência não é tudo. Portanto, esse exercício que nós estamos fazendo, que alguns tratam com ansiedade, que alguns tratam com descaso, amanhã pode beneficiar regimentalmente uma matéria, um ponto da decisão, um debate, porque eu animei, nós vamos lá para a Comissão Especial, e, depois, lá para fazer um substitutivo, e olha que não tem como aprovar essa reforma sem substitutivo, tem todo desafio inclusive para as bancadas que não são Governo, nem Oposição. Como vão constituir esse substitutivo? Qual o conteúdo? Quais os votos necessários? Qual o debate? E depois vai lá para o plenário, lá no plenário também terá o mesmo debate, vamos votar duas vezes, lá vai ser a hora da verdade, vai estar a televisão lá sim. E cada Parlamentar vai ter que dizer: voto a favor, voto contra.

Então, a construção que fizemos aqui, de parte da nossa bancada, da bancada do PDT resistindo, dando a nossa contribuição, para nós foi uma participação de realização, foi uma participação de resistência. Repito: não nos consideramos vitoriosos, mas também não nos consideramos derrotados, porque temos a certeza de que esse debate vai continuar, de que esse debate cada vez mais vai estar nas ruas. Quando chegar a hora, a população vai pressionar pelos seus direitos, pela sua dignidade. E nós temos certeza de que lá no final nós vamos ter muitas vitórias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Patriota, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Com a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro, pela Liderança da Maioria...

Não é pela Liderança, Deputado?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Eu não quero usar da palavra pela Liderança da Maioria. Gostaria de orientar pela Maioria.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Ah, pois bem, Deputado!

Como vota a Maioria?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Eu gostaria de orientar, Sr. Presidente. A reforma da Previdência está sendo feita dentro de um contexto complementar. A Emenda Constitucional nº 95 foi concebida para haver a reforma da Previdência e a redução de gastos, promovendo o equilíbrio fiscal. Mas aqui não vou entrar no ambiente de discussão política de mérito, porque nós vamos ter esse ambiente no momento da Comissão Especial.

Acho que aqui cada um está cumprindo o seu papel. Mas eu queria propor que, a partir de agora, todos nós que temos interesse de votar fôssemos rápidos, inclusive no encaminhamento. Nós temos cinco requerimentos e vamos ter que vencer os cinco. Que nós possamos encaminhar rapidamente!

A Maioria encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Maioria vota "não".

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, pedi a palavra como Líder.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Chame o Patriota, Sr. Presidente, para orientar.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pela Liderança do PSOL, tem a palavra o Deputado Ivan Valente. Após, ouviremos a Liderança do Patriota.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Presidente, eu pediria a atenção de V.Exa., do Plenário, e silêncio, porque quero colocar aqui uma gravação de V.Exa... Se V.Exa. não reconhecer a voz...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não cabe gravação, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Cabe, Presidente.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Não cabe, Sr. Presidente! Não cabe!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não cabe gravação.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não cabe gravação, Deputado. Não cabe gravação, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - É claro que pode!

Peço a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, V.Exa. pode falar — a palavra é concedida ao Parlamentar —, e não utilizar vídeo nem áudio. Tanto é assim que, na semana passada, um Deputado, não lembro qual, também utilizou o celular para tentar fazer isso, e eu indeferi.

Deputados, V.Exas. gritam, mas leiam a Reclamação nº 1, de 2013.

Então, não cabe mandar áudio.

Pode falar, Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Não é isso que estou falando.

Eu estou usando o meu tempo de Líder. Quero dizer o seguinte: V.Exa., de viva voz, nesse microfone... No vídeo, V.Exa. reconhece que, se tivesse um requerimento, com assinatura de um... Está aqui, está gravado! Eu quero colocar... Gravado! Se V.Exa. não reconhecer a voz, eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, não cabe gravação. Não cabe gravação, Deputado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A questão de ordem que embasou o início de tudo foi uma que V.Exa. apresentou à Presidência da Casa, e essa questão de ordem foi indeferida.

Então, se V.Exas. não têm coerência — como na semana passada, um acordo foi feito até pela Oposição e o PSOL ficou fora —, V.Exas. têm que ter um pouco de hombridade! V.Exas. têm que ter hombridade, na palavra e na coerência!

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - V.Exas. têm que ter coerência!

Não adianta vir até aqui! Não adianta vir até aqui! A palavra está com V.Exa., mas não pode utilizar... Não pode utilizar!

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Sr. Presidente, colha o restante da orientação e vamos votar! Vamos votar, Sr. Presidente!

(Tumulto no plenário.)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Sr. Presidente, vamos votar!

Nós temos cinco requerimentos. Colha o resto das orientações, e vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - A orientação do Patriota...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, peço que se sentem.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Sr. Presidente, abra o painel e vamos votar.

(Tumulto no plenário.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Para quem queria dados, a Instituição Fiscal Independente trouxe os dados. Estão aqui para todo mundo.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Quero falar pelo Patriota, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Chegaram os dados. Estão aqui para todo mundo.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, peço que se sentem. Não discutirei com quem estiver em pé.

(Tumulto no plenário.)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Sr. Presidente, eu sugiro a V.Exa. que abre o painel, inicie a votação e assegure a palavra ao Deputado Ivan Valente. Não tem problema, desde que nós possamos iniciar a votação.

O SR. JOÃO ROMA (PRB - BA) - Abra o painel, Presidente! Vamos votar!

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu não discuto com ninguém que está em pé. Eu pedi no início da sessão...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está aberto o painel para a votação. *(Palmas.)*

Peço aos Deputados e Deputadas que retornem aos seus lugares para que possamos dar início à votação pelo sistema eletrônico. *(Palmas.)*

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Peço a palavra para orientação do Patriota, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, estamos processo de votação nominal. Peço que votem...

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - E a orientação do Patriota, Sr. Presidente?

(Não identificado) - O Patriota vota "não".

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sr. Presidente, eu estou aguardando aqui para orientar. Presidente, eu estou educadamente aguardando aqui para orientar.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - O Patriota está aqui educadamente aguardando.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - O PROS quer orientar a votação.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Eu peço a V.Exa. que zere o painel. Eu estou educadamente aguardando para orientar. Eu não fui à mesa de V.Exa. Eu estou...

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - O Patriota está aguardando para orientar, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sr. Presidente, tem a fala da Liderança do Patriota, a Oposição gostaria de falar também, e eu estou aguardando educadamente. Vou aguardar que V.Exa. me conceda a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pois bem, estamos em processo de votação. E eu concedo o tempo para que V.Exa. possa falar.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Não, Sr. Presidente, eu não vou falar durante a votação.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Então, esperamos finalizar a votação. Para encaminhar...

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Sr. Presidente, coloque no painel que o Patriota vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Para encaminhar, tem a palavra a Deputada Clarissa Garotinho.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Para orientar o PROS.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Sr. Presidente, coloque no painel. O Patriota orienta "não"! Por que foi cassado o direito do Patriota?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Patriota orienta "não".

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Sim. V.Exa. não chamou o Patriota.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, o PT troca para "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Já está registrado, Deputado.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Sr. Presidente, por favor, eu posso fazer um pedido a V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Com certeza, Deputado.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Eu quero pedir a V.Exa., porque é responsabilidade sua — não vou jogar a bomba aí —, que pense nesses Deputados que estão em pé, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Só 1 minuto, Deputado.

Apenas para esclarecer, de maneira muito clara, no início da sessão, eu disse que não toleraria Deputados em pé. Como desrespeitaram essa questão, iniciei o processo de votação. Não é nada contra V.Exa., Deputado, apenas para elencar essa questão.

E também quero dizer que podem fazer o barulho que quiserem, porque eu vou continuar tocando esta reunião, e vamos votar hoje. Hoje nós vamos votar! (*Palmas.*)

O Deputado Pastor Eurico está com a palavra, pelo Patriota.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Sr. Presidente, eu acho que está havendo um equívoco.

Eu estou pedindo a V.Exa...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Presidente, precisamos encaminhar. Há partidos que não encaminharam ainda. Estão aqui aguardando.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Sr. Presidente, eu estou pedindo a V.Exa...

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Muitos partidos estão aguardando para a orientação, Sr. Presidente.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Eu estou dizendo a V.Exa., Sr. Presidente, que os Deputados estão em pé porque não há lugar para sentar. Há Deputados em pé porque está faltando lugar. Então, por favor, que seja...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Pastor Eurico, concordo com V.Exa.

Quero pedir a toda a assessoria que está sentada no fundo que dê o lugar aos Deputados — há muitos Deputados em pé —, para que possamos continuar os trabalhos. Peço a assessoria que dê o lugar aos Deputados.

Tem a palavra o Deputado Renildo Calheiros, para encaminhar pelo PCdoB.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que incorpore o tempo da Liderança ao meu tempo agora.

Sr. Presidente, há matérias nesta Casa e nesta Comissão que dizem respeito à divisão entre Oposição e Governo, mas esta não é o caso. O Governo não tem votos para aprovar a matéria. O Governo precisa dos votos de partidos que não são Governo e, inclusive, são hostilizados pelo Governo. Não cabe aqui a separação entre Oposição e Governo.

Há matérias, Sr. Presidente, que separam direita e esquerda. Não é o caso desta. Esta matéria separa os que defendem a Constituição e aqueles que acham que a Constituição só serve quando agasalha os seus interesses.

O texto da Constituição é muito claro, Sr. Presidente. A clivagem que se estabelece aqui é entre quem está observando o Regimento da Casa e quem está observando o que a Constituição brasileira assegura.

Amanhã será respondido o pedido de informação do PSB. Nós estamos a menos de 24 horas da resposta ao pedido de informação. V.Exa. não pode submeter esta Comissão ao constrangimento de votar ao arrepio do que diz o art. 114 da Constituição Federal. V.Exa., como Presidente, pode muito, mas não pode tudo.

Eu queria dizer a V.Exa., Presidente, que aqui nesta Casa, na época da ditadura militar, houve um Presidente chamado Djalma Marinho, que, na época da ditadura, teve a coragem de defender a Casa, de se levantar para defender o que estava estabelecido no Regimento Interno. Sabe o que aconteceu? Ele é um dos Presidentes mais respeitados da história da Câmara dos Deputados e dá nome à sala da Comissão de Constituição e Justiça. (*Palmas.*)

Eu era apenas um jovem estudante na década de 80, quando o Presidente Figueiredo, na Presidência da República, enviou para esta Casa três pacotes econômicos que estabeleciam arrocho no salário dos trabalhadores. E ele pressionava o Congresso para que votasse o pacote. Pressionava especificamente o então Presidente do Congresso Nacional, Nilo Coelho. E Nilo Coelho, certo dia, em plena ditadura militar, levantou-se e disse, na tribuna, que não era Presidente da ARENA, era Presidente do Congresso Nacional, e não aceitou as exigências que foram feitas pelo Governo de então. *(Palmas.)*

V.Exa. é um jovem, pode ter uma trajetória brilhante, pode ter uma trajetória longa. Não carregue as insuficiências do Governo em suas costas. Não desrespeite os membros desta Casa. Não desrespeite o Regimento Interno. Não desrespeite a Constituição. Os homens e as mulheres que defendem a Constituição, as pessoas de coragem, não fazem parte do passado. E saiba V.Exa. que governo nenhum respeita quem não se impõe. Governo nenhum respeita quem não observa o Regimento nem a Constituição Federal. Saiba V.Exa. que compreender a questão de ordem aqui levantada não diminui V.Exa., mas o engrandece e obriga o Governo a enviar para cá os dados que nós estamos solicitando, porque a Constituição dá guarida a isso.

Não se apequene, Presidente. V.Exa. não será respeitado com atitudes menores. Se ficar de joelhos, nem o próprio Governo respeitará V.Exa. Imponha-se como o Presidente que nós elegemos. Imponha-se como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e exija que a Constituição seja respeitada, porque não é uma questão de interpretação. O que está lá está dito de maneira direta, textualmente, na Constituição brasileira. *(Palmas.) (Manifestação no plenário.)*

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Quero encaminhar pelo PROS.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Peço silêncio a todos os Deputados e Deputadas.

O Deputado Arthur Oliveira Maia vai utilizar a palavra pela Liderança do Democratas.

Tem a palavra o Deputado Arthur Oliveira Maia.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Sr. Presidente, estamos vendo aqui, na Comissão de Constituição e Justiça, que justamente aqueles que evocam a lei, a ordem, a Constituição para fundamentar os seus argumentos fazem um discurso apaixonado, voltado para fora desta Casa, voltado para uma discussão política...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, qual é o tempo que o Líder está usando? Não está marcando.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada Maria do Rosário, por favor! O Deputado Arthur Oliveira Maia está com a palavra.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Arthur Oliveira Maia está com a palavra. Por favor, Deputado.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, por favor!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Obviamente, Sr. Presidente, a análise dessa questão de ordem que foi aqui trazida pela Oposição tem que ser vista, pela exegese jurídica, a partir da hierarquia das leis. De fato, nós votamos aqui, na legislatura passada, a Emenda Constitucional 95, que estabeleceu o teto de gastos, proposta relatada pelo Deputado Darcísio Perondi. Acontece que é essa lei que diz que as proposições do art. 59 estariam submetidas, mediante o requerimento de 20% dos Deputados, a uma suspensão de 20 dias para que se analisasse se a proposição traz aumento de despesa ou renúncia fiscal. Nós sabemos, que, de fato, esta PEC não traz isso, mas o argumento a ser utilizado para confrontar o que a Oposição traz aqui não é o do mérito de saber se provoca ou não aumento de despesa, mas a questão relativa à hierarquia das leis.

Ora, meu Deus, quem pode o mais pode o menos! Essa é uma máxima do direito romano que foi absorvido no nosso País e vale para todo o direito ocidental! Se foi uma PEC, uma proposta de emenda à Constituição, que criou o teto de gastos, se foi uma PEC que estabeleceu que tem que haver essa suspensão, obviamente que uma PEC também pode mudar essa mesma suspensão. Uma PEC pode modificar aquilo que outra PEC fez. Isso é óbvio. E, logicamente, uma PEC não pode estar submetida a essa regra. Ela não pode estar incluída entre essas proposições citadas no art. 59.

O pedido não se sustenta, porque, se fosse assim, como haveríamos de modificar uma emenda constitucional, senão através de outra emenda constitucional? É o óbvio!

Portanto, quando V.Exa. decide pela não aceitação da questão de ordem da Oposição, afirma, com toda a razão, que esta matéria que estamos analisando é uma proposta de emenda à Constituição, enviada a esta Casa pelo Poder Executivo, como prevê a Constituição brasileira. E, obviamente, essa proposta tem a força, tem o condão, tem a capacidade de modificar uma PEC que foi aprovada também por esta Casa em anos anteriores.

É por isso mesmo que V.Exa. decide com todo o acerto quando não aceita essa questão de ordem da Oposição e dá prosseguimento à votação. Nós sabemos que a Oposição já esgotou todos os meios que tinha para evitar o andamento desta matéria na CCJ. V.Exa. tem conduzido os trabalhos com muita determinação para manter a ordem e com acerto jurídico. É por uma questão de hierarquia jurídica que V.Exa. tem que manter esta votação e denegar a questão de ordem.

E não há por que aceitarmos aqui os discursos daqueles que dizem que o Presidente da Comissão e o Presidente da Casa estão se opondo à Constituição brasileira, estão se opondo ao Regimento Interno para fazer prevalecer a vontade do Governo. Não estão sendo, portanto, justos com o Presidente Rodrigo Maia, que indeferiu essa questão, e não estão sendo justos com o Presidente Felipe Francischini, que, de fato, tomou uma decisão correta com base num parâmetro elementar, o de que uma lei com o mesmo patamar de outra — no caso são duas PECs —, obviamente, pode modificar a anterior.

Este é o encaminhamento do DEM, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está encerrada a votação.

Resultado: 44 votos "não"; 7 votos "sim".

O requerimento foi rejeitado.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Peço a palavra, Sr. Presidente. Eu já pedi 10 vezes.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra a Deputada Clarissa Garotinho. *(Pausa.)*

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Sr. Presidente, eu não pude votar porque o Líder não pôde orientar "obstrução".

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não venham aqui na frente, pelo amor de Deus! Eu já avisei!

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Desrespeito é o que V.Exa. faz para com o Parlamento.

(Tumulto no plenário.)

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, V.Exa. deu a palavra a todo mundo, e eu não consegui encaminhar a votação. Eu não consegui orientar a bancada. V.Exa. deu a palavra aos Líderes e não garantiu a orientação da bancada do PROS.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Há outro requerimento sobre a mesa de adiamento da votação por quatro sessões, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Para encaminhar favoravelmente ao requerimento, tem a palavra...

(Tumulto no plenário.)

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Sr. Presidente, eu não pude votar porque o Líder não orientou a obstrução, e essa opção não aparece no computador.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, eu não consegui votar "obstrução" porque eu não consegui encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, pelo amor de Deus, parem um pouco! O Deputado está reclamando que quer usar o tempo da Liderança, só que está aqui em pé gritando. Eu não posso ter conhecimento do que se fala fora do microfone.

Pelo tempo da Liderança do PSOL, tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, eu não consegui encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada Clarissa Garotinho, eu entendo a preocupação de V.Exa., que não conseguiu encaminhar o voto. O processo de votação ficou aberto por praticamente 15 minutos.

Concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente, pela Liderança do PSOL.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, quando V.Exa. concedeu a palavra para a orientação do PROS, imediatamente, o PSOL usou o tempo de Liderança. Nós não conseguimos nem sequer encaminhar. Meu voto é "obstrução". Eu não posso obstruir, se o painel não marcar "obstrução". V.Exa. tem que garantir o encaminhamento de todas as bancadas. É a segunda vez que...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Desde que não haja baderna, eu consigo garantir isso. Agora, a partir do momento em que todos estão em pé aqui, não dá. Eu tenho que continuar a reunião.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu sei disso. V.Exa. está respeitando esta Comissão, Deputada. No entanto, outros Deputados não respeitaram. Infelizmente aconteceu isso. Na próxima votação, V.Exa. vai ter a oportunidade de orientar e obstruir.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação, com base no art. 96 do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Ivan Valente está com a palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu já pedi silêncio.

Aos que estão acompanhando a reunião quero dizer que terei que esvaziar a galeria caso continue o barulho. Se a assessoria que está sentada ao fundo puder ceder o espaço aos Deputados que estão em pé eu agradeço. Essa é questão regimental.

Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sr. Presidente, Deputado Francischini, peço a atenção de V.Exa. Vou falar com calma, como Deputado de seis mandatos, Líder da bancada do PSOL várias vezes e Deputado que respeita todas as Deputadas e todos os Deputados.

Estamos numa discussão que vai atingir 100 milhões de pessoas. Relator, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, 100 milhões de pessoas serão atingidas por esta matéria. Chamo a atenção para isso, porque tudo o que fizermos aqui terá repercussão depois, a começar pelas ações da Presidência da CCJ.

Deputado Francischini, eu apresentei a V.Exa., com todo o direito de Líder, uma gravação da sua fala em relação à questão de ordem levantada pela Deputada Jandira Feghali.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, por favor, façam silêncio! Vamos continuar com a reunião!

Façam silêncio, se não os Deputados, ao menos a assessoria que está presente! Eu não consigo ouvir o Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Deputado Francischini, assegure meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está correndo o tempo, Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Entreguei a V.Exa., Deputado Francischini, um vídeo, para ser factual, para mostrar que não deve haver incoerência nas palavras e nos atos. V.Exa. levantou uma questão, e foi apresentado um requerimento com aquilo que V.Exa. pediu. V.Exa. pensou que não havia um requerimento de um quinto dos Deputados da Casa para suspender a reunião por 20 dias. Na verdade, V.Exa. não tinha esse conhecimento. Mas é preciso respeitar o Regimento, que é claro nessa questão. Por isso, a sessão precisa ser suspensa e deve ser dado o tempo regimental, que é de até 20 dias de suspensão, até que se tenham os elementos.

Inclusive quero dizer a V.Exa. que fui um dos Líderes que mais se opôs à Emenda Constitucional nº 95 aqui. A maioria aqui votou a favor da emenda constitucional que trata do teto de gastos, que esmaga o gasto público com saúde, com educação, com moradia, com transporte, etc. Eu tenho argumentos para fazer o debate, mas eu quero fazer o debate em cima de dados.

E vou dizer mais: eu assisti a 1 hora e meia de debate do Sr. Paulo Guedes na *Globo News*. Ele não citou nenhum número. Ele apenas falou o seguinte: "*Votada a reforma da Previdência, vai jorrar dinheiro do exterior, vai baixar a taxa de juros e vai explodir o emprego no Brasil*". Mentira! Mentira! Essa é uma grande mentira, em cima de nada. Eu já vi vários governos falarem isso. Ele não tinha um elemento.

A segunda questão é sobre os privilegiados serem atingidos. Os nossos números dizem o contrário. Ontem um artigo do *Estadão* pinçou um número, e a Adriana Fernandes falou que quem vai pagar essa conta grossa é quem está com 65 anos e recebe pelo Regime Geral da Previdência. É daí que vão sair 350 bilhões de reais: dos 20 anos e dos 40 anos. É daí que vai sair o grosso, Deputado.

E o abono salarial sai de onde? De quem ganha dois salários mínimos! Serão 150 bilhões de reais. É disso que se trata! São esses dados que queremos ver esquadrihados. Trata-se do cálculo atuarial. Eu não acredito em conversa de que em 2060 teremos o paraíso. Em 2060, possivelmente, muitos não estarão vivos. E, mais do que nunca, não dá para prever a conjuntura internacional nem a nacional. Isso é uma grande mentira, uma grande balela! Por isso, queremos os elementos e os dados.

Suspenda a sessão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, não suspenderei a sessão.

Eu vi o vídeo que V.Exas. me mostraram. Eu estava adentrando na questão e não estava encaminhando para o que V.Exas. acham que eu estava encaminhando. Tanto é que não consegui concluir minha frase no vídeo, porque V.Exas. me interromperam com esse péssimo hábito de não deixar ninguém falar, de interromper todo mundo. No próprio vídeo, isso ficou claro. Podem mostrar o vídeo. Podem mostrar.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de adiamento de votação por quatro sessões.

Para encaminhar favoravelmente ao requerimento, pelo prazo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Passo a palavra para uma questão de ordem à Deputada Clarissa Garotinho.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Trata-se de questão de ordem com base no art. 10, inciso IV.

O Regimento é claro ao dizer que todas as bancadas têm o direito de fazer a orientação de bancada. Eu não sou filiada ao PT, eu não sou filiada ao PSOL e exijo o cumprimento do Regimento. O PROS pediu a palavra diversas vezes para orientar, e V.Exa. não concedeu. Então, quero minha palavra garantida.

Eu gostaria que fosse consignado o meu voto pela obstrução na votação anterior, uma vez que, ao não conseguir orientar "obstrução", o painel me impede de marcar "obstrução" aqui. Então, eu gostaria que isso fosse consignado o meu voto.

Eu também queria registrar agora o encaminhamento que eu faria, já que não tive oportunidade de fazê-lo, porque minha palavra foi cassada. Quero registrar que o Relator apresentou aqui um relatório covarde. Ele tirou todos os jabutis deste projeto que nada têm a ver com a reforma da Previdência, mas foi incapaz de corrigir o único artigo que o Ministro assumiu nesta Comissão que estava escrito de forma errada. Foi isso que eu falei anteriormente. E eu gostaria de solicitar ao Relator que corrija o texto, porque esta Comissão de Constituição e Justiça analisa, inclusive, a redação e a técnica legislativa.

Eu gostaria que o meu voto fosse computado como "obstrução" na votação anterior.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Com certeza, Deputada. Estará consignado em ata o seu posicionamento.

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Eu gostaria que meu voto fosse consignado também, Sr. Presidente. Eu votei "não".

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Sr. Presidente, no mesmo sentido, eu gostaria apenas de fazer uma solicitação à Mesa.

Eu também, Sr. Presidente, prezo pelo respeito. V.Exa. tem a responsabilidade de conduzir a reunião. Agora, não é possível, Sr. Presidente, que por causa de algumas situações e atitudes correlatas às nossas, com as quais muitas vezes não compactuamos, sejamos prejudicados. A orientação pela obstrução é a única possibilidade de aparecer essa opção no painel para que o Deputado expresse o seu voto. Então, é importante V.Exa. ter o controle da sessão e também preservar

esse direito que não tem como ser exercido de outra maneira que não tem como ser de outra maneira, porque a Oposição ficou impedida de fazer orientação pela obstrução.

Eu sei que é o Líder da bancada quem faz a orientação, para que ela se submeta à obstrução, mas é importante V.Exa. levar isso em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Com certeza. Estará consignado em ata.

Para encaminhar favoravelmente ao requerimento de adiamento da votação por quatro sessões, tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós não somos refratários ao debate da Previdência, em circunstância nenhuma. Esta Casa já a debateu, e eu estive presente quando Fernando Henrique fez a reforma da Previdência. Depois, em 2003, Lula apresentou aqui uma série de questões que reformaram a Previdência. Mais tarde, a própria Dilma o fez, em 2013.

Agora, Sr. Presidente, para tudo há jeito, para tudo há forma, para tudo há regra e para tudo isso tem que haver norma. A maneira como estão debatendo aqui é extremamente atropelada. Nós vamos por um discurso que o cidadão comum não compreende: uns dizem que a reforma beneficia os ricos, outros dizem que ela machuca os pobres, e ninguém entende nada, Sr. Presidente. Portanto, nós precisamos dar exemplos que as pessoas compreendam. Eu vou começar dando alguns exemplos.

Àqueles que dizem que o projeto ataca os privilégios eu vou dar um dado. Nós temos 87 mil filhas de militares solteiras com 50, 60, 70 anos, com vários filhos, em convívio marital, com maridos não casados, e o custo com pensões chega a 480 milhões por mês. Na média, são 5,4 mil reais com aposentadoria ou de pensão. O projeto não toca em nada disso. Não são estes os privilegiados? Por que o projeto não toca nestes privilégios? Porque este olho é irmão deste outro. Pensam que nós somos bobos? Eu não sou bobo, ninguém é bobo, não sou filho de pai bobo. Se nos comprarem por bobos, vão devolver de madrugada, e verão que aqui ninguém tem nada de bobo.

É preciso, portanto, esclarecer a opinião pública e o cidadão.

Para fazerem parecer que somos bobos, o que eles fazem? Escondem, Sr. Presidente, os dados. É claro que a reforma vai retirar, mas não retira um centavo das filhas de militares que recebem pensões milionárias. Retira do RGPS, do INSS, daqueles que ganham em média 1.370 reais. Então, a reforma é contra quem? O endereçado tem nome, número, CPF, RG, todos os dados: são os pobres, o idoso pobre, o viúvo, a viúva, as pessoas com deficiência, o agricultor, a agricultora, o professor, a professora, o pedreiro, o carpinteiro, o industrial, o comerciante, aqueles com carteira assinada, a CTPS, a carteira de Getúlio Vargas, a carteira de João Goulart, Presidente da República e Ministro deste País.

Nós temos que fazer os esclarecimentos, Sr. Presidente. Não deram as informações porque, se eles contarem para nós o que só eles sabem, e se nós contarmos para o povo o que nós soubermos, a casa cai: o povo vai se indignar, vai se levantar. É por isso que eles têm que se esconder debaixo do tapete e tapar o sol com a peneira. Não se enganem! Eles têm os dados, nós não temos.

Nós sabemos que eles sabem, e eles sabem que nós não sabemos, mas eles não querem que nós fiquemos sabendo o que somente eles estão sabendo, porque, se nós soubermos o que eles sabem, nós contaremos aos outros, para que estes fiquem sabendo. Aí a casa cai. Esta é a diferença.

É por isso que estamos fazendo este debate aqui seriamente. Nós não estamos fazendo obstrução pelo simples prazer de fazer obstrução, apenas para mostrar à opinião pública.

A Constituição, na Emenda Constitucional nº 95, diz bem claramente e nós colhemos aqui um quinto das assinaturas dos Parlamentares. A Oposição se esforçou e buscou estas assinaturas. Está dito que, se houver um quinto de assinaturas em matéria que trate e envolva questão financeira e mexa com o Orçamento da União, naturalmente haverá o prazo de 20 dias para discussão, exatamente para não votarmos às escuras, para não votarmos de olhos fechados. É por isso que queremos regras e leis que regulem os homens, e não homens que regulem leis. É preciso que a lei esteja acima de todos e a justiça acima de tudo. Nós não estamos fazendo justiça nesta Comissão.

Por isso, nós queremos mais prazo para votar e esclarecer à opinião pública, mas precisamos dos dados que o Governo está nos sonegando.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Orientação de bancadas.

Como vota o Bloco PP/MDB/PTB? (*Pausa.*)

Como vota o PT?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - O PT vai votar favoravelmente, mas antes quero dizer e deixar expresso que esta Comissão hoje rebaixa o Parlamento e a política, se submete à vontade de um governo autoritário e à vontade dos rentistas e dos banqueiros, ao votar esta proposta sem ter o mínimo de dados, sem ter o mínimo de transparência.

Mais do que isso: este é um governo mentiroso, que disse que mandaria os dados. Hoje o Ministro disse que não possui os dados completos, e nós vamos aceitar esta enganação? Nós vamos votar aqui um sistema de capitalização que acaba com a licença-maternidade, um sistema de capitalização que acaba com o auxílio-doença, um sistema de capitalização que acaba com a aposentadoria por invalidez e outros benefícios.

É isso, senhoras e senhores, que nós estamos votando aqui desta maneira. Assumam a responsabilidade por este voto no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PT vota "sim".

Como vota o PSL?

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - O PSL vota "não", Sr. Presidente. Não há mais por que adiar os trabalhos. Nós temos que andar com isso. Está todo mundo esperando: o Brasil inteiro, a população inteira. É uma falta de bom senso querermos colocar mais medidas protelatórias neste processo.

Estão querendo debater o mérito, quando não é para debater mérito. Nós temos uma Comissão Especial à frente e, se Deus quiser, nela será dada a oportunidade a todos aqueles que querem propor suas mudanças e fazê-las.

O PSL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Bloco PDT/AVANTE?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - O PDT vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PDT vota "sim".

Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSD?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - O PSD vota "sim", pelo bem do Brasil. Aliás, o PSD vota "não", desculpe! Vota "não", pelo bem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSD vota "não".

Como vota o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - Sr. Presidente, nós estamos discutindo uma questão da maior relevância para nosso País e tivemos um questionamento feito pelo Deputado Renildo Calheiros que não foi respondido por V.Exa.

Mais de uma centena de Parlamentares vem usando de uma prerrogativa do Parlamento prevista na própria Constituição, mas V.Exa. ainda não teve nenhum posicionamento sobre esta questão de ordem perante a Comissão. V.Exa. não pode concluir esta sessão sem exprimir um posicionamento sobre ela.

Não é razoável este desrespeito a um requerimento feito por mais de cem Parlamentares, Parlamentares da Oposição, que desejam unicamente que o Governo, tão ciente de que esta proposta de reforma da Previdência é benfazeja para o Brasil, ofereça informações que de fato tragam a transparência e a publicidade necessárias.

Por isso, por querer que V.Exa. responda, a orientação do PSB é "sim", pelo adiamento.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Como vota o PRB?

O SR. JOÃO ROMA (PRB - BA) - Sra. Presidente, o PRB entende que é muito importante que estas reformas caminhem para o futuro do Brasil e para a melhoria da qualidade de vida do nosso povo sofrido, que anseia, na base, pelo Estado brasileiro.

Menos Brasília, mais Brasil, esta é a máxima pela qual todos temos que nos empenhar, e com coragem, para que as transformações de que o povo brasileiro precisa cheguem à ponta.

O PRB vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Como vota o DEM?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) - Sra. Presidente, o DEM, que sempre esteve ao lado do povo brasileiro, entende a necessidade urgente de uma nova Previdência, para todos, inclusive para os mais pobres, principalmente pelo fato de este País ter hoje milhões de desempregados, fruto de desgovernos irresponsáveis diante das questões fiscais.

Aqui estamos, igualando a Previdência para aqueles que menos têm, para que não existam privilégios.

Por isso, votamos "não" a este requerimento, que visa apenas protelar o que todo brasileiro espera: crescimento econômico, geração de emprego e renda e melhorias para este País. Chega desse mi-mi-mi e das mentiras várias vezes repetidas para se tornarem verdade! O Brasil quer crescimento, emprego e uma nova Previdência já!

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o Bloco PP/MDB/PTB?

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Deputado Herculano, V.Exa. pode encaminhar.

O SR. HERCULANO PASSOS (Bloco/MDB - SP) - Sra. Presidente, ao encaminhar pelo bloco, eu quero dizer que o Brasil está apreensivo, e nós temos que pensar nas gerações futuras. É muito importante a reforma da Previdência.

O bloco vota "não" a este requerimento de adiamento por quatro sessões.

Vamos votar contra este requerimento, Sra. Presidente.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Sra. Presidente, o PSDB vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

O SR. MARCELO RAMOS (PR - AM) - O PR vota "não".

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - Sra. Presidente, o Solidariedade encaminha o voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Como vota o Podemos?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Sra. Presidente, o Podemos, desde o início deste debate, tem-se esmerado para entender o processo. Buscamos os números, trouxemos profissionais. A Presidente Renata tem-se esmerado em levar a todos os Parlamentares o entendimento deste processo. Nós estamos trabalhando para que o Brasil saia deste buraco em que os partidos que aqui estão obstruindo os trabalhos o colocaram.

Nesta matéria, nós votamos "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Como vota o PSOL?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sra. Presidente, em respeito ao povo brasileiro, às camponesas, às professoras, às pescadoras, o PSOL encaminha o voto "sim".

É um absurdo que o Presidente, quando jovem capitão, tenha se aposentado aos 33 anos! Em janeiro passado, ele passou a acumular a segunda aposentadoria. Agora conta com três fontes de renda, da ordem de 70 mil reais, incluindo o salário de Presidente. Ele se deu o direito de destruir a dignidade do povo.

Não tem mi-mi-mi, não! São 400 reais que querem pagar a um idoso que não pôde comprovar 40 anos de trabalho, apesar da mão calejada e das rugas provocadas pelo sol, com envelhecimento precoce!

Isso não é mi-mi-mi! Está no projeto sanguinário, e o povo tem o direito de saber quem está votando contra.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Como vota o PROS?

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sra. Presidente, o PROS entende que esta reforma vai prejudicar os mais pobres. Não adianta dizer que se cobra uma alíquota menor dos mais pobres, porque uma pessoa que sobrevive com 998 reais por mês não consegue contribuir com mais 80, 90 ou 100 reais todo mês. É muito sacrificante!

Não podemos exigir mais este sacrifício do povo trabalhador, que sobrevive com 998 reais por mês.

O PROS vota "sim", pelo adiamento da votação.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Como vota o PCdoB?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Sra. Presidenta, esta PEC trata com desrespeito as professoras e os professores. Esta PEC desrespeita os trabalhadores e as trabalhadoras rurais. Esta PEC retira quase 160 bilhões só do abono salarial dos trabalhadores que ganham entre 1 e 2 salários mínimos. Esta PEC trata os trabalhadores com desumanidade e perversidade.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Novamente peço silêncio a quem está nas laterais, para darmos prosseguimento aos trabalhos e ouvirmos com respeito os oradores.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Sra. Presidente, peço que reponha meu tempo, que já é muito curto. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Dez segundos, Deputado.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Esta PEC trata com muito desrespeito, com desumanidade e perversidade, trabalhadores e trabalhadoras que, ao completarem 65 anos, nem sequer serão agasalhados pelo BPC. Esta idade é elevada para 70 anos, e eles terão que sobreviver com 400 reais. Ainda por cima, desrespeita-se o art. 114 da Constituição Federal.

Trata-se de uma questão de ordem a que o Presidente da Comissão ainda não respondeu. Espero que, na reflexão que ele foi fazer, volte e cumpra o que diz o art. 114.

O PCdoB orienta o voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Como vota o PSC?

O SR. PAULO EDUARDO MARTINS (PSC - PR) - Sra. Presidente, por tanto adiar o enfrentamento deste problema, o Brasil se encontra na situação deplorável em que está hoje. Considero o adiamento desta votação um culto à irresponsabilidade.

Por isso, o PSC vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Como vota o Cidadania?

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - O Cidadania vota "não", sabendo que temos que buscar a Previdência pública como deveria sempre ser: para proteger os mais pobres, aqueles que ganham menos.

Por isso, não há que se mexer no Benefício Continuado, muito menos no salário e no tempo de contribuição do trabalhador rural. Nós temos que fazer a reforma da Previdência para recuperar o equilíbrio fiscal para novos investimentos em infraestrutura, em saneamento básico, para que se gere emprego para 13 milhões de desempregados.

O Cidadania vota "não", porque quer votar a reforma da Previdência.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Como vota o NOVO?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Sra. Presidente, para quem está utilizando como desculpa ou argumento para adiar a votação de hoje o fato de que não conhece os números, eu tenho em mão estudo da IFI — Instituição Fiscal Independente, um estudo minucioso, cirúrgico, que apresenta todos os números, todos os cálculos, o diagnóstico, as projeções, as conclusões.

Eu tenho várias cópias deste estudo aqui. Se alguém quiser pegar, está nas minhas mãos. Se preferirem receber a versão digitalizada pelo WhatsApp, eu também posso enviar. Não há motivo para adiar a votação quanto a isso, pois os números estão nas minhas mãos e podem estar nas mãos de qualquer pessoa.

O NOVO quer adiantar, quer votar e orienta o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O NOVO vota "não".

Como vota o Patriota?

O SR. DR. FREDERICO (PATRI - MG) - Sr. Presidente, o Patriota entende que é o adiamento que está sendo o grande responsável pelos 13 milhões de desempregados, pela renda baixíssima do povo brasileiro, pela graves dificuldade na saúde pública, por uma educação de má qualidade.

Quando divulguei os dados aqui, eu até fui questionado pelo portal Fato ou Fake. Trouxe um dado do Tesouro Nacional, da Câmara Legislativa, de que em 2009 havia 39 bilhões de déficit da Previdência, e nada foi feito. Poderia ter sido feita uma reforma mais tranquila, uma reforma talvez não tão rigorosa, principalmente para os servidores públicos, que hoje realmente são a fatia melhor da população, mas que estão carregando o maior custo desta Previdência. Uma previdência justa, que defenda os mais humildes e possa mudar nosso País, é imprescindível e inadiável.

O Patriota vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PV?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP) - Sr. Presidente, sejamos sinceros. Todos aqui já temos nosso juízo de constitucionalidade formado. Duas questões foram levantadas pela Oposição, questões que tinham substância — a violação do 113 e do 114 —, mas isso foi superado. Do 113 não há violação, porque a proposta enviada pelo Governo tem estimativa, e do 114 também não há violação, porque não há aumento de gasto nem renúncia fiscal.

Portanto, o PV, como partido independente, entende que não pode mais ser protelada esta discussão. Por isso, encaminha o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PV vota "não".

Como vota a Liderança do Governo, Deputado Carlos Jordy?

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) - Sr. Presidente, pelas futuras gerações do Brasil, pelo povo brasileiro, que não aguenta mais ver tanto teatro, tanto *show* de horrores da Oposição, que grita, esperneia e faz desta Casa um verdadeiro circo, o Governo orienta o voto "não", para fazermos com que

O Governo orienta "não", para que possamos fazer com que o Brasil volte a andar, com a aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Governo vota "não".

Como vota a Liderança da Maioria? (*Pausa.*)

Como vota a Liderança da Minoria, Deputada Jandira Feghali?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidente, reitero que nós estamos fazendo uma votação por fora do mandamento constitucional. Há um requerimento na Casa que obriga sustar a tramitação até que os dados aqui cheguem. Está ali o Presidente da Câmara. E eu reitero esta reivindicação de que seja imediatamente sustada a tramitação da matéria, porque nós temos na Casa um instrumento constitucional que independe de deliberação.

Isto aqui é um desrespeito à Constituição brasileira. É muito pressa para levar o povo à indignação! Nós exigimos os dados para análise. O único dado que chegou aqui até agora é uma lâmina de Power Point, e, nessa lâmina, o único que responde pela chamada "economia do trilhão" é o povo pobre e lascado deste País. É um absurdo que V.Exa. baixe a cabeça para isso e não respeite a Constituição, e não respeite o Parlamento brasileiro.

Portanto, nós encaminhamos o adiamento, respeitando a Constituição brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota a Liderança da Oposição? (*Pausa.*)

Deputado, V.Exa. utilizará o tempo de Líder, acrescido ao tempo para encaminhamento?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sim, Sr. Presidente. Eu peço a V.Exa. para agregar o tempo de Liderança da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Perfeito, V.Exa. tem 8 minutos, Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Muito obrigado. Sr. Presidente.

De fato, o requerimento apresentado por nós da Oposição à Presidência da Casa é constitucional e é regimental. O art. 113 e o art. 114 são muito claros, Sr. Presidente. Primeiro, ao contrário do que um colega meu disse há pouco tempo, aplica-se, sim, a propostas de emenda à Constituição. Por quê, Presidente? Porque PEC é proposição, e os arts. 113 e 114 falam que, quando houver proposição sem a estimativa de impacto na despesa ou na receita, deve ser sustada a tramitação por até 20 dias, até que cheguem os números do impacto.

E é óbvio que há impacto. Afinal de contas, Sr. Presidente, se o Governo propõe que se adote o regime da capitalização, como é razoável supor que não haverá impacto na receita? A capitalização, Presidente, significa que os brasileiros vão deixar de contribuir para a Previdência pública e vão passar a contribuir para as suas previdências privadas. Na prática, será isso. As alíquotas mudam. Como não há impacto na receita? Quem é que, em bom uso de sua razão, pode dizer que não há impacto na receita e na despesa? Ora, se não há impacto na receita e na despesa, não há sentido em se fazer a reforma, ou seja, a reforma nada altera na despesa e na receita. Então, não é uma reforma. É óbvio que há impacto. A estimativa de impacto não veio acompanhando a proposta.

O Deputado Líder do NOVO disse: se os números não foram abertos, como é que a Oposição sabe que vai afetar os mais pobres? Pela única tabela que veio com a proposta, na página 66, uma tabela de simples compreensão. Ela diz que a economia na reforma do Regime Geral mais assistência física e focalização do abono são 91% da economia. É com base nisso aqui que nós estamos dizendo. Na página 66, está a única tabela que vem com a proposta, a única! E isso não é abrir os números.

Bem, se os colegas querem votar sem ter acesso aos números, que votem. Nós entendemos que não podemos votar sem ter acesso aos números. E por que nós entendemos isso? Porque é direito da Oposição, é direito da Situação, é direito dos brasileiros conhecerem os números em que se baseia a proposta. Em nenhum país sério do mundo se votaria uma proposta dessas sem os números abertos! Alguém consegue imaginar um Parlamento como o da Alemanha, como o da França, como o dos Estados Unidos votando uma proposta que mexa com a vida das pessoas, estando o Governo dizendo que os números estão sob sigilo?

Presidente, isso é uma aberração! Isso não é grave, é gravíssimo, é seriíssimo! É uma afronta a V.Exa.! E é uma afronta aos membros desta Comissão dizer que os membros da Comissão podem votar sem ter acesso aos números! Não podem fazer isso conosco, Sr. Presidente!

Agora é hora de defender o Parlamento, e V.Exa. tem tamanho para isso, V.Exa. tem coragem para isso, eu não tenho dúvida. V.Exa., apesar de jovem, já demonstrou, na condução dos trabalhos, equilíbrio e bom senso. Nós respeitamos o trabalho de V.Exa. e sabemos que, sem o apoio de V.Exa., o trabalho não será interrompido hoje. Portanto, seria muito importante que essa decisão fosse uma decisão do Presidente da Casa com o apoio de V.Exa., para o melhor andamento dos trabalhos.

E nós da Oposição aceitamos dialogar sobre o adiamento por um prazo curto, mas os números precisam ser abertos. Não é correto com esta Comissão que se diga que ela deve votar com os números escondidos. Por que os membros da CCJ devem votar sem conhecer os números, e os membros da próxima Comissão não? *"Bem, porque aqui não se debate mérito."* Não interessa! É a Constituição que garante isto: o direito de todos da Casa conhecermos. Não são nem os membros da CCJ, aliás, não são os membros da Casa: são todos os brasileiros. O impacto tem que ser divulgado, Presidente.

Então, eu faço a V.Exa. um apelo, Presidente Felipe Francischini, eu faço um apelo a V.Exa. Foi apresentada uma questão de ordem. O fundamento constitucional é claro. V.Exa. pode, aceitando essa questão de ordem, dialogando com o Presidente da Casa, suspender os trabalhos hoje. Pode chamá-los, por exemplo, para amanhã à tarde, que seja, com o Governo abrindo os números de manhã, dando acesso às informações. E nós faremos um debate com base em dados, para, pelo menos, não passamos a vergonha de dizer que a CCJ votou isso, em claro cumprimento da Constituição, sem que tivéssemos acesso a essa informação.

Portanto, é possível sair daqui inclusive com um acordo entre Governo e Oposição, para que, sendo abertos os números, retomemos a votação em outro patamar. Nós estamos abertos a dialogar sobre isso com V.Exa., sob a Presidência de V.Exa., em acordo com o Presidente da Casa.

O Presidente da Casa sabe que esse requerimento é constitucional, porque o próprio Presidente da Casa defendeu essa Emenda Constitucional nº 95. Nós fomos contra, mas hoje ela é Constituição, portanto todos nós temos o dever de defendê-la. É ela que eu defendo aqui, ao lado de V.Exa.

E não faço isso contra V.Exa., não faço isso contra os colegas que apoiam a reforma. Faço isso em defesa do Parlamento e da transparência, que é a regra numa República. O sigilo é exceção. Não pode o Governo dizer que esconde, a seu bel-prazer, de V.Exa., de todos nós aqui e do País, os números.

Portanto, Sr. Presidente, nós não temos dúvida: sem a anuência do Presidente desta Comissão, os trabalhos não se interrompem, mas, com a anuência do Presidente desta Comissão, com a compreensão do Relator e dos demais colegas, fazendo isso em defesa do Parlamento, podemos votar o relatório do Relator, por exemplo, na data de amanhã. Assim, Presidente, nós estaríamos garantindo a observância da Constituição — os arts. 113 e 114 — e depois vamos debater o mérito. Quanto aos números, não cabe ao Ministro Paulo Guedes decidir a quem mostrá-los. Ele tem essa obrigação, Presidente. V.Exa. sabe disso, nós sabemos disso, todos sabem disso.

Eu entendo o empenho de V.Exa., que acredita nesta proposta. Respeito a sua crença nessa proposta. V.Exa. faz isso porque acha que é o melhor para o País. Nós da Oposição divergimos, mas respeitamos a posição de V.Exa. Porém, aqui se trata de uma defesa do papel do Parlamento, do papel da Comissão que V.Exa. preside e que é a mais importante da Casa. Não menosprezemos a importância da CCJ. Peçamos ao Governo que cumpra a sua obrigação de abrir os dados. Amanhã de manhã, o Governo pode fazer isso, pode fazer isso agora à noite, e V.Exa. marca a votação para amanhã. O Governo conseguirá levar essa proposta à votação, inclusive pode fazê-lo em acordo com a Oposição.

Então, não apenas como um defensor da proposta, mas, sobretudo, como Presidente deste colegiado, a quem cabe zelar pelo equilíbrio nas votações e agir como árbitro, imparcial, eu peço a V.Exa. que nos chame para esse entendimento, faça uma proposta de acordo, suspendamos os trabalhos, o Governo abra os números, e amanhã nós retomamos a votação. É um apelo que faço a V.Exa. em nome da transparência, que deve ser a marca da República.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - Peço a palavra pela Liderança do PSB, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota a REDE? (*Pausa.*)

A Minoria já orientou, Deputada Jandira Feghali.

O SR. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Sr. Presidente, quero deixar clara a posição da REDE e também deixar uma reflexão para os nossos Parlamentares.

Nós estamos tratando de coisas sérias aqui. Vai haver um impacto muito forte na vida da população brasileira, principalmente na de trabalhadores rurais, mulheres e professores. Nós temos que ser responsáveis e não podemos brincar com a vida das pessoas, que dependem de um regime de Previdência, que seja condizente com a realidade do País. Como dizia a minha mãe: "*Quem faz coisas apressadamente as faz malfeitas*". Nesse sentido, nós não podemos estar com pressa para aprovar uma reforma previdenciária sem saber verdadeiramente quais vão ser os impactos.

Pelos povos indígenas, que sempre dizem...

(*Desligamento automático do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pela Liderança do PSB, para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Tadeu Alencar.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Falta a Deputada dizer o voto dela.

O SR. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Só para complementar, como sempre falam os povos indígenas: "*Nenhum direito a menos. Direito não se negocia*".

Pela REDE, eu voto "sim" ao requerimento de adiamento desta matéria.

(**Não identificado**) - Fizeram por 14 anos e fizeram tão malfeito...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Tadeu Alencar, é para encaminhar a votação?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - Não. Quero falar pela Liderança, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pela Liderança do PSB, tem a palavra o Deputado Tadeu Alencar.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - Obrigado, Presidente.

Eu quero cumprimentar todos os colegas da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A primeira afirmação que eu quero fazer, Presidente, é a seguinte: a responsabilidade fiscal não é monopólio de um dos Parlamentares da base do Governo. O PSB tem um compromisso histórico, e seus Governos, as Prefeituras, atestam isso nos Estados. Nós temos tido um zelo muito grande pelo equilíbrio das contas públicas porque entendemos que essa é uma conquista democrática, que deve ser preservada.

Nessa discussão, nós podemos partir do princípio de que há um ajuste fiscal a ser feito no Estado brasileiro. E nós discordamos que este ajuste deva ser feito apenas em relação à Previdência.

Por isso, seria muito importante se tivéssemos recebido essas informações aqui, mesmo que fosse por provocação, através do requerimento de informações que fizemos ao Ministro da Economia. Demos ciência disso a S.Exa. quando estive nesta Comissão. Amanhã, dia 24 de abril, vencem os 30 dias previstos pela Constituição da República para a prestação de informações autorizadas pela Mesa desta Casa.

Hoje nós estamos aqui a discutir a constitucionalidade. Eu vi aqui um colega Deputado dizer que não é papel, no exame de constitucionalidade, examinar planilhas. Mas é papel dos Deputados integrantes da Comissão de Constituição e Justiça examinar se de fato as proposições legislativas estão cumprindo o rito da Constituição.

Então, eu acho que V.Exa. deve meditar bem antes de negar não a esta Comissão apenas, não a esta Câmara dos Deputados, mas também ao povo brasileiro a oportunidade de conhecer os fundamentos.

O mais interessado em conhecer os números em que se apoia a proposta de reforma da Previdência deveria ser o Governo. E, ao mesmo tempo, aqui parece que não é importante que se conheça onde esse impacto de 1 trilhão de reais acontece. Por que essas pessoas não estão querendo que fique evidenciado esse número? É exatamente porque o resumo apresentado aqui na exposição de motivos do Ministro Paulo Guedes mostra claramente que 715 bilhões de reais são no Regime Geral, cuja média é de 2.200 reais. Esse é o impacto causado no Regime Geral. Os outros 185 bilhões de reais são sobre a aposentadoria rural, a aposentadoria das mulheres, sobre o abono salarial pago àqueles que ganham apenas até dois salários mínimos, sobre o BPC — Benefício de Prestação Continuada, sobre os idosos e sobre os portadores de deficiência.

Por essa razão, não se quer clareza quanto aos números. É visível que a população brasileira tem conhecimento de que essa proposta não visa combater privilégios. Sabe qual é o número, Presidente, do regime dos servidores da Previdência da União, regime próprio? É de 18,9% o impacto dessa reforma.

Portanto, é menos de 20% o impacto que se afirma que vai ocorrer nos ditos privilégios. Mesmo em relação aos servidores, já foram feitas alterações em 1998, em 2003, em 2013, em 2015.

Aqui se discute a constitucionalidade dessa proposta, porém o mais importante é o povo brasileiro perceber que os nefastos efeitos desta reforma recaem sobre os mais pobres. Por isso não se quer discutir número. Por isso não se quer aqui cumprir a Constituição para dar a mais de cem Parlamentares o direito de ver suspensa a tramitação desta PEC.

Fique certo, Presidente, como disse o Deputado Renildo Calheiros — e V.Exa., que tem aqui assento como Presidente desta Comissão, tem que saber disto — de que o desrespeito à Constituição obviamente será objeto de questionamento aos tribunais superiores. Faremos isso sem nenhum tipo de dúvida de que o Poder Judiciário haverá de corrigir esta violência praticada contra a Constituição.

Quero dizer, Presidente, que aqueles que entendem que não se aplicam os arts. 113 e 114 das Disposições Transitórias é porque desconhecem quais são efetivamente esses impactos. Nós estamos falando aqui de um regime de capitalização que substitui a Previdência pública no Brasil por um regime de abandono, em que serão lançados milhões de brasileiros que já não têm o que poupar para sobreviver e terão que poupar aquilo que não têm para garantir a sua aposentadoria futura, que obviamente não existirá. Por essa razão, nós vamos perseguir aqui, fazendo este debate, mostrando a importância de que se tragam os números, para que, debruçados sobre eles, tenhamos a oportunidade de mostrar que os impactos atingem a população mais pobre.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem seus lugares a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - O PT está em obstrução.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - O PROS está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PT muda para obstrução.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - O PSOL está em obstrução.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - O PSB muda para obstrução.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - O PCdoB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSB está em obstrução; o PCdoB está em obstrução.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - O PDT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A REDE está em obstrução.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - O PSOL está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PDT está em obstrução; o PSOL está em obstrução.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - A Minoria está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Minoria está em obstrução.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Peço a palavra para falar pelo Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra, pelo Governo, o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Sr. Presidente, é uma baita hipocrisia o que a Oposição está fazendo. Esqueceu-se de todas as tentativas que os seus Governos fizeram. Governos que, quando encaminhavam as suas comunicações presidenciais no começo de cada ano, apontavam o déficit da Previdência, o buraco da Previdência, a necessidade de mexer com as pensões do Regime Geral, mexer com a idade, mexer com a transição, tudo isso. Não fez mais porque os Deputados da Oposição não apoiaram, deixaram na mão os seus Governos.

Por que fazer a reforma? Por que nós dizemos que a reforma vai beneficiar os pobres? Primeiro: com o buraco fiscal, não adianta aumentar tributos. Aí para a economia mesmo, acaba o investimento e o desemprego piora. Se há mais tributação, há mais desemprego.

Quem questiona que a despesa total do Governo vem crescendo desde 1997? Ninguém questiona. Mesmo quando nós tivemos déficits primários, lá no fim do Governo Lula e um pouco no Governo Dilma, o Governo tirava dinheiro para pagar o juro da dívida porque ele não tinha dinheiro suficiente para rolar a dívida.

Quem duvida disso? Estão aí os consultores. Eu já aconselhei os Deputados novos a consultar os consultores da Câmara para aprender um pouco de Previdência. A receita do Governo sempre foi menor, mesmo incluindo o juro da dívida.

Então, tem que atacar a reforma, senão vai acontecer o que o Deputado Marcel Van Hattem disse: vai faltar dinheiro para as obras, para as nossas emendas. Votamos emendas impositivas aqui, mas não vai haver dinheiro porque a Previdência vai, de forma pesada, voraz, comer todo o dinheiro do orçamento.

Os senhores pensaram nisso? Com certeza, não. E alguém tem dúvida de que o principal gasto é o da Previdência? O próprio Governo de vocês admitiu isso! Se não reformarmos, o investimento vai continuar cada vez mais...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Vamos encerrar, agora, e passar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Já foi usado o tempo de Liderança. Concedo a V.Exa. mais 1 minuto.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Comprimir o investimento vai fechar o País. Aí a desgraceira do emprego volta.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Por favor...

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Os pobres, sim, vão ser prejudicados, não os ricos da previdência pública, que vocês da Oposição defendem. Por favor: meditem, meditem, meditem, e mudem o discurso.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Com a palavra o Deputado Darci de Matos.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Sra. Presidente, eu não poderia deixar de afirmar aquilo de que todos são conhecedores. Nós estamos aqui desde 14 horas, e a Oposição, de forma clara, irresponsável, está obstruindo a votação. Fugir da votação, adiar a votação, Sra. Presidente, significa covardia. Esta é uma Casa de votos. Aqui se decide no voto. Aqui se enfrenta a divergência, se debate e se vota, Sra. Presidente.

Quero dizer que as cenas nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, lamentavelmente, denigrem a nossa imagem perante o povo brasileiro. Nós não estamos sendo produtivos, Sra. Presidente.

Ora, tem que ficar claro: nós estamos há 3 meses no Governo, e a Oposição, que tanto fala, que tanto bate, que tanto critica, esteve durante 13 anos no poder...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Foram 11 anos, muito bem. Ou 14 anos... O País está uma catástrofe. Foi o Governo da Oposição que legou essa realidade para o nosso País, essa é a grande verdade.

A reforma é imprescindível. Nós não podemos errar: ou fazemos a reforma e recuperamos o Brasil, ou o País lamentavelmente vai quebrar, e vai sobrar para a população brasileira, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Está encerrada a votação.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - V.Exa. já encerrou a votação?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Quem é o próximo inscrito?

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - A Presidente encerrou a votação!

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - V.Exa. encerrou a votação, Presidente?

(Tumulto no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação: "sim", 0; "não", 39.

Está rejeitado o requerimento.

Encontra-se sobre a mesa...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Encerrou-se a votação.

Agora, encontra-se sobre a mesa o requerimento de adiamento da votação da PEC 6/19 por 3 sessões, da Deputada Talíria Petrone.

Para encaminhar a matéria, por 5 minutos, tem a palavra a Deputada Talíria Petrone.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - É lamentável perceber que, numa Comissão que deveria ter como princípio defender a Constituição, estão sendo rasgados a Constituição e o Regimento que rege os nossos trabalhos.

Isso acontece não apenas pelo caráter antipovo da PEC 6, mas também, Sras. e Srs. Deputados, pela falta de democracia na condução dos trabalhos. Eu já vi aqui desligarem o microfone de forma autoritária; eu já vi aqui não responderem a questão de ordem, ignorando os artigos apresentados, em especial pelas Deputadas; e eu já vi aqui ignorarem a própria Constituição, negando aquilo que está no art. 114, Sras. e Srs. Deputados, que determina que se suspendam os trabalhos caso um quinto de Deputados o solicitem por meio de requerimento.

Eu tenho convicção de que este Governo não tem apreço à democracia. Não tem, porque tem saudades da ditadura; não tem, porque propôs o encerramento de grupo de trabalho que identifica ossadas de vítimas da ditadura, como o meu avô, que foi torturado. Não é por isso que aqui se teria apreço à democracia.

Lamentavelmente, não se tem apreço à democracia quando se decreta sigilo de números em que deveriam se basear os nossos estudos. É vergonhoso! Falam tanto em matemática, mas o sigilo quer na verdade esconder aquilo que a matemática de vocês quer fazer. Os senhores sabem que essa matemática ignora o que é a vida do trabalhador rural, ignora o que é a vida de pescadores, ignora o que é a vida das mulheres, em especial mulheres negras, aquelas — ai, ai, ai — trabalhadoras informais, que não vão se aposentar por causa dos senhores. Ela ignora negros e negras — 46% são trabalhadores informais.

Os senhores que não têm apego à democracia já escolheram o lado dos senhores. O lado dos senhores nunca será o lado do povo, que é a maioria de brasileiros e brasileiras. Isso é lamentável!

Passo a palavra à Deputada Fernanda Melchionna, para que conclua a nossa defesa.

"Não" à ditadura, "não" ao autoritarismo nesta Casa e na condução deste Governo fascista que será derrubado pela luta do povo. *(Palmas.)*

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Presidente, siga aqui lamentando profundamente uma noite que envergonha brasileiros e brasileiras. Uma noite em que, à revelia da Constituição Federal e do esforço de 110 Parlamentares para cumprir a Constituição Federal, o Governo quer numa patrula seguir uma votação de forma inconstitucional, de forma ilegal.

É uma vergonha, porque eles querem votar às escuras para que o povo não possa conhecer o custo da transição para um modelo perverso, que é o modelo de capitalização que levou aposentados no Chile e em vários países que o usaram a se aposentarem com salários verdadeiramente vergonhosos. E eles fazem isso justamente para esconder a realidade do povo.

Ao senhor, à cidadã e ao cidadão que nos ouvem nesse momento, eu pergunto: começariam uma reforma em casa sem conhecer o custo dessa reforma? Começariam uma reforma em casa sem saber quem vai pagar essa reforma? Pois bem, o Governo está fazendo isso para esconder que essa "deforma" da Previdência Social tira dos mais pobres. Significa mais tempo de trabalho e menos salário na hora da aposentadoria. Significa um massacre às mulheres, um ataque às professoras, às trabalhadoras rurais e às empregadas domésticas, usadas de maneira leviana em vários discursos, que terão que contribuir por mais 5 anos para poderem se aposentar se essa reforma for aprovada.

Eles usam essa mentira para que o povo não saiba o que nós, lamentavelmente, estaremos votando hoje na CCJ. Mas a maior parte das pesquisas mostra que a maioria da população está contra, e nós do PSOL estamos do lado certo da história: com os trabalhadores e com as mulheres.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Para encaminhar contra, tem a palavra o Deputado Coronel Tadeu.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - E eu?

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Desculpe.

Para orientar contra, tem a palavra a Deputada Caroline de Toni.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Sra. Presidente, estamos debatendo aqui, à exaustão, a admissibilidade da reforma. Esta CCJ é para analisar se a proposta é ou não constitucional. E a Situação já demonstrou aqui, também à exaustão, que é constitucional, não viola cláusula pétrea, não significa vedação ao retrocesso.

O que vemos aqui é um *show* da Oposição, que tenta obstaculizar os trabalhos, com *kit* obstrução a todo momento, querendo impedir, querendo adiar a sessão. Por isso, nós devemos rejeitar esse requerimento, porque o povo brasileiro quer investimento em segurança, saúde e educação. Sem a reforma, não vai haver mais investimento nas áreas prioritárias para o povo brasileiro. Hoje se gasta dez vezes mais em previdência do que em saúde. Então, nós devemos votar ainda hoje, para adiantarmos essa discussão. Todo mundo teve oportunidade de falar. Agora, a Oposição só fica enrolando, retardando, fazendo *show*, para mentir para o povo brasileiro. Sem reforma o Brasil quebra.

Nós temos que votar "não" a esse requerimento de adiamento da votação. Vamos em frente, rumo à votação e à aprovação aqui na CCJ.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, vou fazer uma comunicação ao Plenário da nossa Comissão. Eram necessárias 103 assinaturas para o requerimento da Oposição. No entanto, a informação que chega até mim é de que não se atingiu esse número, há apenas 99. Então, a matéria está tão passada que não atingiu...

(Tumulto no plenário.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Isso não é verdade, Presidente.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Presidente...

(Tumulto no plenário.)

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Agora eu quero ver!

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, eu vou passar ao encaminhamento das bancadas. Eu apenas fiz o comunicado de uma informação que chegou a esta Presidência, no sentido de que não foi atingido o número de assinaturas necessário e mínimo para protocolo do requerimento.

Como vota o Bloco PP/MDB/PTB? *(Pausa.)*

Tem a palavra o Deputado Paulo Pimenta.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Por gentileza, Presidente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Pela ordem, Presidente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - V.Exa. não pode comentar isso, porque V.Exa...

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - V.Exa. me permite, Presidente?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Vamos seguir, Presidente. Chega de obstrução, Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, eu apenas comuniquei essa questão para que todos os Deputados e Deputadas membros desta Comissão possam ter conhecimento da questão do requerimento. Até porque V.Exas. estão preparando discursos que devem ficar restritos ao que está proposto no requerimento, mas não foi atingido o mínimo necessário para a propositura do requerimento.

Como vota o Bloco PP/MDB/PTB? *(Pausa.)*

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Paulo Pimenta, só um instante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - V.Exa. é Líder, mas não é membro da Comissão, então não cabe questão de ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O tempo de Liderança do PT já foi utilizado pelo Deputado José Guimarães.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Conceda-me 30 segundos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - V.Exa. tem 30 segundos, Deputado.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS) - Sr. Presidente, são 10 assinaturas, entre elas está a do Deputado Freixo, a da Deputada Tabata. São 10 assinaturas de Deputados que estão aqui e que estão dizendo que as assinaturas não são deles. Dez assinaturas de Deputados que estão aqui presentes, e agora, na hora de conferir, disseram que a assinatura do Deputado Freixo não é do Deputado Freixo, que a assinatura da Deputada Tabata não é da Deputada Tabata. São 10 Parlamentares, aqui, dentro desta sala, que assinam o requerimento...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, eu apenas comuniquei à Comissão. Não é uma questão minha.

Como vota o PT?

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Vamos encaminhar. Só assegure a minha palavra, Sr. Presidente. É impossível fazer o encaminhamento assim.

(Tumulto no plenário.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, por favor, a Deputada Gleisi Hoffmann está com a palavra para fazer encaminhamento em nome do PT.

Tem a palavra a Deputada Gleisi Hoffmann.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Sr. Presidente, senhores membros da Comissão...

(Tumulto no plenário.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Presidente, antes dos encaminhamentos...

Antes dos encaminhamentos, Presidente...

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Não pode contar meu tempo. Então tire o meu tempo, porque o Deputado José Guimarães está falando.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Presidente, nós temos o maior respeito por V.Exa., que é o Presidente desta Comissão.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Foi feito o requerimento. Aí é uma questão que diz respeito à condução desta Comissão. V.Exa. não acatou o requerimento defendido pela Deputada Jandira Feghali. Não cabe...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, o requerimento não sou eu quem acata. O requerimento é dirigido à Presidência da Câmara. Eu apenas informei a esta Comissão para que não protagonizemos debates vazios em cima de algo que já está decidido e sobre o que não há nem o mínimo para decisão.

Passo a palavra à Deputada Gleisi Hoffmann, para encaminhar pelo PT.

(Tumulto no plenário.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, pela ordem! Pela ordem.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Não, não, não, não. V.Exa. não pode cortar a palavra...V.Exa. não...

(Tumulto no plenário.)

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Cadê a contagem?

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Sr. Presidente, V.Exa. tem assegurar o tempo para minha palavra. É que V.Exa. tumultuou a sessão. V.Exa., com uma informação extemporânea, tumultuou a sessão, agora tem que esclarecer isso.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Presidente, não consta, inclusive, no sistema a informação que V.Exa. está apresentando...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - V.Exa. não acolheu o requerimento da Deputada Jandira Feghali, Líder da Oposição. V.Exa...

(O microfone é desligado.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Pela ordem, Presidente.

(Tumulto no plenário.)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Isso arrebenta com esta Comissão... Ou, então, V.Exa. diga quais são as assinaturas que estão faltando.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Orientação de bancada, Sr. Presidente. Vamos seguir os trabalhos.

(Tumulto no plenário.)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Não. Não, de jeito nenhum. Que é isso? O senhor vem...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada Gleisi, então peça aos seus colegas para a respeitarem e ouvirem sua palavra. V.Exas. não podem tumultuar e não deixar o próprio colega de oposição falar, pedirem para não falar, alegando tumulto. V.Exas. estão tumultuando.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu apenas informei a esta Comissão, em respeito aos nossos membros.

V.Exa. tem 1 minuto, Deputada. Conclua suas palavras.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Quero minha palavra assegurada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Foi o Presidente quem tumultuou...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Quem tumultuou foi V.Exa.

V.Exa. é o Presidente da Comissão. Não deveria ter feito esse comentário e, portanto, a base do Governo é que está pagando por isso.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Eu quero a minha palavra garantida, Sr. Presidente. Eu quero a minha palavra garantida!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Bloco PDT/Avante? *(Pausa.)*

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Quero minha palavra. O que é isso?

(Tumulto no plenário.)

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - Sr. Presidente... Sr. Presidente, realmente é um tensionamento desnecessário...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - É um absurdo isso! Não pode continuar. V.Exa. tem que se retratar.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Eu quero minha palavra para fazer o encaminhamento, Presidente. O que é isso? É uma falta de respeito!

(Tumulto no plenário.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Dez assinaturas de Deputados que estão aqui presentes.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - É para encaminhar, Presidente. Vamos seguir, Presidente.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - O PDT vai votar "sim".

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Presidente, passe a palavra para a Deputada Gleisi

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PDT vota "sim".

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Como é possível cassar a palavra da Parlamentar? V.Exa. tem a obrigação de manter a sessão...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PR?

(**Não identificado**) - O PR vota "não". O PR vota "não".

(Tumulto no plenário.)

(**Não identificado**) - Encaminhe, Presidente. Encaminhe, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Vamos seguir, Presidente. Queremos votar a reforma! Chega de obstrução da Oposição, Presidente.

Vamos sentar, Deputadas. Vamos aguardar nossa vez para falar.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Devolva a palavra à Deputada, Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Como é possível isso? Quer dizer que o partido vai ficar sem encaminhamento por um capricho da Mesa? A Mesa demonstra não conhecer o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, não cabe...

Sentem-se. Concederei 1 minuto regimental do PT, para o encaminhamento da votação.

Deputada Gleisi Hoffmann, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Obrigada, Sr. Presidente. Eu queria realmente que me garantisse a palavra, porque essa é a ordem da Comissão.

Quero só dizer que este requerimento é para o adiamento por 3 sessões. Nós deveríamos ter adiado por 20 sessões, que é o objeto desse requerimento que está sendo questionado, que tem assinaturas que estão colocadas e que são verdadeiras. Temos que ver como fica essa situação. O fato é que nós não temos tempo para discutir. Estou ouvindo aqui pessoas dizerem que nós enrolamos, que nós retardamos e que, se não votarmos a Previdência, o Brasil vai quebrar.

O Brasil está quebrado. Vocês tiraram a Dilma...

(Tumulto no plenário.)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Então nós queremos discutir a reforma da Previdência...

(Tumulto no plenário.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Foi o PT que quebrou o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PT vota "sim".

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Foram vocês que quebraram o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada Gleisi Hoffmann, já acabou o minuto de V.Exa.

Como vota o PSD?

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - "Sim", o PT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PT vota "sim".

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o PSB, Deputado Gervásio? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - O PSL.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PSL?

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - O PSL vota "não". Nem por 20, nem por 10, nem por 9. Por nada, não se adia mais nada. Vamos colocar mais dinheiro na educação, vamos colocar mais dinheiro na saúde. Acabaram de admitir que quebraram o País. Acabaram de admitir que quebraram o País... *(Palmas.)*

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - É isso aí! Foi o PT que quebrou o Brasil. É isso aí.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Pois então agora nós vamos colocar o Brasil no eixo novamente.

Votamos "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSL vota "não".

Como vota o Democratas?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) - Sr. Presidente, o Democratas...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Peço silêncio ao Plenário. Vamos ouvir os Deputados. Depois, durante o processo de votação, confiro a palavra a quem quiser reclamar.

Com a palavra o Deputado para encaminhar pelo Democratas.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) - Sr. Presidente, o Democratas depois de ouvir que o PT e o Governo que passou quebraram o Brasil, vota um sonoro "não", para nós votarmos logo a nova Previdência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Democratas vota "não".

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.) (Pausa.)*

Como vota o PSD?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Sr. Presidente, o PSD aqui. O PSD aqui.

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - O Solidariedade aqui, Sr. Presidente.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Sr. Presidente, pelo PSD! Deixe-me falar. Será que dá para falar?

Sr. Presidente, vamos repartir. Eu vou seguindo aqui o meu amigo Sóstenes...

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - O PT orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - ...de ter ouvido Deputadas de esquerda, viúvas de Lula, dizer que o Brasil está quebrado. Olha que satisfação ouvir de vocês que vocês quebraram o País, não só quebraram o País, mas roubaram este País, inclusive muitos que estão aqui são envolvidos como vocês. Você, Gleisi, é envolvida nas roubalheiras do País. Tu e teu marido roubaram este País.

(Tumulto no plenário.)

(Não identificado) - Respeite o Presidente Michel Temer.

O SR. JOÃO ROMA (PRB - BA) - O PRB para orientar, Sr. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSD vota "não".

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Presidente, eu fui citada. Quero a palavra pelo Regimento Interno.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - O PP vota "não".

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - Sr. Presidente, o Solidariedade precisa orientar.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Com a palavra o Deputado Fábio Trad.

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Sr. Presidente, eu quero fazer uma humilde proposta para as bancadas que apoiam a votação da admissibilidade: que nas orientações e nos encaminhamentos nos abstivéssemos de esgotar o tempo das manifestações e nos concentrássemos no "sim" ou no "não". *(Palmas.)*

Eu faço essa proposta para otimizar o tempo e chegarmos a votar o relatório. Pode ser?

O PSD vota "não", Sr. Presidente.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, por favor, vamos respeitar o orador.

Como vota o Solidariedade?

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - Sr. Presidente, eu queria sugerir, assim como o Deputado Fabinho fez, que quem for da base oriente "sim" ou "não" e pare de enrolar. A obstrução precisa só da Oposição. Parece que os Deputados querem brigar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - Por favor, isso aqui não vai ser decidido no tapa, nem de quem fala mais alto. É no voto. Então, eu vejo Deputado da base caindo na onda da Oposição e falando até mais do que a Oposição.

O Solidariedade orienta o voto "não".

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, só um instante. A Deputada Gleisi foi citada. E, regimentalmente, ela dispõe de 1 minuto para poder responder.

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - O Patriota vota "não", Sr. Presidente.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Obrigada, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exa. por me dar a palavra e, como eu fui citada aqui numa manifestação de ódio, eu quero só explicar para vocês, talvez eu tenha que desenhar, mas faz 3 anos que vocês tiraram a Dilma e o PIB está estagnado. Sabe qual vai ser o Pibinho de vocês? Ó, vai ser menos de 1% o Pibinho de vocês!

(Apupos.)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Vai ser uma tragédia o Pibinho, sabem por quê? Exatamente porque vocês destroem a economia. Vocês estão tirando direitos. Fizeram a reforma trabalhista, a Emenda Constitucional nº 95, vão tirar direitos da reforma da Previdência. Não tem como sustentar uma economia assim, nem que vocês rezem, nem que aprovelem a reforma da Previdência, façam o que quiserem, o PIB de vocês vai ser ó, pequenininho, vai ser um Pibinho, não tem como crescer. Então, podem fazer a manifestação que quiserem. Vocês têm que explicar para o povo por que a economia não cresceu depois que tiraram a Dilma. Foram vocês que prometeram.

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Sr. Presidente, deveria ter adicional de insalubridade para ouvir esse tipo de pronunciamento aqui. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PRB?

O SR. JOÃO ROMA (PRB - BA) - Sr. Presidente...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Quer ganhar mais, Deputado, tirando do povo?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada Maria do Rosário, por favor. Deputada Maria do Rosário, a palavra está com o PRB, com o Deputado João Roma.

O SR. JOÃO ROMA (PRB - BA) - Sr. Presidente, o PRB, em nome da civilidade, em nome da segurança jurídica que é imperativo para que o nosso Brasil de fato possa progredir e esta Casa, especialmente nesta Comissão de Constituição e Justiça, temos que dar o exemplo. Como líderes políticos não podemos apenas ser o reflexo da sociedade, mas também devemos buscar ser a vanguarda da sociedade.

Então, cabe aqui também o exemplo, o exemplo de educação, o exemplo de civilidade, de harmonia, para que a melhor proposta para o povo brasileiro possa vigorar nesta Casa.

O PRB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PSB?

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Sr. Presidente, eu quero inicialmente deixar a nossa solidariedade à Deputada Gleisi e às Deputadas pelas ofensas que sofreram há pouco. Mas eu quero dizer que não tem como ser diferente, não tem como ser diferente. O clima esquenta sempre que o Governo perde o poder de argumentação. Não tem como argumentar, Sr. Presidente. Nós estamos em uma Casa que há 513 Deputados e que a Comissão mais importante vai votar sem saber o que está votando, uma das matérias mais importantes das últimas décadas!

Portanto, o nosso encaminhamento, com certeza, é pelo adiamento da votação porque o País não vai aguentar esse tipo de procedimento de um Presidente que fala sem pensar, opina sem saber o que está opinando, diz uma coisa de manhã e desmancha de tarde. É realmente um vai e vem danado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSB vota "sim".

Como vota o Podemos?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - O Podemos vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Podemos vota "não".

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sr. Presidente, eu queria dialogar com V.Exa. e dizer o seguinte: V.Exa. não quis ouvir o vídeo em que não reconhece que, se tivesse um requerimento com um quinto dos membros da Casa, teria que adiar por 20 dias, citando o artigo do Ato das Disposições Transitórias. Agora, V.Exa. foi lá, está pressionado porque sabe que cometeu algo ilegal, não cumpriu o Regimento e, agora, V.Exa. vem dizer que dez assinaturas que não conferem. Os Deputados da Oposição estão aqui. A assinatura do Deputado Marcelo Freixo não confere? Ele está aqui, está aqui na Casa. Isso se chama golpe. Isso se chama golpe! Golpe! Nós não vamos aceitar golpe aqui. Não aceitamos golpe.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - Vamos encaminhar, Presidente. Golpe quem deu foi o PT do Brasil!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Chega de golpe. Já houve o *impeachment*. Fora, Temer! Fora, Francischini!

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está bom. Está anotado, Deputado.

Como vota o PROS? *(Risos.)*

Fora, Francischini! Essa é boa. *(Risos.)*

Como vota o PROS?

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - O PROS vota "sim".

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Vai ficar 1 ano com as sequelas desse...Deputado novo.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PSDB?

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB - MG) - O PSDB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSDB vota "não".

Como vota o PCdoB, Deputado Orlando?

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP) - Presidente, eu compreendo a pressa do Governo em entregar para a especulação do mercado financeiro um direito importante do nosso povo, porque o que se faz aqui é abrir caminho para a privatização da previdência pública em nosso País. Mas considero, Presidente, que é muito grave o descumprimento do texto da Constituição. Os arts. 113 e 114 da Constituição são explícitos quando exigem apresentação do impacto orçamentário e financeiro.

A CCJ, ao não controlar a constitucionalidade do texto e ao violar o texto constitucional, vai impor um caminho à Oposição. O único caminho que caberá à Oposição é o de ingressar com uma ação direta de inconstitucionalidade, porque a nossa Constituição foi violada e, infelizmente, o Parlamento renunciou a uma das suas competências.

O PCdoB vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PCdoB vota "sim".

Como vota o PSC?

O SR. PAULO EDUARDO MARTINS (PSC - PR) - Sr. Presidente, V.Exa. vê que o cansaço toma conta de muitos aqui. Vejo que até o ex-Presidente Temer recebeu uma homenagem intempestiva.

Em nome da razoabilidade, da responsabilidade, do compromisso com o País, que não tem mais tempo a perder, o PSC vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSC vota "não".

Como vota o Cidadania, Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - O Cidadania vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Partido Novo, Deputado Gilson Marques?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Sr. Presidente, concordo com algumas declarações da Presidente do partido anterior, dizendo que o Brasil está em maus lençóis, mas ajudaria muito se o PT, por exemplo, pagasse os 10 milhões de reais que deve ao INSS. Isso já ajudaria bastante. Então, nós gostaríamos de cobrar publicamente essa conta, para ajudar um pouquinho no déficit, porque nós estamos precisando.

Nós precisamos avançar. O NOVO vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Patriota?

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - O Patriota vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Patriota vota "não".

Como vota o PV?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP) - O PV vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PV vota "não".

Como vota a Liderança do Governo?

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - O Governo vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Governo vota "não".

Como vota a Liderança da Maioria? *(Pausa.)*

Como vota a Liderança da Oposição?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - O Deputado Henrique Fontana falará pela Liderança da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Perfeito, Sr. Deputado.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Sr. Presidente, primeiro, eu faço questão de colocar um dado histórico, que está registrado em todas as contas brasileiras. Quando nós — um projeto de centro-esquerda — assumimos o poder, o Brasil devia 59,80% de dívida líquida sobre o PIB. Em final de 2014, essa dívida havia reduzido para 34,11% de dívida líquida sobre o PIB. Depois, houve um golpe, que alguns chamam de *impeachment*. Isso jogou o País num caos institucional. A pauta do quanto pior melhor imperou, pautas-bomba e, evidentemente, a economia do País, ao longo desses últimos anos, só definha e só recua, e o desemprego só aumenta.

Prometeram que iam surgir os empregos, congelando investimentos, prometeram que, mudando a lei trabalhista, iam surgir empregos. Agora, querem prometer a reforma da Previdência. Os empregos não vêm com esse tipo de reforma injusta.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PT vota "sim".

Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, muitos aqui que defendem a reforma da Previdência apoiaram o Governo corrupto de Michel Temer e fizeram da economia brasileira uma desgraça, já fazendo inclusive ali uma aproximação forte com o capital financeiro. No ano passado, os bancos lucraram 69 bilhões de reais, um recorde mundial de lucro. A esses privilegiados que a reforma quer favorecer. Então, obviamente, aqui não há combate a privilégio nessa reforma.

Quero, além disso, dizer que o requerimento a que V.Exa. se refere tem 110 assinaturas. Não tem 99. Ou V.Exa. reconhece que recebeu o requerimento e dá provimento e, portanto, tem que suspender, ou então não o viu e, portanto, não pode dar opinião sobre ele. Das duas uma: ou V.Exa. cumpre a Constituição, ou não viu o requerimento. Escolha a sua posição constitucional na Comissão.

A Liderança encaminha o voto "sim" ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota a REDE?

Como vota a REDE?

O SR. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Sr. Presidente, a REDE também vota "sim" ao requerimento, porque entende que precisamos de tempo, mas não tão longo. O Brasil realmente precisa de uma reforma previdenciária, mas não desta.

Enquanto não houver a convicção, com dados, de que os impactos para a população brasileira vão beneficiar realmente a população, não podemos admitir, nesta Comissão, como legal, como constitucional isso. Esse é um peso, uma responsabilidade de cada um de nós.

Por essa razão, a REDE vai votar pelo adiamento desta votação. Então, a REDE vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pelo MDB, tem a palavra o Deputado Celso Maldaner.

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC) - Quero fazer um esclarecimento, expor aqui a verdade. Em maio de 2016, nós estávamos com PIB negativo de 5,9%. No final de 2016, isso já veio para 3,6% negativos. Em 2017, houve PIB positivo de 1%. Em 2018, houve 1,1% de PIB positivo. Se não fosse a greve dos caminhoneiros e outros problemas, o Brasil teria crescido mais. Nós temos que falar a verdade e dar a nossa contribuição aqui.

O MDB vota "não". (*Palmas.*) (*Manifestação no plenário: Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus assentos, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O PT muda para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PT altera a orientação para "obstrução".

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - O PDT está em obstrução.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - O PT está em obstrução.

O SR. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - O PSOL está em obstrução.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - O PCdoB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PCdoB está em obstrução.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - O PSB está em obstrução, Presidente.

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - O PDT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSOL está em obstrução.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - O PSB...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSB e o PDT estão em obstrução.

O SR. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - A REDE também está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A REDE também está em obstrução.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (Bloco/PDT - PE) - O PDT entra em obstrução, Presidente.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Peço a palavra pela Liderança, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Perondi está com a palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Eu quero aqui esclarecer...

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - A seguir, Presidente...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Ele já falou.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Não, não, Presidente. Eu quero aqui...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Ele já falou como Líder.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Sr. Presidente...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) - A palavra a seguir, Sr. Presidente...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Ele já falou como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados...

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Sr. Presidente, eu quero... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Perondi não está falando pela Liderança, está apenas, durante o processo de votação, pedindo a palavra pela ordem.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, não.

O Deputado Perondi está com a palavra.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Já há duas listas antigas. A cada processo nominal...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Mas todas as vezes em que se abre a palavra, fala o Deputado Perondi.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu inscrevo V.Exa. para falar após o Deputado Perondi.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Muito obrigada.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, eu pedi inscrição a V.Exa. também.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Darcísio Perondi está com a palavra.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Posso começar, Presidente?

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Presidente, respeite a lista!

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Tenho 3 minutos.

Sr. Presidente, eu quero esclarecer agora, de uma vez por todas, essa questão de que os pobres vão pagar mais.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - De novo, Presidente?

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Pegando aquele 1 trilhão e 200 milhões, se olharmos o valor total absoluto, é óbvio que a contribuição em 10 anos, em valor absoluto, é mais dos pobres. *(Manifestação no plenário.)*

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Ah! É mais dos pobres, Deputado Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Vamos lá! Mas tem que olhar... Presidente... Presidente... *(Palmas.) (Manifestação no plenário: Muito bem! Muito bem!)*

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Muito bem, Deputado Perondi! Agora alguém falou a verdade para a Oposição.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Presidente, posso retomar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra o Deputado Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Eu agradeço...

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Restitua o tempo, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Perondi está com a palavra.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Vai, Deputado Perondi, assumo!

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Eu agradeço as palavras.

Em valor absoluto total, é mais dos pobres porque há mais pobres. Agora, olhando o custo *per capita*, é disparado... *(Manifestação no plenário.)*

Mas é óbvio! Isto é matemática! Isto é matemática! Isto é estatística! É assim que a análise tem que ser feita. Olhando o custo por pessoa...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - O Deputado Perondi faltou à escola, gente. Ele faltou à aula de Matemática.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - ...no caso do funcionário público, é de 70 mil por ano. No Regime Geral de Previdência, é de 1.370; por idade, é de 1.700 reais; pelo abono, que não vai ser retirado, vai ser mantido o de um salário mínimo, é de 503 por ano. Por isso...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - ...justiça tributária diminuirá a desigualdade, porque vai pegar... Os grandes é que vão contribuir. Mas não vai sair do bolso do pobre nem do grande. Eles vão trabalhar mais, os ricos vão trabalhar mais, os ricos da Previdência. Essa é uma questão de estatística, de matemática.

Não sejam hipócritas! Ignorantes V.Exas. não são. Podem ser hipócritas. É aqui que está a verdade. *(Exibe documento.)*

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu vou encerrar, Deputados. Por favor, votem.

Tem a palavra o Deputado Molon.

Peço que fale bem rapidamente, para que todo mundo possa falar.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Não, é a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Presidente, o PROS muda para obstrução.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Obrigado, Presidente.

Eu quero começar...

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Presidente, V.Exa. me...

(O microfone é desligado.)

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - ...cumprimentando o Deputado Perondi pela honestidade, pela correção em admitir que a reforma vai atingir sobretudo os trabalhadores pobres brasileiros.

Uma salva de palmas para o Deputado Perondi! *(Palmas.)*

O Deputado Perondi merece, porque foi sincero.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - No Governo Temer, ele também defendeu...

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - De fato, Presidente, esta reforma, como disse o Vice-Líder do Governo, atinge sobretudo os mais pobres. E ele tem razão quando diz que o número de trabalhadores que ganham pouco no Brasil é muito maior do que o número de privilegiados.

O SR. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (DEM - TO) - Sr. Presidente, encerre a votação.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Por isso se desmonta o argumento do Governo de que esta é uma reforma para atingir os privilegiados. Não é! Esta é uma reforma para tirar dinheiro de quem trabalha muito e ganha pouco, Presidente. Por essa razão...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, vou encerrar a votação.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - O meu tempo! Falta 1 minuto!

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Presidente, eu posso usar da palavra?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Eu sei que é difícil para o Governo ouvir isso, mas é preciso dizer, Presidente, porque se trata de uma reforma que diminui o Benefício de Prestação Continuada, pago a pessoas em situação de miséria, de mil reais para 400 reais. Quem é que pode chamar isso de justiça? Quem é que tem coragem de dizer que isso é atingir privilégio? Esta é uma proposta que atinge o trabalhador rural, atinge as mulheres, as professoras, é uma reforma que trata essas pessoas como privilegiadas.

O abono salarial de que o Deputado Perondi falou vai tirar de quem ganha mais de um salário mínimo. Este é um Governo que trata quem ganha mais de um salário mínimo como rico e privilegiado. Como é que o Governo não tem vergonha de propor uma coisa como essa? Por isso esconde os dados. O Governo esconde os dados porque tem vergonha da proposta. Aliás, o Presidente da República não fala nela, e não fala nela porque ela é uma vergonha.

Por isso, Presidente, a Oposição vai continuar lutando contra esta proposta.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, consegue falar em 1 minuto? Se não conseguir, eu vou encerrar. *(Pausa.)*

Deputada Maria do Rosário, V.Exa. tem 1 minuto.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Eu não entendi por que ele passou na frente, mas está tudo bem.

Sr. Presidente, eu quero dizer ao Deputado Perondi que ontem, em Gravataí, participei de um debate sobre a reforma da Previdência com mulheres e homens do campo. (*Manifestação no plenário: Perondi! Perondi! Perondi!*)

Eu quero apresentar o seguinte cálculo, Sr. Presidente: uma agricultora recebe um salário mínimo a partir dos 55 anos. Agora, ela receberá isso, se aprovada essa reforma, a partir dos 60 anos. Essa agricultora de Ijuí, Panambi, do interior do Rio Grande do Sul, nesses 5 anos a mais que ela vai ter que trabalhar, vai perder 13 mil reais por ano! Em 5 anos, ela vai deixar de receber 65 mil reais. O trilhão que o Paulo Guedes e o Bolsonaro querem está sendo tirado dessa agricultora, de cada agricultor, de cada mulher do campo, de cada professora.

Então, Sr. Presidente...

(*Desligamento automático do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - V.Exa. tem 5 segundos para encerrar.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Então, Sr. Presidente, o ato falho do Deputado Perondi é o único aspecto que me faz concordar com ele. Tira-se só dos pobres, porque não há uma...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Nenhum voto favorável, 43 votos "não".

Está rejeitado o requerimento.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Por favor, V.Exa. pode me dizer o número de obstruções? Houve 18 obstruções. Só vou deixar registrado, porque as pessoas nos perguntam.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Houve 18 obstruções.

Há outro requerimento sobre a mesa: requerimento de adiamento da votação por duas sessões da PEC 6/2019, de autoria da Deputada Clarissa Garotinho.

Para encaminhar favoravelmente ao requerimento, tem a palavra, pelo prazo de 5 minutos, a Deputada Clarissa Garotinho.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje o que nós estamos vendo aqui é um *show* de confissões de ambos os lados, e lamento informar que os dois lados têm razão.

Infelizmente, o que está cegando o debate desta reforma e de tudo que vem por aí é que parece que o Brasil virou um duelo entre Bolsonaro e Lula, entre o PT e o PSL. Como eu disse, o Brasil é muito maior do que isso. Nós não podemos apenar o nosso País com essa discussão.

Parece, Sr. Presidente, que mudaram as estações, mas pelo menos na política econômica nada mudou. A grande verdade — e muitos não têm coragem para enfrentar este debate — é que as elites econômicas, o sistema financeiro, os bancos, comandaram o País e continuam comandando.

Depois de sucessivas derrotas, no ano de 2002, o Presidente Lula decidiu fazer a famosa carta ao povo brasileiro. E o que era essa carta? Nada mais do que um aceno à elite econômica e ao mercado financeiro. Assim, Lula foi eleito. É verdade que, mesmo acenando para as elites econômicas, ele foi mais garantista nos direitos do povo.

Agora, nós temos um Presidente eleito que, durante a sua campanha eleitoral, nunca fez da reforma da Previdência o grande ato do seu Governo. Pelo contrário, é um Presidente que pregou o combate à corrupção, um Presidente que foi eleito pregando o combate à criminalidade e que, agora, faz do ato central do seu Governo a reforma da Previdência.

Mas, Sr. Presidente, a grande verdade é que, enquanto ele se opunha à reforma da Previdência e falava sobre as disparidades do Brasil, durante todo o período eleitoral foram divulgados vídeos do seu filho Eduardo Bolsonaro pregando contra a reforma da Previdência, ao mesmo tempo em que ele apresentou também a sua carta aos brasileiros. Mas ele não precisou nem escrevê-la, porque a carta era do próprio Paulo Guedes, que foi anunciado como Ministro. Essa é a grande verdade.

As elites econômicas, os bancos continuam mandando no Brasil. Continuam financiando os telejornais, patrocinando os maiores periódicos, as revistas, patrocinando e financiando aqueles que formam a opinião pública. Financiam a opinião publicada e formam a opinião pública. Essa é a grande verdade que muita gente não tem coragem de encarar. E isso está cegando o povo brasileiro diante dessa reforma.

É inegável que o Brasil precisa de uma reforma, mas não é essa, porque essa é uma reforma que mexe com a Seguridade Social, que mexe com os direitos dos pequenos. A reforma de que o Brasil precisa não pode ser a reforma que vai sacrificar ainda mais quem sobrevive com 998 reais, quem sobrevive com um salário mínimo. Tirar 2 mil ou 3 mil reais de quem ganha 30 mil não prejudica a qualidade de vida dessa pessoa, mas tirar 100 reais por mês de alguém que ganha 998 reais é uma crueldade. Pedir para que trabalhadoras rurais fiquem até os 62 anos com enxada na mão, debaixo de sol, é crueldade. Querer mexer no BPC é crueldade. Querer não garantir nem um salário mínimo para aposentados e pensionistas é crueldade. Nós não podemos aceitar crueldade.

E a grande verdade é que quem está por trás disso tudo são as grandes elites, o sistema financeiro, os bancos, que, há anos e anos, há décadas, comandam este País, de uma forma mais disfarçada ou de uma forma mais arrojada. Essa é a verdade, e está faltando coragem ao povo brasileiro para encará-la.

Sr. Presidente, adicione, por favor, o meu tempo de Líder, porque eu quero continuar este discurso. Eu tenho mais 4 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pois não, Deputada. V.Exa. tem mais 4 minutos.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, está faltando coerência a um Presidente que nunca fez da reforma da Previdência o seu grande discurso de campanha. Diz estar combatendo privilégios, mas, aos 33 anos de idade, o Capitão Bolsonaro saiu da ativa, foi colocado na reserva e passou a receber uma espécie de aposentadoria de 10 mil reais todo mês, valor 70% acima daquele do Regime Geral. Está faltando coerência a um Presidente que, agora em janeiro, averbrou aqui na Câmara os seus sete mandatos de Deputado Federal. A qualquer momento — pode ser depois da votação da reforma da Previdência —, ele pode vir à Câmara requerer e receber a sua aposentadoria de mais 27 mil reais. Isso é combater privilégio?

Eu acho que o Presidente Bolsonaro deveria encaminhar a esta Casa, hoje ainda ou amanhã, uma carta renunciando definitivamente ao seu privilégio de aposentadoria especial parlamentar. Aí, sim, estaria dando exemplo. E eu posso falar isso, porque eu não tenho aposentadoria especial, eu não aderi a ela. Eu posso falar isso, porque o meu pai, quando foi Governador do Rio de Janeiro, abriu mão espontaneamente da aposentadoria a que ele tinha direito como Governador do Estado. E fez mais: além de abrir mão dela, apresentou um projeto de lei, que foi aprovado, acabando com esse direito para todos os outros Governadores, inclusive para minha mãe, esposa dele, que foi Governadora em seguida. Então, nós podemos falar, porque não estamos aqui defendendo nenhum tipo de privilégio.

Agora, infelizmente, há aqui uma incoerência, porque a maioria dos que estão neste plenário e nesta sala não depende do Regime Geral. A maioria dos que estão aqui tem outros meios de vida e está definindo o futuro de milhões de pessoas que dependem de um salário mínimo como aposentadoria.

Este relatório que foi apresentado aqui, só tirando jabutis que não têm nada a ver com a reforma da Previdência, não mexeu em nada que é essencial nesta reforma, que só prejudica os pobres. Isso foi algum tipo de benefício, de concessão do Governo? Vamos esperar nos próximos meses quem será o novo Líder do Governo anunciado na Câmara, quem serão os novos Ministros apresentados pelo Governo. Mostrem ao povo brasileiro qual é o verdadeiro acordo que está sendo feito! Não vamos fazer teatro aqui com o futuro do nosso povo. Precisamos de uma reforma? Sim, mas uma reforma que taxe as grandes fortunas deste País, uma reforma que ataque os principais devedores da Previdência brasileira.

Está na hora de encarar a verdade. O que está faltando é verdade. E a verdade é que, enquanto nós formos comandados por essa elite econômica, financeira, pelos bancos, o Brasil não vai sair do buraco.

Eu quero aqui terminar a minha fala recorrendo a um discurso de Ulysses Guimarães, feito na promulgação da nossa Constituição. Ali, ele fala sobre a coragem. Ele diz: *"A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela, o dever e as instituições perecem. Sem a coragem, as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela, não haveria a cruz, nem os evangelhos"*.

O meu partido é o Brasil, e é em nome do povo brasileiro que eu sigo na minha luta, com as minhas convicções, dizendo "não" a essa reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra, para encaminhamento contrário ao requerimento, o Deputado Coronel Tadeu.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Sr. Presidente, de pronto, é óbvio que nós somos contrários a esse requerimento. Eu peço vênha a V.Exa. para compartilhar o tempo com a Deputada Chris Tonietto. Ela vai utilizar o restante do tempo. *(Manifestação no plenário.)*

A SRA. CHRIS TONETTO (PSL - RJ) - Para dar celeridade, eu só gostaria de lembrar aquela máxima: a Oposição grita, o Governo vota. Nós queremos a nova Previdência.

Portanto, votamos "não" ao adiamento da votação.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Peço a palavra para uma questão de ordem, Presidente.

Não há painel. O Regimento é claro...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Qual é o artigo?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Quando não há painel...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Qual é o artigo? *(Pausa.)*

Não há artigo.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O Regimento é claro...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Bloco PP/MDB/PTB? *(Pausa.)*

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O Regimento é claro: tem que votar em urna! Presidente, por favor! Por favor!

Diz o art. 187...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu acabei de olhar.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - "*A votação nominal far-se-á pelo sistema eletrônico de votos (...)*", que não está funcionando. Enquanto isso não acontecer, nós temos que ter votação em urna!

Então, o Regimento é claro. V.Exa. deveria conhecê-lo! Não deveria me perguntar qual é o artigo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - O sistema está reiniciando. Está tudo registrado. Vamos aguardar, Deputada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Não pode...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu sei, Deputada. Estamos aguardando o retorno do painel. Fique tranquila.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Então aguarde o retorno do painel.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Estamos aguardando, estamos aguardando.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - V.Exa. não pode agir assim.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Estamos aguardando. Desculpe-me. Fico feliz por V.Exa. ter levantado essa questão, porque realmente o painel está desligado.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Então aguarde. Pode passar...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, enquanto não retorna o painel.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - Eu só quero, Presidente...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - E a lista, que está montada, de falas durante a votação? V.Exa. não a está considerando!

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - Deputada Erika, eu só quero aqui...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Eu passo a palavra a V.Exa. após...

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Eu estou inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - ...a fala do Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - Eu só quero fazer uma ponderação...

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Presidente Felipe, eu também estou inscrito.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) - Eu também estou inscrito, Srs. Deputados. Presidente, eu também estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Aliel, após o Deputado Pompeo de Mattos será a vez da Deputada Erika Kokay e, depois, a de V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - Sr. Presidente, quero fazer uma ponderação que considero relevante.

Estamos aqui fazendo um debate duro, e bate o cansaço. Dizem que Deus achata, mas não mata; ou não mata, mas achata. E eu vi que a consciência do Deputado Darcísio Perondi pesou, e pesou muito, até porque ele fez uma confissão, esperada por muitos ao longo de vários anos, dizendo de forma cabal que realmente quem perde nesta reforma são os pobres. Aliás, ele foi aplaudido aqui. Pode ser que isso não tenha sido espontâneo ou voluntário, mas pode ser que ele tenha sido traído pela consciência pesada em função do mal que ele fez, ainda no Governo Temer, aos pobres, tentando tirar o direito do agricultor e da agricultora, do viúvo e da viúva, das pessoas com deficiência, do professor e da professora, dos mais pobres, daqueles que precisam da Previdência, daqueles do Regime Geral, daqueles do INSS. Não é possível que aceitemos esse peso em cima dos mais pobres, Deputado Perondi. Então, a consciência pesou.

Aliás, é por isto que estão escondendo os dados da Previdência, é por isto que há esse sigilo: para que votemos com base no olhometro, no chutometro, no achometro. Não é assim que queremos votar. Nós precisamos que o Governo informe os dados, para sabermos quem ganha, quanto ganha, quem perde, quanto perde, porque, de 1 trilhão de reais que eles querem economizar, quase 900 bilhões de reais vão sair do Regime Geral de Previdência, que é usada pelos pobres deste País, que não podem pagar a conta, porque recebem em média 1.370 reais.

É bem-vinda a consciência de quem tem consciência e...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Peço que conclua rapidamente, Deputado. *(Pausa.)*

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Presidente, ele me citou!

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - É bem-vinda a consciência de quem tem consciência; que não se perca a consciência para não ficar com demência, Presidente. O povo precisa saber a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Na verdade, aqui se falou muito em coragem. Eu gostaria de dizer que talvez seja fácil ter coragem contra as mulheres, coragem contra os pobres, coragem contra os trabalhadores rurais, coragem contra professores e professoras. Quero ver se há coragem aqui para enfrentar a financeirização da economia, para enfrentar os sonegadores, que são responsáveis pela sonegação de 500 bilhões de reais. O próprio Governo diz que poderia recuperar 160 bilhões de reais, mas nada faz para executar esse tipo de ação, que significa enfrentar os poderosos.

Aí se fala aqui em futuro. Eu pergunto: futuro para quem? O trabalhador, que vai contribuir com a sua própria aposentadoria, não vai se aposentar. Está aí o exemplo do Chile, onde 79% dos aposentados ganham menos que um salário mínimo, 44% estão na extrema pobreza, e o nível de suicídio da população idosa é maior do que o da população em geral. Não é isso, não é este o futuro que nós queremos para o Brasil. Esta proposta só dá um futuro para banqueiros, aqueles que vão operacionalizar as poupanças que o trabalhador vai fazer. E ali se diz que não tem custo essa proposta. Como não tem custo?

Hoje, o trabalhador que está na ativa é responsável, junto com o empregador, pela manutenção daquele que está aposentado. Se ele vai sair...

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Presidente, o painel não está funcionando.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Presidente, esse tempo é infinito?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu também quero falar, Presidente.

Mentem, mentem! Vai pegar o sonegador, vai pegar o petista, que deve 10 milhões.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente, isso é um desrespeito.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Tem que marcar o tempo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, mais 30 segundos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Então, nós precisamos ter noção de que o trabalhador vai deixar de sustentar as aposentadorias, e o empregador também. No Chile, foram 130% do PIB. Aqui, calcula-se em 4 trilhões. É por isso que o Governo não quer apresentar os dados, porque os dados mostram a crueldade desta proposta.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Com a palavra o Deputado Aliel Machado. *(Pausa.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Eu estou inscrito em algum lugar?

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Presidente, eu agradeço a V.Exa.

Eu sei que os debates ficam acaloradas e que todos os Deputados aqui precisam dar uma resposta à população e à sociedade que nos acompanha.

Nós insistimos na discussão sobre os dados, porque eles embasam uma mudança, que vai refletir na vida das pessoas. Nós, da Oposição, não somos contrários a uma reforma da Previdência. É necessário ter responsabilidade para votar uma reforma que combata privilégios. *(Manifestação no plenário.)*

O que é muito diferente, Sr. Presidente, do que nós vamos aprovar aqui: uma reforma que corta em quase 50% uma pensão; uma reforma que quer proibir uma mãe que tenha um filho com câncer de requerer à Justiça um remédio; uma proposta que entende que um idoso pobre, com dificuldade, pode sobreviver com 400 reais por mês. E há muitos aqui mentindo para a população dizendo que é uma reforma que vai acabar com a aposentadoria dos Deputados que vão votar. Mentira! Onde está escrito que a atual legislatura vai ser afetada com a mudança do regime para o RGPS?

Sabem por que fazem isso para convencer a população? Porque os números reais, que embasam a proposta, estão com os mais pobres. Vocês vão ter que se justificar para os enfermeiros, para os professores, para os vigilantes, para as pessoas que vão ser afetadas e ganham pouco, para o trabalhador braçal, porque a idade mínima vai afetá-lo, e para mais de 50% das mulheres que não vão conseguir mais se aposentar. Essa é a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, farei votação nominal desse requerimento. O procedimento será o seguinte: chamarei cada Deputado pelo microfone, e o Deputado apenas responde "sim", "não" ou "obstrução".

Passemos à orientação.

Como vota o Bloco PP/MDB/PTB? *(Pausa.)*

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) - Presidente, dispense a orientação de bancada.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - É orientação de bancada, Deputado.

O SR. HERCULANO PASSOS (Bloco/MDB - SP) - É orientação de bancada, exatamente. Eu estou orientando pelo Bloco PP/MDB/PTB.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, por favor, vamos respeitar o orador. Já estamos aqui há mais de 6 horas.

O Deputado Herculano está com a palavra. Está assegurado seu minuto, Deputado.

O SR. HERCULANO PASSOS (Bloco/MDB - SP) - Então, Sr. Presidente, o bloco vai votar "não", até porque nós temos consciência da importância da reforma da Previdência, independente de partido, se o Governo é PT, PSDB, MDB, PSL.

Eu e o bloco, que tem consciência, votamos a favor da reforma da Previdência, porque nós temos que pensar no Brasil, no futuro das próximas gerações, que vão depender da nossa votação aqui, para que haja possibilidade de alguém se aposentar no futuro. Por isso, nós temos responsabilidade com o País, e não com o Governo nem com um partido político. O nosso compromisso é com o Brasil. Nós votamos "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Bloco do MDB vota "não".

Como vota o PT, Deputado Rui Falcão?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) - Presidente, o PT e a Oposição recusaram o voto de cabresto esta noite, porque nós recusamos a censura, nós recusamos votar sem conhecer os dados, o sigilo sobre o que deve ser transparente. E ainda há a ameaça da Força Nacional, que vai ocupar a Esplanada por 33 dias.

Dito isso, há três fatos notáveis hoje nesta reunião, para além de tudo o que já foi dito: primeiro, a presença do nobre Relator o tempo todo, o que não costumava acontecer aqui; segundo, o testemunho veraz e corajoso do Vice-Líder do Governo, que foi o Deputado mais aplaudido esta noite; e, terceiro, o duplo comportamento de V.Exa., por rejeitar um requerimento de que não tinha conhecimento e depois duvidar das assinaturas. Certamente, essa questão de hoje será levada, forçosamente, à judicialização.

O PT vota "sim".

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) - Sr. Presidente, marque o tempo lá, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PSL?

O SR. NICOLETTI (PSL - RR) - O PSL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSL vota "não".

Como vota o Bloco PDT/Avante?

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - Presidente, o PDT reafirma a sua posição de nós debatermos mais esse tema, até porque o Relator trouxe quase que um novo relatório, embora ele tenha colocado algumas perfumarias.

Na essência, Presidente, o que era o direito do agricultor, tinha que ter tirado esse prejuízo para o agricultor, para a agricultora, tinha que ter tirado o BPC. Ele não teve a coragem de fazer esse corte, que foi prometido, alardeado aos quatro ventos. Ele disse que faria esse corte, que a base do Governo o faria, e não fez. Nós, da Oposição, estamos cobrando. Ele só tirou daqui umas perfumarias, ou seja, no novo relatório, a montanha pariu o rato, só para dar uma aparência e buscar os votos de que precisa para aprovar na base do faz de conta. Mas não fará isso com o nosso voto, não com o nosso apoio, não sem a nossa crítica, até porque a proposta continua tirando dos pobres, continua tirando dos mais fracos e não mexe com os ricos, com os bancos, que são os que vão ganhar com essa reforma.

Por isso o PDT vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PR?

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) - O PR vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PR vota "não".

Como vota o PSD?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSD vota "não".

Como vota o PSB, Deputado Aliel Machado?

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Sr. Presidente, o PSB...

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) - Solte o tempo, Presidente! Solte o tempo!

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Sr. Presidente, nós entendemos que o debate é o caminho para que a população consiga entender o tamanho do impacto. Se nem os Deputados conseguem aqui explicitar as maldades impostas, o quanto isso impactará as pessoas, porque não temos os dados, imagine as pessoas!

Qual Deputado ainda não foi questionado assim pela população: *"Como vai ficar o meu caso? Como vai ficar a minha situação?"* Eu quero saber o que nós vamos fazer na hora em que tivermos que conversar com as enfermeiras, com os vigilantes, com os professores, com os pedreiros, com as donas de casa: aquela mulher que perdeu o esposo e vai ter a sua pensão cortada, aquela mulher que hoje faz dupla ou tripla jornada e não vai mais conseguir se aposentar. Nós não aceitamos isso.

Somos favoráveis ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como vota o PRB?

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - O PRB encaminha "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PRB vota "não".

Como vota o Democratas?

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) - Vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Democratas vota "não".

Como vota o PSDB?

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - O PSDB vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSDB vota "não".

Como vota o Solidariedade?

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - Vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Solidariedade vota "não".

Como vota o Podemos?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PSOL?

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - O PSOL vota "sim", Sr. Presidente.

Quando vai fazer uma reforma em sua casa, de um cômodo qualquer, o trabalhador sabe exatamente o que vai reformar e faz as contas de quanto vai gastar com essa reforma.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) - O tempo, Sr. Presidente!

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Agora o Presidente quer que façamos a reforma da Previdência, que altera a Constituição Federal de 1988, sem sequer apresentar nenhuma planilha de nenhum dos gastos que vão ser feitos com a transição para o regime de capitalização, que ele quer impor. *(Manifestação no plenário: O tempo, Presidente! O tempo, Presidente!)*

Quando a mídia cobrou o Presidente que apresente os cálculos, afinal de contas, de onde ele tirou essa economia de 1 trilhão de reais, ele se negou a dizer. Quando os Deputados da Oposição, não somente os da Oposição, mas também aqueles que queriam contribuir com a aprovação desta reforma, fizeram questionamento ao Governo, também não houve nenhuma resposta. Eu pergunto: como é que há Deputado que tem coragem de aprovar este projeto aqui na CCJ sabendo que o Governo não apresentou nenhuma planilha de nenhum cálculo?

Isso não é muito menos do que simplesmente uma palhaçada com o povo brasileiro, que corre o risco de perder o seu direito à aposentadoria, por uma irresponsabilidade, por um "toma lá, dá cá", que o Presidente Bolsonaro disse na campanha inteira que não faria, mas que, em poucos meses de Governo, já está implementando da maneira mais vergonhosa, a que o povo brasileiro está cansado de assistir, ainda perdendo o seu direito essencial à aposentadoria, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB, Deputada Alice Portugal?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, o PCdoB tem a compreensão de que nós estamos assistindo a este espetáculo para justificar um falso déficit. Todos nós sabemos que até 2015 a Seguridade foi superavitária e que, se tivéssemos guardado o dinheiro em um fundo, teríamos mais de 1 trilhão de reais para financiar a crise econômica.

Na verdade, esta reunião mostra a surpresa, quando se alegou a necessidade da transparência dos dados. E foi necessário o Governo decretar o sigilo, e agora, mesmo *de per si*, os Deputados não conseguem confirmar a sua firma.

V.Exa. tem obrigação de dizer ao SGM que reconhece que o Deputado Freixo é o Deputado Freixo, que o Deputado Afonso Motta é o Deputado Afonso Motta. Esta reunião é ilegal, é absolutamente...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PCdoB vota "sim".

Como vota o PSC?

O SR. CORONEL ARMANDO (PSL - SC) - O PSC vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSC vota "não".

Como vota o Cidadania?

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - O Cidadania vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Cidadania vota "não".

Como vota o NOVO?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - O NOVO vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O NOVO vota "não".

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - Sr. Presidente, o PRB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PRB vota "não".

Como vota o Patriota?

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - O Patriota vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PV?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP) - O PV vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PV vota "não".

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - O PROS vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PROS vota "sim".

Como vota a REDE?

O SR. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - A REDE vota "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A REDE vota "sim".

Como vota a Liderança do Governo? *(Pausa.)*

(Não identificado) - A Liderança do Governo vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Liderança do Governo vota "não".

Como vota a Liderança da Maioria?

O SR. BETO ROSADO (Bloco/PP - RN) - A Maioria vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Maioria vota "não".

Como vota a Liderança da Oposição?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Sr. Presidente, quero somar o tempo da Liderança e da Oposição e dizer o seguinte: em primeiro lugar, nesta noite, o Governo...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Sr. Deputado, a Oposição já falou.

É o tempo do PT? *(Pausa.)*

O tempo da Oposição já foi utilizado pelo Deputado Alessandro Molon.

Concedo 1 minuto a V.Exa., Sr. Deputado.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Nesta noite, o Governo sonou ao Brasil os números da Previdência. Por quê? Colocou os números em sigilo para mentir à sociedade brasileira, para mexer com a Previdência do povo brasileiro. Ao mesmo tempo, vergonhosamente esta Comissão, conduzida pelo Presidente Felipe Francischini, rompeu com a Constituição, com os art. 113 e 114 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que dizem que, sem os dados, não pode tramitar uma matéria aqui.

Em terceiro lugar, o Vice-Líder do Governo assumiu quem vai pagar a conta. São os pobres, segundo o Deputado Darcísio Perondi, os pobres e as mulheres. E há o privilégio para os militares, como o Bolsonaro, que se aposentou com 33 anos. Pagam os pobres e...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Oposição vota "sim".

Srs. Deputados, chamarei por ordem, do maior bloco até o menor. Dentro dos blocos, do maior partido até o menor. Chamarei os titulares. Se os titulares não estiverem presentes, os suplentes votam...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - A Minoria vota "sim", Sr. Presidente. Esse é o voto da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Os suplentes votarão, de acordo com o registro no painel de presença inicial.

Primeiro, a Deputada...

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, questão de ordem. Cito o art. 187, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Perfeito, Sra. Deputada. Qual é a questão de ordem?

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Vai ter que pedir um exame grafotécnico.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, o art. 187 fala exatamente sobre a votação nominal, quando ela se dá sem o painel. Eu queria saber se V.Exa. vai respeitar essa ordem de votação, porque tem que seguir um procedimento de norte a sul. V.Exa. vai organizar essa lista? Aqui diz: "*A votação nominal far-se-á pelo sistema eletrônico de votos, obedecidas as instruções estabelecidas pela Mesa para sua utilização*".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, isso aqui não é uma eleição, nem é *impeachment*, como já aconteceu aqui na Casa. Isso é uma votação normal, e para votação normal não há necessidade do posicionamento geográfico das capitais. (*Palmas.*)

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - É uma votação com painel, mas sem painel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, no *impeachment* foi assim, mas neste caso não será. Deputada Bia Kicis, como vota?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Perondi, o Governo já utilizou a palavra no encaminhamento. No próximo requerimento V.Exa. encaminha com muita tranquilidade.

Deputada Bia, por favor.

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, questão de ordem. Sr. Presidente, questão de ordem: o § 4º desse mesmo artigo diz:

*Art. 187
.....*

§ 4º Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionamento, e nas hipóteses de que tratam os arts. 217, IV, e 218, § 8, a votação nominal será feita pela chamada dos Deputados, alternadamente, do norte para o sul e vice-versa (...)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, o procedimento do § 4 do art. 187 se refere ao Plenário da Câmara quando todos os Deputados podem estar presentes, aqui é Comissão (*ininteligível*).

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Não senhor, Sr. Presidente. Aqui diz que... Não, aqui diz que...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, eu já analisei a questão de ordem e a indefiro. Indefiro a questão de ordem.

Deputada Bia Kicis, como vota?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Votação nominal tem que ser de norte a sul.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não precisa, Deputado. Já decidi isso.

Como vota... (*Pausa.*)

A Deputada Bia Kicis vota "não".

Como vota a Deputada Caroline de Toni?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Como vota o Deputado Daniel Freitas?

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC) - Voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Deputado Delegado Marcelo Freitas?

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Presidente, isso aqui é uma votação séria? A Deputada está de brincadeira lá. Colocou um negócio lá no painel. Por favor, ela está pensando que isso aqui é uma brincadeira.

(É afixado um papel com os dizeres "Nem o painel quer votar essa maldade contra o povo".)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - É um desrespeito conosco, Presidente.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - É que nem o painel quer votar essa maldade contra o povo.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, não vamos mais tumultuar a sessão.

Eles fazem isso. Deixem, deixem, deixem-nos falando sozinhos.

Delegado Waldir, como vota? *(Pausa.)*

Deputado Nicoletti, como vota?

O SR. NICOLETTI (PSL - RR) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Aguinaldo Ribeiro, pelo PP, como vota?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - "Não", Sr. Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - "Não", Presidente. "Não" novamente. Estou só pontuando.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Apenas estamos conferindo a ordem de presença dos suplentes do PSL, para que possamos proceder à votação. *(Pausa.)*

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Coronel Tadeu, como vota?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Pela ordem, Presidente.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - Coronel Tadeu vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Coronel Tadeu vota "não".

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra, pela ordem, Deputada Erika Kokay.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Não tem que...

A SRA. CHRIS TONETTO (PSL - RJ) - Não.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Pela ordem...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Presidente, em votação.

Parem de incendiar a Comissão!

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Pela ordem, gostaria de solicitar... Gostaria de solicitar, Presidente...

Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota a Deputada Chris Tonietto?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, não cabe agora. Estamos em processo de votação.

Deputada Chris Tonietto.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - É uma questão de ordem sobre o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - Não cabe, Deputada! Em votação! Não cabe!

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - PSL: 7 votos "sim", (*ininteligível*) votos "não".

(*Tumulto no plenário.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, por favor! Por favor! Não cabe mais! Estamos em processo de votação!

O que V.Exa. gostaria de falar, Deputada?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Com todo o respeito à Mesa, a V.Exa. e aos servidores, com todo o respeito, eu gostaria que V.Exa. pudesse permitir que uma pessoa de posição diferente da de V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, não cabe! Todo mundo está ouvindo! Não vou falar mais nada.

PP.

Como vota o Deputado Aguinaldo Ribeiro?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Presidente, eu já havia votado. Cuidado para não computar o meu voto duas vezes, porque eu já votei. Voto "não".

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Nós vamos então acompanhar a apuração.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Beto Rosado.

Gente, vocês não vão ter nada no grito hoje. Vocês já não perceberam isso? Eu não vou cair na manha de vocês! Não vão ganhar no grito! (*Palmas.*)

Deputado Beto Rosado, como vota?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Quem está gritando é o senhor, que, aliás, tem perdido o controle, mostrando...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Beto Rosado vota "não".

Peço que utilizem o microfone, Deputados.

Como vota, Deputado Hiran Gonçalves? (*Pausa.*)

O Deputado Hiran Gonçalves não está presente.

Deputado Marcelo Aro, como vota? (*Pausa.*)

Não está presente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Presidente, está considerado...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada Maria do Rosário, não cabe neste momento.

Deputado Marcelo Aro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O PT obstrui.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PT obstrui, perfeito.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG) - Presidente, voto "não".

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - O PSOL também está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está bem, tudo bem. No momento de vocês, vocês falam.

Deputada Margarete Coelho, como vota?

Não está presente?

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI) - Voto "não". "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Deputada Margarete Coelho vota "não".

O 1º Suplente do PP, Deputado Cacá Leão, como vota?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Cacá Leão vota "não".

(Não identificado) - Não cabe escrutinador aí, Presidente. Há escrutinador na mesa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Darci de Matos.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Sr. Presidente, voto "não". Sr. Presidente, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Darci de Matos vota "não".

Deputado Delegado Éder Mauro, como vota?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) - "Não", Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Delegado Éder Mauro vota "não".

Como vota o Deputado Edilázio Júnior? *(Pausa.)*

O Deputado Edilázio Júnior vota "não".

Como vota o Deputado Fábio Trad?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Como vota o Deputado Reinhold Stephanes Junior?

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Reinhold Stephanes Junior vota "não".

PR.

Como vota o Deputado Gelson Azevedo?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Por favor, ao microfone, Deputado, para que não haja contestação depois.

O Deputado vota "não".

Deputado Giovani Cherini, como vota?

O SR. GIOVANI CHERINI (PR - RS) - Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Deputado Marcelo Ramos, como vota?

O SR. MARCELO RAMOS (PR - AM) - Voto "não", Sr. Presidente. "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Sergio Toledo, como vota?

O SR. SERGIO TOLEDO (PR - AL) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

PMDB.

Deputado Alceu Moreira, como vota?

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Deputado Celso Maldaner, como vota?

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC) - "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Deputado Herculano Passos, como vota?

O SR. HERCULANO PASSOS (Bloco/MDB - SP) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Deputado Márcio Biolchi, como vota?

O SR. MÁRCIO BIOLCHI (Bloco/MDB - RS) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - PRB.

Deputado João Campos, como vota?

O SR. JOÃO CAMPOS (PRB - GO) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Deputado João Roma, como vota?

O SR. JOÃO ROMA (PRB - BA) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Deputado Lafayette de Andrada?

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Como vota o Deputado Luizão Goulart?

O SR. LUIZÃO GOULART (PRB - PR) - Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - PSDB.

Como vota o Deputado Eduardo Cury?

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Ao microfone, Sr. Deputado.

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não" o Deputado Eduardo Cury.

Como vota o Deputado Paulo Abi-Ackel?

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB - MG) - "Não", Sr. Presidente. Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Como vota o Deputado Samuel Moreira?

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Como vota a Deputada Shéridan? (*Pausa.*)

Não está presente.

Como vota o Deputado Lucas Redecker, do PSDB do Rio Grande do Sul? (*Pausa.*)

Não está presente.

Como vota o Deputado Luiz Carlos? (*Pausa.*)

Não há mais registros de presença. Então, PSDB, três votos.

Democratas.

Como vota o Deputado Arthur Oliveira Maia?

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Como vota o Deputado Bilac Pinto?

O SR. BILAC PINTO (DEM - MG) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Como vota o Deputado Geninho Zuliani?

O SR. GENINHO ZULIANI (DEM - SP) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Como vota o Deputado Paulo Azi?

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Sr. Presidente, voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

PTB.

Como vota o Deputado Wilson Santiago? (*Pausa.*)

(**Não identificado**) - Não está aí não.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Deputado Maurício Dziedricki?

O SR. MAURÍCIO DZIEDRICKI (Bloco/PTB - RS) - Voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

PSC.

Como vota o Deputado Paulo Eduardo Martins?

O SR. PAULO EDUARDO MARTINS (PSC - PR) - Voto "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - PDT.

Como vota o Deputado Afonso Motta?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - O PDT está em obstrução, Sr. Presidente.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB - RR) - Sr. Presidente, só quero registrar meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Afonso Motta registra que o PDT está em obstrução.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB - RR) - A Deputada Shéridan vota "não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Deputada vota "não".

Como vota o Deputado Eduardo Bismarck?

O SR. EDUARDO BISMARCK (Bloco/PDT - CE) - Presidente, o PDT está em obstrução. Fui orientado pelo Líder.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Perfeito.

Como vota o Deputado Gil Cutrim?

O SR. GIL CUTRIM (Bloco/PDT - MA) - O PDT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Apenas para consignar aqui.

Como vota o Deputado Subtenente Gonzaga?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (Bloco/PDT - MG) - O PDT está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Em obstrução.

Solidariedade.

Como vota o Deputado Genecias Noronha?

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Como vota o Deputado Paulo Pereira da Silva? (*Pausa.*)

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) - O suplente Augusto Coutinho...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o suplente, Deputado Augusto Coutinho?

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Essa conferência dos suplentes, Deputados, é apenas porque nós temos que ver no painel quem registrou a presença primeiro.

Podemos.

Como vota o Deputado Diego Garcia?

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Como vota o Deputado Léo Moraes?

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - PROS.

Como vota a Deputada Clarissa Garotinho?

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Em obstrução.

PCdoB.

Como vota o Deputado Renildo Calheiros?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Em obstrução, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Em obstrução.

Cidadania.

Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Avante.

Como vota o Deputado Luis Tibé?

S.Exa. não está presente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Exato, Deputado. Vamos chegar lá.

Como vota o Deputado Chiquinho Brazão?

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (Bloco/AVANTE - RJ) - "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Pelo Patriota, como vota o Deputado Pastor Eurico?

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Pelo PV, como vota o Deputado Enrico Misasi?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Pelo Bloco PT/PSB/PSOL/REDE.

Pelo PT, como vota o Deputado Alencar Santana Braga?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota a Deputada Joenia Wapichana?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Estamos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Em obstrução.

Como vota o Deputado José Guimarães?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Eu acompanho o painel. Eu voto "obstrução", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Perfeito.

Como vota a Deputada Maria do Rosário?

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Obstrução.

Como vota o Deputado Nelson Pellegrino?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Sr. Presidente, eu voto com os trabalhadores brasileiros, com os aposentados, com as viúvas. Eu voto contra essas injustiças todas.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, não cabe encaminhamento neste momento. Apenas vote "sim" ou "não", ou "obstrução".

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - "Obstrução", Presidente, é claro. Sou a favor dos trabalhadores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pois não.

Como vota o Deputado Patrus Ananias?

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG) - "Obstrução", Presidente.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - "Obstrução", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Deputado Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não cabe encaminhamento. Vote "sim", "não" ou "obstrução".

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Sr. Presidente, pela manutenção do BPC...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não, não, não. É "obstrução", "sim" ou "não", senão eu vou cortar a palavra.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, respeite esta Comissão. Olhe para o lado, olhe para os seus pares. É respeito a eles que eu peço. E se todos forem encaminhar neste momento? É "sim", "não" ou "obstrução". O momento de encaminhamento é posterior. *(Palmas.)*

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Todo mundo está falando. Ele não pode?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Sr. Presidente, pela continuidade da aposentadoria rural e urbana...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Sim" ou "não", Deputado?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Contra a capitalização, eu vou votar "obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Paulo Teixeira, "obstrução".

Pelo PSB, como vota o Deputado Danilo Cabral? *(Pausa.)* Não está presente.

Como vota o Deputado João H. Campos?

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE) - "Obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Obstrução".

Como vota o Deputado Júlio Delgado?

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - "Obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Obstrução".

Como vota o Deputado Luiz Flávio Gomes?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES (PSB - SP) - "Obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Obstrução".

Pelo PSOL, como vota o Deputado Tadeu Alencar? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Cássio Andrade? (*Pausa.*)

Como vota o Deputado Gervásio Maia?

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - "Obstrução".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Obstrução". Perfeito.

Pelo PSOL, como vota a Deputada Talíria Petrone?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Pelos trabalhadores rurais, pelas domésticas...

(*O microfone é desligado.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está bom, Deputada. Isso aqui não é o *impeachment* da Dilma, para todos ficarem fazendo discurso. Aqui é "sim" ou "não", ou "obstrução". (*Manifestação no plenário.*)

É apenas "sim", "não" ou obstrução.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Se V.Exa. ligar meu microfone...

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Olha a postura, Presidente.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - O PSOL obstrui. Estamos em obstrução, inclusive contra o autoritarismo nesta Comissão, Sr. Presidente. (*Manifestação no plenário.*)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - E contra as manobras.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pelo Partido Novo, como vota o Deputado Gilson Marques?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Vamos proceder à apuração da votação.

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) - Sr. Presidente, o Deputado Delegado Waldir vota "não".

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Com coldre ou sem?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - A Deputada Adriana Ventura vota "não" também. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Houve 47 votos "não", nenhum voto "sim" e 18 obstruções.

O requerimento está rejeitado. (*Palmas.*)

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Que tristeza para o povo brasileiro!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Encontra-se sobre a mesa requerimento de adiamento de votação por uma sessão. É o último requerimento do dia, de autoria do Deputado Renildo Calheiros.

Para encaminhar favoravelmente ao requerimento, pelo prazo de 5 minutos, tem a palavra a Deputada Alice Portugal.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, tenho observado aqui alguns semblantes modificados, meio alegres, como se esse relatório, de um Relator monocromático, silencioso à mesa, tivesse melhorado tanto que justificasse sorrisos.

O relatório continua muito ruim, muito cruel. Na verdade, foram tirados os penduricalhos, penduricalhos absolutamente incompatíveis com matéria previdenciária, porque não é matéria previdenciária tratar de 40% do abono do FGTS, não é matéria previdenciária preço de medicamentos, nem varas federais para tratar de matéria previdenciária concentradas em Brasília.

Mas, fundamentalmente, o relatório, sobre o qual se deveria abrir nova discussão no dia de hoje, é um relatório que prejudica os aposentados de hoje e de amanhã, que condena a juventude de hoje a não ter aposentadoria, que faz com que professoras sejam tratadas como homens, trabalhem a mesma quantidade de tempo que homens professores, pagando 30 anos, e infelizmente condena os dependentes do benefício de prestação continuada a terem um benefício de 400 reais.

Então, é um relatório cruel, e não há motivos, portanto, para sorrisos, até porque os que defenderam a reforma trabalhista de Temer em maioria não se reelegeram, e os que defenderam a tentativa de frustrada de reforma da Previdência de Temer tiveram uma votação minúscula diante dos milhões em emendas que receberam para aplicar nos seus Municípios.

A memória precisa ser reavivada, e a V.Exa. que está falando do *impeachment* da Presidenta Dilma a cada momento digo que não me lembro do seu brilhantismo na política nacional na época. É bom saber que Bolsonaro já pedalou três vezes mais do que Dilma, e não foi na bicicleta, na Esplanada dos Ministérios; foi atrasando contas, porque a crise fabricada é uma crise para pagar o superávit, para pagar os juros bancários da dívida pública, que jamais foi auditada. Inclusive, se houvesse déficit da Previdência, não haveria DRU.

Então, em menos de 1 ano este Governo desastroso, entre brigas de "olavistas", "mouristas" e "bolsominions", vai acabar com o Estado brasileiro. É uma situação absurda, é uma situação de desmonte. A Previdência está sendo entregue aos quatro grandes bancos brasileiros.

Agora, surpresos com o requerimento da Deputada Jandira Feghali, que evoca a necessidade do conhecimento do impacto financeiro desta medida, estão a tentar fazer desaparecer assinaturas. V.Exa. deveria convocar um exame grafotécnico, trazer o requerimento da Secretaria-Geral da Mesa aqui para comparar ao vivo a assinatura dos seus assinantes, dos Deputados presentes.

Esta reunião é ilegal, será judicializada. Esta reunião não leva em consideração um sigilo absurdo decretado pelo Governo Bolsonaro, com medo do descortino dos números para a população brasileira, porque não há necessidade dessa reforma. Nós não temos aumento demográfico. O que nós temos é terceirização, é desemprego. O que nós temos efetivamente é a diminuição da contribuição, porque os trabalhadores contribuem em média 6 meses por ano para o caixa do Regime Geral de Previdência. O que nós temos é ameaça aos servidores públicos de terem que contribuir com 22%, quando já contribuem em excesso e ainda são bitributados na aposentadoria.

Por isso, do alto de quem defende sempre a Previdência no seu regime solidário, como matéria fina e um pacto geracional, o PCdoB encaminha pela retirada da matéria e adiamento da votação. Tudo menos esta reforma!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Para encaminhar contra o requerimento, tem a palavra, pelo prazo de 5 minutos, o Deputado Marcel Van Hattem.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Sr. Presidente, certamente não usarei 5 minutos, mas muito menos do que isso, até em respeito aos colegas aqui que ao longo deste dia foram profundamente desrespeitados.

Já passa de 10 horas da noite, Sr. Presidente. Passa de 10 horas da noite, e, em nome da nossa sanidade mental, é preciso que nós demos uma resposta ao povo brasileiro o quanto antes...

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Se há unidade, é que ninguém é normal aqui.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - ...votemos contrariamente a esse último requerimento e entremos na votação do relatório.

V.Exa. já sofreu inclusive dedo na cara, desrespeito de pessoas, mas não aceitou e, de forma muito ativa, colocou-se aqui como o Presidente que esta Casa merece ter sentado nessa cadeira de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

Faço esta fala aqui, Sr. Presidente, porque não dá para aguentar mais, a esta hora da noite, tanta desfaçatez, tanta hipocrisia de quem entregou um país quebrado e quer continuar vivendo num país quebrado. Nós queremos viver num Brasil melhor, e é por isso que nós vamos votar "não" a mais este requerimento, que só quer protelar, obstruir, atrasar o Brasil. Nós queremos um Brasil melhor.

Nós queremos votar "não".

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Presidente, em questão de ordem, eu lhe pergunto se o Deputado que usou da palavra é integrante da Comissão. Ele está fazendo uma obstrução importante a nosso favor, mas, de toda forma, creio que, se não é integrante da Comissão, não poderia fazer encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada Maria do Rosário, o Deputado Marcel não é membro da Comissão. No entanto, o art. 10, inciso III, do Regimento Interno, prevê o seguinte:

Art. 10. O Líder, além de outras atribuições regimentais, tem as seguintes prerrogativas:

.....
III - participar, pessoalmente ou por intermédio dos seus Vice-Líderes, dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo encaminhar a votação ou requerer verificação desta.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) - Está resolvido, Presidente. Vamos em frente. Vamos votar.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, eu até agradeço a obstrução do colega.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Exato, Deputada Maria do Rosário.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco PP/MDB/PTB? (*Pausa.*)

Como vota o PT?

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Na verdade, nós não podemos votar uma proposta que só vai favorecer os bancos neste País. Quem lucrou no Chile, com a capitalização, foram os bancos, porque os aposentados penam.

Nós estamos aqui ouvindo que eles falam em futuro. Alguns estão irritados porque estamos obstruindo. Nós vamos continuar obstruindo o que for possível, em defesa do povo brasileiro, em defesa das mulheres, em defesa dos negros, em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, em defesa dos professores, em defesa de um povo que não cabe no Governo Bolsonaro. Não cabe!

O que cabe no Governo Bolsonaro é um Ministério que é dominado por rentistas e que tem compromisso apenas com o rentismo. Não tem compromisso com o desenvolvimento do País, com o desenvolvimento de um projeto nacional, com que possamos fazer valer a grandeza desta Nação.

Votamos "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PT vota "sim".

Como vota o PSL?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - "Não". O PSL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSL vota "não".

Como vota o Bloco PDT/AVANTE?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - O PDT está em obstrução, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PDT está em obstrução.

Como vota o PR?

O SR. GELSON AZEVEDO (PR - RJ) - O PR vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PR vota "não".

Como vota o PSD?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - O PSD vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - O PT muda para obstrução.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PT está em obstrução.

Como vota o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - Presidente, eu quero dar uma informação a esta Comissão.

Há poucos instantes, foi dito que o requerimento assinado por mais de cem Parlamentares tinha apenas 99 assinaturas. É importante esclarecer que dez assinaturas não estavam, na visão da Secretaria-Geral da Mesa, coincidindo com a assinatura oficial que estes Parlamentares deveriam estar usando, porque foi assim que assinaram um determinado cartão de autógrafo.

Nós acabamos de ponderar, não só com a Secretaria-Geral da Mesa mas também com o Presidente Rodrigo Maia, que esse expediente cuidadoso e diligente da Secretaria objetiva evitar fraudes e não impedir que Parlamentares que efetivamente assinaram o requerimento tenham essa prerrogativa reconhecida.

O Presidente diz que cada um dos Parlamentares, se houver dúvida de que seja efetivamente a sua assinatura, procure a Secretaria-Geral da Mesa, que depois ele vai decidir essa questão.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Todos já procuraram, Deputado Tadeu.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - Quanto ao requerimento, o PSB orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSB orienta "sim".

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - O requerimento já preencheu as condições, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Perfeito. Apenas, naquele momento...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - O requerimento já tem as 103 assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Perfeito. Eu apenas informei ao Plenário a respeito de como estava naquele momento. Sei que muitas assinaturas não tinham sido aceitas, em virtude de algumas...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - O requerimento já tem as 103 assinaturas.

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB - RR) - Vamos encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PRB?

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - Sr. Presidente, o PRB vota "não".

É importante fazer só um registro. Eu estou vendo muita gente fazer o discurso fácil, demagogo, o proselitismo político. Mas é preciso registrar nos Anais desta Comissão que quem criou a FUNPRESP foi a Presidente Dilma. Quem taxou os inativos foi o Presidente Lula. (*Palmas.*)

E é importante fazer este registro: quem defende o trabalhador é quem defende o emprego. Quem é contra a reforma da Previdência está sendo contra o trabalhador. Eu defendo o trabalhador.

É por isso que nós somos favoráveis à Previdência. (*Palmas.*)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) - O Deputado Silvio Costa Filho é melhor do que o pai.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PRB vota "não".

Respeito, Deputado.

O PRB vota "não".

Como vota o PSDB?

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - O PSDB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Como vota o Democratas?

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Como vota o Solidariedade?

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Como vota o Podemos?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Em memória de Celso Daniel, "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Como vota o PSOL, Deputado Freixo?

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) - Presidente, primeiro quero deixar claro...

(Intervenções fora do microfone.)

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A palavra está com o Deputado Marcelo Freixo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, mantenham o respeito.

O Deputado Marcelo Freixo está com a palavra. Vou restituir o tempo de 1 minuto.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, por favor!

O SR. SILVIO COSTA FILHO (PRB - PE) - Sr. Presidente, não vamos entrar nesse movimento, porque a História vai fazer o julgamento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Deputado Marcelo Freixo está com a palavra.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, por favor!

Deputado Freixo, comece logo o discurso, por favor. V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. MARCELO FREIXO (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, primeiro quero deixar claro que fui até a mesa para confirmar a minha assinatura. Quero dizer que, sem nenhum problema, a medida cuidadosa de verificação da assinatura não está sendo aqui por mim questionada, para ser bastante honesto, mas é evidente que a prerrogativa do Deputado tem que estar acima dessa possibilidade. A partir do momento em que o Deputado confirma a sua assinatura, ela tem que valer, por uma razão óbvia: do contrário, impede-se um direito parlamentar.

Esse diálogo foi estabelecido inclusive com o Presidente da Casa, porque um mecanismo de prevenção de fraude não pode evitar legalidade, não pode evitar legitimidade. Então, é isso o que estamos considerando.

Sendo assim, existem as 103 assinaturas reconhecidas. Acho que isso é importante.

Votamos pela obstrução neste momento, por entendermos que há uma complexidade enorme nesse texto da Previdência e que, sem os números, não poderia ter sido votado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSOL está em obstrução.

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - O PCdoB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PCdoB vota "sim".

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o Cidadania?

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - Vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Partido Novo?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - "Não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "não".

Como vota o Patriota?

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - O Patriota vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Como vota o PV?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP) - O PV vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PV vota "não".

Como vota o Governo?

O SR. MAJOR VITOR HUGO (PSL - GO) - O Governo vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Governo vota "não".

Como vota a Maioria?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - A Maioria vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Maioria vota "não".

Como vota a Oposição?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sr. Presidente, a Oposição vota "sim" a este requerimento, inclusive para permitir que o sigilo ilegal e inconstitucional sobre os dados da Previdência seja retirado antes da votação do projeto. Este requerimento é a última oportunidade que a Comissão de Constituição e Justiça tem para votar a proposta de reforma da Previdência dentro de um patamar mínimo de constitucionalidade, respeitando-se os arts. 113 e 114 do ADCT.

Esta reforma é evidentemente inconstitucional, porque ela afeta o mínimo existencial, o núcleo central do princípio da dignidade humana, afeta o princípio da razoabilidade, afeta o princípio da vedação do retrocesso, afeta o princípio contributivo ou da solidariedade e afeta os arts. 113 e 114. Dessa forma, é uma aberração constitucional. Tem-se aqui a última oportunidade de adiar a votação, para fazê-la respeitando-se o texto constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota a Liderança da Minoria, Deputada Jandira?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, este é o Governo de pior avaliação no período, comparado a qualquer outro. Certamente, a ficha do povo está caindo. É um Governo que não gera emprego...

Presidente, há muito barulho. Se nem eu consigo me ouvir, imagine os outros.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, por favor, peço silêncio, em respeito à oradora.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - É o Governo que, segundo as pesquisas, tem a pior avaliação nos primeiros 100 dias. O povo que votou já começou a se arrepender, não só o povão mas também os formadores de opinião que se enganaram com este Governo.

Esta reforma é um estelionato eleitoral. Em nenhum momento da campanha foi dito que se faria uma reforma da Previdência. Então, o povo está enganado e, pior, já percebeu que esta reforma vai tirar direitos da grande maioria do povo que trabalha e que produz.

Portanto, quem lucrou, que foi o sistema financeiro durante esse tempo, vai continuar lucrando, vai ter os seus lucros aumentados exponencialmente, e quem trabalha, produz, exporta enfrenta cada vez maior risco, a agricultura inclusive. Os trabalhadores do campo e da cidade são os que estão correndo grande risco com este Governo, que, aliás, até hoje, não apresentou uma só proposta de geração de emprego, uma só proposta de desenvolvimento econômico, uma linha de crédito. Os bancos públicos, como o BNDES, estão ficando à míngua, sem uma proposta de investimento. O Programa Minha Casa, Minha Vida está parando, como toda a área de saneamento, a de construção civil, a de infraestrutura, que são as geradoras de emprego no País.

Nós estamos parando este País, sem que tenha possibilidade real de crescimento e desenvolvimento.

Esta reforma vai piorar a situação...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota a Minoria, Deputada?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - A Minoria vota pelo adiamento, para respeitar a Constituição, reafirmando que o requerimento está valendo, com as 103 assinaturas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota a REDE?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Presidente, a REDE novamente confirma que nós merecemos uma discussão mais aprofundada, principalmente nesta Comissão, que trata de constitucionalidade. Merecem atenção especial os pontos.

A REDE vota "sim", pelo adiamento, novamente lembrando a responsabilidade de todos os Parlamentares, que vão ser cobrados pela população brasileira. Não se trata de dizer que vamos discutir o mérito, mas estamos colocando pontos bastante sérios para serem apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A REDE vota "sim".

Peço um instante apenas, Deputados, para analisarmos a questão da votação neste momento. *(Pausa.)*

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - O Patriota orienta "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vamos à votação.

Como vota a Deputada Bia Kicis?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Como vota a Deputada Caroline de Toni?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) - "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Como vota o Deputado Daniel Freitas?

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Como vota o Deputado Delegado Waldir?

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) - Voto "não", Sr. Presidente, em nome do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Como vota o Deputado Nicoletti?

O SR. NICOLETTI (PSL - RR) - "Não", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Como vota o Deputado Marcelo Freitas?

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não".

Como vota o Deputado Coronel Tadeu?

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) - "Não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - "Não". *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Como vota o Deputado Aguinaldo Ribeiro?

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - "Não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Vota "não".

Como vota o Deputado Beto Rosado?

O SR. BETO ROSADO (Bloco/PP - RN) - "Não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Vota "não".

Como vota o Deputado Hiran Gonçalves? *(Pausa.)*

O Deputado Hiran Gonçalves está presente?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Vota "não".

Como vota o Deputado Marcelo Aro?

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG) - Sra. Presidente, meu voto é "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O Deputado Marcelo Aro vota "não".

Como vota a Deputada Margarete Coelho?

A SRA. MARGARETE COELHO (Bloco/PP - PI) - "Não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - A Deputada Margarete Coelho vota "não".

Como vota o Deputado Cacá Leão?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - "Não", Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O Deputado Cacá Leão vota "não".

Como vota o Deputado Darci de Matos? *(Pausa.)*

Está ausente o Deputado Darci de Matos? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Delegado Éder Mauro?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O Deputado Delegado Éder Mauro vota "não".

Como vota o Deputado Edilázio Júnior?

O SR. EDILÁZIO JÚNIOR (PSD - MA) - "Não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O Deputado Edilázio Júnior vota "não".

Como vota o Deputado Fábio Trad?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O Deputado Fábio Trad vota "não".

Como vota o Deputado Reinhold Stephanes Junior?

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR) - Voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O Deputado Reinhold Stephanes Junior vota "não".

Como vota o Deputado André de Paula? *(Pausa.)*

O Deputado André de Paula está presente? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Evandro Roman?

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) - Voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O Deputado Evandro Roman vota "não".

Como vota o Deputado Francisco Jr.? *(Pausa.)*

Deputado Francisco Jr. *(Pausa.)*

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Está bem baixa a voz, Presidente. Está muito baixa a sua voz.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Dá para aumentar o som aqui? *(Pausa.)*

Como vota o Deputado Darci de Matos? *(Pausa.)*

Deputado Darci de Matos, "não".

Agora melhorou o som.

Como vota o Deputado Gelson Azevedo?

O SR. GELSON AZEVEDO (PR - RJ) - Voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Gelson Azevedo, "não".

Como vota o Deputado Giovani Cherini?

O SR. GIOVANI CHERINI (PR - RS) - Voto "não", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Giovani Cherini, "não".

Como vota o Deputado Marcelo Ramos? *(Pausa.)*

O Deputado Marcelo Ramos está ausente?

O SR. MARCELO RAMOS (PR - AM) - Voto "não". Voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O Deputado Marcelo Ramos vota "não".

Como vota o Deputado Sergio Toledo?

O SR. SERGIO TOLEDO (PR - AL) - Voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Sergio Toledo, "não".

Como vota o Deputado Alceu Moreira?

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) - Voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Alceu Moreira, "não".

Como vota o Deputado Celso Maldaner?

O SR. CELSO MALDANER (Bloco/MDB - SC) - "Não!"

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Celso Maldaner, "não".

Como vota o Deputado Herculano Passos?

O SR. HERCULANO PASSOS (Bloco/MDB - SP) - Voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Herculano Passos, "não".

Como vota o Deputado Márcio Biolchi?

O SR. MÁRCIO BIOLCHI (Bloco/MDB - RS) - Voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Márcio Biolchi, "não".

Como vota o Deputado João Campos?

O SR. JOÃO CAMPOS (PRB - GO) - Voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado João Campos, "não".

Como vota o Deputado João Roma?

O SR. JOÃO ROMA (PRB - BA) - "Não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado João Roma, "não".

Como vota o Deputado Lafayette de Andrada?

O SR. LAFAYETTE DE ANDRADA (PRB - MG) - O Deputado Lafayette de Andrada vota "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Lafayette de Andrada, "não".

Como vota o Deputado Luizão Goulart?

O SR. LUIZÃO GOULART (PRB - PR) - Voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Luizão Goulart vota "não".

Como vota o Deputado Eduardo Cury?

O SR. EDUARDO CURY (PSDB - SP) - Voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Eduardo Cury, "não".

Como vota o Deputado Paulo Abi-Ackel? (*Pausa.*)

Deputado Paulo Abi-Ackel.

O SR. PAULO ABI-ACKEL (PSDB - MG) - Voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Paulo Abi-Ackel, "não".

Como vota o Deputado Samuel Moreira?

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Samuel Moreira, "não".

Como vota a Deputada Shéridan?

A SRA. SHÉRIDAN (PSDB - RR) - "Não" ao requerimento de retirada de pauta, Presidente. Voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputada Shéridan vota "não".

Como vota o Deputado Arthur Oliveira Maia?

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - "Não."

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Arthur Oliveira Maia, "não".

Como vota o Deputado Bilac Pinto?

O SR. BILAC PINTO (DEM - MG) - "Não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Bilac Pinto, "não".

Como vota o Deputado Geninho Zuliani?

O SR. GENINHO ZULIANI (DEM - SP) - Voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Geninho Zuliani, "não".

Como vota o Deputado Paulo Azi?

O SR. PAULO AZI (DEM - BA) - Meu voto é "não", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Paulo Azi, "não".

Como vota o Deputado Wilson Santiago? (*Pausa.*)

Deputado Wilson Santiago. (*Pausa.*)

Ausente.

Como vota o Deputado Maurício Dziedricki?

O SR. MAURÍCIO DZIEDRICKI (Bloco/PTB - RS) - Voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Maurício Dziedricki, "não".

Como vota o Deputado Paulo Eduardo Martins?

O SR. PAULO EDUARDO MARTINS (PSC - PR) - Voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O Deputado Paulo Eduardo Martins vota "não".

Deputado Rodrigo Maia, queira, por favor, tomar lugar à mesa. (*Pausa.*)

Não? O.k.

Como vota o Deputado Afonso Motta?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - "Obstrução", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Afonso Motta, "obstrução".

Como vota o Deputado Eduardo Bismarck?

O SR. EDUARDO BISMARCK (Bloco/PDT - CE) - Sra. Presidente, "obstrução", por favor. Eduardo Bismarck, "obstrução".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Eduardo Bismarck, "obstrução".

Como vota o Deputado Gil Cutrim?

O SR. GIL CUTRIM (Bloco/PDT - MA) - "Obstrução", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Gil Cutrim, "obstrução".

Como vota o Deputado Subtenente Gonzaga?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (Bloco/PDT - MG) - "Obstrução", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Subtenente Gonzaga, "obstrução".

Solidariedade.

Como vota o Deputado Genecias Noronha?

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - Voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Genecias Noronha, "não".

Como vota o Deputado Paulo Pereira da Silva? (*Pausa.*)

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) - O suplente é o Deputado Augusto Coutinho. Voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Augusto Coutinho, "não".

Podemos.

Como vota o Deputado Diego Garcia?

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) - Voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Diego Garcia, "não".

Como vota o Deputado Léo Moraes?

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO) - Voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Léo Moraes, "não".

Como vota a Deputada Clarissa Garotinho?

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputada Clarissa Garotinho, "sim".

Como vota o Deputado Renildo Calheiros? (*Pausa.*)

Deputado Renildo Calheiros, "sim".

Cidadania.

Como vota o Deputado Rubens Bueno?

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - "Não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Rubens Bueno, "não".

Avante.

Como vota o Deputado Luis Tibé?

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (Bloco/AVANTE - RJ) - Aqui, Presidente. Voto "não".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Luis Tibé, "não".

O SR. CHIQUINHO BRAZÃO (Bloco/AVANTE - RJ) - É o Deputado Chiquinho Brazão que está votando, o suplente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Perdão.

Deputado Chiquinho Brazão, "não".

Como vota o Deputado Pastor Eurico?

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Pastor Eurico, "não".

Como vota o Deputado Enrico Misasi?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP) - Voto "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Enrico Misasi, "não".

PT.

Como vota o Deputado Alencar Santana Braga?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP) - Presidente, contra a capitalização e a reforma cruel do Bolsonaro e dos bancos, voto "obstrução".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - "Obstrução".

Como vota a Deputada Joenia Wapichana?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Pela "obstrução", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - "Obstrução", Deputada? (*Pausa.*)

Deputada Joenia Wapichana, "obstrução".

Como vota o Deputado José Guimarães?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - "Obstrução", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - "Obstrução", Deputado José Guimarães.

Como vota a Deputada Maria do Rosário? (*Pausa.*)

Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - "Obstrução", pelo povo brasileiro e pela Previdência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputada Maria do Rosário, "obstrução".

Como vota o Deputado Nelson Pellegrino.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Contra o massacre dos trabalhadores...

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - "Sim", "não" ou "obstrução"?

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - ... "sim" ao requerimento. (*Manifestação no plenário.*)

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Vota "sim".

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT - BA) - Voto "obstrução".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Nelson Pellegrino, "obstrução".

Como vota o Deputado Patrus Ananias?

O SR. PATRUS ANANIAS (PT - MG) - O Deputado Patrus Ananias vota "obstrução".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Patrus Ananias, "obstrução".

Como vota o Deputado Paulo Teixeira?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Presidenta, em defesa dos mais pobres e dos trabalhadores, voto...

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - "Sim", "não" ou "obstrução". Vamos respeitar a votação.

Deputado Paulo Teixeira, V.Exa. vota "obstrução"?

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - "Obstrução".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O.k.

PSB.

Como vota o Deputado Danilo Cabral?

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) - Voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O Deputado Danilo Cabral vota "sim".

Como vota o Deputado João H. Campos? (*Pausa.*)

Deputado João H. Campos.

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE) - "Obstrução."

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - "Obstrução."

O SR. JOÃO H. CAMPOS (PSB - PE) - "Sim", "sim", "sim". O voto é "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O voto é "sim" do Deputado João H. Campos.

Como vota o Deputado Júlio Delgado?

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Eu voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - O Deputado Júlio Delgado vota "sim".

Como vota o Deputado Luiz Flávio Gomes? *(Pausa.)*

O Deputado Luiz Flávio Gomes vota "sim"?

O SR. LUIZ FLÁVIO GOMES (PSB - SP) - Voto "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Como vota a Deputada Talíria Petrone?

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Nós não temos amigo rentista.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - É "sim", "não" ou "obstrução", Sra. Deputada.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - É "obstrução", Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - "Obstrução."

Como vota o Deputado Gilson Marques?

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - "Não."

A SRA. PRESIDENTE (Bia Kicis. PSL - DF) - Deputado Gilson Marques, "não". *(Pausa.)*

Anuncio agora o resultado: "obstrução", 12; "não", 48; "sim", 6.

Rejeitado o requerimento. *(Palmas.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC) - Vamos votar!

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Sras. e Srs. Deputados, há três requerimentos sobre a mesa. O primeiro deles consiste na votação do parecer por capítulo. O primeiro requerimento é o da Deputada Erika Kokay. O segundo é o do Deputado Renildo Calheiros. Ele está prejudicado porque não contempla questões do Regimento Interno. O segundo requerimento que se encontra sobre a mesa é para votação parcelada da proposição por grupo de artigos, de autoria do Deputado Gervásio Maia, do Deputado Aliel Machado, do Deputado Luiz Flávio Gomes. Também está prejudicado o requerimento, em virtude dos entendimentos do Regimento Interno.

O terceiro e último é o requerimento que prevê a votação da PEC 6, artigo por artigo, da Deputada Talíria Petrone, do Deputado Júlio Delgado, do Deputado Gervásio Maia e da Deputada Clarissa Garotinho. Também dou por prejudicado esse requerimento.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Sr. Presidente, questão de ordem.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Sr. Presidente, questão de ordem. Sr. Presidente Felipe Francischini, questão de ordem.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) - Vamos votar!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Questão de ordem da Deputada Talíria Petrone. S.Exa. pode citar o artigo.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Sr. Presidente, questão de ordem, com base no art. 117, inciso XIII.

Eu queria compreender o motivo pelo qual V.Exa. está prejudicando esse requerimento se, nesse mesmo artigo, Sr. Presidente, pelo menos a partir da nossa interpretação, está bastante explícito que há a possibilidade de — e aí leio literalmente como está no artigo — "(...) *votação de proposição, artigo por artigo, ou de emendas, uma a uma*".

Nesse sentido, Sr. Presidente, não compreendo por que esse conjunto de Deputadas e Deputados não pode se debruçar sobre o requerimento, apreciar o requerimento que está aí, justificado explicitamente no art. 117.

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) - Vamos votar, Presidente!

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Penso que essa é mais uma expressão de um ato que fere o caráter deste Parlamento, Sr. Presidente, marcado pela democracia.

Deveríamos, Sr. Presidente...

O SR. AUGUSTO COUTINHO (SOLIDARIEDADE - PE) - O tempo, Sr. Presidente!

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Eu ainda tenho 1 minuto e 40 segundos. Eu gostaria que a minha fala fosse respeitada.

O SR. SANDERSON (PSL - RS) - Vamos votar!

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - É inadmissível que nós neguemos o que está no Regimento, que neguemos informações sobre a votação desse desmonte da previdência pública. É inadmissível que um governo que se mostra autoritário em uma série de aspectos também veja, aqui nesta Casa, ser reproduzido um autoritarismo...

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, V.Exa. já está fugindo à questão de ordem.

É apenas para responder como nós votamos na Comissão ao parecer do Relator, e não ao projeto. Não cabe questão de ordem e não cabe votação artigo por artigo.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, não cabe a questão de ordem.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, também estão prejudicados todos os destaques... Só um minuto!

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, por favor!

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - É lamentável o autoritarismo desta Casa! *(Palmas.)*

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputada, V.Exa. fugiu à questão de ordem. O art. 95 prevê que eu faça isso.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - V.Exa. me interrompeu no meio da fala.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Porque V.Exa. fugiu à questão de ordem.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, também anuncio ao Plenário a prejudicialidade de todos os destaques supressivos, visto que já decidi o assunto numa questão de ordem que foi elencada na semana retrasada. Então, dou por prejudicados todos os destaques supressivos.

Com a palavra o Deputado Aliel Machado, para uma questão de ordem também.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Presidente, eu agradeço a V.Exa.

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Questão de ordem, Presidente.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Trata-se de uma reclamação sobre uma questão de ordem que fiz no início dos trabalhos baseada no questionamento seguinte: acerca da possibilidade de apreciação de requerimento para votação por partes da proposição prevista no art. 192, § 6º, combinado com o art. 189, § 4º...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Eu peço respeito.

Continuo: visto que, uma vez impossibilitada a apresentação de destaques — como V.Exa. negou uma questão de ordem anterior do Deputado Afonso Motta — como meio alternativo de insurgência com relação à proposta do Relator.

Sr. Presidente, se V.Exa. tomou a decisão — e nós a respeitamos —, a única possibilidade que temos de fazer reparação ao texto do Sr. Relator seria a votação por partes. V.Exa. recolheu a minha questão de ordem e falou inclusive que ela era pertinente. Como V.Exa. a está negando, por uma questão regimental, eu gostaria que me explicitasse o motivo da sua decisão. Como Presidente da CCJ, V.Exa. a acolheu e, além disso, disse que era pertinente.

Então, Sr. Presidente, isso é muito importante para nós. A sua decisão sobre questão de ordem prevalecerá nas próximas discussões. Ela é importante porque vira uma regra aqui dentro da Comissão. E nós estamos tratando de um assunto muito sério e regimental da Casa, regimental da Comissão.

Se prevalecer esse entendimento de V.Exa., esta decisão à questão de ordem ficará como parâmetro para a condução dos trabalhos por V.Exa. durante todo o ano. E nós teremos prejuízo nas próximas discussões que tivermos durante todo o ano. Então, que V.Exa., como conheceu a minha questão de ordem, responda por que não pode acatá-la.

Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado Aliel, conheço e indefiro a questão de ordem. Nós votamos aqui o parecer, logo, não cabe discussão por partes, não cabe discussão artigo por artigo. Não é a única possibilidade à disposição dos membros da Comissão. Há possibilidade até mesmo, num caso extremo, de rejeição do parecer do Relator e feitura de outro. Então, a minha decisão consiste nisso. Os precedentes são bastante variados.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Mas apenas de forma geral, não é, Sr. Presidente? A votação que nós podemos fazer hoje do parecer, inclusive porque ele sofreu algumas alterações — ele teve uma complementação de voto —, é apenas para rejeitá-lo ou aprová-lo. Sem essa possibilidade, nós não poderemos corrigir possíveis erros relativos à análise da Comissão de Constituição e Justiça no parecer, porque só vamos poder rejeitá-lo ou aprová-lo como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputado, já foi decidido.

Há sobre a mesa requerimento de destaque para a constituição de proposta autônoma dos dispositivos da PEC 6/19 relativos à instituição do sistema de capitalização.

Cumpramos destacar que essa matéria já foi decidida na Questão de Ordem nº 456, de 2004, que reiterou o entendimento já firmado nesta Casa e neste Congresso Nacional de possibilidade de desdobramento de PECs, mesmo as oriundas do Senado, só Comissão Especial ou no Plenário, e, nessa última hipótese, por meio de destaque. Então, isso não cabe na CCJ, porque é matéria de mérito. Cabe no Plenário e cabe na Comissão Especial, conforme a decisão elencada na Questão de Ordem nº 456, de 2004. Então, fica prejudicado mais este requerimento.

Chegamos ao fim dos requerimentos.

Passaremos, agora, ao encaminhamento da matéria.

Para encaminhar favoravelmente à matéria, pelo prazo de 5 minutos, tem a palavra o Deputado Coronel Tadeu. *(Pausa.)*

Para encaminhar favoravelmente à matéria, pelo prazo de 5 minutos, tem a palavra a Deputada Adriana Ventura. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado. Após S.Exa., falará a Deputada Adriana Ventura.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Por solicitação, Presidente, eu passo a palavra para a Deputada Talíria Petrone. Ela vai fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pois não, Deputado.

Tem a palavra a Deputada Talíria Petrone.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Obrigada, Deputado.

Não poderia deixar de começar, Sr. Presidente, ainda mais depois do último acontecimento, com a denúncia do caráter antidemocrático da votação deste parecer. A maneira como esta votação está sendo conduzida nesta Casa, neste dia, fere frontalmente o Regimento, fere frontalmente a Constituição e mostra a disposição dos senhores de rasgar a Constituição e de rasgar o Regimento que rege os nossos trabalhos.

É explícito — e não é de agora — que os senhores não têm qualquer apego à democracia. Isso fica explícito, Sr. Presidente, não apenas quando os senhores, parte deste Governo, manifestam constantemente ter saudade da ditadura, saudade de um tempo em que se enfiavam ratos na vagina de mulheres, saudade do tempo da tortura... *(Manifestação no plenário.)*

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, a palavra está assegurada à Deputada Talíria Petrone.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - A falta de apego à democracia também se manifesta — Viva Marighella! — quando o Governo dos senhores decreta sigilosos números que deveriam ser públicos para que pudéssemos apreciar de

forma adequada esta reforma. Isso é não só ilegal e inconstitucional, mas também imoral e vergonhoso, senhores! Isso é negar informação, não só para nós, Deputados e Deputadas eleitos, mas também para o povo trabalhador que elegeu cada um dos senhores e das senhoras e que elegeu, inclusive, lamentavelmente, o atual Presidente e parte deste desgoverno.

Os senhores não informam qual é o custo da transição para a capitalização. Os senhores não informam. Os senhores não informam os cálculos atuariais. Os senhores não informam como chegaram ao cálculo de 1 trilhão de reais de economia de recursos.

Quando nós vamos reformar a nossa casa — isso quando sobra algum dinheiro para trabalhador reformar a casa; para a aposentadoria privada é que não vai sobrar —, fazemos um orçamento para ver se a reforma cabe no orçamento. E, mais do que isso, senhores, nós reformamos para melhorar alguma coisa que está inadequada no nosso lar. O que acontece aqui não é uma reforma, é um desmonte com o objetivo de dar mais poder ainda aos bancos, que enriqueceram no último período, embora tenha havido, como os senhores dizem, crise econômica. Para os banqueiros não houve. Deve ter havido para os bancários, aqueles que trabalham nos bancos.

Esse desmonte da Previdência é também inconstitucional, senhores, porque fere o princípio da solidariedade, que funda, que dá origem ao atual regime de repartição, que os senhores querem jogar no lixo, enfiando goela abaixo do trabalhador a lógica da capitalização. Que trabalhador vai poupar para poder se aposentar? Isso fere o princípio de vedação ao retrocesso social.

Senhores, por que escondem os números? Quem os números dos senhores revelam como privilegiados? Tenham coragem, senhores! Tenham a mesma coragem que os senhores têm, aqui, para interromper a palavra de mulheres eleitas, como eu, que tive mais de 100 mil votos no meu Estado, mais de 107 mil votos. Os senhores não têm coragem de dizer que esta reforma, este desmonte é para acabar com o direito à aposentadoria de trabalhadores rurais e pescadores, que não vão contribuir por 20 anos; é para acabar com o direito de trabalhadoras domésticas se aposentarem. Que terceirizada que limpa o chão deste plenário ou que trabalhadora doméstica que limpa a casa dos senhores vai contribuir por 20 anos?

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Conclua, Deputada.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ) - Este desmonte é para acabar com o direito de professoras, senhores, que vão ter que trabalhar 10 anos a mais. Os senhores têm que ter coragem para afirmar, categoricamente, o lado dos senhores, que é o lado dos bancos e dos rentistas. Os senhores são uma vergonha! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra a Deputada Adriana Ventura.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é inegável a necessidade da reforma, ainda que tenhamos algumas divergências no mérito. Essas divergências têm que ser discutidas na Comissão Especial. Agora, no tocante a esta Comissão, ha três aspectos que eu gostaria de pontuar.

Primeiro, o nosso papel aqui, como Parlamentares, inclui o poder constituinte de reforma. E isso é um avanço social, porque estamos em constante transformação. E a única coisa que nós não podemos fazer é ferir as cláusulas pétreas, é aboli-las. Então, a única pergunta que nós temos que fazer aqui é se a PEC 6/19 fere cláusula pétrea, especificamente nos direitos e garantias individuais. E a resposta é não. O objetivo dela é garantir os direitos individuais; garantir o direito das pessoas a aposentadoria, assistência e também ao disposto no art. 1º da Constituição, porque sem aposentadoria e sem emprego — é o que vai acontecer, nós vamos ficar com mais desempregados — fere-se o art. 1º da Constituição, que trata da dignidade da pessoa humana.

Há outro ponto importante que eu gostaria de levantar aqui, constante do art. 201 da Constituição, que diz:

Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial (...).

Então, nós precisamos fazer esta reforma para garantir que o País cresça e que tenhamos esse equilíbrio. O melhor programa de inclusão é o emprego.

Nós queremos que seja admitida esta proposta. Nós encaminhamos favoravelmente a ela, porque a Previdência já está quebrada, e nós não podemos quebrar o nosso País. Por isso, nós votamos "sim" pela reforma, pelo emprego, pelo desenvolvimento, por quem mais precisa e pelo Brasil.

Gostaria de passar o meu último minuto para o meu colega Deputado Gilson Marques.

O SR. GILSON MARQUES (NOVO - SC) - Presidente, existe uma regra econômica simples que diz que os recursos são escassos, mas as necessidades são infinitas. E a verdade é que nós temos um grande problema de dinheiro. Está faltando dinheiro! Se nós investirmos tudo em previdência — 52% do orçamento já vão para lá —, não vai sobrar para saúde, segurança e educação.

A mutação constitucional que nós queremos fazer agora é justamente para adaptar essa necessidade à nossa realidade — é o que diz Antônio de Pádua, é o que diz Canotilho —, justamente para proteger o direito adquirido e não acontecer o que aconteceu em Portugal, que teve que alterar inclusive o benefício dos aposentados, justamente porque o direito adquirido desta geração não pode prejudicar o direito adquirido das próximas gerações.

Eu queria lembrar aqui uma frase de Roberto Campos: *"Por amor ao passado, o Brasil perdeu o presente e comprometeu o futuro"*. Essa é a reflexão que eu queria trazer a esta Comissão, para que todos colocassem a mão na consciência. Está na hora de nós arrumarmos o presente para não comprometermos o futuro. E é nossa responsabilidade fazer isso. Por isso, eu e o Partido Novo votamos "sim".

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Para encaminhar contra, pelo prazo de 5 minutos, tem a palavra a Deputada Maria do Rosário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, dirijo-me sobretudo ao povo brasileiro, porque nós estamos, certamente, diante da maior e mais importante decisão que tomamos ao longo dos últimos anos.

O contexto político em que esta decisão está sendo tomada é de censura, de impedimento de informações sobre o tema da Previdência. Já começamos um regime de exceção, e a democracia agoniza no Brasil.

Eu quero me dirigir ao povo brasileiro, falando primeiro com os atuais aposentados. Os atuais aposentados precisam saber que serão atingidos pela desconstitucionalização, no que diz respeito ao reajuste, à garantia de reajuste dos benefícios em valor real. O salário dos atuais aposentados será reduzido no próximo período.

Eu preciso dizer também aos professores e às professoras, aqueles que cuidam das crianças, ensinam e as atendem, profissionais que estão sendo tão atacados por este Governo quanto à liberdade de expressão e de cátedra, que querem impor a vocês aqui não apenas mais tempo de contribuição, mas também uma desvalorização do tempo em sala de aula.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, aqui nós temos uma situação de descalabro, porque os ricos, os muito ricos e os bancos ganham, o Governo recebe um cheque em branco, e a população pobre, os mais pobres, os 2,5 milhões de idosos do Brasil, os mais pobres, estes terão redução das suas garantias.

Senhores e senhoras, as pessoas com deficiência perdem. E 82% do 1 trilhão de reais de que o Ministro Paulo Guedes tantas vezes falou aqui — 82% desse 1 trilhão de reais — serão retirados dos trabalhadores e das trabalhadoras brasileiras. Esta reforma não é uma reforma, é uma destruição do Capítulo da Seguridade Social e da Previdência Social pública no Brasil. E a capitalização é, na verdade, a entrega do destino de cada brasileiro e brasileira para um banco.

O senhor e a senhora que estão nos acompanhando já viram alguma negociação com banco ser boa para o senhor ou para a senhora? Já viram o banco se preocupar menos com o lucro e mais com o trabalhador ou com a trabalhadora? Jamais! O que vai acontecer aqui é a quebra do sistema de solidariedade. E o Governo precisa de 1 trilhão de reais, na verdade, para cobrir o rombo que ele próprio vai constituir.

Nós não tivemos acesso aos números, não tivemos acesso aos cálculos atuariais. O Governo faz acontecer esta votação no escuro. E V.Exas. se submetem. Isso é triste. E digo isso porque, como Parlamentar desta Casa — e falo em meu nome e em nome de toda a Oposição —, resisti a cada dia, a cada momento, há muito tempo. Fizemos obstrução e enfrentamos aqueles que representam este Governo, em nome dos mais pobres deste País. Nós falamos aqui por professores, professoras, comerciários, comerciárias, trabalhadores da construção civil e desempregados. Nós falamos também pelos 2,5 milhões de trabalhadores que querem e têm direito a um abono salarial, que está sendo retirado deles aqui.

V.Exas. sabem o que significa isso? De 22 milhões de trabalhadores e trabalhadoras V.Exas., Parlamentares, vão retirar 1 salário mínimo de abono por ano. Essas pessoas utilizam esses recursos para ter um momento com o filho, para melhorar a condição de sua casa. Não, V.Exas. não se importam com isso. Eu já disse e repito: V.Exas. não se importam com aquele senhor que nos serve cafezinho ou com a senhora que cuida dos seus filhos e é babá. Vocês não se importam com aquela trabalhadora doméstica, porque estão retirando os direitos que ela conquistou há pouco tempo. Mas ela se sustenta, ela é mulher, ela é pai e mãe e chefe de família. Vocês estão votando contra a mulher trabalhadora rural e urbana.

Eu falo isso tentando olhar o mundo com os olhos do povo, tentando sentir o que o povo sentirá. E o povo sentirá uma grande indignação. Pode ser que muitos e muitas não saibam e não consigam acompanhar o todo que está aqui acontecendo, mas depois o povo saberá, logo o povo saberá quem esteve ao seu lado.

Parabéns à Oposição por estar com o povo!

Lamento que esta Comissão tenha-se tornado um lugar de covardes diante das tarefas do Brasil.

E concluo com uma frase de Ulysses Guimarães: "*Quem trai a Constituição trai a pátria*". Nós da Oposição não somos traidores do povo nem da Pátria brasileira, nós estamos com o povo. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Encaminhamento de bancada.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Para uma questão de ordem, concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Sr. Presidente, o art. 192, § 4º, diz:

Art. 192.....

§ 4º Sempre que o Presidente julgar necessário, ou for solicitado a fazê-lo, convidará o Relator, o Relator substituto ou outro membro da Comissão com a qual tiver mais pertinência a matéria, a esclarecer, em encaminhamento da votação, as razões do parecer.

Eu gostaria, dentre tantos aspectos do seu relatório que precisam ser esclarecidos, de pontuar três aspectos. O primeiro aspecto é o do abono salarial, que não tem nenhum tipo de relação com matéria previdenciária. O segundo aspecto é que há uma cláusula pétrea nitidamente ferida, a que diz respeito à manutenção nesse texto e no seu parecer de uma proposição que obriga o Poder Judiciário a justificar e a indicar as fontes que vão financiar as suas decisões — isso é ingerência de um poder sobre o outro. E o terceiro aspecto, dentre as tantas incoerências do seu relatório, diz respeito à forma como V.Exa. considera como "possíveis excessos" tanto a questão que diz respeito ao BPC quanto a que diz respeito à aposentadoria rural — "*possíveis excessos que devem ser vistos e passar por um exame cuidadoso*". E V.Exa. não teve a capacidade de fazê-lo. V.Exa. deveria ter feito um exame cuidadoso das cláusulas que estão sendo retiradas e que dizem respeito às garantias e aos direitos individuais.

Alguns falam que a Previdência é um direito social. Bom, mas a aposentadoria é um direito individual. E já existe larga jurisprudência que indica que não há uma cláusula específica da Constituição que concentra o conjunto dos direitos e garantias individuais. Eles estão diluídos por todo o texto constitucional.

Eu diria que V.Exa., que está emitindo um parecer acerca da constitucionalidade, está recomendando — e nunca vi isso antes — que esta Casa faça um exame criterioso, cuidadoso, de possíveis excessos. Então, V.Exa. está pontuando excessos, excessos que ferem a dignidade humana, que é princípio fundante da própria Constituição. V.Exa. diz que limpou os "jabutis", mas abono salarial nesta proposição é um "jabuti".

E tentar organizar o Poder Judiciário é ferir uma cláusula pétrea.

Eu gostaria que o Relator, de acordo com o que está previsto...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Não obstante V.Exa. estar correta quanto ao art. 192, § 4º, nós já passamos da etapa do encaminhamento de votação. Estamos na etapa da orientação de bancadas. Portanto, é intempestiva a sua questão de ordem.

Como vota o Bloco do PP e do MDB?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pode recorrer, Deputada. Pode recorrer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Está bem.

Como vota o Bloco do PP?

O SR. CACÁ LEÃO (Bloco/PP - BA) - O PP vota "sim", Sr. Presidente, a favor do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o Bloco do PP, do MDB e do PTB?

O SR. HERCULANO PASSOS (Bloco/MDB - SP) - Sr. Presidente, pela constitucionalidade, juridicidade, admissibilidade, boa técnica legislativa e, principalmente, pelo Brasil, nós votamos "sim". (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Vota "sim".

Como vota o PT?

A SRA. GLEISI HOFFMANN (PT - PR) - Sr. Presidente, quero falar ao povo do meu País. O Partido dos Trabalhadores estará ao lado do povo, onde sempre esteve durante os 40 anos da sua existência, lutando pela sua dignidade e lutando pelos seus direitos.

Estar ao lado do povo é dizer "não" a esta reforma da Previdência; é dizer "não" à retirada do direito de milhões de aposentados e de quem têm direito à aposentadoria; é dizer "não" à redução do benefício assistencial para 400 reais; é dizer "não" ao fim da aposentadoria dos agricultores; é dizer "não" à contribuição por 40 anos; é dizer "não" à capitalização, que beneficiará os bancos; é dizer "não" à rapinagem da aposentadoria. É "não", "não" e "não"!

São hipócritas os que falam em privilégios e os mantêm. E agora querem tirar os direitos do povo.

Portanto, o PT vota "não", a favor do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PSL?

O SR. DELEGADO WALDIR (PSL - GO) - Sr. Presidente, inicialmente, eu queria parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos e elogiar o nosso Relator pelo relatório espetacular, pelo relatório diferenciado.

Queria agradecer, especialmente, ao nosso Presidente Rodrigo Maia, um cara fantástico. Sem ele e sem os Líderes dos partidos do Centro — e faço aqui a minha homenagem aos Parlamentares do PSL —, nós não estaríamos avançando neste momento.

Estamos avançando para a quebra de privilégios, estamos avançando, Sr. Presidente, para beneficiar os mais pobres deste País. Vamos devolver o básico, pois é disso que o País precisa. O Brasil viveu sob a batuta da bandidagem e da corrupção nos últimos anos. Nós vamos mudar isso, nós vamos entregar um Brasil diferente. São essas pessoas que estão votando "sim" aqui hoje que estão fazendo a diferença. São elas que pensam no Brasil.

O nosso voto é "sim", é pelo Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSL vota "sim".

Como vota o Bloco do PDT e do Avante?

O SR. AFONSO MOTTA (Bloco/PDT - RS) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, queria mais uma vez valorizar a participação da bancada do PDT e da nossa equipe técnica, sem os quais nós não teríamos reforçado a nossa convicção, a grande convicção de que sem ordem social não há realização econômica.

Nós votamos contra o fiscalismo, nós votamos a favor da dignidade humana. O PDT entende que é inadmissível este texto, este relatório, porque fere frontalmente a Constituição brasileira, a legalidade e a técnica legislativa, principalmente pela desconstitucionalização, porque dá uma carta em branco não só para este Governo, mas também para os próximos governos.

O PDT vota "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PDT vota "não".

Como vota o PR?

O SR. GIOVANI CHERINI (PR - RS) - Sr. Presidente, primeiro, quero saudar pela presença aqui o nosso Presidente Rodrigo Maia, que tem foco e tem fé. É disso que nós precisamos nesta Casa.

Parabenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos, Sr. Presidente, e também o nosso partido, o PR, por sua participação, especialmente do Deputado Marcelo Ramos, pela dedicação nesta Comissão.

A democracia é isso.

Jesus está ali para nos proteger, através da Bíblia.

Nós ouvimos aqui, de todas as partes, todas as formas de argumentos, com enormes repetições. É da natureza do processo. O mais importante é que muita gente vai conseguir dar a notícia *on-line*, daqui a pouco, desta votação. Acho que é um momento histórico deste Parlamento, principalmente quando conseguimos ir para o centro. As pontas, infelizmente, não conseguem governar, em lugar nenhum do mundo. Quando buscamos o centro, obtivemos a possibilidade de aprovar este projeto.

O PR vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PR vota "sim".

Como vota o PSD?

O SR. FÁBIO TRAD (PSD - MS) - Sr. Presidente, o PSD marcha unido pela admissibilidade.

Antes, eu gostaria de destacar, pela presença do Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia, a admiração incontida da bancada.

Presidente Rodrigo Maia, a sua liderança nos faz sentir orgulho de sermos Parlamentares. Defender esta Casa é um dever cívico de todos os brasileiros, principalmente daqueles que sabem, respeitando as diferenças, cultivar o amor à democracia.

E V.Exa., Presidente Felipe Francischini, um jovem de 26 anos de idade, que soube conduzir os trabalhos com serenidade e sensatez, não se abalando pela pressão psicológica exercida pelos opositores, deu-nos um exemplo conceitual de como é presidir uma sessão da estatura desta da Comissão de Constituição e Justiça. Parabéns! (*Palmas.*)

Pela admissibilidade da reforma, o PSD vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSD vota "sim".

Como vota o PSB?

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - Sr. Presidente, em consonância com a sua história, o Partido Socialista Brasileiro, que participou da construção de um sistema de seguridade social durante a elaboração da Constituição de 1988, procura mais justiça social num país de tanta desigualdade.

Nós defendemos que haja ajustes na Previdência e, seguramente, que haja responsabilidade fiscal, mas divergimos, fundamentalmente e radicalmente, dos remédios que são aplicados por esta proposta. Ela atinge — vamos repetir à exaustão — os mais pobres, os trabalhadores rurais, as mulheres, os idosos, as pessoas portadoras de deficiência, todos aqueles que ganham até dois salários mínimos. Enfim, o sistema de capitalização é um sistema que lançará milhões de brasileiros ao abandono.

Por tudo isso e pela falta de uma postura decente na apresentação dos números, o PSB vota "não" a esta proposta. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSB vota "não".

Como vota o PRB?

O SR. JOÃO ROMA (PRB - BA) - Presidente, o PRB elogia a sua conduta, a sua postura, a sua destreza na condução dos trabalhos e a sua coragem de lutar pelos brasileiros mais necessitados.

Eu passo a palavra ao meu colega Deputado João Campos, para

Eu passo a palavra ao meu colega Deputado João Campos, para fazer o encaminhamento.

O SR. JOÃO CAMPOS (PRB - GO) - Sr. Presidente, parabéns a V.Exa. pela condução dos trabalhos. Parabéns ao Relator Marcelo. Parabéns ao Presidente Rodrigo Maia.

Quero dizer que o PRB é pelos brasileiros. O PRB é pela geração de emprego e renda. Por isso mesmo, nós vamos votar favoravelmente, até porque, Sr. Presidente, o PRB deseja que esta proposta vá imediatamente à Comissão Especial, onde nós trabalharemos para corrigir qualquer injustiça contra idosos, trabalhadores rurais, deficientes físicos. Aperfeiçoaremos regras de transição, trabalharemos para que o sistema de segurança tenha tratamento único. Aperfeiçoaremos a proposta. Por isso, nós queremos que ela avance.

Portanto, somos pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PRB vota "sim".

Como vota o PSDB?

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Sr. Presidente Rodrigo Maia, Sr. Presidente Felipe Francischini, Srs. Deputados, o PSDB vota pela admissibilidade, vota pela constitucionalidade da matéria.

O PSDB vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSDB vota "sim".

Como vota o Democratas?

O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA (DEM - BA) - Sr. Presidente, é lamentável que nós vejamos o PT, principalmente, se colocar contra esta reforma, como se fosse o caso de o PT, se tivesse vencido as eleições, tomar uma postura diferente daquela que está sendo tomada pelo Governo Bolsonaro.

Nós sabemos que foi Lula que fez a taxaço dos inativos, foi Lula que acabou com a integralidade do funcionalismo público, foi Lula que acabou com a paridade do funcionalismo público. Foi Dilma que estabeleceu o primeiro capítulo da capitalização, criando a FUNPRESP no direito previdenciário brasileiro.

Então, Sr. Presidente, nós temos que ter coerência. Eu sou a favor da reforma, porque sei o quanto ela é importante para o Brasil.

O Democratas tem compromisso com o Brasil, com seriedade, sabendo que, muitas vezes, enfrentar e falar a verdade pode ser duro, mas é o que vai nos levar a uma grande vitória para o nosso País, recuperando o que o PT destruiu.

Nós encaminhamos "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Democratas vota "sim".

Como vota o Solidariedade?

O SR. GENECIAS NORONHA (SOLIDARIEDADE - CE) - Sr. Presidente, primeiro eu quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos até aqui realizados nesta Comissão.

Quero parabenizar o Presidente Rodrigo Maia pelo esforço para organizar os partidos para que possamos concluir nesta noite a apreciação da admissibilidade ou não da reforma da Previdência aqui na CCJ.

Quero esclarecer para aqueles que nos veem que hoje só é a admissibilidade que está sendo votada. Daqui, a proposta segue para a Comissão Especial, onde vai ser discutida com mais profundidade e deve sofrer algumas alterações.

Então, ainda não é definitivo, porque alguns Deputados que estão votando contra a matéria já passam a imagem de que já está aprovada a reforma da Previdência. Ainda não está. Hoje só se está mostrando que a Constituição aqui prevaleceu. É isso.

O Solidariedade orienta "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Solidariedade vota "sim".

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

Pelo Podemos, concedo a palavra ao Deputado Léo Moraes.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO) - Sr. Presidente, nós gostaríamos que fosse acrescido o tempo da Liderança, e eu quero submeter o primeiro minuto ao Deputado José Medeiros. Na sequência, farei a minha participação.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pois não, Deputado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Sr. Presidente, eu queria ressaltar o espírito republicano do partido Podemos; do nosso Líder, o Deputado José Nelto; da nossa Presidente, a Deputada Renata Abreu; e de todos os integrantes do Podemos. Este foi um dos primeiros partidos a começar a se instruir e, tecnicamente, trazer subsídios para que pudéssemos discutir a reforma da Previdência. E hoje chegamos a este ponto. Neste momento, começa aqui realmente a recuperação do Brasil, a recuperação desse caos que foi deixado para este Governo.

Quero ressaltar também a grandeza de todos os partidos que compreenderam este momento difícil do Brasil e que estão contribuindo para melhorar isso, às vezes, até contra as suas próprias bases eleitorais.

Então, eu queria parabenizar cada partido que está fazendo esse esforço, mesmo sendo enxovalhado pela bancada do Maduro aqui.

Passo a palavra ao meu Líder.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra o Deputado Léo Moraes, para falar pela Liderança do Podemos. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - E encaminhamos "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Peço a todos que estão presentes que ouçamos os oradores com respeito. São os últimos oradores. Então, muito rapidamente teremos a votação do projeto.

Tem a palavra o Deputado Léo Moraes, para falar pelo Podemos.

O SR. LÉO MORAES (PODE - RO) - Sr. Presidente, quero inicialmente parabenizá-lo pela altivez com que conduziu os trabalhos. É lógico que aqui é o local adequado para que as divergências possam aparecer e para que o futuro do Brasil possa ser discutido, sem sombra de dúvidas.

É importante mencionar que esta Comissão tem o fito de admitir ou não esta matéria. Não temos dúvidas de que esta matéria precisa ser muito bem aperfeiçoada. Temos que adequá-la à necessidade da população. Sabemos de Municípios em que a maior parte do dinheiro que circula no comércio advém exatamente dos benefícios que o INSS proporciona. Temos que adequar matérias, como o BPC, que é ponto pacífico, e fazer o mesmo com relação ao trabalhador rural. Temos que elastecer e ter bom senso também na transição, no pedágio dos servidores públicos, e não somente nos 2 anos, como está elencado na matéria proposta.

Não tenho dúvidas de que escolhemos, neste momento, participar de forma efetiva e com protagonismo, em detrimento de nos isolarmos e deixarmos alijado o partido Podemos.

É orientação do partido que votemos favoravelmente, mas deixo claro que temos ressalvas, objeções, resistências e que vamos pontuar isso na Comissão Especial. Estamos aqui nesta Comissão, neste Parlamento, para defender o interesse da população e do Estado brasileiro, e não o interesse do Governo, haja vista que discordamos de muitos pontos da matéria que chegou e da forma como chegou. E nós queremos esgotar isso no local adequado: na Comissão Especial.

Nós tivemos liberdade para avançar essa pauta de fundamental importância para levarmos à Comissão Especial, que é o local do mérito, é o local em que realmente apresentaremos a condição ideal para levar ao nosso Plenário.

Portanto, de forma muito breve, quero dizer que temos dificuldades, temos resistências, mas entendemos que o local adequado para resolver isso é na Comissão Especial, onde iremos debater o mérito.

Por conta disso, o partido Podemos vota favoravelmente a esta matéria.

Nós queremos, Sr. Presidente, sem sombra de dúvidas, participar da Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria colocar a todos que estamos lidando com a vida de 100 milhões de brasileiros e brasileiras.

Em segundo lugar, o Governo sonou, escondeu microdados e cálculos atuariais.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Mentira.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Em terceiro lugar, a Oposição apresentou aqui um requerimento que tinha procedência e era legal.

Por isso, quero colocar já, neste momento, que nós vamos entrar com mandado de segurança para anular o resultado desta reunião. (*Palmas.*)

Em quarto lugar...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Demorou.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Vamos anular o resultado desta reunião fraudulenta.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Olha a boca!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Em quarto lugar, vamos reafirmar o compromisso do PSOL com os de baixo, com os pobres, que são os mais atingidos, pois 85% do que se quer economizar virão de quem ganhar de 1 a 3 salário mínimos. Por isso, o PSOL vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSOL vota "não".

Como vota o PROS?

A SRA. CLARISSA GAROTINHO (PROS - RJ) - Sr. Presidente, o PROS entende que uma reforma é necessária, mas não essa, que faz 80% de sua economia em cima dos mais pobres. Não se pode exigir mais nada de alguém que sobrevive com apenas 998 reais!

Sr. Presidente, ninguém se aposenta para comprar caixão. A aposentadoria foi instituída para que as pessoas pudessem desfrutar de uma velhice digna e saudável. E é isso o que o PROS defende.

Nosso voto é "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PROS vota "não".

Como vota o PCdoB?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Sr. Presidente, a PEC da Previdência fere o princípio contributivo e da solidariedade. Ela é inconstitucional.

A PEC da Previdência humilha os trabalhadores que recorrem ao Benefício de Prestação Continuada: eleva a idade para 70 anos e estabelece que, até completar os 70 anos, eles receberão apenas 400 reais. Isso é uma desumanidade!

A PEC da Previdência prejudica enormemente os trabalhadores rurais, ao exigir 20 anos de contribuição e ao elevar a idade das trabalhadoras rurais de 55 para 60 anos. Isso é uma indignidade!

A PEC da Previdência estabelece um confisco, estabelece um assalto aos trabalhadores brasileiros que recebem abono salarial e que estão incluídos na faixa entre 1 salário mínimo e 2 salários mínimos. São quase 160 bilhões...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) -que serão retirados desses trabalhadores que ganham abaixo de 2 salários mínimos...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota o PCdoB, Deputado?

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - É verdade. Qual o voto?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - Por isso, Sr. Presidente, o PCdoB anuncia que vai também entrar no Supremo contra essa votação de hoje. E lutaremos, na Comissão Especial e no Plenário para derrotar a reforma da Previdência, que é inconstitucional...

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Como vota, Deputado? Vota como?

O SR. RENILDO CALHEIROS (PCdoB - PE) - O PCdoB vota "não".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PCdoB vota "não".

Como vota o PSC?

O SR. PAULO EDUARDO MARTINS (PSC - PR) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela forma com que conduziu os trabalhos desta Comissão, pela forma como enfrentou todo o teatro de obstrução. Também cumprimento a Vice-Presidente, Bia Kicis; e o Relator, Marcelo.

Quero ressaltar o papel superimportante do Presidente desta Casa, Deputado Rodrigo Maia, que desde o princípio mostrou-se, sim, um grande defensor desta reforma.

Cumprimento também todos os Líderes dos partidos que estão votando pela admissibilidade da proposta, os membros desta Comissão e os demais Deputados da Casa que, assim, como os membros desta Comissão, lutarão pela aprovação desta proposta na Comissão Especial, no mérito. Tenho a certeza, a convicção de que sairemos daqui com um grupo forte, coeso e que vai servir como uma base sólida para aprovarmos esta reforma, que vai garantir o direito de aposentadoria dos mais pobres deste País.

O PSC vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PSC vota "sim".

Como vota o Cidadania?

O SR. RUBENS BUENO (CIDADANIA - PR) - Sr. Presidente, é o cumprimento de uma primeira etapa, de um longo processo. O processo legislativo, quando se trata de reforma da Constituição, é um longo processo, tanto aqui quanto no Senado, e há possibilidade de esta matéria ainda voltar para a Câmara, para ser apreciado aquilo que o Senado possa modificar. É um longo processo, mas é uma etapa vencida.

Faço aqui elogios ao Presidente da CCJ, ao Presidente da Câmara — ele, realmente, é o grande inspirador de fazermos essa reforma da Previdência — e a todos nós, até porque não podemos deixar o Brasil chegar aonde chegaram países como Portugal, como a Itália, como a Grécia, porque quem vai pagar a conta é aquele que ganha menos.

Por isso, o Cidadania, como partido e como bancada, vota "sim", com aquelas emendas de que nós já falamos aqui em outros momentos.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Cidadania vota "sim".

Como vota o Partido Novo?

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP) - Sr. Presidente, nós precisamos garantir um sistema saudável, que não tire recursos da saúde e da educação e que promova justiça social, em que os impostos dos mais pobres não paguem a aposentadoria dos mais ricos.

Por isso, o Partido Novo, pelo Brasil e pelos brasileiros, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O NOVO vota "sim".

Como vota o Patriota?

O SR. PASTOR EURICO (PATRI - PE) - Sr. Presidente, o Patriota gostaria de registrar os elogios ao Presidente da Casa, que tem prestado um relevante serviço não só à Casa mas à Nação; a V.Exa., que tem conduzido de forma muito especial esta Comissão, apesar das incompreensões e até falta de respeito, mas V.Exa. tem administrado isso de uma forma fenomenal. Parabéns! V.Exa. exerce muito bem o seu mandato e, inclusive, nos faz lembrar da eficácia do seu pai, quando Deputado Federal.

O Patriota está defendendo o Brasil, defendendo a Pátria, defendendo o cidadão. Por isso, Sr. Presidente, não podemos jamais ser contra essa reforma, porque queremos o bem do povo, o bem da Nação.

O Patriota orienta "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Patriota vota "sim".

Como vota o PV?

O SR. ENRICO MISASI (PV - SP) - Sr. Presidente, fazer política não é defender princípios constitucionais abstratos e ideais generosos, mas, inspirado neles, olhar para a realidade e ver como concretizá-los nas circunstâncias concretas.

Quando olhamos para a nossa realidade, vemos um precipício, não daqui a algum tempo, mas agora. As primeiras pedras já rolaram abismo abaixo. O que a CCJ está fazendo hoje, com coragem, é tomando a única decisão que dá para se tomar quando se está de frente para um precipício: parar, repensar, refazer a rota. Isso não significa ser infiel com os princípios constitucionais que são cláusulas pétreas, mas olhar com prudência para a realidade, para que consigamos concretizar, de fato, o País com o qual sonhamos em 1988 e com o qual continuamos sonhando.

Por isso, o PV, que tem algumas ressalvas e algumas emendas a serem propostas pela nossa bancada, vota "sim", pela admissibilidade e pela constitucionalidade do texto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O PV vota "sim".

Como vota a REDE?

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Sr. Presidente, gostaria que acrescentasse o meu tempo de Líder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Pois não, Deputada; são 5 minutos.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR) - Eu gostaria de deixar registrado aqui por que eu voto contra a admissibilidade dessa proposta de reforma de Previdência do Governo: é justamente para não ignorar os princípios constitucionais, que são bastante reais.

Esta Comissão de Constituição e Justiça tem o papel de analisar, de forma técnica e jurídica, todos os princípios constitucionais. Jornais, televisões, mídias sociais mostram o extrato dessas discussões e fazem parecer que o embate em torno do assunto é uma luta campal, de contras e a favor sem conteúdo, de bate-bocas sem objetivo. Não é bem assim. O assunto é sério, e suas consequências recairão sobre cada um dos cidadãos e cidadãs brasileiros. Os Deputados sérios devem entender cada uma dessas consequências e votar com todo o cuidado e responsabilidade.

Independentemente de concordarmos ou não com a existência ou o tamanho do rombo da Previdência, ou da economia que o projeto espera fazer, sabemos que temos que pensar com os pés no presente, com a cabeça no futuro e com um profundo senso de justiça no coração. Tenho assim consciência de que a reforma é necessária, mas não qualquer reforma e, com certeza, não a reforma apresentada pelo Governo.

Ao analisar a PEC 6, Sr. Presidente, encontro que ela fere os direitos fundamentais sociais quando extingue a aposentadoria por tempo de contribuição, e viola o direito fundamental à previdência quando ignora as enormes desigualdades do nosso País, sendo justamente os mais pobres e marginalizados que começam a trabalhar mais cedo e que têm a expectativa de vida inferior a 60 anos. Na prática, a proposta tira dos pobres para dar aos ricos.

A PEC também revoga as regras de transição previstas nas Emendas Constitucionais nºs 20, de 1998, e 41, de 2003. Assim, o peso das mudanças será maior para aqueles e aquelas que estão mais próximos de se aposentar. Retira, ainda, parte da proteção dos trabalhadores rurais e das mulheres, sendo ainda pior para as mulheres rurais. E não posso deixar de falar do custo que terão que pagar os povos indígenas, que hoje têm acesso à aposentaria nas mesmas condições que os trabalhadores rurais e, como eles, serão os mais penalizados por essa proposta do Governo. Mais uma vez a reforma

atinge e pesa sobre os ombros daqueles e daquelas, principalmente, que vivem e trabalham nas piores condições, com acesso precário à saúde, à educação e aos sistemas de proteção social.

Tendo em conta a crescente precarização na relação de trabalho, serão os que recebem menos, os que têm empregos inconstantes, os terceirizados e aqueles com menor poder de negociação os mais penalizados com o fim de uma previdência solidária e das redes de proteção social, o que vem associado ao pacote de mudanças que o Governo preparou para a sociedade brasileira. Os patrões serão os mais beneficiados, já que a reforma só considera contribuições patronais sobre empregos formais, que tendem a diminuir e ser substituídos por tecnologia e terceirizados.

Por fim, Sr. Presidente, chamo a atenção para a importância de se respeitar a diversidade das situações em nosso País. Uma reforma que não leva em conta as profissões que demandam mais do que a média dos trabalhadores carrega em si um nível de injustiça e mesmo de imoralidade que uma sociedade civilizada não pode aceitar. Uma reforma que não leva em consideração as desigualdades sociais e regionais não serve para um país tão desigual como o nosso. Uma reforma que protege os mais ricos em detrimento dos mais pobres e marginalizados não merece nosso apoio.

Por isso, voto "não" à admissibilidade desta reforma da Previdência e, em conjunto com os Parlamentares da Rede Sustentabilidade no Senado, vamos propor uma reforma mais justa, mais estável e com igual economia aos cofres públicos.

Essa é a minha posição. Pela justiça, pela igualdade e por mais acesso aos direitos sociais no País, não podemos tolerar uma reforma que traga retrocesso ao País. Pelo povo, pela sociedade de Roraima, que confiou em mim para defender os direitos sociais, a justiça, não posso deixar de me manifestar contra essa proposta absurda, inconstitucional, imoral, que só faz retroceder no que fiz respeito aos direitos do cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A REDE vota "não".

Como voto a Liderança do Governo?

O SR. MAJOR VITOR HUGO (PSL - GO) - Sr. Presidente, queria inicialmente parabenizar V.Exa. pelo trabalho realizado, pela firmeza, pela técnica e pelo caráter neutro e imparcial. Parabéns! Da mesma maneira, queria também parabenizar o Deputado Delegado Marcelo Freitas pelo relatório que apresentou e pela complementação de voto que absorveu sugestões de vários Deputados, o que nos possibilitou chegar a este momento especial. Queria também reconhecer, de público, o trabalho realizado pelo Presidente da Câmara dos Deputados, pelo Líder da Maioria e por vários Líderes de partidos que hoje se aglutinam em torno de uma tese defendida não somente pelo Governo, mas que extrapola os objetivos do Governo e vai ao encontro do que o Brasil precisa.

O Governo orienta "sim" e parabeniza todos os que se envolveram e hoje ajudam a construir uma previdência mais sustentável para o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - O Governo vota "sim". (*Palmas.*)

Como voto a Liderança da Maioria? (*Pausa.*)

Como vota a Liderança da Oposição?

Com a palavra o Deputado Aguinaldo Ribeiro, pela Liderança da Maioria.

O SR. AGUINALDO RIBEIRO (Bloco/PP - PB) - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. pela condução dos trabalhos; cumprimento o Presidente Rodrigo Maia, que aqui se encontra e que — todos sabem — tem defendido uma posição de responsabilidade para com o País; cumprimento todos os Líderes, inclusive os da Oposição, que valorizam o debate e que dele participaram.

Estamos numa Comissão para analisar a admissibilidade, e até a extrapolamos, porque aqui deveríamos discutir apenas se essa matéria poderia seguir em frente ou não, e chegamos a discutir bastante o mérito.

Quero saudar a todos e dizer que vamos manter nossa posição construída na defesa do trabalhador rural, retirando-o da proposta na Comissão de mérito. Vamos trabalhar na questão do BPC, e já exteriorizamos isso anteriormente. Vamos defender sobretudo os vulneráveis. Esse é o compromisso dos partidos que estão em conjunto: ter responsabilidade para com o País, mas protegendo aqueles que mais precisam. É necessária, sim, uma reforma, e agora passamos à Comissão Especial para discutir o mérito.

Encaminhamos "sim". Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Maioria vota "sim".

Como vota a Liderança da Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, essa proposta está sendo votada ao arrepio da Constituição, diante do seu conteúdo, diante do requerimento que nós apresentamos, que deveria sustar esta votação. Mas quero aqui afirmar que, quem ri por último, ri melhor.

O Governo não esperava que esta Comissão levasse tanto tempo neste debate, e nós já estamos aqui há semanas. O Governo não teve força sequer para sustentar o relatório original do Relator. O relatório mudou, é importante registrar isso.

Em terceiro lugar, quero dizer que nós ainda temos meses de batalha pela frente — meses! Esta é a primeira batalha. O povo vai para a rua, há muito debate para fazer, e nós temos certeza de que iremos derrotar essa reforma da Previdência. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PODE - MT) - Olha a demora!

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Certeza absoluta, o povo não quer esta reforma. Nós estamos aqui a serviço dos bancos.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Para concluir, 10 segundos, Deputada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - O povo não quer que sua aposentadoria fique a serviço dos bancos e, muito menos, que sua aposentadoria seja privatizada e fique na mão dos bancos e da ganância do mercado financeiro.

Portanto, a Minoria encaminha "não" a essa reforma inconstitucional e cruel para a população brasileira. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Minoria vota "não".

Como vota a Liderança da Oposição?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, nós da Oposição não consideramos admissível reduzir o valor destinado aos miseráveis de 1.000 reais para 400 reais. Não consideramos admissível substituir o regime de repartição pelo de capitalização. Não consideramos admissível regras de transição covardes para os servidores e o Regime Geral. Não consideramos admissível passar de 15 para 20 anos o tempo mínimo de contribuição, excluindo milhões de brasileiros. Não é admissível punir trabalhadores rurais e professoras, retirar o abono de quem ganha mais de 1 salário mínimo, tirar a garantia de 1 salário mínimo de pensão por morte, reduzir aposentadoria por incapacidade permanente e acabar com a garantia da preservação do valor real de aposentadorias e pensões.

Por tudo isso, contra essa cruel proposta, a Liderança da Oposição vota "não". É inadmissível essa proposta.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - A Liderança da Oposição vota "não".

A Presidência solicita às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que tomem os seus assentos, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico. *(Palmas.)*

Está iniciada a votação.

O sistema está funcionando perfeitamente. Fizemos um painel secundário, mas está funcionando.

O Deputado José Guimarães tem a palavra.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sr. Presidente, encaminho à Mesa uma declaração de voto que nós faremos pela bancada do PT.

Nós encaminharemos, ao final desta votação, com base no art. 182 do nosso Regimento Interno, uma declaração de voto que expressa todo o trabalho vitorioso que a bancada do PT e a aliança com todas as bancadas da Oposição fez nesta Comissão de Constituição e Justiça.

É como disse a Deputada Jandira: é apenas o início de uma batalha.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, por favor. Peço que todos se acalmem, que se sentem e façam silêncio. O Deputado José Guimarães está com a palavra.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Não há problema, Presidente. Será registrado nos Anais.

Portanto, nós encaminharemos, por escrito, essa declaração de voto, ressaltando o trabalho que nós fizemos, a unidade das Oposições, especialmente da bancada do PT, e o trabalho das assessorias.

E nós nos sentimos vitoriosos nesta batalha, ainda que o Governo possa comemorar parcialmente esta vitória hoje na CCJ. Na verdade, a tal propalada arrecadação de 1 trilhão de reais que o Ministro Paulo Guedes anunciou não existe mais, por conta das mudanças. Mesmo aqueles que anunciam o voto "sim" à PEC dizem que vão propor alterações substanciais na Comissão Especial.

Sr. Presidente, nós vamos entregar a declaração de voto por escrito para que fique registrado o compromisso da bancada do PT para com o País, para com o povo brasileiro.

Sentimo-nos vitoriosos politicamente pela dura obstrução que fizemos, em nome do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG) - Sr. Presidente, eu estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) - Sr. Presidente, quero também registrar o meu voto contrário à admissibilidade da matéria, porque de fato é um absurdo o que o Governo quer fazer. O Governo quer criar um fundo de capitalização para o sistema bancário de 1 trilhão e 100 bilhões de reais, retirando 900 bilhões de reais dos mais pobres.

O Vice-Líder do Governo admitiu isso e tentou fazer uma mágica, transformando a retirada dos benefícios dos mais pobres em retirada *per capita*. Mas o fato é que querem retirar dos mais pobres 900 bilhões de reais. Isso vai criar um empecilho e mais um obstáculo para o desenvolvimento econômico brasileiro. A economia brasileira precisa de mais recursos, de mais obras, mas recursos oriundos dos mais ricos, para injetar na geração de emprego e permitir novas arrecadações para os entes federados.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra o Deputado Marcelo Aro, por 1 minuto.

O SR. MARCELO ARO (Bloco/PP - MG) - Sr. Presidente, nobres colegas, eu queria, nesta declaração de voto, deixar claro que estou votando pela admissibilidade da reforma da Previdência por convicção.

Eu fui o primeiro Deputado no meu Estado, desde o último mandato, a defender a reforma da Previdência, mas confesso que estou muito preocupado com uma parte do texto que não diz respeito à reforma da Previdência. Refiro-me ao art. 195, § 5º. Isso preocupa todos os doentes raros no País.

Eu conversei com o Secretário da Previdência, meu amigo Rogério Marinho; conversei também com o Relator, Delegado Marcelo Freitas. Eu tenho certeza de que os nobres colegas vão me ajudar na Comissão de mérito a derrubar o texto do art. 195, § 5º, que fala sobre extensão e majoração de serviços; trata da saúde, dos medicamentos órfãos para os nossos doentes raros. Isso é inadmissível! Enquanto eu for Deputado, eu não deixarei passar esse projeto, custe o que custar.

Eu voto "sim", mas com o compromisso de derrubar essa parte, que nada tem a ver com a reforma da Previdência. Esse texto foi incluído por maldade. Temos que reverter isso. Eu conto com o Governo, conto com a Oposição, conto com todos, pelos doentes raros. São 14 milhões de doentes raros no Brasil que não podem, Presidente, pagar essa conta cara.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra o Deputado Eduardo Bismarck, para finalizar esta questão.

O SR. EDUARDO BISMARCK (Bloco/PDT - CE) - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos e o Deputado Delegado Marcelo Freitas pela elaboração do relatório. Nosso partido votou contra, mas o Relator foi muito sensível às emendas supressivas que apresentou, especialmente a segunda, que garante o foro nacional de Brasília para ações relativas à União, que foi algo sobre o que dialogamos.

Portanto, gostaria de parabenizar V.Exa. mais uma vez pela condução dos trabalhos e dizer que eu registrei meu voto em separado pela inconstitucionalidade da matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Tem a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, por 1 minuto.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT - RS) - Sr. Presidente, eu quero reconhecer o trabalho sério e honrado de V.Exa., mas quero dizer também que não é final de festa. Nós estamos aqui cumprindo uma etapa. Eu sei que tem muita gente comemorando. Eu lamento, mas nós vamos continuar esta discussão na Comissão Especial, porque temos que tirar dessa reforma os agricultores, as agricultoras, as mulheres rurais; temos que tirar o BPC; temos que tirar os mais fracos. Em nome daqueles que estão no RGPS, em nome daqueles que estão no INSS, são esses precisam da proteção desta Casa. Por favor, não é fim de festa, é só mais um embate.

A luta continua! E o PDT vai estar de sentinela, na linha de frente, ocupando seu espaço. Vamos estar ao lado dos aposentados, do trabalhador brasileiro. A luta continua, e nós estamos na linha de frente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Francischini. PSL - PR) - Deputados, peço silêncio para que eu possa encerrar a votação. Quórum de 66 Deputados. Todos os Deputados membros votaram.

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação: 48 votos "sim"; 18 votos "não"; "abstenção", 0.

Aprovado o parecer do Relator. (*Palmas.*)

Em apreciação as atas da 14ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 16 de abril de 2019, e da 15ª Reunião Deliberativa Extraordinária, realizada no dia 17 de abril de 2019.

Não havendo manifestação em contrário, por acordo, está dispensada a leitura das atas.

Em votação as atas.

Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que as aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas. (*Manifestação no plenário: Eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor!*)

Expediente.

Informo que o Expediente encontra-se à disposição dos interessados sobre a mesa.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos. Antes, cancelo as reuniões anteriormente convocadas para amanhã, dia 24 de abril, e mantenho a convocação da reunião deliberativa ordinária para quinta-feira, dia 25 de abril, às 9 horas, com a pauta publicada.

Está encerrada a reunião.